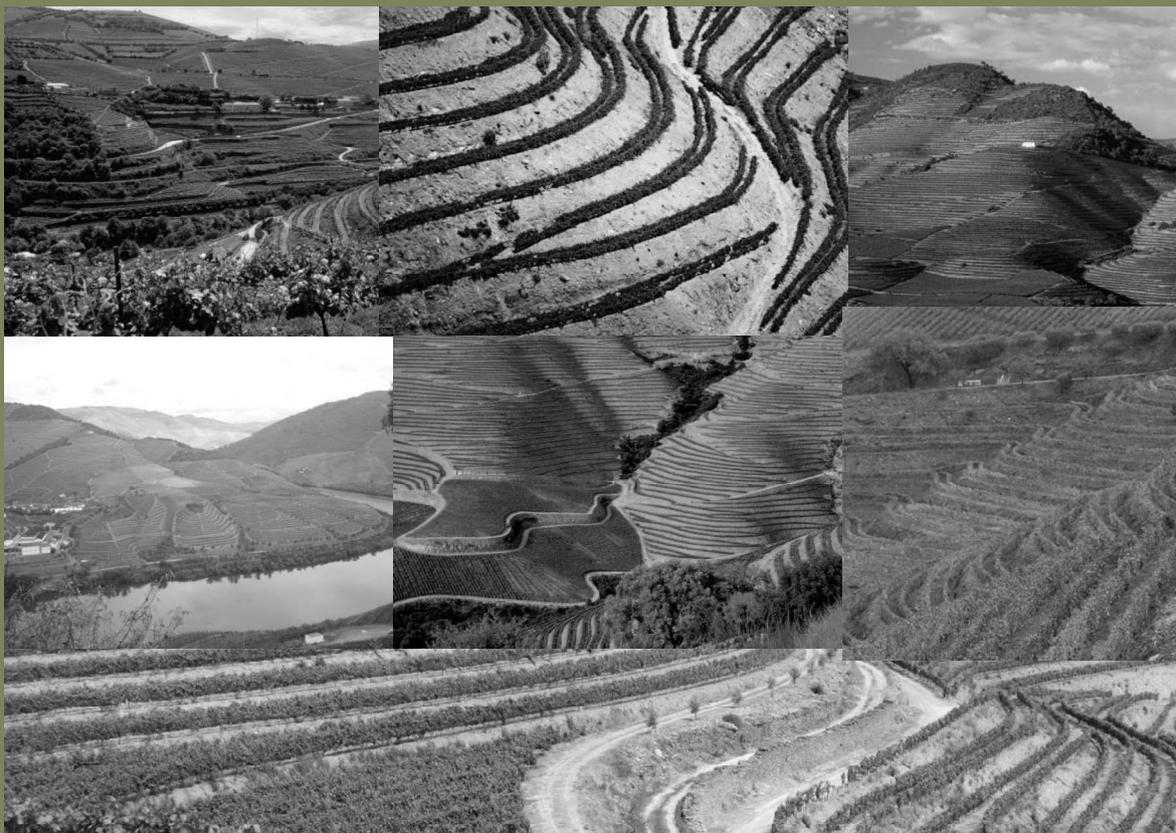


Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro (2014-2020)



Relatório final

Dezembro | 2014

Ficha técnica

Título

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
da Região do Douro (2014-2020)

Versão final
Dezembro 2014

Comunidade Intermunicipal do Douro



Trabalho desenvolvido com a consultoria e assistência técnica
da Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados



Fotografias do relatório disponibilizadas pela Comunidade Intermunicipal do Douro

Índice

Ficha técnica	2
Índice	3
Índice de gráficos	4
Índice de quadros	5
Índice de mapas, figuras e caixas	5
Mensagem do Presidente	7
Nota introdutória	9
O processo de construção da estratégia de desenvolvimento integrado da região do Douro 2020	12
Planeamento e gestão estratégica de base territorial.....	13
A metodologia de elaboração da estratégia de desenvolvimento integrado.....	14
Processo de participação	15
Orientações relativas ao período de programação comunitária 2014-2020	20
Abordagens territoriais integradas	22
A política de coesão europeia 2014-2020 aplicada a Portugal	23
Diagnóstico prospetivo	26
Apresentação da região	27
Evolução recente e posicionamento nacional	29
Crescimento inteligente	34
Crescimento sustentável.....	41
Crescimento inclusivo.....	46
Visão e estratégia de desenvolvimento	51
Visão para a região do Douro no horizonte 2020.....	52
Apostas Vintage 2020	56
Eixos estratégicos de desenvolvimento.....	59
Indicadores de monitorização da estratégia regional	79
Articulação com instrumentos setoriais e de base territorial	81
Plano de ação	104
Estrutura do Plano de Ação	105
Articulação do plano de ação com a estratégia Douro 2020 e os objetivos de desenvolvimento regionais, nacionais comunitários	132
Modelo de governação	147
Governação integrada do território	148
Mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação	152
Parcerias e redes.....	152
A.1. Orientações relativas ao período de programação comunitária 2014-2020	155

A arquitetura da Política de Coesão da União Europeia no período 2014-2020	156
A Política de Coesão Europeia 2014-2020 aplicada a Portugal.....	174

A.2. Planeamento estratégico de base territorial: Princípios e orientações metodológicas...199

A.3. Elementos de suporte ao diagnóstico207

Índice de gráficos

GRÁFICO 1. CRESCIMENTO ECONÓMICO: PIB <i>PER CAPITA</i> 1995-2010	208
GRÁFICO 2. CRESCIMENTO ECONÓMICO: PIB <i>PER CAPITA</i> 2007-2011	208
GRÁFICO 3. DECOMPOSIÇÃO DO PIB <i>PER CAPITA</i> : TRAJETÓRIA DE CONVERGÊNCIA POR VIA DA PRODUTIVIDADE E TRAJETÓRIA DE CONVERGÊNCIA POR VIA DO EMPREGO 1995-2010	209
GRÁFICO 4. TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL, MIGRATÓRIO E EFETIVO 2001-2011	210
GRÁFICO 5. DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL 2000-2010	211
GRÁFICO 6. ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2004 E 2010	213
GRÁFICO 7. DECOMPOSIÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE PRODUTIVIDADE: ANÁLISE <i>SHIFT-SHARE</i> 1995-2010	215
GRÁFICO 8. ESPECIALIZAÇÃO DO VAB NACIONAL FACE À UE27 1995-2010	216
GRÁFICO 9. ESPECIALIZAÇÃO DO VAB DO NORTE FACE A PORTUGAL 1995-2010	216
GRÁFICO 10. ESPECIALIZAÇÃO DO VAB DO DOURO FACE A PORTUGAL 1995-2010	217
GRÁFICO 11. ESPECIALIZAÇÃO DO VAB DO DOURO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA FACE A PORTUGAL 2004-2011	217
GRÁFICO 12. DINÂMICA DE CRIAÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGO POR NUTS III 2004-2011.....	218
GRÁFICO 13. TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (TMCA) DA POPULAÇÃO EMPREGADA A TRÊS SETORES 2001-2011	218
GRÁFICO 14. ESTRUTURA DAS EMPRESAS POR DIMENSÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES E DIMENSÃO MÉDIA 2011	219
GRÁFICO 15. INTENSIDADE EXPORTADORA (% EXPORTAÇÕES/VAB) 2001-2011	220
GRÁFICO 16. ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES 2001-2011	220
GRÁFICO 17. GRAU DE INTENSIDADE DE INVESTIMENTO 2004 E 2010	221
GRÁFICO 18. INVESTIMENTO EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D) NO PIB 2005, 2008 E 2011	222
GRÁFICO 19. REPARTIÇÃO DA DESPESA TOTAL EM I&D POR SETOR DE EXECUÇÃO 2005, 2008 E 2011	222
GRÁFICO 20. INVESTIMENTO EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (I&DT) NOS PROJETOS APROVADOS PELOS SISTEMAS DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DAS EMPRESAS 2007 A 2012	222
GRÁFICO 21. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE OS 30 E 34 ANOS COM ENSINO SUPERIOR 2001-2011	223
GRÁFICO 22. SAZONALIDADE, ESTADA MÉDIA E PROPORÇÃO DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS 2012.....	224
GRÁFICO 23. CAPACIDADE DE ALOJAMENTO POR 1.000 HABITANTES, TAXA DE OCUPAÇÃO E PROVEITOS DE APOSENTO 2012	224
GRÁFICO 24. ESTRUTURA DA OFERTA TURÍSTICA POR TIPOLOGIA DE ESTABELECIMENTO 2012.....	225
GRÁFICO 25. ORIGEM DAS DORMIDAS POR PAÍS DE RESIDÊNCIA DO TURISTA 2012	226
GRÁFICO 26. HÓSPEDES E DORMIDAS POR 100 HABITANTES 2012	226
GRÁFICO 27. DINÂMICA OFERTA VS. PROCURA - TAXAS DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE CAMAS E DE DORMIDAS 2000-2012.....	227
GRÁFICO 28. EMISSÃO DOS GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) 1990-2010.....	228
GRÁFICO 29. PROPORÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO CONSUMO ENERGÉTICO 2004 E 2010	228
GRÁFICO 30. PESO DAS FORMAS DE PRODUÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NA PRODUÇÃO BRUTA DE ENERGIA 2002-2011.....	229
GRÁFICO 31. SUPERFÍCIE AFETA À REDE NATURA 2000 E A ÁREAS PROTEGIDAS 2010	230
GRÁFICO 32. GRAU DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E ÁGUAS RESIDUAIS 2009	231
GRÁFICO 33. SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA POR DIMENSÃO DE EXPLORAÇÃO E TIPO DE UTILIZAÇÃO 2009	232
GRÁFICO 34. TERRITÓRIO AFETO À SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA 2009	232
GRÁFICO 35. VARIAÇÃO DA SUPERFÍCIE AFETA A ESPAÇOS URBANOS 1990-2006.....	233
GRÁFICO 36. POPULAÇÃO JOVEM E IDOSA 2011	234
GRÁFICO 37. TAXA DE ABANDONO ESCOLAR PRECOCE 2000, 2005 E 2012.....	234
GRÁFICO 38. TAXA DE ABANDONO ESCOLAR 1991, 2001 E 2011	235
GRÁFICO 39. TAXA DE INSUCESSO ESCOLAR 2005-2011	235
GRÁFICO 40. TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO ENTRE OS 20 E OS 64 ANOS 2001-2011	236
GRÁFICO 41. TAXA DE DESEMPREGO TOTAL 2011-2012.....	236
GRÁFICO 42. TAXA DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO ATIVA COM ENSINO SUPERIOR 2011-2012.....	237
GRÁFICO 43. TAXA DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO ATIVA SEM ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA 2011-2012.....	237
GRÁFICO 44. TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO 2011-2012.....	238
GRÁFICO 45. TAXA DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO COM IDADES ENTRE OS 15-24 ANOS E 25-34 ANOS 2011-2012	238

GRÁFICO 46. TAXA DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO ENTRE OS 35-44 ANOS E COM MAIS DE 45 ANOS 2011-2012	239
GRÁFICO 47. ÍNDICE DE DESEMPREGO POR NUTS III 2001 E 2011	239
GRÁFICO 48. DESEMPREGO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO 2001-2011	240
GRÁFICO 49. DESEMPREGO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO POR HABILITAÇÕES PAÍS E NUTS II 2006-2012	240
GRÁFICO 50. DESEMPREGO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO POR HABILITAÇÕES NUTS III E CONCELHOS 2012	241
GRÁFICO 51. PESSOAS EM RISCO DE POBREZA MONETÁRIA UE27 E PORTUGAL, 2004 A 2011.....	242
GRÁFICO 52. PRIVAÇÃO MATERIAL SEVERA (PESSOAS COM PELO MENOS QUATRO DAS NOVE SITUAÇÕES DE PRIVAÇÃO) UE27 E PORTUGAL, 2004 A 2011	242
GRÁFICO 53. PESSOAS EM RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL UE27 E PORTUGAL, 2004 A 2011	243
GRÁFICO 54. PESSOAS QUE VIVEM NUM AGREGADO FAMILIAR SEM EMPREGO UE27 E PORTUGAL, 2004 A 2011	243

Índice de quadros

QUADRO 1. <i>WORKSHOPS</i> E <i>FOCUS GROUPS</i> DESENVOLVIDOS E ATORES ENVOLVIDOS	16
QUADRO 2. PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO DE ATORES	17
QUADRO 3. METAS NACIONAIS ASSOCIADAS À ESTRATÉGIA EUROPA 2020 E SITUAÇÃO ATUAL	23
QUADRO 4. EVOLUÇÃO DO PIB, POPULAÇÃO E PIB PER CAPITA DA REGIÃO DO DOURO 1995-2011.....	29
QUADRO 5. PRINCIPAIS INDICADORES: EVOLUÇÃO RECENTE E DO POSICIONAMENTO NO CONTEXTO NACIONAL	32
QUADRO 6. EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO ATUAL DA REGIÃO DO DOURO POR CONCELHOS 2011	33
QUADRO 7. INDICADORES E METAS DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020 E DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS DE PORTUGAL: CRESCIMENTO INTELIGENTE	38
QUADRO 8. OUTROS INDICADORES DE ENQUADRAMENTO: CRESCIMENTO INTELIGENTE	38
QUADRO 9. ANÁLISE SWOT - CRESCIMENTO INTELIGENTE	39
QUADRO 10. OUTROS INDICADORES DE ENQUADRAMENTO: CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	44
QUADRO 11. ANÁLISE SWOT - CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL.....	44
QUADRO 12. CRESCIMENTO INCLUSIVO: INDICADORES E METAS DA ESTRATÉGIA 2020 E DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS DE PORTUGAL.....	47
QUADRO 13. CRESCIMENTO INCLUSIVO: OUTROS INDICADORES DE ENQUADRAMENTO.....	48
QUADRO 14. ANÁLISE SWOT - CRESCIMENTO INCLUSIVO	48
QUADRO 15. ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA OPERACIONAL NORTE 2014-2020	84
QUADRO 16. ARTICULAÇÃO COM A RIS3 NORTE.....	93
QUADRO 17. ARTICULAÇÃO COM O PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE.....	96
QUADRO 18. ARTICULAÇÃO COM O PLANO INTERMUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALTO DOURO VINHATEIRO.....	101
QUADRO 19. RELAÇÃO DOS PATAMARES E AÇÕES COM OS OBJETIVOS E PRIORIDADES DO QEC 2020	137
QUADRO 20. POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020 - DOTAÇÕES TOTAIS POR ESTADO-MEMBRO (*)	163
QUADRO 21. OBJETIVOS TEMÁTICOS E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO QEC	168
QUADRO 22. PRIORIDADES DO FEAMP.....	172
QUADRO 23. CICLO DE PROGRAMAÇÃO E APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020	173
QUADRO 24. METAS NACIONAIS ASSOCIADAS À ESTRATÉGIA EUROPA 2020 E SITUAÇÃO ATUAL	176
QUADRO 25. PORTUGAL 2020 - REPARTIÇÃO INDICATIVA DOS FEEI POR OBJETIVO TEMÁTICO(*).....	182
QUADRO 26. PRIORIDADES DE INVESTIMENTO MOBILIZADAS POR PORTUGAL 2020.....	184
QUADRO 27. DOTAÇÕES FEEI POR FUNDO COMUNITÁRIO E PROGRAMA OPERACIONAL (*)	188
QUADRO 28. ABORDAGENS INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	192
QUADRO 29. PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA	195

Índice de mapas, figuras e caixas

MAPA 1. TERRITÓRIO ABRANGIDO PELO DOURO NA PREPARAÇÃO DO PERÍODO 2014-2020	28
MAPA 2. TAXA DE CRESCIMENTO EFETIVO E TAXA DE ATRAÇÃO/REPULSÃO 2001-2011	211
MAPA 3. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO: ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA 2001-2011	212
MAPA 4. CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL POR HABITANTE 2010.....	229
MAPA 5. DIRETRIZES AMBIENTAIS	230
MAPA 6. RESÍDUOS URBANOS	231
MAPA 7. SISTEMA URBANO DA REGIÃO NORTE.....	233

FIGURA 1. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	13
FIGURA 2. AS FASES DO PLANEAMENTO APLICADO ÀS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO 2014-2020	15
FIGURA 3. ESTRUTURA DOS <i>WORKSHOPS</i> TEMÁTICOS	17
FIGURA 4. <i>WORKSHOPS</i> TEMÁTICOS DESENVOLVIDOS (MUSEU DO DOURO, PESO DA RÉGUA).....	18
FIGURA 5. REUNIÕES COM O CONSELHO INTERMUNICIPAL DA CIM DOURO (VÁRIOS LOCAIS)	18
FIGURA 6. ESTRATÉGIA EUROPA 2020: PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO	22
FIGURA 7. DOURO REGIÃO RI's 4+	53
FIGURA 8. NUVEM DE PALAVRAS ASSOCIADA ÀS APOSTAS VINTAGE 2020	56
FIGURA 9. CONSTRAGIMENTOS, BLOQUEIOS E APOSTAS	58
FIGURA 10. DA VISÃO AOS EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO.....	60
FIGURA 11. NUVEM DE PALAVRAS ASSOCIADAS AO EIXO 1	61
FIGURA 12. PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DAS FILEIRAS ESTRATÉGICAS DA REGIÃO	64
FIGURA 13. POSICIONAMENTO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS, POTENCIAL DE CRESCIMENTO DA PROCURA E ESTÁDIO DE DESENVOLVIMENTO	67
FIGURA 14. NUVEM DE PALAVRAS ASSOCIADAS AO EIXO 2	68
FIGURA 15. DESAFIOS ASSOCIADOS À SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL DA REGIÃO DO DOURO.....	73
FIGURA 16. NUVÉM DE PALAVRAS ASSOCIADAS AO EIXO 3	74
FIGURA 17. PROBLEMAS E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO APLICADAS À INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL.....	75
FIGURA 18. NUVEM DE PALAVRAS ASSOCIADAS AO EIXO 4	76
FIGURA 19. RELAÇÕES ESTRATÉGICAS DE BASE TERRITORIAL	78
FIGURA 20. ARTICULAÇÃO ENTRE A RIS3 NORTE E A ESTRATÉGIA DOURO 2020	92
FIGURA 21. RELAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS COM OS PATAMARES PARA O DESENVOLVIMENTO DO DOURO	106
FIGURA 22. CONTRIBUTO DOS PATAMARES DE DESENVOLVIMENTO DO DOURO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS E A ESTRATÉGIA DOURO 2020	135
FIGURA 23. INTENSIDADE DAS ARTICULAÇÕES ENTRE OS PATAMARES PARA O DESENVOLVIMENTO DO DOURO E OS EIXOS PRIORITÁRIOS DA ESTRATÉGIA NORTE 2020.....	136
FIGURA 24. ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO PROPOSTA	151
FIGURA 25. DA EUROPA 2020 A PORTUGAL 2020	157
FIGURA 26. ESTRATÉGIA EUROPA 2020: PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO	159
FIGURA 27. A DIMENSÃO PROSPETIVA DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DE BASE TERRITORIAL	201
FIGURA 28. DIMENSÕES DO TERRITÓRIO NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	202
FIGURA 29. AS FASES DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	204
CAIXA 1. MANIFESTO PELO DOURO (FEVEREIRO DE 2004)	58
CAIXA 2. OBJETIVOS DO EIXO 1	61
CAIXA 3. OBJETIVOS DO EIXO 2	69
CAIXA 4. OBJETIVOS DO EIXO 3	75
CAIXA 5. OBJETIVOS DO EIXO 4	77
CAIXA 6. INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA REGIONAL	79
CAIXA 7. CONCEITO/RACIONAL DOS DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS	88
CAIXA 8. OS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA DE COESÃO DA UE 2014-2020	161
CAIXA 9. INSTRUMENTOS REGULAMENTARES PREVISTOS PARA A MOBILIZAÇÃO DE ABORDAGENS TERRITORIAIS INTEGRADAS	166
CAIXA 10. A POLÍTICA DE COESÃO NO PERÍODO 2014-2020 E O QEC PERÍODO 2014-2020	173
CAIXA 11. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A APLICAÇÃO DOS FEEI NO PERÍODO 2014-2020	177
CAIXA 12. OBJETIVOS TEMÁTICOS APLICADOS A PORTUGAL	182

Mensagem do Presidente

<Incluir mensagem subscrita pelo Presidente da CIM Douro>

Nota introdutória

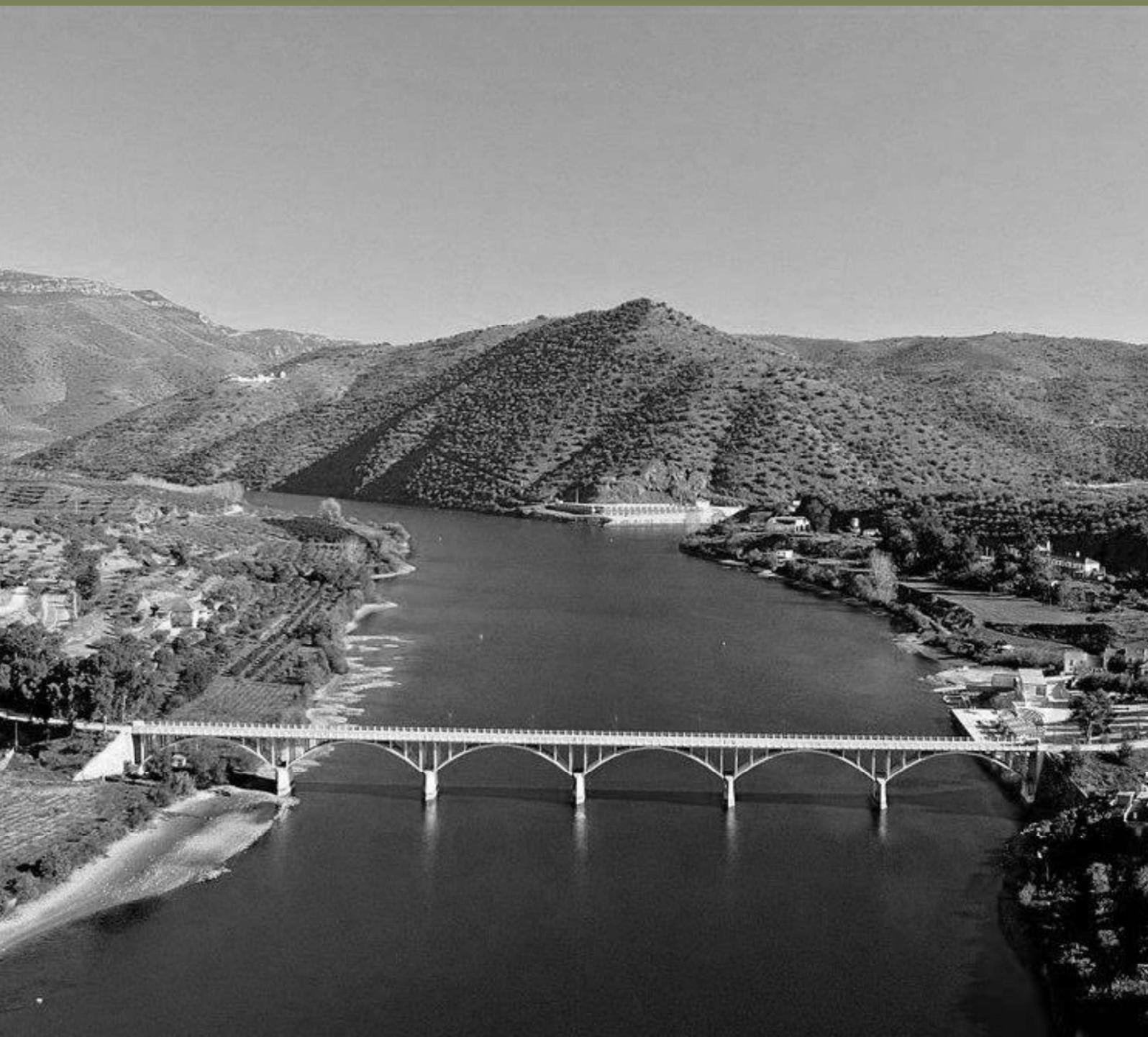
Este documento sintetiza e apresenta a Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Região do Douro (2014-2020), dinamizada pela Comunidade Intermunicipal do Douro que estrutura a visão, estratégia e plano de ação da região para o próximo período de programação estrutural.

Neste âmbito, foram definidas as principais linhas de atuação e as principais prioridades da região, para o horizonte temporal 2014-2020, considerando, nomeadamente, o quadro de orientações e princípios, a nível nacional e comunitário, que suportam o próximo período de programação, bem como, o diagnóstico prospetivo regional e o processo de auscultação de atores realizado. A recente elaboração da estratégia de desenvolvimento do Douro Sul (2013), em que estiveram envolvidos nove municípios e atores do atual território em estudo (NUTS III Douro), contribuiu para um enriquecimento e aprofundamento das propostas de ações e projetos do Plano de Ação deste trabalho.

Neste contexto, o presente documento encontra-se estruturado nos seguintes pontos fundamentais:

- **O primeiro**, em que se explicita o **processo de construção da estratégia de desenvolvimento da região**, particularizando a metodologia utilizada em cada uma das fases de trabalho e os momentos de participação (reuniões com os membros da CIM e com outros atores da região, os *workshops* temáticos, entrevistas dirigidas, etc.);
- **O segundo** em que se apresenta uma síntese de enquadramento das **principais orientações nacionais e comunitárias** para o período de programação estrutural 2014-2020;
- **O terceiro**, em que se elenca os **principais elementos e conclusões retirados do diagnóstico prospetivo da região**, organizados de acordo com os grandes pilares da estratégia de Europa 2020 (crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo).
- **O quarto**, onde se apresenta a **visão integrada e os eixos estratégicos** de desenvolvimento para a região;
- **O quinto**, em que se elaborou o **plano de ação** elencando os patamares de desenvolvimento, as ações em concordância com as apostas *vintage* e com os projetos apresentados, pelos diferentes atores, para a região;
- **O sexto**, onde são abordadas as questões sobre **modelo de gestão e governação territorial** para a região, de acordo com orientações nacionais e comunitárias;
- **Por último, em forma de anexo**, são apresentados um **conjunto de elementos que suportaram o desenvolvimento deste documento**, nomeadamente: as orientações relativas ao próximo período de programação estrutural; a metodologia de planeamento de base territorial: princípios e orientações metodológicas; os elementos de suporte para a realização do diagnóstico prospetivo.

O processo de construção
da estratégia de desenvolvimento integrado
da região do Douro 2020



O processo de construção da estratégia de desenvolvimento integrado da região do Douro 2020

Planeamento e gestão estratégica de base territorial

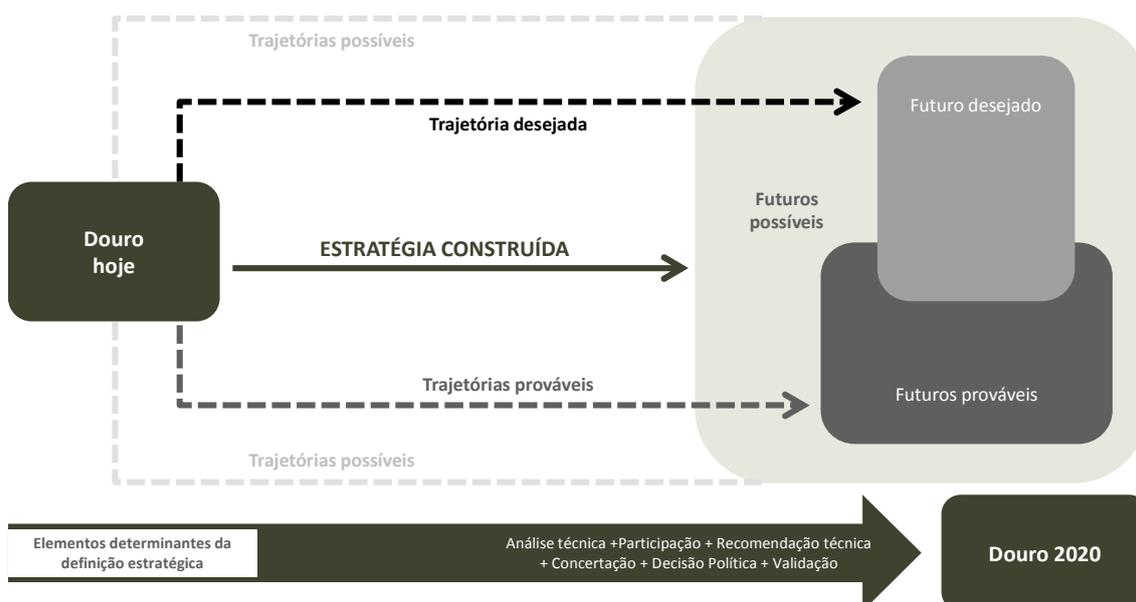
O planeamento e gestão estratégica de base territorial é um instrumento crucial no fomento da competitividade, da coesão e da afirmação dos territórios, pré-condições para a promoção de um desenvolvimento económico e social sustentado. A definição de uma visão para um território, da estratégia que a deverá materializar e do correspondente plano de ação que lhe dá corpo, num horizonte temporal relativamente longo, deve obedecer a um conjunto de princípios que integrem os avanços e ensinamentos recentes em matéria de planeamento e gestão estratégica de base territorial.

O **planeamento e a gestão territorial devem ser entendidos como processos de promoção da participação e da concertação**, partindo-se do reconhecimento da relevância que a “pessoa” (residente, empresário, visitante, entre outras entidades de relevância regional) possui na construção e concretização das estratégias de desenvolvimento territorial.

Na AM&A, o planeamento estratégico aplicado ao território é entendido como um processo de pensar e definir os futuros desejáveis e possíveis, para um dado território, e de procurar concertar as decisões e os projetos estruturantes que devem ser implementados visando a melhoria do território objeto de estudo e de intervenção.

A análise da evolução recente da região do Douro permite compreender o posicionamento da região “hoje” e, partindo deste ponto, **projetar trajetórias possíveis e prováveis** aproximando-as, o mais possível, das trajetórias desejadas, por via de orientações estratégicas que pressupõem melhorias incrementais e/ou radicais nas diversas dimensões da vida económica e social da região.

Figura 1. Planeamento estratégico



Fonte: AM&A

A metodologia de elaboração da estratégia de desenvolvimento integrado

A metodologia adotada pela Augusto Mateus & Associados na construção da estratégia de desenvolvimento da região do Douro, para o período 2014-2020, alicerça-se, no essencial, num processo trifásico (fase A, B e C), não necessariamente sequencial, que se cruza e sobrepõe no decorrer dos trabalhos, envolvendo designadamente:

- Um **diagnóstico prospetivo (fase A)**, que recolhe, trata e interpreta as realidades a partir, por um lado, dos elementos estatísticos reunidos e organizados e do conhecimento do território e, por outro, **sobretudo da audição e auscultação das perspetivas dos atores mais relevantes**, com responsabilidades nos setores produtivo e do conhecimento, no associativo empresarial, no desenvolvimento local e no ordenamento e planeamento do território (apoiados nas suas experiências e vivências), que vivem e trabalham na região. Inclui, ainda, esta fase o **levantamento e leitura dos muitos e diferentes estudos e trabalhos**, incluindo o manifesto do Douro (2004), que, nos últimos anos, foram sendo produzidos sobre a região (provavelmente, uma das regiões mais estudadas do nosso país);
- A **visão e estratégia (fase B) que se projeta para um horizonte alargado de desenvolvimento**, em que se pretende gerar desafios de mobilização coletiva, para alterar as realidades de hoje e construir um futuro mais atrativo e com mais qualidade de vida para as populações durienses, amanhã.
- Um **plano de ação (fase C) que identifica as ações e projetos que são estruturados em iniciativas integradas/patamares**, que resulte de uma concertação alargada de protagonistas e atores, e se articulem com os objetivos e prioridades definidos para os territórios de convergência, pela União Europeia.

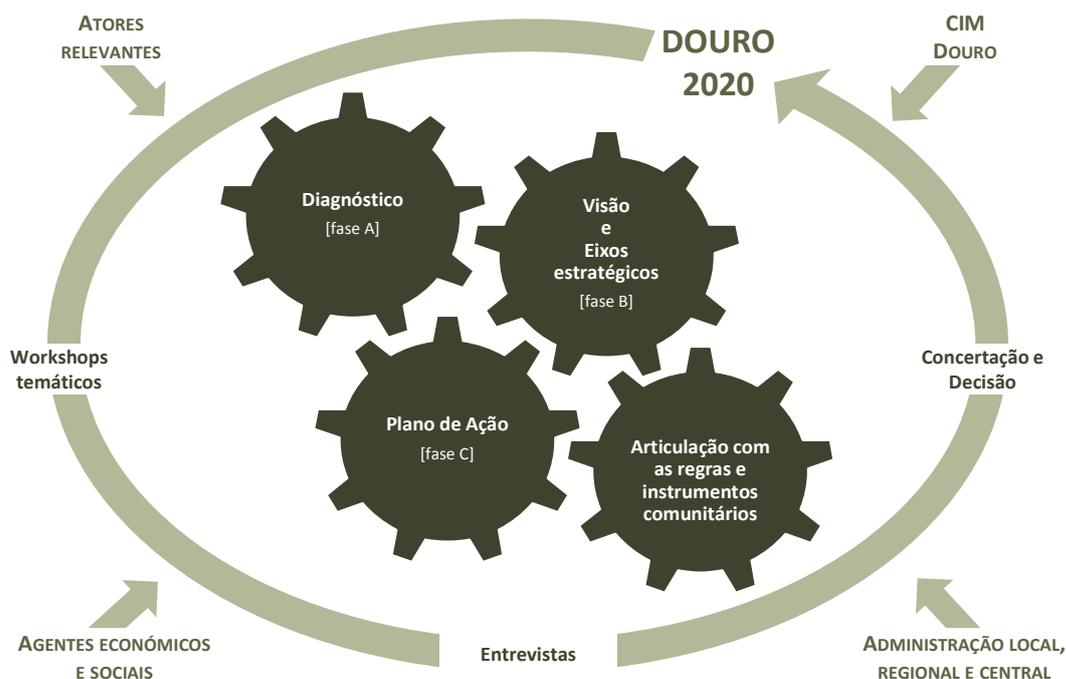
A estratégia tem, assim, uma base de partida que nos permite **delinear percursos e caminhos** que convergem para a concretização de objetivos e metas.

A **fase A/ Diagnóstico** permite encontrar respostas às questões **“quem somos, como estamos, como chegámos aqui?”** Ou seja, onde nos encontramos, quais as potencialidades e oportunidades e quais os problemas e constrangimentos que a região enfrenta, assim como quais as grandes prioridades/desafios que teremos agarrar para “dar a volta à região”. Mas, só saberemos definir os caminhos se formos capazes de saber **onde queremos chegar (fase B/ Visão e Estratégia). Que região queremos em 2020?** E que apostas e desígnios? Mais atrativa e com mais qualidade de vida, do que hoje, para as pessoas que nela vivem, trabalham, investem e a visitam? Sim, mas com que instrumentos e ações? e, em função da resposta a estas questões, estaremos em condições de delinear as **Apostas Estratégicas/ As Apostas VINTAGE 2020** e os **Eixos Estratégicos** que nos orientarão sobre os caminhos que teremos de trilhar.

Os eixos estratégicos e as **ações integradas/ Patamares do Desenvolvimento** surgirão como as componentes que dão “corpo e músculo” à estratégia e visão que se quer para a região. A concretização desta **fase C (Plano de Ação)** e de todo o processo, pressupõe um quadro de intervenção o mais alargado possível (ao nível territorial e de parcerias) que “rompa” com visões localistas e municipalistas,

permitindo ganhar massa crítica e eficácia nos resultados, e afirmar um novo espaço para o Poder Local e para as políticas territorializadas. Este novo espaço de intervenção, se conseguir conjugar a **intermunicipalidade** (construída de “baixo para cima”, valorizando as ações setoriais) com a **supramunicipalidade** (construída de “cima para baixo”, valorizando as ações temáticas transversais), acrescentará, seguramente, mais eficiência na gestão dos recursos e valor aos projetos e ações de desenvolvimento à região.

Figura 2. As fases do planeamento aplicado às estratégias de desenvolvimento integrado 2014-2020



Fonte: AM&A

Processo de participação

A construção de uma sólida estratégia, num território de “diversidades”, com tão fortes sedimentos históricos e potencialidades locais e socioculturais, como é a região do Douro, em momentos de fortes mudanças e incertezas na região, no país e no mundo, reforça a necessidade de implicar e envolver um cada vez maior número de protagonistas do território, e de fora do território, para se estabelecerem parcerias e prioridades que permitam ganhar força económica e social e “puxar a região para cima”.

O processo de construção da estratégia para o Douro 2020 foi iniciado com a **realização de duas apresentações**, sobre as orientações e **prioridades** do novo período de **programação estrutural**, com o **Conselho Intermunicipal da Região do Douro** (em Vila Nova de Foz Côa e Lamego), e de **três workshops temáticos** (crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo) que tiveram lugar no Museu do Douro (Peso da Régua), no mês de Dezembro de 2013. Foram ainda realizadas sete reuniões com a CIM Douro e respetiva equipa técnica.

No contexto dos **workshops participaram cerca de 40 entidades públicas e privadas da região**, convidadas, permitindo uma reflexão e debate sobre os grandes problemas que a região deve enfrentar

(contribuindo para o diagnóstico prospetivo) e ainda sobre as potencialidades de desenvolvimento que a região possui e quais devem ser as grandes apostas, no contexto nacional e internacional.

Quadro 1. *Workshops e focus groups* desenvolvidos e atores envolvidos

No âmbito do processo de participação foram realizados os seguintes *workshops*:

- ✓ **Crescimento inteligente** - dia 17 de Dezembro de 2013 - Museu do Douro, Peso da Régua;
- ✓ **Crescimento sustentável** - dia 17 de Dezembro de 2013 - Museu do Douro, Peso da Régua;
- ✓ **Crescimento inclusivo** - dia 18 de Dezembro de 2013 - Museu do Douro, Peso da Régua.

Nos *workshops* referidos estiveram presentes os seguintes atores:

- ✓ Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Marão e Douro Norte
- ✓ Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes - ARDAD
- ✓ Associação de Empresas do Vinho do Porto - AEVP
- ✓ Associação de Municípios do Douro Superior - AMDS
- ✓ Associação de Municípios do Vale do Douro Sul - AMVDS
- ✓ Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes - AETUR
- ✓ Associação Empresarial de Vila Real - NERVIR
- ✓ Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento - A2000
- ✓ Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense (Cluster dos Vinhos da Região do Douro) - ADVID
- ✓ Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Vila Real (Sabrosa) - APPACDM
- ✓ Artenave, Atelier - Associação de Solidariedade
- ✓ Barcadouro - Sociedade de Turismo Fluvial e Terrestre Lda.
- ✓ Beira Douro - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro
- ✓ Bosque, Lda.
- ✓ Cáritas Diocesanas de Vila Real
- ✓ Casa do Douro
- ✓ Centro Distrital de Segurança Social (CDSS) de Vila Real
- ✓ Comunidade Intermunicipal do Douro - CIM Douro
- ✓ Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS
- ✓ Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - DRAPN
- ✓ Direção Regional de Cultura do Norte - Museu de Lamego
- ✓ Douro Azul, S.A.
- ✓ Estrutura de Missão do Douro - EMD
- ✓ Fundação Casa de Mateus
- ✓ Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP - Delegação do Norte e Douro
- ✓ Museu do Douro
- ✓ Resíduos do Nordeste, EIM
- ✓ SPA Consultoria
- ✓ SYMINGTON - Family Estates
- ✓ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD
- ✓ Wine Moments & Gourmet

Foram, ainda, organizadas e concretizadas um conjunto de entrevistas presenciais a atores específicos e especializados no sentido de clarificar e aprofundar algumas matérias de relevo para o presente instrumento de planeamento.

Quadro 2. Processo de auscultação de atores

Foram desenvolvidas um conjunto de entrevistas dirigidas aos seguintes atores:

- ✓ Associação de Empresas do Vinho do Porto - AEVP
- ✓ Associação Empresarial de Vila Real - NERVIR
- ✓ Comunidade Intermunicipal do Douro – CIM Douro
- ✓ Liga dos Amigos do Douro Património Mundial - LADPM
- ✓ Estrutura de Missão do Douro - EMD
- ✓ Instituto dos Vinhos do Douro e Porto - IVDP
- ✓ Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP - Delegação do Norte e Douro
- ✓ Núcleo Empresarial da Região de Bragança – NERBA
- ✓ Parque Arqueológico do Vale do Côa
- ✓ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD

Foram ainda auscultadas as seguintes Associações de Desenvolvimento Local (ADL's):

- ✓ Associação de Desenvolvimento Douro Superior
- ✓ Associação do Douro Histórico
- ✓ Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente
- ✓ Beira Douro - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro

Figura 3. Estrutura dos *workshops* temáticos



Figura 4. *Workshops* temáticos desenvolvidos (Museu do Douro, Peso da Régua)



Figura 5. Reuniões com o Conselho Intermunicipal da CIM Douro (vários locais)



Orientações relativas ao período de programação comunitária 2014-2020



Orientações relativas ao período de programação comunitária 2014-2020

A estratégia de desenvolvimento integrado para a Região do Douro não pode deixar de considerar as **principais orientações da Comissão Europeia**, para o próximo período de programação comunitária-2014-2020 (**ver anexo**), já que para a concretização da grande maioria dos projetos e ações, decorrentes desta estratégia, torna-se necessário recorrer ao financiamento comunitário.

A Estratégia Europa 2020 constitui o referencial central das políticas comunitárias para a próxima década, assim como do desenho do orçamento da UE para 2014-2020. A Estratégia Europa 2020 corporiza o consenso alcançado entre os EM da UE, sendo que os objetivos que lhe estão subjacentes norteiam as decisões de investimento e as prioridades definidas pelos vários Estados, criando as condições para um crescimento que se pretende:

- **Inteligente**, mediante a aposta na educação, na investigação, no conhecimento e na inovação;
- **Sustentável**, pela prioridade atribuída à transição para uma economia de baixo teor de carbono e uma indústria competitiva, promovendo a eficiente utilização de recursos, de uma forma mais ecológica e competitiva;
- **Inclusivo**, por via da criação de emprego e redução da pobreza, como garante da coesão social e territorial.

Os cinco grandes objetivos definidos para a UE no seu todo ao nível do emprego, da I&D e inovação, das alterações climáticas e energia, da educação e da pobreza e exclusão social deverão ser atingidos por via de um conjunto de medidas a tomar, a nível nacional e comunitário. A interligação e a interdependência entre tais objetivos afiguram-se como evidentes: a melhoria da educação contribui para o aumento do emprego e para a redução da pobreza; uma economia mais fortemente baseada em I&D e inovação, promovendo a eficácia na aplicação de recursos, torna a Europa mais competitiva e gera mais postos de trabalho; o investimento em tecnologias mais limpas contribui para a luta contra as alterações climáticas e cria novas oportunidades para o comércio e para o emprego.

A operacionalização da Estratégia Europa 2020 assenta em **sete “iniciativas emblemáticas”**: a **Agenda Digital** para a Europa, a **União da Inovação**, a **Juventude em Movimento**, Uma **Europa Eficiente** em termos de recursos, Uma política industrial para a era da globalização, **Agenda para Novas Competências e Empregos** e **Plataforma Europeia para a pobreza**, abarcando domínios que poderão contribuir para os objetivos de crescimento e emprego definidos para 2020. A concretização das metas estabelecidas pela Estratégia Europa 2020 é garantida por um modelo de governação económica que zela pela coordenação das medidas políticas a nível nacional e europeu.

Figura 6. Estratégia Europa 2020: para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo



Abordagens territoriais integradas

A Agenda Territorial da UE 2020 enfatiza a importância e diversidade do território e incentiva recurso a abordagens experimentais na implementação e desenvolvimento das políticas. São, assim, definidas **seis prioridades territoriais** para a Europa 2020:

- Promover um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado;
- Apoiar o desenvolvimento integrado nas cidades, no meio rural e em áreas específicas;
- Promover a integração territorial nas regiões funcionais transfronteiriças e transnacionais;
- Garantir a competitividade global das regiões tendo por base economias locais fortes;
- Melhorar a conectividade territorial para os indivíduos, comunidades e empresas;
- Gerir e interligar os valores ecológicos, paisagísticos e culturais das regiões.

Neste quadro é fundamental desenvolver uma nova cultura de parcerias para os resultados, suportada no planeamento cuidado e em mecanismos robustos de governação, que assegurem uma assunção plena de responsabilidades contratuais, quer seja no âmbito de intervenções de cariz temático, quer seja de cariz territorial.

O novo quadro regulamentar comunitário determina que devem ser fomentadas abordagens territoriais integradas, com elevado grau de maturidade e adequado enquadramento em termos de planeamento, de forma a aumentar a probabilidade de obtenção dos resultados, estando previstos três instrumentos:

- **Investimento Territorial Integrado (ITI):** ferramenta eficiente e flexível para implementar estratégias territoriais de forma integrada, financiada por vários programas operacionais ou eixos prioritários de um mesmo PO. Os elementos-chave de um ITI são: um território designado; uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado; um conjunto de ações a implementar e um acordo de governação para gestão.

- **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC):** ferramenta específica a ser utilizada ao nível sub-regional, baseia-se na abordagem do programa LEADER, diz respeito a todos os fundos abrangidos pelo QEC e pressupõe uma utilização agregada e integrada dos fundos para concretizar as estratégias de desenvolvimento local geridas por Grupos de Ação Local (GAL);
- **Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS):** pretendem estruturar operações fundamentadas em estratégias de desenvolvimento urbano, a implementar através de ITI, podendo desta forma envolver investimentos suscetíveis de financiamento pelos diversos Fundos Comunitários (FEDER, FC e FSE), assumindo as escalas regional, intermunicipal e municipal como referenciais estratégicos, sendo operacionalizadas à escala da área urbana para a concretização dos respetivos desígnios económicos, sociais, ambientais e climáticos.

A política de coesão europeia 2014-2020 aplicada a Portugal

Ao direcionar os recursos regionais para a criação de emprego e para investimentos e iniciativas que promovam um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, a Política de Coesão Europeia para o período 2014-2020 apresenta-se assim, como o instrumento privilegiado na estratégia da UE para alcançar as metas da Estratégia Europa 2020, no conjunto de indicadores selecionados para o efeito. E que o quadro seguinte sintetiza, para o caso de Portugal.

Quadro 3. Metas nacionais associadas à Estratégia Europa 2020 e situação atual

Objetivo	Indicadores	Situação atual	Meta PT2020
Reforço da I&D e inovação	I&D no PIB (%)	1,5% ⁽¹⁾	Entre 2,7% e 3%
Mais e Melhor Educação	Taxa de abandono escola precoce <i>(% da população entre os 18-24 anos)</i>	20,8% ⁽²⁾	10%
	Peso da população com ensino superior ou equiparado <i>(% da população entre os 30-34 anos)</i>	27,2% ⁽²⁾	40%
Clima/Energia	Redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) <i>(variação % face a 2005 em emissões não CELE)</i>	-8% ⁽³⁾	+1%
	% energias renováveis no consumo de energia final	24,9% ⁽¹⁾	31%
	Eficiência energética <i>(ganho % no consumo de energia primária face a 2005)</i>	16,5% ⁽¹⁾	20%
Aumentar o emprego	Taxa de emprego <i>(% da população 20-64 anos)</i>	66,5% ⁽²⁾	75%
Combate à pobreza e às desigualdades sociais	Variação da população em risco de pobreza/exclusão social <i>(face a 2008)</i>	-156 mil ⁽⁴⁾	
	Pessoas em risco de pobreza/exclusão social*	2.601 (24,4%) ⁽¹⁾	Redução de pelo menos 200 mil pessoas pobres
	Risco de pobreza* <i>(pessoas que vivem com menos de 60% da mediana do rendimento nacional)</i>	1.919 (18%) ⁽¹⁾	
	Privação material* <i>(pessoas que tenham pelo menos quatro das nove situações de privação definidas)</i>	881 (8,3%) ⁽¹⁾	
Pessoas que vivam num agregado familiar sem emprego* <i>(individuos no grupo etário 0-59 anos que vivem em agregados onde ninguém trabalha em)</i>	666 (8,2%) ⁽¹⁾		

Nota: *Unidades: 1.000 pessoas e em % do total da população; (1) valores de 2011; (2) valores de 2012; (3) Dados provisórios, com base na versão preliminar do inventário de emissões 2013; (4) RCM n.º 33/2013.

Fonte: PNR 2020, RCM n.º 33/2013 e Eurostat

Diagnóstico prospectivo



Diagnóstico prospetivo

Apresentação da região

A região do Douro localiza-se no interior norte de Portugal, possui uma área de aproximadamente 4.112 km² e é composta por dezanove concelhos. Do ponto de vista demográfico, a região possui 205.902 habitantes (Censos 2011) e uma densidade populacional de 50,1 Hab./km², valor inferior ao referencial do país (114,5 Hab./km²) e da NUTS II Norte (173,3 Hab./km²). Entre 2001 e 2011 (referencial Censos), a região sofreu uma diminuição do quantitativo demográfico (-7,2% residentes).

O Douro possui **a região vitícola demarcada e regulamentada mais antiga a nível mundial**, tendo sido criada no reinado de D. José I, pelo Marquês de Pombal, no ano de 1756. Do ponto de vista físico, a região encontra-se dividida em três “territórios” com características distintas ao nível edafo-climático, a saber:

- **Baixo-Corgo** | com aproximadamente 51% do território, é toda a margem direita do Rio Douro, desde Barqueiros ao rio Corgo (Régua). Na margem esquerda, desde a freguesia de Barrô até o rio Tedo;
- **Cima-Corgo** | com aproximadamente 36% do território, vai até ao meridiano que passa no Cachão da Valeira;
- **O Douro Superior** | com aproximadamente 13% do território, dá continuidade e vai até à fronteira espanhola.

O rio Douro e respetivos vales, encostas e patamares surgem como os elementos geográficos estruturante de todo este território, sendo o centro de uma **densa rede hidrográfica que apresenta importantes afluentes** (na margem direita, os rios Sabor, Tua, Corgo, Pinhão e Sabor e, na margem esquerda, os rios, Varosa, Tedo, Távora, Torto e Côa). A região apresenta características marcadamente rurais, sendo pautada pela monumentalidade física que possui a sua estrutura geomorfológica, marcada pela intervenção singular do homem, essencialmente, pela forma como moldou a paisagem e adaptou o território à produção vitivinícola e agrícola, facto que marca a identidade e a sua cultura. **A cultura da vinha e do vinho** constitui-se como a base fundamental do sustento económico da região, possuindo uma marca e imagem de relevo à escala nacional e internacional, desde do vinho generoso, ao vinho de mesa, passando pela elevada qualidade dos espumantes naturais.

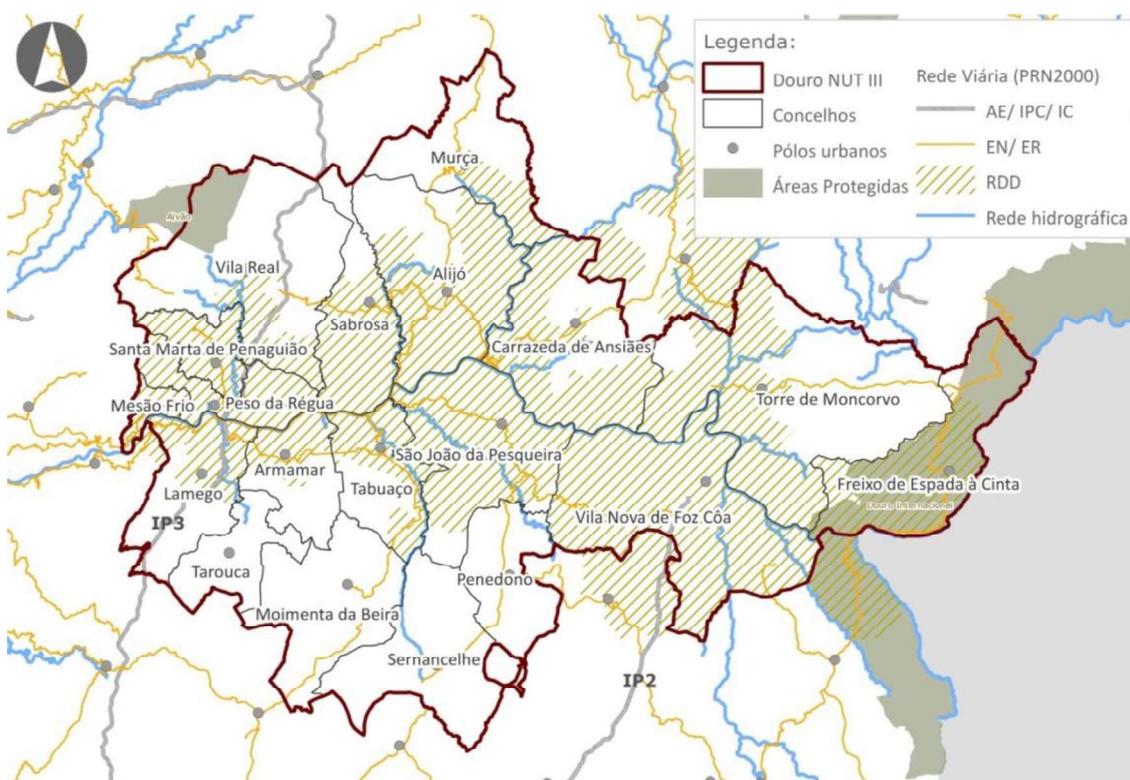
A região é ainda marcada pela **extensa área de produção agrícola e hortofrutícola de gama variada**, como a maçã, a uva, a cereja, a batata, a castanha, a amêndoa e a azeitona, bem como outros produtos, que abastecem os mercados nacionais e internacionais, constituindo-se, ainda, como uma importante fonte de trabalho e de rendimento. Na atividade pecuária destaca-se a produção de gado caprino e bovino. Neste âmbito, importa destacar o elevado número de produtos atualmente certificados e com denominação de origem protegida.

Os valores arqueológicos e patrimoniais, da região, fazem justiça a uma ocupação humana secular (Mosteiros dos séculos XII/ XIII como S. João de Tarouca e Salzedas; casas senhoriais barrocas como o Palácio de Mateus ou o Solar da Rede; Santuário da Nossa Senhora dos Remédios). A existência de **dois patrimónios inscritos na lista do património mundial, classificados pela UNESCO**, reforça a

importância, o valor e o seu potencial. O **Alto Douro Vinhateiro**, onde se produz vinho desde o século dezoito, como a denominação de vinho do porto, produto de qualidade, gerador de elevada criação de riqueza, promoveu o desenvolvimento de uma paisagem cultural de enorme beleza natural e que é reflexo da evolução social, económica e tecnológica; por outro lado, os **Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa**, um valioso conjunto de núcleos de arte rupestre, considerado “*uma ilustração excepcional do desenvolvimento cultural humano, demonstrando, a vida social, económica e espiritual do primeiro antepassado da humanidade*” (site CM. Foz Côa).

O sistema urbano destaca-se pela expressão funcional exercida pelo **eixo urbano - Lamego, Peso da Régua e Vila Real**, com uma extensão de cerca de 40km de extensão que concentra cerca de 44% da população residente na NUTS III Douro. Este eixo urbano agrega a totalidade dos estabelecimentos de ensino superior existentes da região (Universidade da Trás-os-Montes e Alto Douro e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego). Verifica-se ainda que a Área Metropolitana do Porto (AMP) exerce sobre o Douro um efeito de polarização e de influência funcional, desde logo, por se constituir como a segunda centralidade do sistema urbano nacional e o maior polo urbano do Norte do país. A estrutura urbana assenta essencialmente em **três eixos viários principais** (IP3/ A24, IP2 e IP4) e, ainda, no eixo ferroviário que se desenvolve desde a cidade do Porto ao Pocinho, estruturante ao nível da mobilidade de pessoas e mercadorias e portador de significado histórico, pelo que representou, e representa, para o desenvolvimento e competitividade da região.

Mapa 1. Território abrangido pelo Douro na preparação do período 2014-2020



Fonte: AM&A com base em rede viária de 2008

Evolução recente e posicionamento nacional

A compreensão da evolução recente e do posicionamento da região do Douro no contexto nacional tem como objetivo **sintetizar as trajetórias globais da região**, sinalizando as condições de partida e analisando o percurso que conduziu aos posicionamentos atuais (Quadro 5). Este exercício é de especial importância uma vez que fornece informação relevante para a construção estratégica e para opções a tomar:

- **Continuidade** | pelo reforço dos fatores competitivos até agora preconizados;
- **Por soluções de compromisso** | reequilibrando os atuais instrumentos e prioridades;
- **Radical abandono de determinadas opções de desenvolvimento** | devido à comprovação da sua inoperância.

A trajetória de crescimento do Douro descreve uma região que revela a **urgência de reforço do respetivo processo de convergência**, de aposta duradoura na reconversão económico-empresarial e a necessidade de estruturação de uma sólida resposta aos efeitos conjunturais sobre o nível de vida da região.

O Douro é um **território unido em torno do rio** e distintivo do ponto de vista das valias naturais, paisagísticas e culturais que encerra mas que, representando 4,6% da riqueza total gerada no Norte e alcançando apenas 83% do PIB *per capita* desta NUTS II (2011), **enfrenta fortes desafios de reforço da competitividade e de coesão económica, social e territorial** (Quadro 4).

Quadro 4. Evolução do PIB, população e PIB per capita da região do Douro | 1995-2011

		1995	2000	2005	2007	2010	2011
Douro	População (n.º)	231.976	220.422	216.155	213.019	206.789	207.063
	PIB (milhões de euros)	1.128	1.508	1.886	2.052	2.261	2.229
	PIB <i>pc</i> (euros)	4.861	6.841	8.723	9.631	10.932	10.764
Face ao Norte	População (%)	6,5%	6,1%	5,8%	5,7%	5,5%	5,5%
	PIB (%)	4,3%	4,1%	4,4%	4,3%	4,6%	4,6%
	PIB <i>pc</i> (Norte=100)	66	68	76	76	84	83
Face a Portugal	População (%)	2,3%	2,2%	2,1%	2,0%	1,9%	1,9%
	PIB (%)	1,3%	1,2%	1,2%	1,2%	1,3%	1,3%
	PIB <i>pc</i> (PT=100)	56	55	60	60	67	67

Nota: População de referência utilizada nas Contas Regionais (este valor de população não é coincidente com a população dos Censos).
Fonte: INE, Contas Regionais; População de referência utilizada nas Contas Regionais

Entre 2004-2011, observa-se um forte dinamismo empresarial na região com variações na ordem dos 9% em termos de unidades empresariais e de 11% relativamente ao pessoal ao serviço. Contudo, o ciclo conjuntural recessivo, que se abateu sobre a economia portuguesa a partir de 2008, traduziu-se num ciclo de perda de dinamismo económico com uma redução de 0,8% no número de postos de trabalho e de 3% de unidades empresariais.

A nível concelhio, os principais polos empresariais e de emprego do Douro são Vila Real, Lamego, Peso da Régua e Alijó que representam mais de 50% do potencial económico da região. A maioria das unidades administrativas do Douro presenciou um **dinamismo empresarial bastante positivo** entre 2004-2011, enquanto, ao nível do emprego, os únicos concelhos onde se registaram perdas de emprego

foram Peso da Régua (-5,2%), Vila Nova de Foz Côa (-4,4%) e Tabuaço (-2,4%). Esta tendência globalmente favorável foi travada entre 2008-2011, período onde a destruição de empresas e de emprego foi significativa.

Num contexto de progresso transversal das regiões portuguesas, tendo por base o crescimento absoluto do PIB *per capita* - principal indicador simples de desempenho e desenvolvimento económico - quanto ao processo de convergência, relativamente ao Douro podem retirar-se as seguintes conclusões:

Esta região registou um processo de **convergência positiva** ao longo dos últimos três períodos de programação estrutural (1995-2011), revelando a melhor performance entre as regiões da NUTS II Norte - que globalmente descreveu um processo de divergência negativa - e superando o ritmo de crescimento económico nacional, que ainda assim, não permitiu um alinhamento económico em patamares superiores (Gráfico 1).

Se em 1995 o Douro cobria apenas 55% do PIB *per capita* nacional, em 2011, esse valor estabeleceu-se no, ainda não satisfatório, posicionamento de 67%, **sendo a quarta região NUTS III do país e a segunda região do Norte com menor capacidade de geração de riqueza por habitante (11 mil euros/habitante)**. Isolando os impactos dos efeitos conjunturais nas 30 regiões portuguesas, pela análise da evolução do PIB *per capita* entre 2007-2011, constata-se que o Douro demonstrou uma **forte capacidade de resistência face aos recuos económicos** verificados no panorama nacional, apenas superado pelos desempenhos do Pinhal Interior Sul, o que, em parte, pode ser explicado pela assinalável perda populacional nestes territórios, facto que conduz à redução do denominador deste indicador, elevando o seu valor final (Gráfico 2).

A decomposição da trajetória do modelo competitivo, por via da produtividade (eficiência) ou por via do emprego (intensidade na utilização de recursos humanos) e a observação da variação populacional intercensitária, permitem compreender e qualificar as características dos processos de divergência e convergência ocorridos no contexto da região Norte e da NUTS III em análise, constatando-se que a **convergência positiva do Douro** face ao país, verificada entre 1995 e 2010, resulta da **melhoria simultânea na intensidade de utilização dos recursos humanos e na produtividade**.

A referida **regressão demográfica do Douro** é característica comum entre os territórios de baixa densidade e de interioridade, tipologia territorial na qual se enquadra. Com cerca de 206 mil habitantes (aproximadamente 6% do total da NUTS II Norte), esta é a segunda região do Norte que mais população perdeu no período intercensitário (-7,2%, o equivalente a cerca de menos 16 mil efetivos populacionais), sendo este o quinto maior decréscimo no contexto nacional (Gráfico 4 e Gráfico 5), num panorama onde a única evolução positiva a nível concelhio se regista em Vila Real (3,8%). Esta tendência duriense resulta de uma dupla evolução negativa dos saldos natural (-4,1%) e migratório (-3,1%), componentes explicativas do crescimento populacional. **Os impactes, nos profundos problemas de sustentabilidade demográfica**, no Douro estão também presentes no facto de se assumir como uma região globalmente repulsiva com uma taxa de repulsão de -2,1% (Mapa 2).

O **envelhecimento populacional** é também um fenómeno evidente e em agravamento. Entre 2001 e 2011, o índice de dependência total no Douro aumentou (57,1% em 2011, +2 p.p. comparativamente a 2001), facto totalmente justificado pelo crescimento da representatividade dos idosos no total da população ativa (36,4%, +5,4 p.p. face a 2001) que mais do que compensa a quebra observada no peso dos jovens (20,7% em 2011, -3,5 p.p. face a 2001).

Uma análise compósita do desempenho das regiões pode ser feita avaliando o **posicionamento no ranking do índice sintético de desenvolvimento regional**, que *“pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, em resultado do efeito conjugado do desempenho nas vertentes da competitividade, coesão e qualidade ambiental”* (Gráfico 6). No contexto das 30 NUTS III de Portugal, em 2010, o Douro era a 10.ª região pior colocada no *ranking* do índice sintético de desenvolvimento regional, posição pouco favorável que pode ser explicada pela seguinte combinação de desempenhos:

- **Recuos ao nível da competitividade regional** (5.ª pior posição em 2010), dimensão em que se pretende *“captar o potencial de cada sub-região para um bom desempenho (em termos de recursos humanos, ou respeitando a infraestruturas físicas), o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, finalmente, a eficácia na geração e atração de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir”*.
- **Avanços em termos de coesão** (25.ª posição em 2004, 19.ª posição, em 2010), dimensão associada ao *“grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, aos perfis conducentes a uma maior inclusão social e à **eficácia das políticas públicas traduzidas no aumento da qualidade de vida e na redução das respetivas disparidades**”*.
- **Excelente posicionamento ao nível da qualidade ambiental** (3.ª posição em 2010), dimensão que *“capta as pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente, numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território, os respetivos efeitos sobre o estado do mesmo e as consequentes respostas económicas e sociais”*.
- Estes posicionamentos colocam redobradas responsabilidades na manutenção e mesmo na melhoria das questões relacionadas com a coesão e qualidade ambiental e exige uma **maior atenção às problemáticas da competitividade num território** onde o desenvolvimento económico sustentável é uma prioridade incontornável.

Quadro 5. Principais indicadores: evolução recente e do posicionamento no contexto nacional

	Douro	Norte	Portugal
<i>Competitividade</i>			
PIB <i>per capita</i> , euros (2011)	10.764	12.928	16.059
Varição do PIB <i>per capita</i> (2000-2011)	57,3%	28,8%	29,0%
Produtividade, euros (2010)	24.314	30.022	34.994
Taxa de utilização dos recursos humanos (2010)	45,0%	43,5%	46,4%
<i>População</i>			
Taxa de crescimento populacional (2001-2011)	-7,2%	0,1%	2,0%
Taxa de crescimento populacional natural (2001-2011)	-4,1%	1,3%	0,2%
Taxa de crescimento populacional migratório (2001-2011)	-3,1%	-1,3%	1,8%
Taxa de atração/repulsão (2001-2011)	-2,1%	-0,8%	1,2%
Índice de dependência total (2011)	57,1%	47,5%	51,3%
Índice de dependência de jovens (2011)	20,7%	22,3%	22,5%
Índice de dependência de idosos (2011)	36,4%	25,2%	28,8%
<i>Desenvolvimento regional</i>			
Índice sintético de desenvolvimento regional (2009)	96,3	98,3	100,0
Índice sintético de competitividade (2009)	84,7	97,3	100,0
Índice sintético de coesão (2009)	97,8	97,6	100,0
Índice sintético de qualidade ambiental (2009)	107,4	100,2	100,0

Fonte: INE, Contas regionais, Censos 2001 e 2011 e Anuários Estatísticos Regionais

Quadro 6.
Evolução da dimensão atual da região do Douro por concelhos | 2011

Referências territoriais	População			Unidades empresariais				Pessoal ao serviço			
	2011	%	Varição 2001-2011	2011	%	Varição 2004-2011	Varição 2008-2011	2011	%	Varição 2004-2011	Varição 2008-2011
Alijó	11.942	5,8%	-16,6%	1.133	5,9%	13,4%	2,5%	2.424	5,4%	25,1%	9,2%
Armamar	6.297	3,1%	-16,0%	618	3,2%	13,6%	8,6%	1.347	3,0%	30,0%	5,4%
Carraceda de Ansiães	6.373	3,1%	-16,6%	582	3,0%	7,2%	-1,7%	979	2,2%	0,3%	3,4%
Freixo de Espada à Cinta	3.780	1,8%	-9,7%	284	1,5%	8,4%	-1,4%	642	1,4%	26,1%	1,3%
Lamego	26.691	13,0%	-4,9%	2.419	12,6%	12,4%	-3,9%	5.570	12,4%	4,9%	-7,3%
Mesão Frio	4.433	2,2%	-10,0%	305	1,6%	9,7%	1,3%	665	1,5%	6,2%	7,8%
Moimenta da Beira	10.212	5,0%	-7,8%	979	5,1%	2,4%	-3,1%	2.065	4,6%	16,3%	-1,2%
Murça	5.952	2,9%	-11,8%	540	2,8%	2,7%	-7,5%	956	2,1%	3,6%	-9,0%
Penedono	2.952	1,4%	-14,3%	262	1,4%	3,6%	-1,1%	435	1,0%	6,9%	6,4%
Peso da Régua	17.131	8,3%	-9,0%	1.523	8,0%	6,9%	-8,5%	3.728	8,3%	-5,2%	-12,9%
Sabrosa	6.361	3,1%	-9,5%	564	2,9%	23,1%	0,5%	1.119	2,5%	10,2%	-4,8%
Santa Marta de Penaguião	7.356	3,6%	-14,2%	631	3,3%	14,5%	-0,2%	1.260	2,8%	9,5%	-1,3%
São João da Pesqueira	7.874	3,8%	-9,0%	813	4,3%	13,5%	4,6%	1.540	3,4%	3,8%	-3,3%
Sernancelhe	5.671	2,8%	-8,9%	507	2,7%	5,2%	-0,6%	1.137	2,5%	4,8%	-5,7%
Tabuaço	6.350	3,1%	-6,4%	455	2,4%	0,9%	-2,6%	907	2,0%	-2,4%	-7,9%
Tarouca	8.048	3,9%	-3,1%	651	3,4%	16,9%	3,2%	2.137	4,8%	0,0%	6,7%
Torre de Monconvo	8.572	4,2%	-13,6%	782	4,1%	7,4%	1,6%	1.859	4,1%	42,3%	43,7%
Vila Nova de Foz Côa	7.312	3,6%	-13,9%	702	3,7%	3,8%	1,2%	1.216	2,7%	-4,4%	4,4%
Vila Real	51.850	25,2%	3,8%	5.282	27,6%	5,6%	-7,5%	14.450	32,2%	14,5%	-1,9%
Douro ⁽¹⁾	205.902	100,0%	-7,2%	19.124	100,0%	8,5%	-3,0%	44.909	100,0%	10,5%	-0,8%
Norte	3.689.682	5,6%	0,1%	360.482	5,3%	4,7%	-7,2%	1.225.029	3,7%	0,3%	-7,1%
Portugal	10.562.178	1,9%	2,0%	1.112.000	1,7%	2,5%	-10,0%	3.735.340	1,2%	1,8%	-8,1%

Nota: (1) Este total corresponde à unidade territorial estatística tal como definida no INE, pelo que o somatório das partes não é igual ao valor inscrito na respetiva célula. Este critério é aplicado ao longo de todo o relatório.
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011 e Sistema de Contas Integradas das Empresas

Crescimento inteligente

A capacitação do Douro para um **crescimento inteligente pressupõe a compreensão dos atuais contornos do sistema económico e da competitividade regional**, aprofundando, dentro deste domínio, as problemáticas relacionadas com as características do tecido empresarial e do investimento, o perfil de especialização produtiva, a renovação económica dos territórios de baixa densidade e dos principais polos urbanos regionais e a qualificação dos recursos humanos.

O Douro concentra cerca de 4% do pessoal ao serviço e 5% das unidades empresariais da NUTS II Norte. Esta é uma região caracterizada por uma **elevada atomização empresarial, onde 97% das empresas emprega 9,0 ou menos trabalhadores** e regista uma dimensão **média de 3,4 trabalhadores/empresa**, particularidade que é globalmente verificada na região Norte (Gráfico 14). Entre 2004-2011, assiste-se a uma **dinâmica satisfatória de criação de emprego** (11%) superior ao crescimento do número de empresas (9%) o que indicia a implementação de iniciativas empresárias de média dimensão (Gráfico 12).

A evolução da estrutura setorial denota um **processo de terciarização da economia regional**, onde a população empregada nos serviços aumentou, entre 2001-2011, em 1%, e de decréscimo nos setores primário (-4,5%) e secundário (-2,3%), principalmente devido à redução das necessidades de recursos humanos associada, respetivamente, à mecanização e/ou abandono das atividades agrícolas e à desindustrialização (Gráfico 13).

A vinha, o vinho e a paisagem constituem o tripé mais valioso da região do Douro, uma vez que sobre estes se sustentam e dinamizam a vitivinicultura - atividade económica de base da região - e o turismo - atividade económica emergente e que parcialmente justifica a importância que a construção e as atividades imobiliárias aqui assumem, enquanto uma desagregação setorial mais fina ao nível industrial demonstra ainda a relevância das extrativas dado o potencial granítico regional.

O Douro apresenta uma economia **fortemente polarizada pelas atividades agrícolas**, coadjuvante com a vocação essencialmente vitivinícola. Acrescentam-se ainda produtos frutícolas (os casos da maçã, da cereja, da castanha ou das amêndoas), a olivicultura, muitas destas produções funcionando em modelo cooperativo. Estes elementos fazem da agroindústria um setor de afirmação natural apesar da necessidade de um reforço organizativo ao nível da cadeia de comercialização dos referidos produtos. No Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), este setor é referido como estratégico para Portugal. Neste documento, o Douro, inserido na **região turística do Porto e Norte**, é apresentado como um dos seis polos de desenvolvimento turístico a promover, destacando-se como fatores distintivos: o Vinho do Porto e a gastronomia e vinhos; o rio Douro e as encostas com plantações de vinha; quintas solares e aldeias vinhateiras; património natural/arqueológico; cultura local e o *cross-selling* com o Porto. São também identificados três produtos turísticos a serem preferencialmente desenvolvidos nesta região: *Touring* (incluindo cruzeiros fluviais), Gastronomia e Vinhos e Turismo de Natureza.

Atualmente, o setor do turismo no Douro ainda não se encontra devidamente estruturado sob a forma de “produto”, verificando-se uma **frágil capacidade de retenção de valias turísticas**, mas tem-se vindo a afirmar na região alicerçado no elevado capital patrimonial, paisagístico e cultural e sobre a atratividade vitivinícola do Douro. O **enoturismo** é, de facto, o **produto turístico estrutural da região**, de redobrada importância diante o resultado de um inquérito recente conduzido pelo Instituto de Turismo (IPDT), que refere que 37% dos operadores estrangeiros afirma que o vinho “é o melhor argumento de promoção do país fora de portas” e 31% dizem que “associa o vinho ao turismo nacional”. A **reduzida especialização no turismo do Douro** comparativamente ao verificado na NUTS II de inserção e no país: segunda região do Norte com o maior nível de sazonalidade (40% das dormidas a ocorrerem entre julho e setembro) e menor permanência média dos hóspedes estrangeiros (1,8 dias); capacidade de alojamento de 11 camas/1.000 habitantes, inferior às 28 nacionais; taxa de ocupação (24%) mais baixa face ao Norte (31%) e a Portugal (40%), factos vertidos nos menores proveitos de aposento por capacidade de alojamento.

Na estrutura de oferta de estabelecimentos turísticos na região do Douro predominam os hotéis (56%), tal como verificado na NUTS II Norte (54%) e a nível nacional (49%). As grandes diferenças estão nas restantes tipologias de alojamento, observando-se, face à realidade nacional, uma **menor diversificação do tecido turístico duriense**, com reduzida preponderância de outras formas de alojamento, para além das pensões que representam 33% do total.

A procura turística do Douro é principalmente nacional (80%), sendo o segundo destino menos internacional do Norte, contrariando o maior grau de internacionalização do turismo a nível nacional (perto de 70% das dormidas em Portugal são de estrangeiros). O principal emissor de turistas estrangeiros para a região Norte (11%) é o mercado espanhol, divergindo da maior representatividade do Reino Unido a nível nacional e do Douro (16% e 4%, respetivamente). O número de dormidas por 100 habitantes no Douro é de 95, quatro vezes inferior ao valor nacional, enquanto o número de hóspedes por cada 100 habitantes é apenas metade (70) deste referencial, denotando-se uma **clara necessidade de criação de condições para a atração de turistas**. Em 2012, existiam na região do Douro cerca de 2.303 camas (menos 38 face a 2000) e registaram-se aproximadamente 193 mil dormidas (menos 29.000 face a 2000).

Nesta contabilização deverá ter-se em conta a exploração do **potencial da Via Navegável do Douro que é um trunfo turístico para a região** e está devidamente sinalizado como infraestrutura de elevado valor acrescentado. Em 2011, a navegação turística mobiliza cerca de 60 embarcações e disponibiliza mais de 5.000 lugares, para um tráfego fluvial de turistas no Douro de 185 mil visitantes (taxa de ocupação de 48% face a 54% em 2007) tendo crescido 2% ao ano desde 2007. Neste contexto, é de referir que mais de 80% dos turistas fluviais do Douro optam por embarcações marítimo-turísticas, destacando-se por outro lado, a crescente procura de barcos hotel e o decréscimo da procura de embarcações de recreio. No caso dos barcos hotel, em 2011, a taxa de ocupação foi de 77%, a procura maioritariamente estrangeira (96%) e particularmente europeia (76%), destacando-se como principais mercados o francês

(19%), americano (18%) e britânico (16%). A taxa de ocupação das embarcações marítimo-turísticas tem vindo a reduzir-se (52% para 45% entre 2007 e 2011), sendo os seus utilizadores principalmente nacionais (81%).

Embora detendo um conjunto de capacidades endógenas de elevada qualidade e potencial, a especialização produtiva do Douro encontra-se **pouco capacitada de fatores-chave de alavancagem e retenção de riqueza de base local**, o que descortina fortes desafios de reforço das respetivas vantagens competitivas regionais, constatando-se:

- Uma estrutura económica que regista baixos índices de produtividade face ao país nos principais setores de especialização ligados à fileira agroalimentar.
- O posicionamento ligeiramente favorável do Douro face à evolução da produtividade a nível nacional (+4%);
- Uma reduzida especialização regional nas atividades “indústria e *utilities*” e “informação e comunicação”, onde revela maiores níveis de produtividade face ao país.

Atualmente, o Douro enfrenta o **duplo desafio de internacionalização** - da economia e do território. Em 2011, é a terceira NUTS III de Portugal com menor intensidade exportadora (3%), praticamente inalterada face a 2001 (2%). Contudo, esta região apresenta quatro setores com produtos de forte orientação para os mercados internacionais (comparando com o país) mas com diferentes evoluções: as indústrias alimentares e extrativas em retração e a indústria do material de construção e a agricultura, silvicultura e pescas em expansão, onde deve ser aportada uma forte estratégia de desenvolvimento competitivo. Por outro lado, coloca-se uma evidente **necessidade de promoção, internacionalização e reforço global do “destino”**.

O reforço das condições de competitividade, principalmente nos setores de vantagem intrínseca indiscutível, exige o fomento da qualificação e das competências na região. A qualificação e o desenvolvimento de competências é um elemento decisivo na promoção da competitividade e de processos sustentáveis de crescimento, dimensão onde as instituições de ensino profissional e superior assumem um papel de destaque enquanto agentes relevantes de formação.

O **ensino profissional parece enraizado no Douro** com mais de um quarto dos alunos matriculados no ensino secundário a frequentarem esta via de aprendizagem, mas denotando-se uma grande necessidade de coordenação da oferta e da procura, existente, numa lógica de rede. No **ensino superior é possível destacar a importância da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL)**, unidade orgânica do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), e pela **Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)**, sediada em Vila Real (com um polo em Chaves), composta por quatro escolas de natureza universitária - Ciências Agrárias e Veterinárias; Ciências da Vida e do Ambiente; Ciências e Tecnologia; Ciências Humanas e Sociais - e por uma escola de natureza politécnica - Superior de Enfermagem de Vila Real. Numa ótica de influência regional mais alargada, poderá ainda destacar-se o **Instituto Politécnico de Bragança (IPB)** que tem desenvolvido projetos de particular relevância para (e com) a região do Douro.

Em termos de resultados, entre 2001 e 2011, assistiu-se a uma melhoria significativa dos indicadores de qualificação superior no país e nas suas regiões. No caso do Douro, a proporção de população entre os 30 e 34 anos com ensino superior duplicou, sendo atualmente de 28%, apesar de estar abaixo do registado a nível nacional (34%) e na média da NUTS II Norte (30%).

Relativamente ao investimento empresarial, o Douro estava, em 2010, **entre as 15 regiões mais investidoras** (10%) no universo das 30 NUTS III de Portugal, numa tendência de crescimento face a 2004 (8%), tendo por base o indicador de esforço de investimento (rácio da FBCF no VAB).

No âmbito do I&D, o diagnóstico estatístico e os resultados do processo de auscultação revelam uma ainda **insuficiente orientação regional para as vantagens da inovação** e do seu aproveitamento como fator de melhoria da competitividade. Num momento em que se discute a estratégia de consolidação do Sistema Regional de Inovação do Norte (SRIN), torna-se relevante que o Douro se repositone nesta dinâmica, quer estrategicamente (estratégia de especialização inteligente), quer institucionalmente, e, assim, contrarie os constrangimentos identificados, dos quais se destacam:

- **Os baixos níveis de investimento em I&D que, no Douro**, representam, em 2011, cerca de 1,2% do PIB, ainda assim, o dobro do observado em 2005, mas abaixo do referencial nacional e do Norte;
- **Os níveis reduzidos de investimento de caráter mais inovador** que se revela, por exemplo, nos projetos aprovados pelos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas do QREN (nas médias e grandes empresas);
- **A incipiente estruturação de um microssistema regional de inovação de natureza mais setorial** e, portanto, mais orientado para as necessidades do tecido empresarial do Douro e para a respetiva especialização produtiva;
- **O desalinhamento entre a oferta de formação avançada e a capacidade de absorção** dos trabalhadores mais qualificados por parte da economia nacional e regional.

Particularmente, o setor vitivinícola tem vindo a beneficiar da investigação desenvolvida tanto a nível nacional como regional, sendo de destacar o papel desempenhado pela universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real), pela Escola de Biotecnologia da Universidade Católica (Porto) e pela universidade do Minho (Braga). Também a Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense (ADVID) tem desempenhado uma importante função como instituição de interface e de transferência de conhecimento dos centros de investigação para a atividade produtiva da região do Douro.

Quadro 7.
Indicadores e metas da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas de Portugal: crescimento inteligente

	Douro	Norte	Portugal	Objetivo 2020	
				PT	UE
Investimento em I&D, em % do PIB (2011)	1,2%	1,5%	1,5%	2,7%	3,0%
Proporção da população entre os 30 e os 34 anos de idade com o ensino superior (2011)	29,9%	28,2%	33,7%	40,0%	40,0%

Fonte: INE e Eurostat

Quadro 8.
Outros indicadores de enquadramento: crescimento inteligente

		Douro	Norte	Portugal
<i>Dinâmica do tecido empresarial</i>				
Grau de intensidade de investimento (2010)		10,3%	11,0%	12,3%
Nº de unidades empresariais (2011)		19.124	360.482	1.112.000
Variação absoluta das empresas (2004-2011)		8,5%	4,7%	2,5%
Pessoal ao serviço (2011)		44.909	1.225.029	3.735.340
Variação absoluta do pessoal ao serviço (2004-2011)		10,5%	0,3%	1,8%
Pessoal ao serviço (Taxa média de crescimento anual 2004-2011)	Setor primário	2,8%	1,9%	1,1%
	Setor indústria, construção e utilities	-0,1%	-2,4%	-2,6%
	Setor terciário	1,9%	2,1%	1,8%
População empregada (2011)		74.908	1.501.883	4.361.187
Variação absoluta da população empregada (2001-2011)		-6,7%	-9,3%	-6,2%
População empregada (Taxa média de crescimento anual 2001-2011)	Setor primário	-4,5%	-5,9%	-5,4%
	Setor indústria, construção e utilities	-2,3%	-3,4%	-3,4%
	Setor terciário	1,0%	1,2%	1,0%
<i>Internacionalização</i>				
Intensidade exportadora (2011)		3,2%	37,9%	28,7%
Estada média de hóspedes estrangeiros, em número de noites (2012)		1,8	2,1	3,5
Grau de internacionalização, em % de hóspedes estrangeiros (2012)		17,3%	39,5%	55,5%
Sazonalidade, em % de dormidas entre julho e setembro (2012)		40,1%	35,5%	39,7%

Nota: a seleção dos indicadores apresentados conjuga informação disponível ao nível de NUTS III com um enquadramento complementar à temática do crescimento inteligente.
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, Contas Regionais, Estatísticas do Comércio Internacional e Estatísticas do Turismo

Quadro 9. Análise SWOT - Crescimento inteligente

Forças

- A vitivinicultura de onde resulta o produto “vinho” de grande projeção internacional e forte orientação exportadora.
- Atratividade para os investimentos agroindustriais e de turismo
- Cultura do vinho enquanto elemento aglutinador dos patrimónios cultural, natural e paisagístico e de grande força simbólica e identitária
- Gastronomia rica e apreciada, composta por pratos típicos e por produtos regionais
- Presença de estabelecimentos de ensino superior na região, fator indutor de qualificação das pessoas e de promoção da inovação
- Oferta e procura do ensino profissional

Fraquezas

- Baixos níveis de produtividade nos setores de especialização regional
- Significativa atomização empresarial
- Ausência de uma liderança para a NUTS III Douro, traduzida na atomização institucional, na fraca densidade relacional e na debilidade de práticas de cooperação interempresarial e entre agentes públicos e privados
- Desarticulação e reduzida cooperação entre o turismo fluvial (barcos) e as “margens”
- Insuficiências ao nível da mobilidade intra e inter-regional rodoviária e ferroviária
- Informação desconectada e dispersa e ineficiente rede de transferência de conhecimento e tecnologia a nível regional
- Dificuldades na integração do potencial científico e tecnológico nas estruturas económicas da região

Oportunidades

- Consolidação da marca Douro, no sentido do ganho de escala, afirmação como destino turístico e território de excelência dos seus produtos
- Desenvolvimento competitivo do setor vitivinícola (vinho e vinha), pela diferenciação, penetração em novos mercados, pela aposta na permanente inovação tecnológica, promoção do investimento e qualificação empresarial
- Evolução do mercado turístico internacional com tendência de crescimento da procura de destinos com um mix de produtos similares à oferta potencial do Douro
- Desenvolvimento da Via Navegável do Douro, um recurso turístico e económico distintivo para a região
- Promoção da internacionalização dos produtos e do turismo, aproveitando a “moda” do Douro
- Potenciação das relações transfronteiriças a nível empresarial, da promoção turística do rio Douro e também institucional
- Uma organização da oferta e da procura da qualificação de recursos humanos em articulação com as realidades regionais

Ameaças

- Progressiva quebra de benefícios à interioridade, por exemplo, com o pagamento das SCUTS e redução das bonificações de IRC
- Desvalorização do vinho, principal produto regional, por via da quebra de preços nos mercados e forte concorrência do mercado internacional
- Conflitos entre a valorização económica e a preservação do “bem” Douro, nomeadamente devido às pressões imobiliárias

- A desativação de alguns troços ferroviários que traz redução de mobilidade e atratividade da região
- Estrutura económica atual de forte especialização, fragilizada pelas incapacidades de atração de investimento e pelos défices de iniciativa empresarial
- Dificuldade de inserção do Douro nos principais eixos de promoção do desenvolvimento tecnológica e da inovação
- Tendências de diminuição da procura de ensino superior
- Dificuldades de modernização e alargamento da cadeia de produção nos setores de especialização regional
- Globalização acelerada das atividades económicas, bem como a redução e reorientação progressiva das ajudas comunitárias, que poderão dificultar as apostas na promoção da competitividade de fileiras tradicionais da região
- Desaproveitamento de infraestruturas empresariais e ausência de recursos humanos especializados
- Crescimento do desemprego nos profissionais relacionados com as atividades do setor primário e abandono da atividade agrícola tradicional

Crescimento sustentável

A região do Douro apresenta um conjunto alargado de fatores distintivos e diferenciadores relacionados com o mosaico territorial, as condições naturais e a paisagem. A relação inequívoca da estrutura hidrográfica, da paisagem, da cultura popular e dos produtos endógenos, reforçam um conjunto de oportunidades de desenvolvimento em setores, como são a agricultura, a viticultura, o turismo, o património, a gastronomia e a cultura.

O Douro detém um conjunto de oportunidades essenciais, ligadas à **conjugação entre ambiente/ paisagem e cultura/ património**, que interessa potenciar. O Vale do Douro foi considerado um destino de excelência, no ano de 2008, pela Organização Mundial de Turismo (OMT), integrando as 77 “Maravilhas da Natureza do Mundo” e eleito do 16.º destino mundial para o “Turismo Sustentável”, em 2009, pela *National Geographic Society* (NGS). A **presença de dois patrimónios mundiais (UNESCO)**, reforçam o forte potencial de desenvolvimento que este território possui: considerando nomeadamente o desenvolvimento turístico, cultural e paisagístico:

O Alto Douro Vinhateiro (2001) – título que vem premiar a região vinícola demarcada mais antiga do mundo, pela facto de se tratar de uma região única que associa as virtudes do solo de xisto, a exposição solar e as características singulares de um microclima. Neste contexto, a paisagem, moldada pelo homem (paisagem cultural) assume um relevo basilar, tendo permitido a cultura do vinho, da oliveira, da amendoeira, onde ainda se intercalam elementos de interesse arquitetónico e patrimonial;

Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa (1998) – classificação atribuída pelo facto de se tratar de uma ilustração excecional que demonstra a secular vida humana na região. O Vale do Côa é considerado como um dos locais mais importantes de arte rupestre do mundo, nomeadamente de arte rupestre paleolítica de ar livre. No Vale do Côa existem 265 locais arqueológicos e 31 sítios com gravuras na pedra, espalhados numa área de 200 km², uma parte significativa que se encontra inacessível.

Paralelamente, a região é detentora de uma **rede bastante densa de património construído**, desde igrejas, capelas, solares edifícios e pontes medievais e renascentistas (grande parte imóveis classificados como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público), a par de museus e parques destinados ao turismo e à visitação, como é o caso do Museu do Douro (criado pela Lei 125/97), merecendo, ainda, particular destaque os edifícios da região do Barroco, como é o caso da Casa de Mateus (Vila Real).

O sistema urbano da região detém um conjunto de particularidades do ponto de vista interno e externo, a saber:

- **Relação com a Área Metropolitana do Porto (AMP)** | destaca, claramente, a relação com a Área Metropolitana do Porto (AMP), enquanto principal polo económico, social e cultural, na vertente Norte, do sistema urbano nacional. Trata-se, com efeito, da maior conurbação do Noroeste peninsular, exercendo um efeito polarizador sobre um conjunto de concelhos em seu redor;
- **Relevância funcional do eixo urbano Lamego/ Peso da Régua e Vila Real** | eixo fundamental, dotado de dimensão crítica do ponto de vista demográfico e urbano, capaz de dinamizar as

redes urbanas em seu redor e alavancar a “centralidade” da região do Douro, facto que reforça a necessidade de promover a consolidação e o crescimento dos espaços urbanos;

Paralelamente este território encontra-se contextualizado num ponto de “confluência” de realidades e contextos espaciais distintos. Este posicionamento reforça um conjunto de oportunidades de relação alargada como a AMP (já referida), o Corredor Mirandela/ Chaves, a vertente de Douro Internacional (Douro/Duero) e, ainda, a polarização alargada dos polos da Guarda e Viseu da região da Beira Interior Norte e Dão Lafões.

A dinâmica de **transformação do solo**, em particular, no que se refere à passagem de solo rural para urbano, constata-se que a região do Douro evidenciou uma dinâmica de crescimento expressivo neste domínio, tendo o solo urbano crescido, no período compreendido entre 1990 e 2006), cerca de 40%, valor ligeiramente inferior ao referencial nacional (42%).

No domínio da rede de rodoviária a região evidencia a importância estratégica de duas autoestradas: a **A4/IP4** (relação Porto/ Vila Real/ Mirandela/ Bragança) e a **A24/ IP3** (relação Viseu/ Lamego/ Peso da Régua/ Vila Real/ Vila Pouca de Aguiar); e, ainda, de um itinerário principal: **IP2** (relação Guarda/ Vila Nova de Foz Côa/ Pocinho/ Bragança). No que se refere à rede ferroviária **destaca-se a importância da linha do Douro**, que se desenvolve entre a cidade do Porto e Barca D’ Alva, que detém enorme importância para a geração de fluxos de turismo e visitação. Neste contexto importa ainda destacar a relação entre os operadores turísticos e a companhia Comboios de Portugal, que permite articular os cruzeiros de barcos turísticos com a rede ferroviária.

Do ponto de vista das estruturas de apoio turístico é importante destacar:

- **A rede de Aldeias Vinhateiras** | a região detém uma rede de aldeias vinhateiras onde foram desenvolvidas ações de qualificação ao nível do espaço público e das fachadas dos edifícios. Existem seis aldeias vinhateiras: Barcos, Favaios, Provesende, Salzedas, Trevões e Ucanha. Esta rede possui especificidades, embora todas partilhem elementos em comum como são a cultura do vinho e da vinha, na perspetiva humana e física;
- **A rede de miradouros** | trata-se de uma extensa rede de miradouros que permitem desfrutar da beleza paisagística que este território detém. Neste âmbito torna-se necessário proceder à reorganização da sinalética turística integrada que permita aos turistas e visitantes identificar os pontos de interesse e relevo. Podem-se assinalar alguns como são os miradouros de São Leonardo da Galafura, de São Salvador do Mundo e de Penedo Durão;
- **As vias panorâmicas** | consistem na estrutura de corredores viários que proporcionam um sistema de vistas panorâmicas sobre o rio Douro, sendo de destacar a EN222, a denominada “via romântica”.

Em termos dos espaços afetos a diretrizes de conservação da natureza a região é detentora de **um conjunto significativo de áreas de salvaguarda e proteção ambiental**, a que equivale cerca de 10% do território da região, como é o caso do Parque Natural do Alvão, o Parque Natural de Montesinho, o Parque Natural do Douro Internacional e o Parque Natural do Côa e Alto Douro Vinhateiro. Em paralelo,

encontram-se ainda circunscritos um conjunto alargado de espaços afetos à Rede Natura 2000, nomeadamente, PTCO003 (Alvão/Marão) e PTCO025 (Serra de Montemuro).

No que corresponde à **Superfície Agrícola Utilizada (SAU)** verifica-se que cerca de 14% do território do Douro encontra-se afeto a esta tipologia de solo, valor claramente acima do país (6,5%). Especificamente, no que se reporta à estrutura da SAU verifica-se que 35% das explorações possuem entre 5 a 20 hectares, 15% de 20 a 50 hectares e 20% mais de 50 hectares. Verifica-se ainda que 74% da SAU encontra-se afeta a culturas permanentes e 16% a prados e pastagens permanentes.

Ao nível das infraestruturas ambientais foram realizados, ao longo dos últimos anos, elevados investimentos: serviços de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, bem como o tratamento de resíduos sólidos são fatores fundamentais ligados com a qualificação ambiental e paisagística e, com fortes impactos no domínio da saúde pública. Neste contexto a região evidencia valores globais de cobertura acima do referencial nacional: 86% no que se refere a estações de tratamento de águas residuais, 89% em termos dos sistemas de drenagem de águas residuais e 99% no que se reporta sistemas de abastecimento de água.

No que se refere aos **instrumentos de gestão territorial (IGT)** constata-se que a região se encontra a desenvolver o processo de revisão do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território (PIOT) do Alto Douro Vinhateiro (ADV).

Quadro 7. Indicadores e metas da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas de Portugal: crescimento sustentável

	Portugal		Objetivo 2020	
			PT	UE
Proporção de energias renováveis no consumo energético final	2005	19,8%	31%	20%
	2008	23,0%		
	2011	24,9%		
Emissão de gases de efeito de estufa (GEE) (1990=100)	2005	145,7	-21% (CELE) +1% (não-CELE) (face a 2005)	-20% a -30% (total) (face a 1990)
	2008	130,0		
	2011	116,5		
Aumento da eficiência energética (ganho % no consumo de energia primária face a 2005)	2011	16,5%	20%	20%

Fonte: Eurostat e European Environment Agency

Quadro 10. Outros indicadores de enquadramento: crescimento sustentável

		Douro	Norte	Portugal
<i>Energia</i>				
Produção bruta de eletricidade com base em energias renováveis (milhões)		2.679 kw	18.912 kw	52.385 Kw
Peso das formas de produção renováveis na produção bruta de eletricidade (2011)	Total	100%	100%	100%
	Energia térmica	0%	36,8%	58,6%
	Energia hídrica	77,7%	45,5%	23,1%
	Outras energias renováveis	22,3%	17,7%	18,3%
Consumo combustível automóvel, por habitante (2010)		0,5 tep/ hab.	0,5 tep/ hab.	0,6 tep/ hab.
<i>Ambiente</i>				
Resíduos urbanos recolhidos, por habitante (2011)		420 kg	431 kg	487 Kg
Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente		8%	15%	15,0%
Proporção de superfície (2010) ⁽¹⁾	Áreas protegidas	6,5%	10,7%	7,9%
	Sítios da Rede Natura 2000	8,6%	18,8%	17,1%
	Zonas de Proteção Especial da Rede Natura	7,1%	12,4%	10,3%
Ocupação do solo (2006)	Territórios artificializados	1,1%	4,3%	2,7%
	Áreas agrícolas e agroflorestais	49,5%	41,1%	37,0%
	Florestas e meios naturais e seminaturais	48,5%	53,9%	37,5%
	Zonas húmidas	0%	0%	0,2%
	Corpos de água	0,9%	0,7%	21,8%
Saneamento e abastecimento de água (2009) ⁽¹⁾	População servida por estações de tratamento de águas residuais	86%	65%	74,0%
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	89%	76%	84,0%
	População servida por sistemas de abastecimento de água	99%	92%	96,0%

Nota: (1) na coluna Portugal estão inscritos valores relativos ao continente.

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais, Recenseamento agrícola 2009, Censos 2011, Direção-Geral de Energia e Geologia, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Corine Land Cover

Quadro 11. Análise SWOT - Crescimento sustentável

Forças

- Relevo assumido pelo eixo urbano estruturante - Vila Real/ Peso da Régua/ Lamego - no âmbito do sistema urbano regional, reforçando a articulação da região com os territórios limítrofes, em particular, considerando o papel fundamental da A24
- Canal ferroviário e canal fluvial, do ponto de vista do desenvolvimento de uma estratégia integrada para o turismo e a visitação
- Proximidade face ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro
- Dois "territórios" classificados como Património da Humanidade (UNESCO) - Alto Douro Vinhateiro e Gravuras de Foz Côa

- Património natural e paisagístico, designadamente o Parque Natural do Douro Internacional e o Parque do Alvão;
- Rotas e circuitos turísticos planeados e estruturados
- Potencial associado ao desenvolvimento de energias renováveis, nomeadamente aproveitando os recursos água e vento
- Potencial associado ao desenvolvimento de produtos específicos (nichos concretos), direcionados para o mercado biológico e gourmet
- Existência de uma extensa rede de património cultural e arquitetónico
- Padrão de oferta turística de baixa densidade, direcionado para um turismo não massificado, onde o ambiente, a paisagem e os recursos naturais são a fonte fundamental de desenvolvimento
- Existência de uma rede de equipamentos culturais de relevo à escala nacional

Fraquezas

- Sistema urbano alargado e disperso, com dificuldades na captação e concentração de funções e de novas atividades
- Expansão da edificação dispersa com evidentes impactes do ponto de vista do ordenamento do território e da paisagem
- Dificuldade ao nível da mobilidade interna, nomeadamente em termos de relação intra-concelhia, com reflexos evidentes ao nível dos movimentos casa/ trabalho
- Ausência de um esquema diretor de sinalética turística
- Inexistência de um guia turístico global para o Douro que integre com as regiões envolventes
- Troços viários que se encontram em estado de degradação
- Alteração da estrutura natural da ocupação do solo e exploração de recursos fragiliza os valores ambientais e paisagísticos de escala universal
- Inexistência de uma rede de frio que permita conservar e reter os produtos agrícolas regionais

Oportunidades

- Proximidade com a cidade do Porto, Guimarães e Salamanca (Espanha)
- Potencial associado ao desenvolvimento de projetos ligados ao domínio da biomassa
- Existência de um conjunto alargado de instrumento de prospetiva e planeamento (PNPOT, PROT Norte, PENT, Estrutura de Missão do Douro, PIOT ADV)
- Desenvolvimento de instrumentos gestão territorial, nomeadamente o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território (PIOT) do Alto Douro Vinhateiro (ADV), e de estudos complementares, tendo em vista a proteção e a salvaguarda do bem
- Proximidade face ao terminal de cruzeiros do Porto de Leixões e ao Aeroporto Francisco de Sá Carneiro

Ameaças

- Esvaziamento funcional face à tendência de "litoralização" e "bipolarização" do sistema urbano nacional
- Adiamento no que corresponde ao desenvolvimento de algumas obras rodoviárias fundamentais
- Perda de competitividade ao nível da inovação e comercialização dos produtos regionais

Crescimento inclusivo

O domínio associado à inclusão, coesão e à economia social é verdadeiramente estruturante para a região do Douro. O padrão demográfico patente na região evidencia um quadro de desafios ligados com o desenvolvimento de políticas concretas que permitam estruturar redes de apoio à população jovem, idosa, em situação vulnerável e em risco. Este é um domínio vital para a atração e fixação de residentes, sobretudo de população jovem e qualificada que pretenda investir na região, dotando-a de dinâmica empresarial e dimensão crítica do ponto de vista do empreendedorismo.

Com efeito, **a região possui, a par da dinâmica de retração demográfica, um peso significativo de população residente com 65 ou mais anos**, valor que atinge, no ano de 2011, cerca de 23% do total da população residente. Pelo contrário, a população residente com idade compreendida entre 0 e 14 anos corresponde a apenas 13%. Esta dinâmica demonstra a complexidade do processo de crescimento demográfico associado à quebra da componente natural, ao envelhecimento e ao esvaziamento das áreas de génese rural.

Em relação ao abandono escolar verifica-se que a região tem vindo a melhorar de forma significativa a sua performance ao longo dos últimos três momentos censitários. Atualmente a taxa de abandono escolar é de 2%. O mesmo se verifica em termos da taxa de insucesso escolar que se encontra nos 7%, nos anos de 2010/2011, valor acima do referencial da região Norte.

Ao nível do desemprego verifica-se que a região regista uma taxa de emprego, da população com idade entre 20 e 64 anos, de cerca de 87%, valor similar ao constatado no país (88%) e na região Norte (86%). Analisando o índice de desemprego constata-se que o Douro, em 2011, regista um valor ligeiramente abaixo do país, ao contrário do ano de 2001 em que o índice de desemprego era, em cerca de 20 pontos percentuais, superior ao referencial nacional. **O desemprego incide, com maior expressão, nos indivíduos que possuem apenas o ensino básico**, embora nos indivíduos com o ensino superior venha a aumentar também, de forma significativa, nos últimos anos.

Neste contexto, **o domínio da economia social é estratégico em termos do potencial associado à geração de emprego**, em particular, no contexto de uma região que detêm um peso significativo de população idosa, que revela a necessidade de serviços especializados ligados com a terceira idade e a uma rede de equipamentos como lares e centros de cuidados continuados.

Por outro lado, da análise realizada junto das instituições da rede social constata-se que existe um **desajuste, cada vez mais expressivo, entre a procura e a oferta de trabalho**, facto que reduz, de forma significativa, a oportunidade associada ao emprego.

Do ponto de vista da rede de equipamentos sociais a região ao longo dos dois últimos Quadros Comunitários de Apoio foi alvo de investimentos expressivos em termos da criação de novos equipamentos. Não obstante, alguns destes equipamentos evidenciam níveis de ocupação não satisfatórios, facto que preocupa, em particular, as entidades responsáveis se considerarmos os custos associados à sua rentabilização e manutenção. Por outro lado, deverá ser realizado um trabalho, em

termos do desenvolvimento de ações de animação nos equipamentos existentes, tornando-os mais dinâmicos e atrativos.

Ao nível social continuam a aumentar os índices associados à população com doença mental e deficiência, assim como da toxicodependência. A necessidade de forte empenhamento na reinserção e inclusão social afigura-se incontornável.

Um fator estruturante, para o desenvolvimento do território, prende-se com a implementação de um sistema de transportes públicos que satisfaça as necessidades da população em termos do acesso a bens, serviços e equipamentos coletivos, em particular no domínio da saúde e da ação social. Por outro lado, a acessibilidade da população em situação de vulnerabilidade é cada vez mais sentida, em particular, pela população que reside em áreas rurais bastante afastada dos aglomerados urbanos, facto que dificulta o acesso aos serviços da rede social.

Por último destacar o desafio que a região tem de assumir: criar uma verdadeira rede social regional, a partir do diálogo e concertação das várias entidades sociais (públicas e privadas), permitindo aumentar a eficiência, a rentabilidade e o cumprimento da sua missão.

Quadro 12. Crescimento inclusivo: indicadores e metas da Estratégia 2020 e do Programa Nacional de Reformas de Portugal

		Norte	Portugal	Meta 2020
Taxa de abandono escolar precoce (% da população 18-24 anos)	2005	45,4%	38,8%	10,0%
	2012	21,3%	20,8%	
Taxa média de emprego (% da população dos 20-64 anos)	2001	69%	68,9%	75,0%
	2011	68,4%	69,1%	

		Portugal	Meta 2020
População em risco de pobreza ⁽¹⁾ (milhares)	2005	2.042	Menos 200.000 pessoas em risco de pobreza e exclusão social
	2008	1.967	
	2012	1.919	
População com privação material severa ⁽²⁾ (milhares)	2005	979	
	2008	1.029	
	2012	881	
População em risco de pobreza e exclusão social (milhares)	2005	2.745	
	2008	2.757	
	2012	2.601	
População que vive num agregado familiar sem emprego (milhares)	2005	478	
	2008	517	
	2012	666	

Notas: (1) Considerando a pobreza monetária após as transferências sociais; (2) Pessoas com pelo menos quatro das nove situações de privação.

Fonte: INE e Eurostat

Quadro 13. Crescimento inclusivo: outros indicadores de enquadramento

		Douro	Norte	Portugal
<i>Desemprego</i>				
Taxa de desemprego total	2001	8,2%	6,6%	6,7%
	2011	12%	14%	13,2%
<i>Educação e capital humano</i>				
Taxa de abandono escolar (2011)		1,4%	1,4%	1,6%
Insucesso escolar (ano letivo 2010/2011)		6,6%	6,1%	7,5%
<i>Estrutura da população</i>				
Proporção de população jovem (2011)		13,2%	15,1%	14,9%
Proporção de população idosa (2011)		23,2%	17,1%	19,0%
Índice de envelhecimento (2011)		173,5	114,1	127,6
Taxa bruta de natalidade (2012)		6,1%	7,8%	8,5%

Fonte: INE, Censos 2011 e Indicadores Demográficos 2012 e Instituto de Informática, 2012

Quadro 14. Análise SWOT - Crescimento inclusivo

Forças
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de uma boa rede de equipamentos escolares ao nível básico, secundário e ensino profissional • Rede de equipamentos sociais criados ao longo dos últimos anos • Nível de criminalidade e insegurança • Rede e dinâmicas de empreendedorismo económico e social • ADL- Associações de Desenvolvimento Local com forte dinamismo na região
Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Tendência expressiva de regressão demográfica • Despovoamento das zonas rurais e envelhecimento • Dificuldades na atração e fixação de recursos qualificados e especializados • Crescimento da dinâmica do desemprego e dificuldades de inserção no mercado de trabalho • Densidade institucional e debilidade de práticas de cooperação interempresarial e entre agentes públicos e privados • Índices de escolaridade (níveis de insucesso e abandono escolar associado) • Problemas sociais tendencialmente agravados, associados ao modelo de economia rural em desestruturação • Ausência de respostas estruturadas para a população com doença mental e com deficiência • Respostas estruturadas para a toxicodependência, reinserção e inclusão social • Respostas sociais de curto prazo para a infância, famílias mais fragilizadas, idosos e doentes • Aumento do desemprego e aumento da pobreza • Elevados custos de manutenção dos equipamentos sociais • Insuficiência e desadequação do sistema de transportes públicos, particularmente gravoso num contexto de centralização de serviços

Oportunidades

- Sociedade de informação e as implicações da introdução das TIC na administração pública e no suporte à provisão de bens e serviços básicos à população, em especial em regiões de baixa densidade
- Próximo período de programação estrutural e as oportunidades dirigidas para o domínio da economia social
- Aposta na economia social, fortemente territorializada, no próximo período de fundos comunitários, com grande potencial de geração de emprego
- Potencial associado à criação da rede "natural" de instituições de solidariedade Social (Paróquias, IPSS, IEFP...)

Ameaças

- Contínuo processo de despovoamento
- Tendência de diminuição do número de alunos ao nível dos vários níveis de ensino
- Dificuldades de apresentação de candidaturas devido à falta de dimensão das instituições regionais que não atuam de forma concertada e em cooperação
- Novas e anteriores regras, e elegibilidades de investimentos dos financiamentos comunitários, que não atendem às prioridades da região.

Visão e estratégia de desenvolvimento



Visão e estratégia de desenvolvimento

A estratégia integrada de desenvolvimento para o território do Douro, como já referido anteriormente, nos pontos: **planeamento e gestão territorial e metodologias de elaboração da estratégia de desenvolvimento integrado** pressupõe um processo cumulativo trifásico não, necessariamente, sequencial, onde a fase de diagnóstico prospetivo, com forte envolvimento dos atores da região, se transforma na base essencial para projetarmos o que queremos que a região seja em 2020. Onde queremos chegar em 2020? Partindo dos problemas, constrangimentos e ameaças que a região enfrenta e reconhecendo as oportunidades e as potencialidades, associadas às prioridades/desafios, é possível “antecipar” um futuro desejável e possível (visão).

Visão para a região do Douro no horizonte 2020

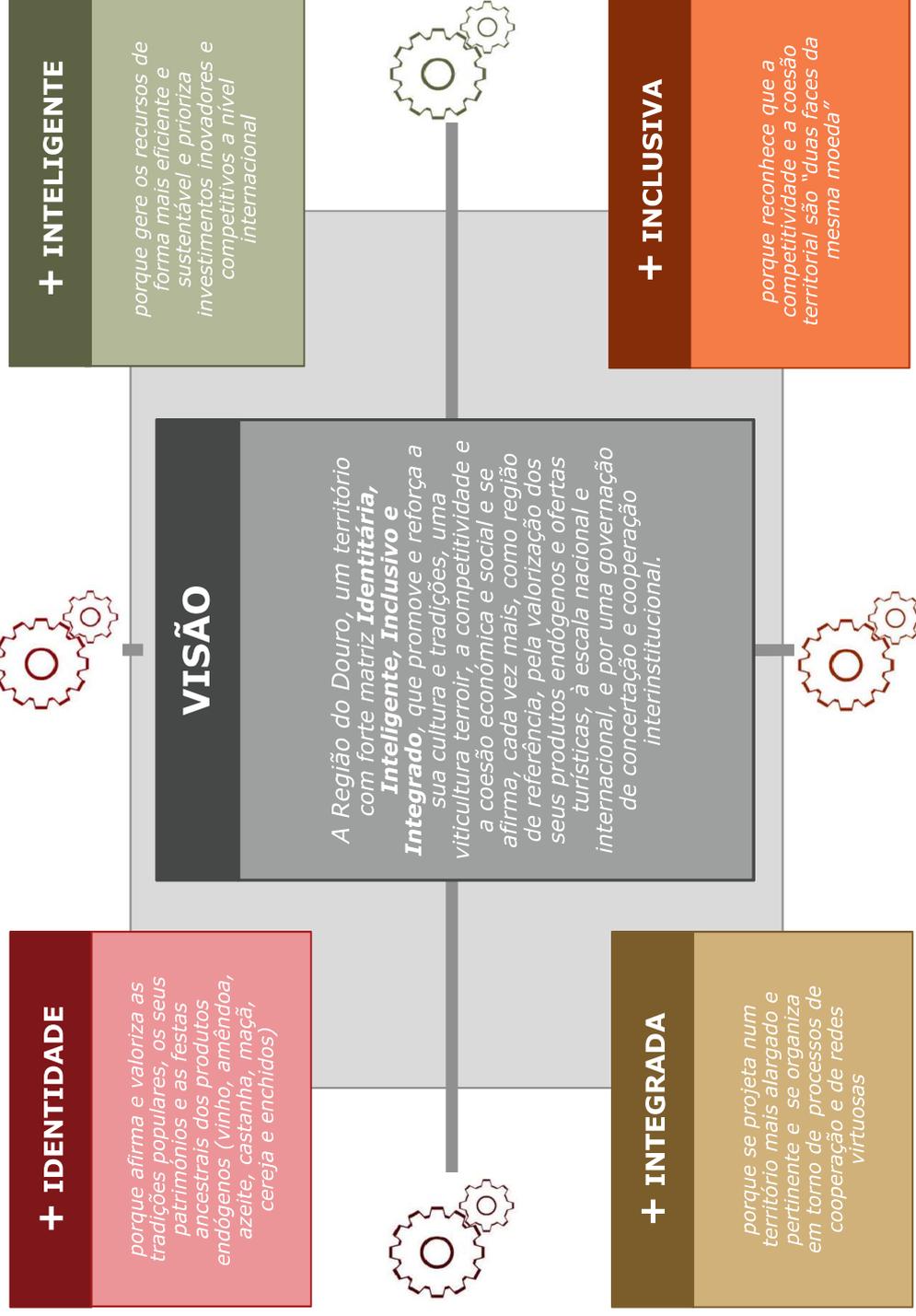
A projeção da **Visão**, no horizonte temporal 2020, para o território do Douro, identificada como ponto de chegada desejável - resultados da estratégia a construir, deverá, sempre, tomar em consideração aquilo que é marcadamente distintivo desta região face aos restantes territórios nacionais e à escala internacional. Os seus **fatores diferenciadores deverão constituir-se como esteios fundamentais do processo de desenvolvimento da região do Douro**.

O território do Douro está, de facto, marcado por claros fatores diferenciadores a nível nacional e internacional. **Os esteios da região** são a forte **matriz identitária** onde a **vinha, vinho, paisagem, património e cultura** convivem e se mesclam, enquanto **fatores distintivos** e de reconhecido valor mundial, a que acresce **um rio e um forte potencial turístico**, enquanto **ativos de elevado valor diferenciador**.

A **Visão** que se projeta para o horizonte temporal de 2020 é uma **Região RI's 4 +**.

A Região do Douro, um território com forte **matriz Identitária, Inteligente, Inclusivo e Integrado**, que promove e reforça a sua cultura e tradições, uma viticultura *terroir*, a competitividade e a coesão económica e social e se afirma, cada vez mais, como região de referência pela valorização dos seus produtos endógenos e ofertas turísticas, à escala nacional e internacional, e por uma governação de concertação e cooperação interinstitucional.

Figura 7. Douro Região RI's 4+



Fonte: AM&A

Reconhece-se, com efeito, que os esteios de uma estratégia para a região do Douro devem ancorar-se na **afirmação da sua identidade cultural e patrimonial**, numa vinha, vinho, rio e paisagem de reconhecido valor mundial e **num turismo de elevado valor diferenciador** mas, também, numa **conetividade e coesão territorial** que se apoia numa rede viária (insuficiente, principalmente a secundária e terciária), e numa **rede ferroviária** que necessita de ser reassumida, pelos diferentes responsáveis da administração do Estado, **como aposta de relevância redobrada para região**. As possibilidades abertas pelas **novas tecnologias de informação e comunicação, que permitem e colaboram para uma “proximidade” entre os cidadãos e entre estes e os diferentes serviços e equipamentos de apoio básico** (saúde, educação, segurança social, equipamentos públicos coletivos), são inegáveis instrumentos de desenvolvimento. Acresce, ainda, em matéria de **promoção da competitividade, inovação e empreendedorismo de base territorial**, a necessidade de colocar a **valorização dos recursos endógenos específicos** mais relevantes da região (azeite, amêndoa, maçã, castanha, cereja e outros) e da floresta num patamar elevado de prioridades estratégicas. Por último, a **boa gestão e governação do território, das instituições e dos projetos**, em que os seus atores em cooperação e concertação assumem riscos, partilham resultados e benefícios mútuos é outra das apostas que vale a pena continuar, insistir e persistir.

Assim, é possível, nesta fase, apontar as principais as **Apostas Vintage 2020** que a região tem de assumir coletivamente. Mas para que uma estratégia para o Douro tenha sucesso, **os seus atores terão de fazer**, insiste-se, o que **os barqueiros do rio Douro nos ensinaram** quando pretendiam lutar contra a força dos ventos contrários, ou não favoráveis, ou quando pretendiam ultrapassar obstáculos que o seu barco rabelo enfrentava. **Puxavam todos para o mesmo lado - “navegação à sirga”**. E é disso que se está a falar: a região (as instituições da região e de fora da região, mas com tutela sobre a região, os atores locais, as empresas e os empresários, os agentes da investigação e do conhecimento e da qualificação, os responsáveis políticos, etc.) **têm de se entender sobre as suas grandes apostas e desafios e então, a partir desses consensos, falar a uma “só voz”**, mesmo que com tons diferentes.

Conhecem-se as dificuldades seculares associadas à gestão e governação da região, desde logo, sobre a produção e comercialização do vinho do porto. Conhece-se a história sobre as diferentes tutelas, presentes no território e fora do território, que foram, ao longo dos anos, regularmente, não reconhecidas ou tradicionalmente contestadas. **Conhece-se a história da gestão e da repartição da riqueza**, gerada pela vinha e o vinho, ter o centro de gravidade da decisão, em parte, fora da região. Mas se a história nos ajuda a perceber e interpretar melhor o presente, também é o momento de se reconhecer que, nos **últimos anos, foram dados passos encorajadores de cooperação e concertação na região**. Desde logo, ao nível da **organização da produção e comercialização dos produtos endógenos**, nomeadamente, e com mais expressão internacional - os vinhos “Douro”, e, no âmbito da **organização administrativa da região, as NUTS III e as novas competências das CIM**, assim como a legislação de outros instrumentos de ordenamento territorial, reforçando a ideia que novas oportunidades se estão a abrir. **A Estrutura de Missão Douro representou, também, per si, um passo de particular alcance para**

a região, nos domínios da concertação, gestão e governação do território, que vale pena aprofundar e prolongar, à luz das experiências recolhidas e de novas realidades que o país atravessa. Neste âmbito **também o Museu do Douro**, - com elevado dinamismo e oferta criativa -, resultado de vontades e persistência de diferentes pessoas e entidades, públicas e privadas, **tem vindo a confirmar que é possível cooperar e estabelecer parcerias territoriais que beneficiem e melhorem a atratividade da Região.**

Acresce, ainda, o trabalho desenvolvido e os bons resultados alcançados, pelas Associações de Desenvolvimento Local da Região que, de acordo com as orientações nacionais para o próximo período de programação de fundos comunitários, se devem articular com as intervenções dos outros atores relevantes do território, nomeadamente as CIM e configurar territórios pertinentes de intervenção ao nível de NUT III.

Reconhece-se a persistente dificuldade da região em qualificar recursos e articular a investigação e o conhecimento com o mundo empresarial - **apesar de alterações significativas, nos últimos anos, induzidas por ação da Universidade de Trás -os- Montes e Alto Douro (UTAD) e do Instituto Politécnico de Bragança (IPB)**, em particular, e que, se continuadas, podem vir a contribuir para um dos desígnios da região - um crescimento inteligente sustentável, facilitador de uma especialização tecnológica da região.

Enfatiza-se **a importância para a economia do território** e para a visitação turística (apesar dos consequentes impedimentos e constrangimentos para a preservação do bem) a **declaração de património da Humanidade para o Alto Douro Vinhateiro e das figuras Rupestres do Parque Arqueológico do Vale do Côa**. Haja vontade, arte e engenho para se **apropriar e disseminar estas últimas “boas novas” e, então, sim, as apostas estratégicas funcionarão como a ignição das dinâmicas de mudança na região**, que se irão traduzir, seguramente, em resultados encorajadores e sustentados de **crescimento inclusivo, sustentável e competitivo.**

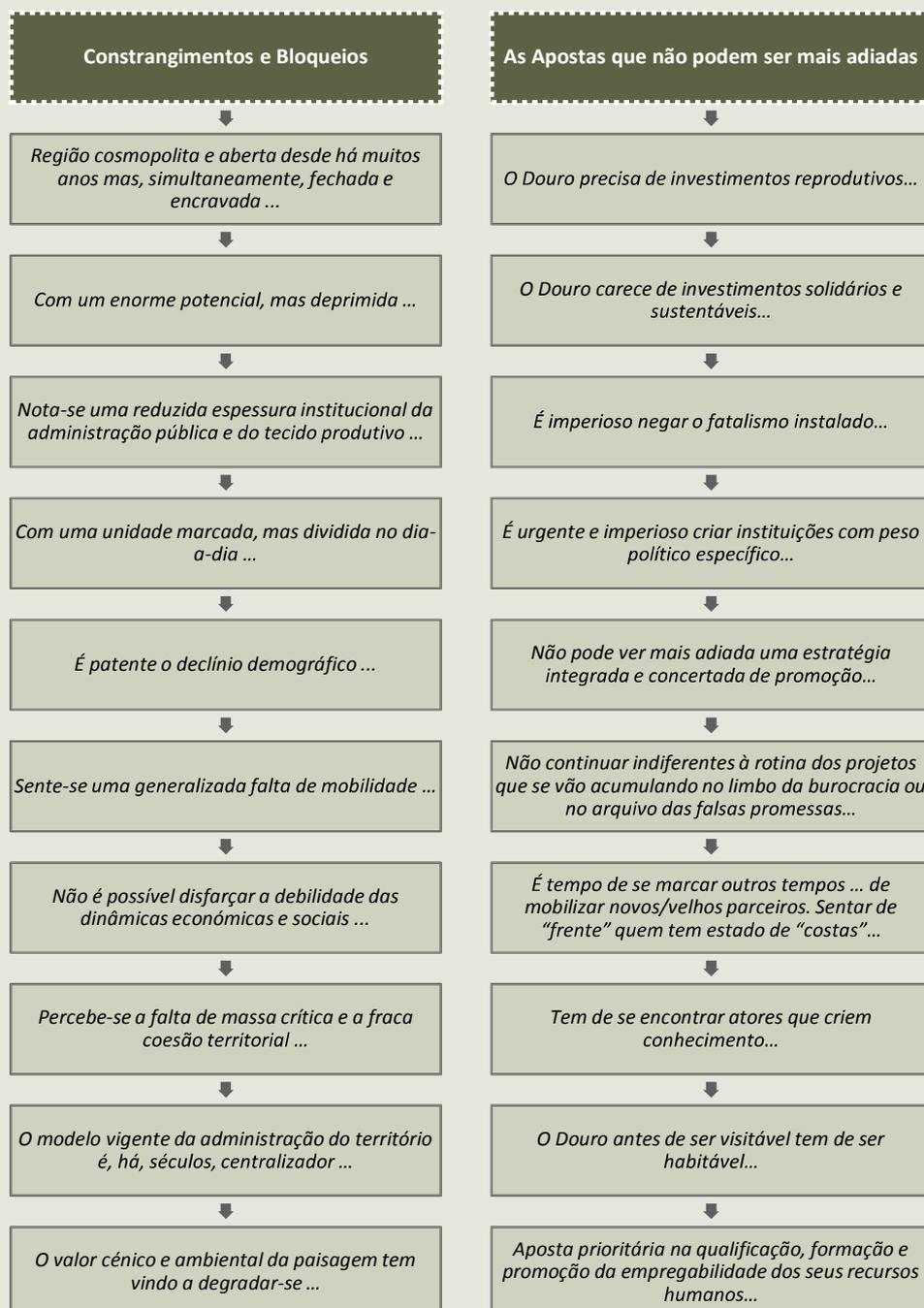
- **Valorização da excelência do património cultural e natural e da qualidade ambiental, urbanística e paisagística da região;**
- **Promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis,** ao nível das infraestruturas públicas, das habitações e das empresas, e da adoção de estratégias de baixo teor de carbono;
- **Valorização de um modelo policêntrico no sistema territorial do Douro,** alicerçado fundamentalmente numa rede de centros urbanos especializados e complementares funcionalmente que se vão transformando em territórios de proximidade, sustentabilidade e coesão territoriais;
- **Valorização da projeção do Douro numa região mais alargada e de referência à escala nacional e sobretudo global;**
- **Reforço da capacitação e qualificação empresarial e institucional** e da cooperação e associação interempresarial, interinstitucional e entre empresas e entidades prestadoras de serviços avançados às atividades económicas e do Sistema Científico e Tecnológico regional e nacional;
- **Potenciação de um novo modelo institucional e de governação,** envolvendo uma concertação efetiva entre atores da esfera pública e privada.

Caixa 1. Manifesto pelo Douro (Fevereiro de 2004)

Este “grito de alma”, que várias dezenas de destacados durienses subscreveram, merece ser reconsiderado no momento em que de novo se está a pensar e estruturar uma estratégia para a Região. Limitamo-nos a selecionar as preocupações e as imperiosas iniciativas, sugeridas nessa altura, para a região sair da situação de “fechada e encravada ... e com falta de massa crítica ...”

“... sendo verdade que tem vindo a recuperar de alguns atrasos - a afirmação ,recente, dos seus vinhos de mesa numa linha de modernização vitícola e enológica, o crescente fluxo de procura turística da região, a requalificação urbana de várias sedes de concelho e a consagração da sua paisagem como Património da Humanidade, são exemplos concretos - o certo é que perduram fragilidades e problemas estruturais ...”

Figura 9. Constrangimentos, bloqueios e apostas



Fonte: Manifesto pelo Douro (2004), vários autores.

Eixos estratégicos de desenvolvimento

Suportando-se num aprofundado diagnóstico prospetivo (nos domínios do crescimento inteligente, inclusivo e sustentável) e em metodologias onde a audição e auscultação de entidades e atores relevantes da região foram alvo de particular atenção, foi possível projetar uma Visão para a Região que “obriga” a estabelecer e concretizar as grandes prioridades/ apostas. Estamos a falar de **Apostas Vintage 2020, possíveis e necessárias para que a região descole do pelotão de trás**, onde teimosamente se vem mantendo, **e se aproxime do pelotão das regiões com um desenvolvimento médio ao nível europeu**.

Os eixos estratégicos **surgem assim, nesta fase, como a escolha dos caminhos/bardos por onde vamos ter de nos orientar**, de acordo com os instrumentos de referência já trabalhados. Como analogia à região do Douro é possível dizer que **chegou o momento de organizar os embardamentos**.

Neste contexto, as dimensões de valorização são estruturadas em **três eixos de natureza mais temática e o quarto de natureza transversal**, de suporte a todos os eixos temáticos.

Os eixos são os seguintes:

- **Eixo 1.** Competitividade, conhecimento e inovação;
- **Eixo 2.** Sustentabilidade territorial;
- **Eixo 3.** Inclusão e coesão social;
- **Eixo 4.** Redes territoriais e governação.

Figura 10. Da visão aos eixos estratégicos de desenvolvimento



Fonte: AM&A

- **Projetar os produtos endógenos para os mercados nacionais e internacionais**, garantindo a diferenciação e a qualificação das estruturas locais de escoamento das produções regionais especializadas;
- **Potenciar economicamente** e de forma competitiva, o potencial das energias renováveis na região (hídrica e eólica, fundamentalmente);
- **Promover o estabelecimento de protocolos** com centros de investigação e desenvolvimento com o sistema de ensino superior da região e articulação com o tecido empresarial;
- **Transformar o turismo numa verdadeira alavanca ao serviço do desenvolvimento territorial** do Douro, contribuindo para a melhoria progressiva dos níveis de vida e para a redução das assimetrias sociais e territoriais;
- **Consolidar um Douro como novo destino turístico e de visitação nacional, com forte reconhecimento doméstico e internacional**, assente na valorização e promoção da sua forte matriz identitária, do seu tripé distintivo vinha, vinho e paisagem e do seu extenso património natural e cultural enquadrado na rota de patrimónios da humanidade em torno do Porto e do rio Douro;
- **Reforçar a diferenciação e diversificação da cadeia de produtos turísticos** regional e nacional, gerando maior valor acrescentado, aumentando taxas de ocupação, estadas médias e níveis de internacionalização da atividade e reduzindo a sua sazonalidade, num quadro de excelência ambiental e paisagística;
- **Reforçar a proteção do extenso património natural e cultural** da região pela via da sua valorização económica e fruição sustentáveis no quadro do desenvolvimento da atividade turística;
- **Desenvolver práticas de planeamento e de gestão** que promovam a articulação de políticas sectoriais e territoriais.
- **Aumentar os efetivos e a base de competências** dos recursos humanos que desenvolvem atividade na região.

Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena

A **reestruturação da base económica regional** é um desafio central na estratégia de desenvolvimento territorial do Douro na ótica da competitividade. Este vetor estratégico alicerça-se em três palavras-chave - **competitividade, inovação e diversificação** – fatores considerados estruturantes para o rejuvenescimento económico e empresarial do Douro.

Na **promoção da competitividade** torna-se necessário apostar na captação e fixação de recursos humanos qualificados e especializados, em melhorias incrementais e/ou radicais nos produtos e nos processos produtivos, na inclusão de maior valor acrescentado e extensão da cadeia de valor e no desenvolvimento de parcerias estratégicas e de lógicas cooperativas para obtenção de massa crítica.

A **importância da inovação** no reforço da competitividade empresarial é reconhecida e deverá envolver instituições de ensino superior de influência regional - com destaque para a UTAD, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu e, numa lógica mais alargada, o Instituto Politécnico de Bragança ou a Universidade do Porto, entre outras consideradas relevantes – e centros de investigação regionais, nacionais e internacionais de orientação setorial, garantindo-se a articulação da investigação e conhecimento e o mundo empresarial.

A **garantia das condições de diversificação** decorre da aplicação da inovação e é fator-chave de competitividade. A diversificação passa por uma **extensão de atividades numa ótica intrasectorial** (da produção à comercialização) – nos setores de especialização tradicional - mas também **intersectorial**, com o desenvolvimento de novas áreas económicas onde o Douro presente, já hoje, fortes indícios de

um potencial de afirmação futura assinável - setores emergentes, como o turismo (que, dada a sua relevância, será alvo de atenção num eixo estratégico autónomo), **as extrativas, as energias, os serviços e também uma indústria de base cada vez mais tecnológica**, por exemplo, alicerçada na disseminação de atividades associadas às TIC.

Estes são os ingredientes necessários para a **concretização de uma outra ambição** para o Douro, a **internacionalização empresarial**, pelo fomento das exportações e pela atração de investimento estrangeiro.

Atualmente, a especialização produtiva demonstra um território com forte apetência para as atividades a montante e a jusante do setor primário, onde se destacam a agricultura (especialmente a vitivinicultura e a fruticultura), a agroalimentar e agroflorestal. Esta apetência produtiva natural exige, simultaneamente, esforços de promoção de outros setores emergentes.

A **vitivinicultura é o setor de excelência regional** e o verdadeiro argumento diferenciador no contexto nacional e internacional. A evolução recente demonstra uma crescente afirmação e reconhecimento do setor e do seu principal produto final, o vinho, mas a prevalência de fortes constrangimentos competitivos que exigem esforços de redução dos custos de produção, de melhoria da qualidade das uvas e de geração de mais valor, num quadro cada vez mais integrador entre viticultura, I&D e inovação, tecnologia, laboração de vinho, *marketing* e marca.

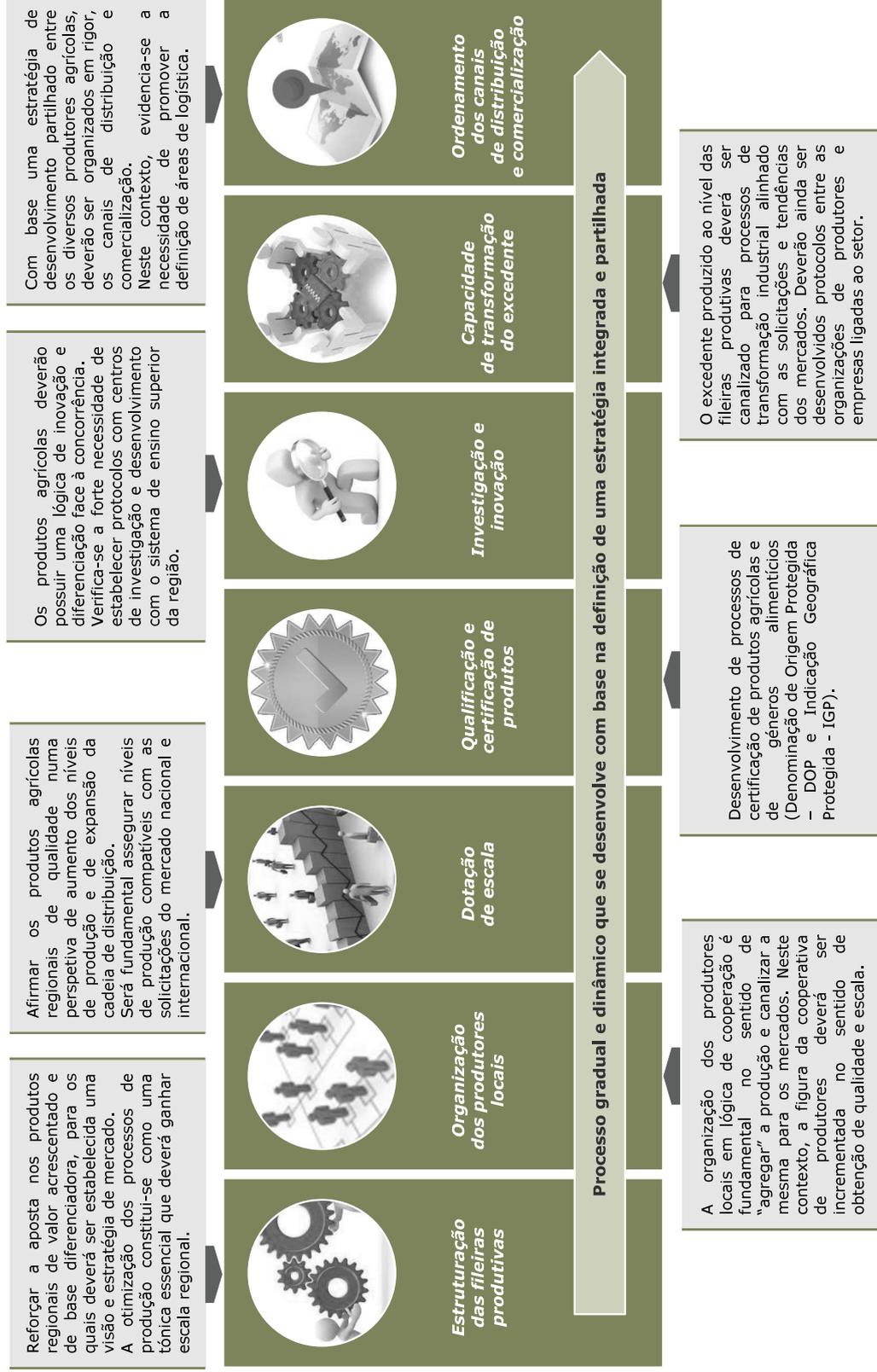
A **renovação das atividades tradicionais agrícolas** é, também, uma aposta a ser feita nesta nova fase. Os baixos volumes de produção (de alguns produtos), a dispersão da produção, o envelhecimento dos produtores, a falta de modernização e a articulação entre produtores e consumidores são pontos fracos que devem ser tidos em consideração com forte motivação para a inovação e para o empreendedorismo de base local.

Por outro lado, a **margem de progresso dos segmentos das atividades agroindustriais é significativa**, que já tem uma presença assinalável na estrutura produtiva da região e é possível potenciar a valorização dos produtos endógenos por via da transformação com mais resultados e maior sofisticação. Mas, esta evolução, só poderá ser incrementada por via de um processo gradual e dinâmico que se desenvolve com base na definição de uma estratégia integrada que passa pela estruturação de fileiras produtivas, organização dos produtores locais, dotação de escala, qualificação e certificação de produtos, investigação e inovação, capacidade de transformação do excedente e ordenamento dos canais de distribuição e comercialização.

A agroindústria está identificada como setor de aposta na estratégia de especialização inteligente da região Norte sob a designação do domínio prioritário “Sistemas agroalimentares e alimentação”, o que demonstra que esta atividade económica assume uma relevância que extravasa a escala regional do Douro.

Esta deverá ser assim a base de partida da afirmação económica e empresarial do Douro que deverá, paulatinamente, percorrer um caminho de aprofundamento das vantagens competitivas visíveis e apostar em setores emergentes, cujo interesse decorre das especificidades desta região.

Figura 12. Processo de estruturação das fileiras estratégicas da região



Fonte: AM&A

Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação

A visão estratégica de médio e longo prazo assume um posicionamento inovador e competitivo nas fileiras estratégicas associadas à valorização económica dos seus recursos endógenos específicos - encontra neste vetor, ligado à estruturação, qualificação, diferenciação e promoção integrada da fileira turística, um alicerce fundamental para a sua concretização sustentada. Desde logo, porque o turismo, conjuntamente com a vitivinicultura, constituem os dois setores estratégicos da região, tributários e alavancas do desenvolvimento de todo um conjunto de outras atividades económicas, sociais e culturais de suporte, contribuindo, por essa via, para a competitividade e coesão económica, social e territorial do Douro.

A profissionalização, diferenciação e promoção integrada da fileira turística são, de facto, decisivas para melhorar os níveis e qualidade de vida da população residente e para reduzir as assimetrias sociais e territoriais, para **inverter as tendências estruturais de abandono e envelhecimento demográfico e territorial, fixando e atraindo população jovem e qualificada, para favorecer a inovação, competitividade, empreendedorismo e internacionalização e reforçar a geração de negócio e riqueza** na região do Douro, contribuindo, paralelamente, para a diversificação da sua base económica, para articular e cruzar, de forma efetiva, a salvaguarda e preservação do extenso património natural e cultural da região, de grande excecionalidade e excelência, com a sua fruição e exploração económica sustentável, e, finalmente, para valorizar o destino e marca Douro.

A crescente sofisticação e grau de exigência dos consumidores propiciam a oportunidade de qualificação e diferenciação pela excelência no âmbito das experiências e vivências proporcionadas pelos produtos turísticos mais explorados da região.

A aposta turística deverá, em termos globais, assentar nos seguintes princípios: **seletividade dos produtos turísticos** a potenciar evitando os custos do “desfoque” de prioridades; **concentração de investimentos** em segmentos de maior viabilidade económica e pertinência tendo em conta as especificidades internas e da envolvente; **cooperação e redes** (público-privada e transregional) como fórmula de consolidação da massa crítica e das teias de projeção; aderência territorial (apropriação social, económica e ambiental) como condição básica para o envolvimento efetivo dos atores, elevando as probabilidades de sucesso da operacionalização da estratégia; **capacitação** (institucional, empresarial, política, infraestrutural, social), preparando o terreno para a receção e sustentação da atividade turística.

Neste domínio, haverá que estruturar, no essencial, a partir da identificação dos principais recursos turísticos existentes (rio Douro, vinho, vinha e paisagem, extenso património natural e cultural), a cadeia de produtos turísticos deste destino, designadamente nas seguintes tipologias/segmentos fundamentais, a saber: **estruturantes** (turismo fluvial, enoturismo e gastronomia e vinhos), **expansionistas** (turismo histórico-cultural e de natureza) e **complementares** (turismo de náutica de recreio e de saúde e bem-estar). Tudo isto remete-nos para a necessidade de **conceber**

verdadeiramente novos produtos turísticos e de renovar os atuais, de forma a criar/consolidar rotas/itinerários, que entrecruzem recursos e atividades (unindo e cruzando, numa lógica de rede, aquilo que está aparentemente disperso e conferindo-lhe maior escala, massa crítica e sinergia), com determinadas programações associadas e para diferentes públicos-alvo e durações de estada. **A internacionalização territorial poderá ser obtida pelo desenvolvimento de um verdadeiro produto turístico**, firmando o Douro como destino privilegiado e com capacidade de atrair turistas internacionais.

O objetivo é proporcionar diversidade, experimentação, singularidade e autenticidade aos turistas, tornando a sua estadia mais demorada e agradável e menos sazonal, induzindo maior valor acrescentado e fidelização da procura nacional e crescentemente internacional e reforçando, por essa via, os níveis de ocupação turística. A possibilidade de oferecer ao turista uma opção de *“entretenimento educativo”*, procurando elevar o seu patamar de conhecimento, de auto estima e a sua eventual vontade de retornar, é aqui também decisiva.

Para tal, é essencial que as rotas definidas para a região extravasem **o vale do Douro vinhateiro**, devendo envolver desejavelmente o Vale do Côa e o Douro Internacional, a albufeira do Sabor, o Vale do Sousa, a região espanhola vizinha de Castela e Leão (Salamanca, Segóvia, Ávila, etc.), Viseu e Dão-Lafões, o parque arqueológico de figuras rupestres do Vale do Côa, os parques naturais do Alvão e do Douro Internacional, a rede das aldeias vinhateiras, no quadro de um destino turístico que faz cada vez mais parte integrante do arco patrimonial à volta do Porto, favorecendo a afirmação e valorização económica, turística, cultural e ambiental de uma rota patrimonial da humanidade contínua que começa no Porto, passa pelo Douro vinhateiro e internacional e pelo Côa e se prolonga por Castela-Leão, ao longo do rio Douro-*Duero*.

Neste contexto, o rio Douro surge como o elemento catalisador e estruturante que potencia a conjugação entre as diferentes realidades espaciais que, no seu conjunto, partilham fatores de afirmação social e económica semelhantes.

Figura 13. Posicionamento dos produtos turísticos, potencial de crescimento da procura e estágio de desenvolvimento



Fonte: AM&A



O Douro afirma-se como uma das regiões onde **a dimensão associada ao suporte físico do território tem um enorme significado estratégico e um forte potencial de afirmação**, com reflexos ao nível de diferentes áreas de desenvolvimento que são, no essencial, transversais a esta dimensão. **A região encontra-se dotada de valores ambientais e paisagísticos ímpares e de grande relevo à escala mundial**, que reforçam a necessidade de promover estratégias, ações e mecanismos ligados com a integridade, proteção, salvaguarda, valorização e promoção do território.

Paralelamente, a sustentabilidade territorial deverá possuir um enfoque no contexto dos **pólos urbanos**, de maior e/ou menor dimensão, **no sentido de promover a sua consolidação e qualificação**, constituindo **uma estrutura urbana, com capacidade e dimensão crítica**, capaz de se afirmar e competir no contexto regional e nacional, enquanto foco fundamental à atração de novos residentes.

O eixo da sustentabilidade territorial encontra-se subdividido em **três vetores fundamentais**, a saber:

- **Proteção do ambiente, paisagem e valorização do património;**
- **Desenvolvimento e revitalização urbana;**
- **Promoção da eficiência dos recursos energéticos.**

Figura 14. Nuvem de palavras associadas ao eixo 2



Fonte: AM&A com base em Worldle

Caixa 3. Objetivos do eixo 2

- **Promover a proteção e salvaguarda do bem associado ao Douro** (os valores ambientais e paisagísticos) e contribuir para o seu reconhecimento e projeção a nível global;
- **Potenciar a afirmação dos valores associados aos dois patrimónios mundiais da humanidade da UNESCO** (Alto Douro Vinhateiro e Parque Arqueológico do Côa);
- **Promover a qualificação e o potencial associado ao património cultural e construído da região;**
- **Garantir a gestão e o ordenamento do território e dos recursos hídricos;**
- **Diligenciar a eliminação de dissonâncias ambientais e paisagísticas;**
- **Monitorizar a ocupação e a transformação do solo urbano e rural;**
- **Promover a consolidação da rede urbana e a qualificação urbanística e funcional dos aglomerados;**
- **Fomentar a mobilidade sustentável e inclusiva;**
- **Promover a implementação de soluções integradas e inovadoras ligadas com a eficiência energética.**

Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património

O suporte físico é a **base fundamental de projeção e afirmação deste território** considerando, desde logo, a imagem singular, a estrutura da propriedade rural, a diversidade das culturas, o modelo de povoamento e a arquitetura, os valores culturais e patrimoniais (nas vertentes material e imaterial), a relação com a rede hidrográfica, a biodiversidade e um conjunto de áreas classificadas do ponto de vista ambiental e ecológico. O Douro possui uma **paisagem centenária, viva e evolutiva, marcada pela intervenção do homem e do saber acumulado ao longo de gerações**, que moldaram a paisagem de forma impar, tornando-a num autêntico “museu” a céu aberto.

Nesta região coexistem e afirmam-se **dois patrimónios mundiais da humanidade distinguidos pela UNESCO (O Alto Douro Vinhateiro e o Parque Arqueológico do Côa)**, facto que demonstra a pertinência, relevância e o potencial de afirmação e desenvolvimento. Neste âmbito, **constata-se que é premente implementar instrumentos de monitorização e gestão territorial que promovam a necessária salvaguarda do bem associado ao Douro**, em particular, dos aspetos relacionados com o uso, ocupação e transformação do solo, numa perspetiva de garantir a preservação e conservação de uma estrutura paisagística com significado histórico, cultural e económico.

É igualmente fundamental valorizar **os aspetos económicos e os serviços associados aos ecossistemas da Rede Natura 2000**, particularmente através do **conhecimento das espécies com elevado estatuto de ameaça e valorizar os recursos florestais**, promovendo, deste modo, a gestão dos riscos associados a incêndios florestais, que se afirma como fundamental para a preservação da fauna e da flora regional.

O entendimento de que este é um território a preservar, pelo carácter associado à autenticidade da sua paisagem, e **a valorizar**, pelo potencial associado ao desenvolvimento do setor agrícola e alimentar, **induz claramente a definição de um correto equilíbrio entre ambas as dimensões**, sendo para o efeito fundamental a promoção de boas práticas em termos de preservação e valorização dos espaços

vitícolas, agrícolas, naturais e dos elementos naturais. Para o efeito, é essencial que a comunidade duriense detenha um papel ativo, construtivo e participativo, numa lógica de divulgação.

Os organismos com competências no domínio da gestão territorial deverão desempenhar um papel estruturante com a conservação e proteção dos padrões ambientais e da biodiversidade da região, tendo por base um **processo de monitorização que permita avaliar as transformações do solo e o controlo das dissonâncias ambientais, paisagísticas e outras intrusões**, tais como pedreiras, fábricas, ETAR's, infraestruturas de produção e transporte de energia, nomeadamente a implementação um Plano de Recuperação Ambiental e Integração Paisagística para o território do Alto Douro Vinhateiro.

No que concerne à dimensão urbana, deverão ser desenvolvidos esforços no sentido de controlar a dinâmica associada à edificação dispersa, permitindo preservar os padrões de qualificação do solo rural e a estrutura paisagística que é uma marca fundamental da região. Para o efeito, afirma-se como fundamental, a definição de métricas de ocupação do solo, ao nível dos Instrumentos de Gestão Territorial, **de maior ou menor escala de intervenção, que permitam definir uma matriz de ordenamento rigorosa e coerente para a região**, considerando, em particular, a conservação dos dois patrimónios mundiais da humanidade e da densa rede de património construído classificado que deverá ser salvaguardado e potenciado na perspetiva de aumentar a sua atratividade externa. Paralelamente, afirma-se premente a requalificação das áreas de embarque e desembarque ao longo do rio Douro, na perspetiva de afirmar o potencial turístico e de visitação deste território, em particular, ao nível da intervenção no espaço público e do desenvolvimento de ações de qualificação do tecido comercial dos pólos urbanos de contato direto com o público.

Numa outra perspetiva deverá ser dado particular relevo à **requalificação da estrutura viária interna, nomeadamente à sua limpeza e à gestão da publicidade que se insere ao longo dos eixos viários**, como forma de mitigar os impactes de alguns focos e de promover uma imagem de maior integração entre os espaços de ocupação urbana e os espaços agrícolas e agroflorestais envolventes, nomeadamente através da aplicação de legislação existente ao nível municipal.

No tocante ao património é fundamental **promover a inventariação e a monitorização dos imóveis com interesse arquitetónico e cultural, bem como a sua sinalização e interpretação** por parte de técnicos ligados à promoção e divulgação turística, sendo possível integrar, neste contexto, a população local como promotores e “anfitriões” do património material e imaterial do Douro. Destacar ainda que as ações de requalificação do património cultural da região deverão ser efetuadas por parte de profissionais e técnicos com competências específicas e devidamente certificados.

Por último, no sentido de estruturar um verdadeiro projeto ligado a esta dimensão é ainda essencial **promover uma gestão territorial integrada, no sentido de clarificar o papel e competências das entidades que executam a gestão e a monitorização do território**, simplificando os procedimentos e criando uma estrutura de gestão que se afirme eficaz e capaz de responder aos desafios da região.

Vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana

O território da NUTS III Douro, pelas suas características físicas e humanas, **destaca-se pelo seu padrão de ocupação humana, pela relação deste com os espaços de elevado valor ambiental e ecológico e, também, pela respetiva integração com uma rede urbana difusa e polinucleada** que detém no quadro do eixo Lamego/Peso da Régua e Vila Real, os principais pólos urbanos, onde se localizam as principais funções de escala regional.

Numa segunda linha de ação **estrutura-se uma rede significativa de pequenos pólos urbanos, de maior e/ou menor dimensão, a que correspondem as sedes de concelho e outras aglomerações**, que assumem um papel relevante no equilíbrio do sistema urbano regional, pela representatividade de funções, equipamentos, espaços de utilização coletiva e elementos interesse arquitetónico/cultural que possuem. São aglomerações charneira **que efetuam o equilíbrio entre os pólos de maior dimensão regional e o extenso mosaico rural**, no qual pontuam quintas, com explorações associadas, e uma estrutura urbana dispersa e fragmentada, com morfologias de linearidade, dando origem a um mosaico que intercala artificialidade, espaços de produção (agrícolas e florestais) e elementos hídricos.

O foco estratégico associado ao corredor urbano fundamental (Lamego/Peso da Régua/Vila Real) é definido no sentido de promover a sua afirmação, consolidação e valorização, à escala regional da NUTS II Norte, **afirmando-se, de forma coerente e clara, como uma verdadeira centralidade na transição da fronteira Portugal/Espanha com a aglomeração metropolitana do Porto**, promovendo, ainda, as lógicas associadas à articulação territorial como a sua envolvente territorial (a qual se estende, de igual forma, à trilogia urbana Bragança, Chaves, Mirandela; ao eixo Braga/Guimarães e, também, a Viseu).

Nas aglomerações urbanas de menor densidade é fundamental constituir bases que promovam a sua qualificação e integração funcional com os pólos urbanos de hierarquia superior, através de uma rede de mobilidade verdadeiramente eficaz, que facilite o acesso e promova a possibilidade de efetuar movimentos casa/trabalho em tempos médios competitivos. O desafio “chave” desta dimensão urbana passa **pela capacidade de fixar e atrair um maior quantitativo demográfico que permita inverter a dinâmica associada ao despovoamento que se afigura como um dos principais desafios do Douro**, na perspetiva da promoção da coesão sócio espacial e da qualidade de vida da população.

A par dos aspetos assinalados, **deverão ser privilegiados investimentos que permitam melhorar o ambiente urbano** (dirigido também a zonas industriais, bairros críticos e outros focos degradados); a qualificação urbanística e ambiental, particularmente focada na **valorização das estruturas ecológicas e na qualificação do espaço público**; na **animação do espaço urbano, com particular enfoque nas zonas históricas (interiores e/ou ribeirinhas) e na respetiva dinâmica comercial**; na **qualidade do ar e na monitorização e controlo do ambiente urbano**; na **requalificação e refuncionalização de focos de tecido urbano que possam acolher novas atividades na ótica cultural e do empreendedorismo**.

Por último, uma nota centrada nos desafios dirigidos à **mobilidade urbana sustentável**, em que se afiguram desafios ligados com os serviços de transportes públicos, os modos suaves, a eliminação de barreiras e a intermodalidade de baixo teor de carbono.

Vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos

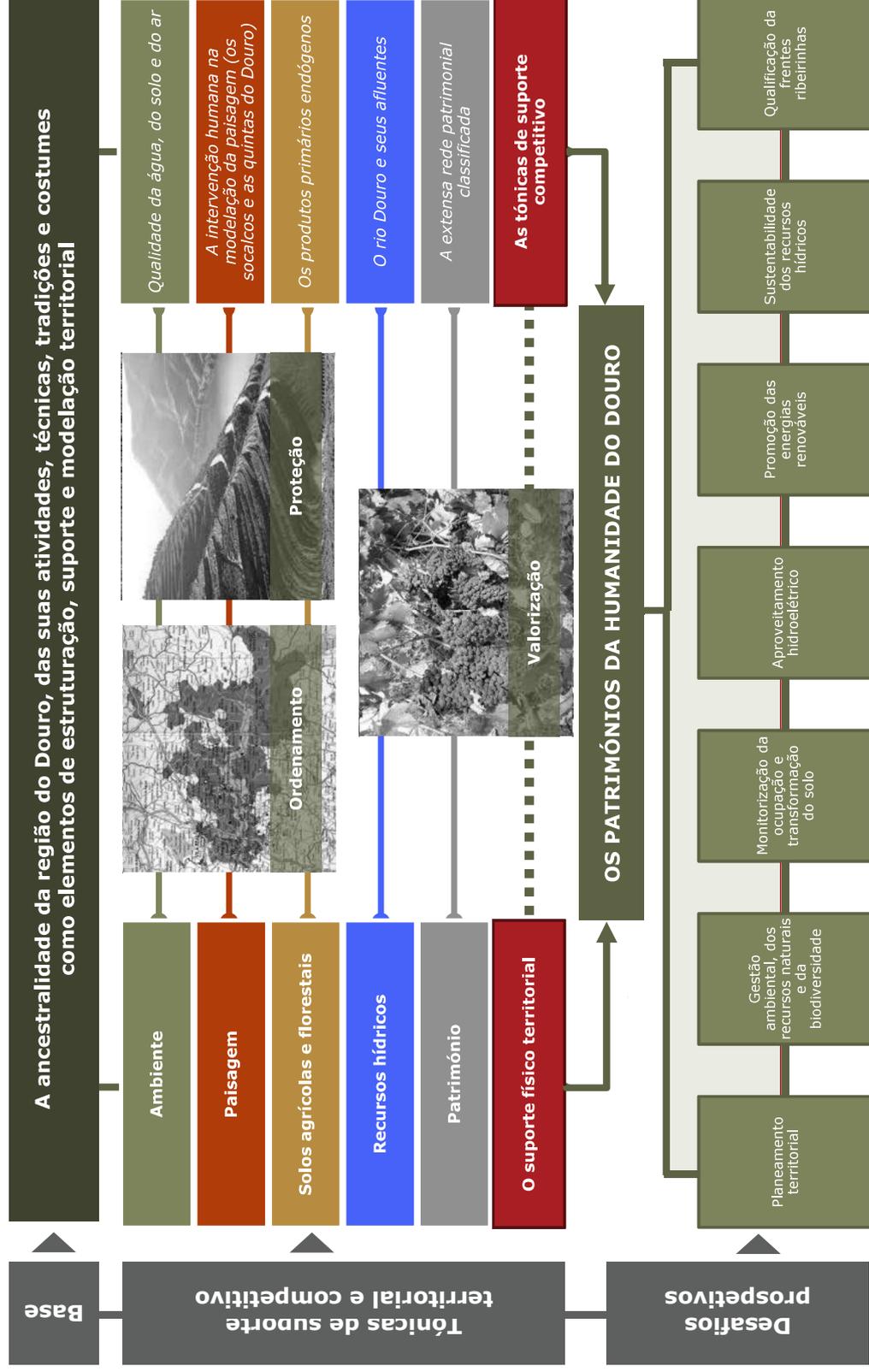
No âmbito do **domínio da eficiência dos recursos energéticos** é essencial proceder a um conjunto de investimentos estruturantes e estratégicos, ligados aos princípios da agenda europeia para a eficiência energética e para o desenvolvimento sustentável. O objetivo deste vetor passa pela **promoção da alteração dos padrões de consumo na região do Douro, nomeadamente no que concerne com o setor empresarial, serviços, espaço público, habitação e mobilidade.**

Uma região que prima pela valorização e preservação dos recursos e valores ambientais deverá promover o desafio da eficiência energética como um princípio fundamental para o seu desenvolvimento, considerando a necessidade de racionalizar os consumos, reduzir as despesas com energia, usar de forma mais eficiente os recursos e diminuir as emissões de gases com efeito estufa, princípios fundamentais por forma a assegurar uma maior sustentabilidade e coesão territorial.

Neste contexto, configura-se um conjunto de desafios, de âmbito alargado, no sentido do(a):

- **Aproveitamento das condições naturais favoráveis da região**, nomeadamente no que corresponde ao conjunto de potencialidades que importa alavancar, ligadas com o **recurso vento** (na sua relação com as áreas de maior altitude, podendo ser promovidas as intervenções ligadas com a energia eólica, e considerando alguns investimentos já realizados na região) e com o **recurso água** (associada a centrais de produção de energia hidroelétrica);
- **Desenvolvimento de projetos ligados com a produção de biomassa**, permitindo aproveitar os excedentes resultantes da limpeza de campos e florestas, considerando, em particular, a extensa “mancha” territorial associada a solos agrícolas e florestais;
- **Introdução de estruturas relacionadas com a recolha e tratamento de resíduos** onde é fundamental estender o raio de operação e promover a sua separação adequada, contribuindo para a preservação e proteção do ambiente, salvaguardando a saúde pública;
- **Implementação de um conjunto de projetos de eficiência energética ligados com a produção de calor e frio, iluminação e outras medidas ligadas com o desenvolvimento industrial e empresarial**, bem como a eficiência dos edifícios associados aos serviços/ equipamentos de utilização coletiva;
- **Reabilitação de edifícios públicos e racionalização do seu desempenho energético**, nomeadamente considerando a necessidade de refuncionalização e adaptação para serviços de outros domínios;
- **Integrar soluções energéticas sustentáveis ao nível do espaço público**, diminuindo substancialmente a fatura energética dos municípios com energia, através de tecnologias recentes ligadas com tecnologia LED e monitorização da iluminação pública, melhorando a imagem dos centros urbanos e a eficiência do espaço público;
- **Intervir na reabilitação de edifícios de habitação social**, melhorando as condições de bem-estar dos segmentos populacionais mais carenciados;
- Desenvolver e implementar **Planos de Racionalização de Consumos de Energia.**

Figura 15. Desafios associados à sustentabilidade territorial da região do Douro



Fonte: AM&A



Vivemos momentos de permanente e acelerada globalização dos valores, conhecimento, informação, consumo, urbanização, modos de vida mas, paradoxalmente, **crecem de forma exponencial os sinais preocupantes de fragmentação, isolamento, abandono e insucesso escolar, despovoamento sociodemográfico e elevada exclusão** ao nível social e territorial. E, no caso da região do Douro, alguns destes parâmetros têm divergido, ainda mais, do resto do país.

Figura 16. Nuvém de palavras associadas ao eixo 3



Fonte: AM&A com base em Worlde

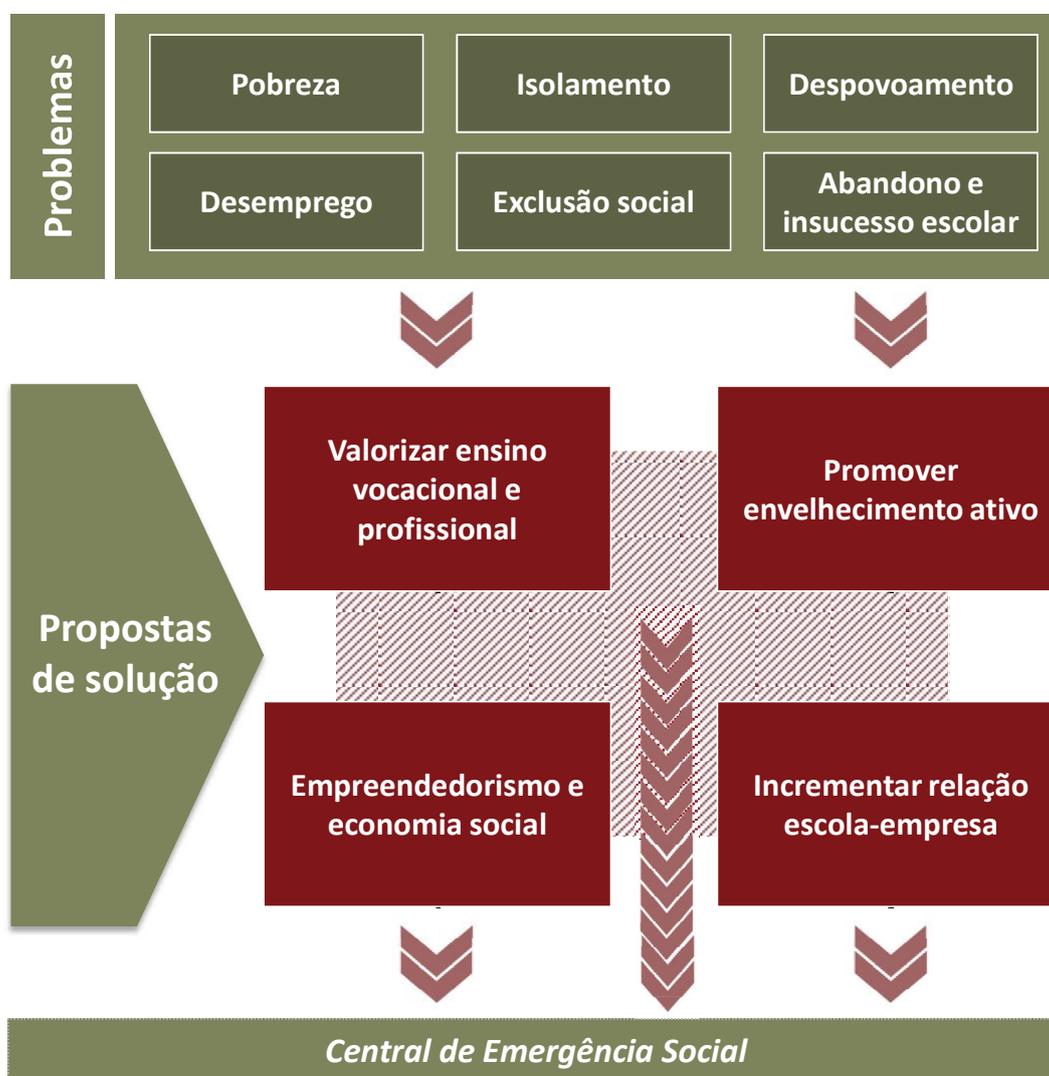
A região do Douro sempre se “defendeu”, perante as dificuldades em longos e repetidos períodos da sua história, emalhando redes de sociabilidade e segurança, onde os costumes, as tradições e a cultura se assumiram como os grandes nós de amarração. E, **neste mosaico de esforço e criação humana**, vivências e tradições culturais, socialcos e vinhedos com um caudaloso rio e um património histórico religioso e monumental, se **encontra uma forte matriz identitária que faz da região do douro “única e distintiva”**.

Este referencial identitário deve pois, hoje, ser reforçado e valorizado **enquanto esteio primeiro de uma coesão social inclusiva por via da criação de emprego local, redução do insucesso e abandono escolar, serviços de proximidade e combate à pobreza**. Mas se a matriz identitária é um instrumento estratégico para que a região, que importa ser valorizado para “puxar para cima” a região, é necessário reconhecer que o território tem assimetrias económicas e sociais que persistem, ao longo dos anos, e que não têm contribuído, bem pelo contrário, para um desenvolvimento equitativo e sustentável, e que é necessário atacar. **Atacar o desemprego, a exclusão social, o abandono e insucesso escolar e encontrar medidas de promoção do envelhecimento ativo, transformando a região num território de proximidade**, sustentabilidade e coesão alicerçados em redes de mobilidade (materiais e imateriais) e equipamentos sociais potenciadores de melhor qualidade de vida para os seus habitantes, são linhas de orientação que este eixo deve prosseguir.

Caixa 4. Objetivos do eixo 3

- Promover criação de uma rede territorial que estruture a oferta e a procura do ensino vocacional, profissional e tecnológico (nível básico, secundário e superior);
- Incrementar novas metodologias de ensinar e aprender e recorrer às novas tecnologias (TIC), nos vários níveis de ensino-aprendizagem, como instrumentos de apoio ao combate ao abandono e ao insucesso escolar;
- Incrementar o empreendedorismo e a economia social como instrumentos do aumento de emprego promovendo, nomeadamente, criação de microempresas “multisserviços” e de “apoio domiciliário”;
- Dinamizar a partilha de recursos (humanos e físicos) entre as escolas e as empresas;
- Reduzir as assimetrias sociais e territoriais, promovendo a inclusão ativa, de carácter inovador, e a economia social;
- Dinamizar a partilha de equipamentos sociais regionais;
- Criar uma central de emergência social (que recorra às TIC), que sinalize, detete, informe e encaminhe as situações de acordo com as prioridades.

Figura 17. Problemas e propostas de solução aplicadas à inclusão e coesão social



Fonte: AM&A

Este território detém os **“ativos” fundamentais associados ao desenvolvimento de novos produtos e investimentos**, considerando, em particular, os domínios associados a uma panóplia de recursos endógenos com elevado potencial de crescimento, dotados de qualidade e de uma marca específica e reconhecida à escala nacional e internacional, que não se esgota na esfera vinho/ vinha.

Cumulativamente, afirma-se decisivo o **domínio associado à gestão e governação territorial**, ao desenvolvimento de redes de atores e de parcerias institucionais. Quanto maior for o **efeito de articulação, concertação e partilha entre os atores fundamentais do território**, maior será a capacidade de atrair e implementar ações com potencial estratégico e competitivo.

O desafio associado à definição de um **projeto coletivo e agregador para a região do Douro** é verdadeiramente central e imperativo, considerando os vários atores públicos (com competências nas áreas mais diversificadas – turismo, ordenamento do território, conhecimento, ambiente, agricultura, floresta, energia, inclusão social, educação, entre outros) e também os atores privados e associativos empresariais, **que necessariamente terão de formular estratégias conjuntas, no sentido de definir opções de desenvolvimento com maior nível de agregação.**

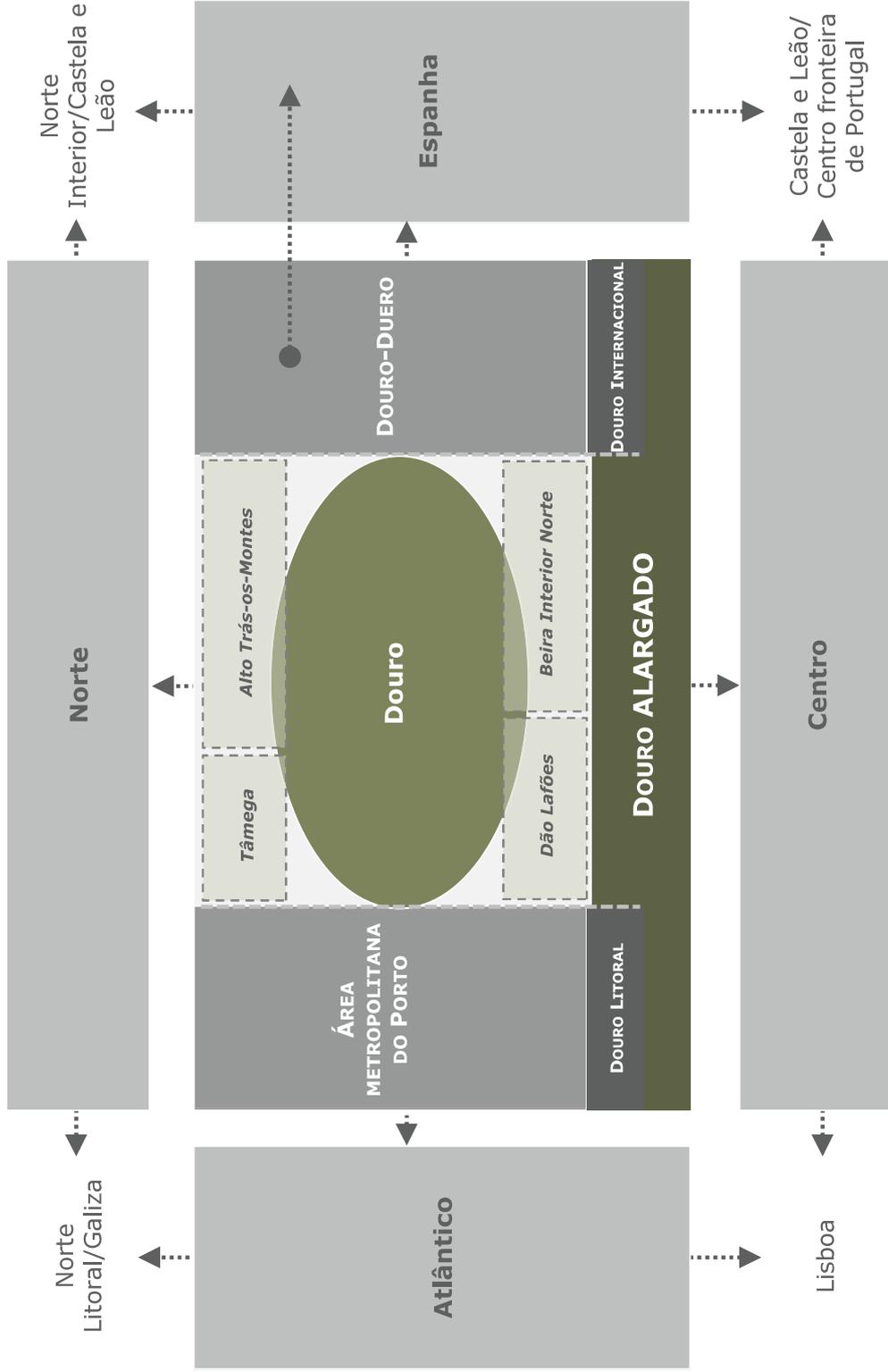
A aposta na definição de uma plataforma de consenso, em torno de projetos estruturantes de escalas regional, verdadeiramente realistas, configura-se essencial para a promoção de uma “agenda regional” que permita afirmar e fortalecer a região no contexto nacional e internacional, considerando os ativos do território e a relação deste com um *hinterland* territorial alargado onde se configuram relações funcionais (para dentro e para fora) que promovem o desenvolvimento dos principais setores de atividade da região.

Neste âmbito, destaca-se o papel charneira dos municípios do Douro, através da CIM- Comunidade Intermunicipal- que terão necessariamente de **promover a cooperação e concertação das grandes opções de desenvolvimento e das iniciativas estruturantes para o território**, como um “todo”, considerando, entre outros mais, os efeitos positivos de escala e dimensão. Assim, para esta missão terão de ser chamados, entre outros, a assumir um particular protagonismo, nesta estratégia de desenvolvimento integrado, atores dominantes como, por exemplo: os do Conhecimento e da Investigação, do Movimento Associativo Empresarial, das DLBC/ Associações de Desenvolvimento Local, do Ensino e Formação e do Domínio Social.

Caixa 5. Objetivos do eixo 4

- **Dinamizar mecanismos para inverter as dinâmicas associadas ao despovoamento;**
- **Criar rede de oportunidades que promovam o emprego e o desenvolvimento de novas atividades;**
- **Melhorar as redes e o acesso a bens, serviços e equipamentos;**
- **Promover uma rede de mobilidade inclusiva e integradora;**
- **Estruturar mecanismos de discriminação positiva** que permitam alavancar novas oportunidades de negócio e contribua para a atração de novos investimentos.

Figura 19. Relações estratégicas de base territorial



Fonte: AM&A

Indicadores de monitorização da estratégia regional

Os indicadores de monitorização definidas para a região no horizonte temporal 2020 estão articuladas com as metas definidas para o período de programação estrutural 2014-2020 a nível regional, nacional e europeu e visam constituir-se como um referencial de avaliação do desempenho regional face ao ambicionado em sede estratégica.

Caixa 6. Indicadores de monitorização da estratégia regional

Indicadores de monitorização	Portugal	Norte	Douro	Metas	
PIB pc UE27 = 100, 2010	80	65	54	Convergir para um patamar entre 60% a 65% do PIB pc da UE27	
PIB pc PT = 100, 2011	100	81	67	Convergir para um patamar entre 70% a 75% do PIB pc nacional	
Produtividade UE27 = 100, 2011	62	54	43	Convergir para um patamar entre 50% e 55% da produtividade da UE27	
Produtividade PT = 100, 2010	100	86	69	Convergir para o patamar médio de produtividade do país	
Intensidade exportadora de bens 2011	28,7%	37,9%	3,2%	Aumentar a intensidade exportadora da região do Douro para 5%	
Concentração das exportações nos 4 principais mercados de destino 2011	53,0%	59,0%	56,0%	Diversificar os mercados de exportação para que a concentração nos 4 principais mercados se aproxime do referencial nacional	
Investimento em I&D em % do PIB 2011	1,5%	1,5%	1,2%	Convergir para a meta UE2020 de 3%	
Iniciativa empresarial 2011	12,4%	12,2%	11,9%	Aumentar o ritmo atual de criação de novas empresas, em convergência para o patamar médio nacional	
Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes 2011	48,8%	53,5%	56%	Melhorar a qualidade dos nascimentos para que 60% das novas empresas sobrevivam mais de dois anos	
% de população entre os 30 e os 34 anos deve dispor de um diploma de ensino superior 2011	33,7%	29,9%	28,2%	Convergir para a meta UE2020 de 40%	
Emprego <i>variação 2004-2011</i>	Indústria	-18,8%	-18,9%	-8,6%	Garantir o equilíbrio na estrutura setorial do emprego pelo reforço dos postos de trabalho afetos à indústria e pela criação de emprego nos serviços às empresas e ao consumo
	Construção	-15,5%	-8,2%	3,4%	
	Serviços ao consumo	1,2%	3,4%	2,8%	
	Serviços às empresas	21,8%	29,2%	15,7%	
População residente <i>variação 2001-2011</i>	2,0%	0,1%	-7,2%	Travar a perda de efetivos populacionais de modo a permitir o aumento dos efetivos populacionais na região, combatendo a desertificação	
Taxa de crescimento migratório 2001-2011	1,8%	-1,3%	-3,1%	Promover a atratividade populacional da região, tornando simultaneamente positivos os saldos migratório e natural, gerando efeitos positivos ao nível do rejuvenescimento da população e do aumento da taxa de atividade	
Índice de dependência de jovens 2011	22,5%	22,3%	20,7%	Convergir, pelo menos, para os níveis do país	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros <i>variação 2002-2012</i>	17,4%	50,8%	-13,2%	Reforçar a atratividade turística regional, aumentando o ritmo de crescimento do número de dormidas que permita acompanhar a região Norte	
Capacidade de Alojamento <i>variação 2002-2012</i>	32,9%	45,1%	-1,6%		
Sazonalidade 2012	39,7%	35,5%	40,1%		
Estada média 2012	3,5	2,1	1,8		
Proporção de estrangeiros 2012	55,5%	39,5%	17,3%		
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes 2012	378,4	123,9	95,1		
Hóspedes por 100 habitantes 2012	130	70	60		
Taxa de ocupação-cama (líquida) 2012	39,5%	31,0%	23,7%		

Indicadores de monitorização	Portugal	Norte	Douro	Metas
Índice de desemprego PT = 100, 2011	100,0	109,8	91,4	Melhorar a resistência ao desemprego, garantindo um índice de pelo menos 85% face ao desemprego registado no país, reduzindo principalmente o desemprego jovem e o qualificado
Taxa de emprego da população dos 20-64 anos 2011	87,1%	85,8%	88,2%	Garantir o aumento sustentado da taxa de emprego da população com idade entre os 20-64 anos. A referência oficial deste indicar no PNR são os dados do inquérito ao emprego (meta UE2020 para Portugal: 75%) que não estão disponíveis ao nível de NUTS III, assumindo-se como proxy os dados dos Censos 2011, cujo valor atual já ultrapassa esta meta
Taxa média de emprego 2013	65,4%	63,3%	(1)	
Taxa de abandono escolar precoce 2013	18,9%	19,5%	(1)	Garantir um ritmo mais acelerado que o país, com reflexos na taxa de abandono escolar precoce (meta UE2020 para Portugal: inferior a 10%)
Contributo regional para a substituição da produção de eletricidade produzida com energia primária fóssil por energias renováveis ou menor conteúdo de emissões variação em pontos percentuais 2002-2011	+ 25 p.p.	+ 38 p.p.	+ 110 p.p.	

Nota: ⁽¹⁾ não há dados disponíveis ao nível de NUTS III

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011, Contas Regionais, Estatísticas do Comércio Internacional, Anuário Estatístico Regional, Inquérito ao Emprego, Sistema de Contas Integradas das Empresas, Estatísticas do Turismo

Articulação com instrumentos setoriais e de base territorial

No contexto do desenvolvimento da EDIRD 2020 foi essencial promover a análise de um conjunto alargado de instrumentos e programas de estratégia e de ordenamento do território dirigidos para a região Norte e, em particular, para o Douro.

O objetivo essencial deste ponto prende-se com a relação que é importante estabelecer entre os eixos, vetores estratégicos da EDIRD 2020 com o quadro de orientações previstos nos vários instrumentos e programas, nomeadamente ao nível de eixos e prioridades, aferindo a respetiva relação e integração estratégica e programática.

Para o efeito foi desenvolvida a análise dos seguintes instrumentos de estratégia, a saber:

- Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020;
- NORTE 2020: Estratégia Regional de Especialização Inteligente;
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte;
- Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro.

Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

O Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 é um instrumento central para a definição do quadro estratégico, de medidas e ações de desenvolvimento da região no âmbito do novo período de programação estrutural. Deste modo, é essencial efetuar um exercício de articulação com os eixos e vetores estratégicos desenhados no âmbito da EIDRD 2020, numa lógica de aferir os pontos de contato e de relação entre os dois instrumentos, e destacar o contributo que o Douro pode dar à região Norte para atingir as metas a que se propõe.

O POR Norte resulta de um processo amplo de liderança da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), na preparação do novo ciclo de programação, considerando, em particular, o Acordo de Parceria celebrado entre Portugal e a Comissão Europeia, tendo, ainda, envolvido, um conjunto alargado de atores da administração pública, afetos a diversos Ministérios e de entidades do setor privado.

Relativamente aos eixos e prioridades do POR Norte destacam-se os seguintes pontos de contato:

- **A investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação** (EP.1.), encontra-se relacionada com o *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, nomeadamente com o *vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena* e, também, com o *Eixo 2. Sustentabilidade territorial*, com particular ênfase no *vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos*. O desenvolvimento das lógicas associadas à investigação e inovação, a definição de *clusters* e de redes e a difusão de tecnologia são desafios estruturantes para a região do Douro tendo presente o potencial associado ao setor agroalimentar e a outras fileiras produtivas de base endógena. Paralelamente, todo este domínio é essencial para o desenvolvimento de projetos ligados com o domínio da eficiência energética que se encontram patentes nas medidas elencadas neste instrumento.
- **A competitividade das pequenas e médias empresas** (EP.2.), possui uma ampla relação com os *vetores do Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, pela relação direta com os objetivos associados com a criação de empresas, implementação de estruturas de viveiros, internacionalização do tecido produtivo e pelo desenvolvimento de novos produtos e serviços, baseados no potencial endógeno dos recursos e, complementarmente, na promoção do turismo e da visitação.
- **A economia de baixo teor de carbono** (EP.3.), possui uma estreita relação com o *Eixo 2. Sustentabilidade territorial*, nomeadamente com os *vetores 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana* e *2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos*. Complementarmente apresenta alguns pontos de contato com o *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, em particular com o *vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena*. A aposta na adoção de sistemas de eficiência energética inteligentes, direcionados para o espaço público urbano, para a rede

de equipamentos públicos, para a habitação social, para as infraestruturas públicas e para as empresas, afigura-se como um aspeto decisivo para a região nas próximas décadas, permitindo reduzir a dependência energética e incrementar a sustentabilidade ambiental.

- **A qualidade ambiental** (EP.4.), está intimamente relacionado com o *Eixo 2. Sustentabilidade territorial*, nomeadamente os vetores 2.1. *Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património* e 2.2. *Desenvolvimento e revitalização urbana*. Indiretamente poder-se-á também estruturar uma relação com o *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, mais especificamente com o vetor 1.2. *Afirmação do turismo e da visitação*. Com efeito, a qualificação ambiental é um aspeto basilar e central da estratégia desenvolvida para a região do Douro, considerando a riqueza ambiental e paisagística (numa ótica evolutiva e viva) deste território que se encontra classificado, pela UNESCO, como património mundial, sendo fulcral a aposta em patamares de qualificação ambiental de nível superior. Transversalmente o domínio associado ao turismo e visitação encontra-se interligado com a ótica ambiental, considerando a aposta no turismo de natureza, aventura e cultural.
- **O sistema urbano** (EP.5.) encontra-se amplamente ligado com o *Eixo 2. Sustentabilidade territorial*, nomeadamente com os vetores 2.2. *Desenvolvimento e revitalização urbana* e 2.3. *Promoção da eficiência dos recursos energéticos*. Paralelamente, é de notar a relação indireta com o *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, especificamente com o vetor 1.2. *Afirmação do turismo e da visitação*. A qualificação, estruturação e regeneração dos espaços urbanos, de escala variável, são um aspeto central da estratégia do Douro para o horizonte 2020, enquanto espaços dotados de potencial competitivo, ligado, sobretudo, com os valores patrimoniais, culturais e arquitetónicos. O plano de ação desenvolvido contempla um conjunto lato de operações de requalificação do espaço público, dos equipamentos, do sistema viário e de alguns focos de tecido habitacional e comercial. A regeneração integrada desta dimensão é, ainda, decisiva para o fortalecimento do turismo cultural, do *touring* e *city break*.
- **O emprego e mobilidade dos trabalhadores** (EP.6.) encontra-se diretamente ligado com os dois vetores do *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, com o *Eixo 3. Inclusão e coesão social*, bem como com o *Eixo 4. Redes territoriais e governação*. A questão associada à empregabilidade é central para o desenvolvimento da região, seja na retenção da população residente em idade ativa, como na atração de novos residentes por via da criação de oportunidades de trabalho, mais propriamente nas áreas de especialização produtiva como é o setor agroalimentar, a agricultura e os serviços. Paralelamente, este eixo é decisivo para a coesão demográfica, combate ao despovoamento e ao envelhecimento da população duriense que enfrenta um forte desafio em termos de sustentabilidade intergeracional, aspeto que se encontra bem destacado no contexto da EIDRD 2020.
- **A inclusão social e pobreza** (EP.7.) apresenta forte correlação com o *Eixo 3. Inclusão e coesão social*. O fomento da empregabilidade, a criação de equipamentos e infraestruturas sociais, de

saúde, educativas, culturais e recreativas, encontram-se previstas no âmbito do plano de ação da EIDRD 2020. Cumulativamente, é importante destacar que a estratégia desenvolvida prevê ainda o desenvolvimento de um conjunto alargado de ações imateriais ligadas com a inclusão e coesão social.

- **A educação e aprendizagem ao longo da vida** (EP.8.) apresenta uma estreita ligação com o *Eixo 3. Inclusão e coesão social*. A promoção do ensino, o combate ao insucesso escolar e a criação de uma rede territorial que estruture a oferta e a procura do ensino profissional e tecnológico (no contexto dos vários níveis de ensino), direcionado para grupos desfavorecidos e não só, são aspetos considerados no âmbito da EIDRD 2020.
- **A capacitação institucional e TIC** (EP.9.) apresenta uma relação transversal relativamente a todos os eixos definidos na EIDRD 2020. A capacitação, modernização institucional e as TIC's, tendo por base o desenvolvimento de um conjunto de reformas, a várias escalas, possuem reflexos em vários setores tais como a saúde, a cultura, a educação e o emprego, aspetos que se afiguram centrais para um território com características do Douro.

Quadro 15. Articulação com o Programa Operacional Norte 2014-2020

POR Norte 2014-2020 Eixos e prioridades	EIDRD 2020 Eixos estratégicos/ Vetores
<p>Eixo Prioritário 1: Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação</p> <p>Prioridade de Investimento 1 <i>O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 2 <i>A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na eco inovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.</i></p>	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação <i>Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena</i></p> <p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial <i>Vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos</i></p>
<p>Eixo Prioritário 2: Competitividade das Pequenas e Médias Empresas</p> <p>Prioridade de Investimento 1 <i>A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 2 <i>O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 3 <i>A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.</i></p>	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação <i>Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena</i> <i>Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</i></p>
<p>Eixo Prioritário 3: Economia de Baixo Teor de Carbono</p> <p>Prioridade de Investimento 1 <i>A promoção da eficiência energética e da utilização das</i></p>	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação <i>Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena</i></p>

POR Norte 2014-2020	EIDRD 2020
Eixos e prioridades	Eixos estratégicos/ Vetores
<p><i>energias renováveis nas empresas</i></p> <p>Prioridade de Investimento 2 A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação social.</p>	<p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial Vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana Vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos</p>
<p>Prioridade de Investimento 3 A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.</p>	
<p>Eixo Prioritário 4: Qualidade Ambiental</p>	
<p>Prioridade de Investimento 1 A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.</p>	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</p>
<p>Prioridade de Investimento 2 A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.</p>	<p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património Vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana</p>
<p>Eixo prioritário 5: Sistema urbano</p>	
<p>Prioridade de Investimento 1 A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.</p>	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</p>
<p>Prioridade de Investimento 2 A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.</p>	<p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial Vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana Vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos</p>
<p>Prioridade de Investimento 3 A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.</p>	
<p>Eixo Prioritário 6: Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores</p>	
<p>Prioridade de Investimento 1 Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores.</p>	
<p>Prioridade de Investimento 2 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.</p>	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</p>
<p>Prioridade de Investimento 3 Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.</p>	<p>Eixo 3. Inclusão e coesão social</p>
<p>Prioridade de Investimento 4 A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas.</p>	<p>Eixo 4. Redes territoriais e governação</p>
<p>Prioridade de Investimento 5 A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.</p>	
<p>Eixo Prioritário 7: Inclusão Social e Pobreza</p>	
<p>Prioridade de Investimento Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da</p>	<p>Eixo 3. Inclusão e coesão social</p>

POR Norte 2014-2020	EIDRD 2020
Eixos e prioridades	Eixos estratégicos/ Vetores
<p><i>empregabilidade.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 2 <i>Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 3 <i>Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 4 <i>Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.</i></p>	
<p>Eixo Prioritário 8: Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida</p> <p>Prioridade de Investimento 1 <i>Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 2 <i>Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 3 <i>Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 4 <i>Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.</i></p>	<p>Eixo 3. Inclusão e coesão social</p>
<p>Eixo Prioritário 9: Capacitação Institucional e TIC</p> <p>Prioridade de Investimento 1 <i>Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 2 <i>Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.</i></p> <p>Prioridade de Investimento 3 <i>O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.</i></p>	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação <i>Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena</i> <i>Vetor 1.2. Afirmção do turismo e da visitação</i></p> <p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial <i>Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património</i> <i>Vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana</i> <i>Vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos</i></p> <p>Eixo 3. Inclusão e coesão social</p> <p>Eixo 4. Redes territoriais e governação</p>

NORTE 2020: Estratégia Regional de Especialização Inteligente

A estratégia de especialização inteligente da região Norte tem inerente o objetivo global de **aplicação de políticas de inovação adequadas aos recursos distintivos regionais**, tendo por esta via, um efetivo impacto na competitividade e, portanto, no crescimento económico e no emprego. A **competitividade** é tida, na estratégia da região, como **condição de aceleração do processo de crescimento económico** que passa pela melhoria no desempenho nos indicadores de inovação, por uma formação avançada adequada às necessidades empresariais regionais e pelo reconhecimento da importância da formalização da tutela do conhecimento através da patenteação.

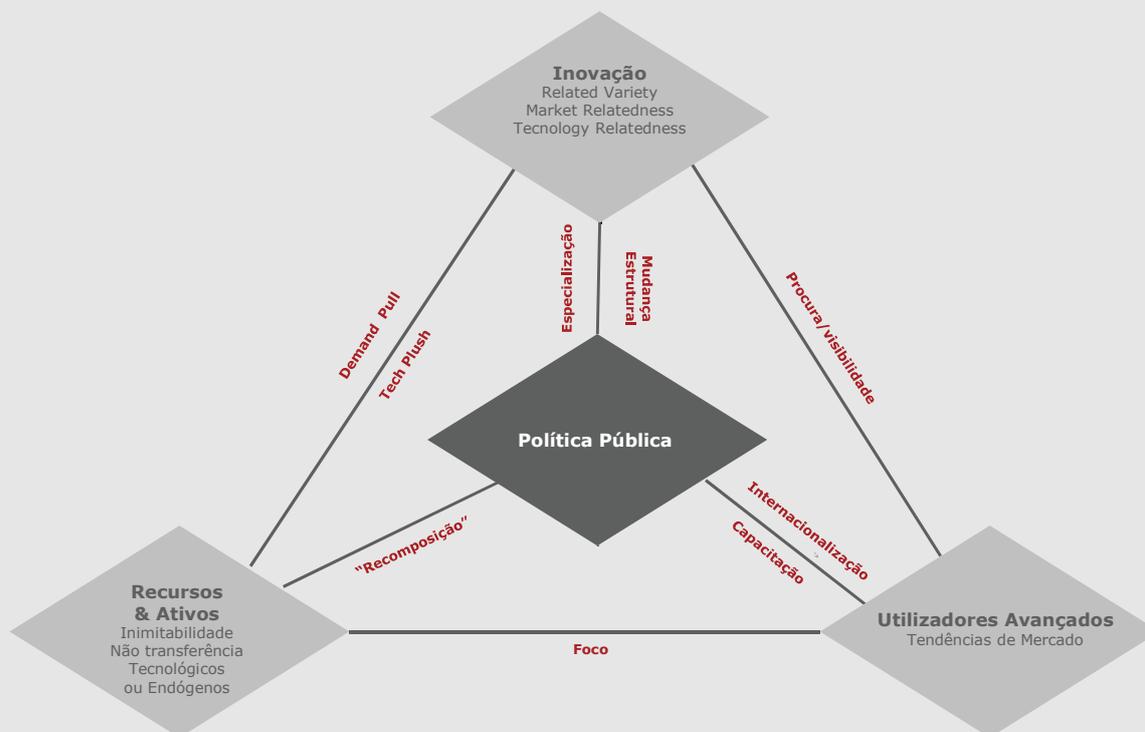
Neste contexto, é assumido como fator crítico de sucesso, a *“consolidação do Sistema Regional de Inovação (SRI), alicerçando o investimento em conhecimento e tecnologia em pontos nodais com forte potencial económico e/ou científico no quadro de uma estratégia mais global de especialização inteligente”*. Este desígnio visa ultrapassar algumas insuficiências que ainda perduram no SRI tais como: *“o desalinhamento entre a oferta de formação avançada e a capacidade de absorção dos trabalhadores mais qualificados por parte da economia nacional e regional; a excessiva fragmentação do sistema científico e tecnológico, bem como dos apoios à I&D; a insuficiência e algum enviesamento dos instrumentos de engenharia financeira de apoio à inovação, à internacionalização e ao empreendedorismo; os níveis reduzidos de empreendedorismo; as dificuldades de articulação entre as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), as empresas de produção e desenvolvimento de tecnologia e os utilizadores avançados”*.

A premissa basilar desta abordagem prende-se com a **conceção de políticas de inovação que tenham em consideração as especificidades de inovação regionais**, que se operacionalizam por interações internas e externas e facilitam os fluxos de conhecimento. Para além disso, reconhece que a importância da transferência e difusão de conhecimento, será tão mais adequada às necessidades regionais, quanto mais próxima estiverem os “produtores” de inovação das ações locais.

A estratégia de especialização inteligente da região Norte identifica **oito domínios temáticos**, que após uma sólida análise do potencial e desenvolvimento e do atual nível de maturidade, se constituem como as áreas de aposta, onde importa promover a competitividade por via da inovação. O racional desta seleção, assim como o conteúdo de cada domínio temático, encontra-se devidamente pormenorizado na Caixa 7.

Caixa 7. Conceito/racional dos Domínios Prioritários

A nível operacional, a estratégia de especialização inteligente (RIS3) da região Norte identifica **oito domínios prioritários de especialização inteligente**, que correspondem a áreas de intervenção selecionadas tendo por base o posicionamento competitivo da região (presente e potencial), cruzando os recursos ativos, a base empresarial e as dimensões da procura. Este racional, sintetizado na figura seguinte, orientou a construção da estratégia da Região do Norte.



A RIS3 da região Norte assenta no aproveitamento de triângulos virtuosos, envolvendo entidades regionais do SCT, produtores de tecnologia e utilizadores avançados dessa tecnologia, num contexto institucional promotor de interações entre esses três vértices. A construção destes triângulos deve ser alinhada com o potencial de integração de recursos e ativos e a sua tradução em inovação pela economia regional, no âmbito de um posicionamento competitivo distintivo regional. O racional proposto conjugou, ainda, a análise prospetiva no que respeita quer à evolução da procura, quer às tendências pesadas de evolução da economia decorrentes dos desafios sociais da UE. Perante isto, constituem-se como apostas regionais, os seguintes domínios prioritários:

- ✓ **Recursos do mar e economia**, visando o estabelecimento de relações de articulação entre engenharias aplicadas (civil, mecânica, naval, robótica, energia, biociências e tecnologias de informação, materiais), recursos do mar (nomeadamente, vento, ondas, algas, praias) e atividades económicas que os valorizem (designadamente, construção naval, produção de energia em *offshore*, construção de plataformas, turismo náutico, biocombustíveis, alimentação e aquacultura em *offshore*, etc.);
- ✓ **Capital humano e serviços especializados**, promovendo as competências acumuladas na área das TIC (em particular, no desenvolvimento de aplicações multimédia e na programação e engenharia de sistemas), para o desenvolvimento de soluções de governo eletrónico, a desmaterialização de processos e, em associação com a reconversão de capital humano, o aproveitamento das tendências para operações de *nearshore Outsourcing* (centros de engenharia, de serviços partilhados e de contacto);
- ✓ **Cultura, criação e moda**, explorando as indústrias criativas (sobretudo nas áreas de *design* e arquitetura), de novos materiais e de tecnologias de produção inovadoras, na criação de novas vantagens competitivas em setores ligados à produção de bens de consumo com uma forte componente de *design*, nomeadamente têxtil e vestuário, calçado, acessórios, mobiliário, joalheria;
- ✓ **Indústrias da mobilidade e ambiente**, aproveitando as competências científicas nas áreas das tecnologias de produção e

dos materiais, potenciadas pelos contratos de fornecimento com a Airbus e a Embraer, para a promoção do *upgrade* das indústrias de componentes de automóveis e de moldes, tendo em vista o fornecimento de clientes mais exigentes nas especificações técnicas, nomeadamente na área da aeronáutica;

- ✓ **Sistemas agroambientais e alimentação**, procurando articular o potencial agrícola regional em produtos de elevado valor acrescentado (nomeadamente, vinho, azeite, castanha) com competências científicas e tecnológicas (em particular, tecnologia, engenharia, biologia, biotecnologia) e empresariais (designadamente, leite e derivados, vitivinicultura) para o desenvolvimento de produtos associados, designadamente, à alimentação funcional e à gastronomia local e destinados a segmentos de procura mais dinâmicos;
- ✓ **Ciências da vida e saúde**, consolidando as dinâmicas de articulação entre a investigação regional (nomeadamente, nas áreas da engenharia de tecidos, do cancro, das neurociências e do desenvolvimento das técnicas cirúrgicas) e as empresas nas indústrias e serviços na área da saúde em sentido amplo (farmacêutica, dispositivos médicos, prestação de serviços saúde, turismo de saúde e bem-estar e cosmética);
- ✓ **Capital simbólico, tecnologias e serviços do turismo**, valorizando recursos culturais e intensivos em território e aproveitando as capacidades científicas e tecnológicas, nomeadamente nas áreas da gestão, *marketing* e TIC, e a oferta turística relevante, para a promoção de percursos e itinerâncias como forma de aproveitamento das principais infraestruturas de entrada de visitantes e turistas;
- ✓ **Tecnologias de largo espectro**, procurando desenvolver fileiras associadas a estas Tecnologias, nomeadamente os Sistemas de Produção Avançados, Nanotecnologias, Materiais e TICE, conjugando as capacidades e infraestruturas científicas e tecnológicas, e de setores utilizadores relevantes, através do reforço do tecido empresarial existente (no caso das tecnologias de produção e das TICE) ou da criação de novas empresas (sobretudo na área da nanotecnologia e da produção de novos materiais).

Fonte: Norte 2020 – Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 e Estratégia Regional de Especialização Inteligente

O panorama traçado para a estratégia de especialização inteligente da NUTS II Norte, concede diversas responsabilidades à região do Douro que, dentro o conjunto de domínios temáticos identificados, prevê uma **forte aposta nas áreas onde é distintivamente mais competitiva e especializada** mas também noutros **segmentos com significativo potencial de afirmação** ou em **áreas complementares ou similares** às identificadas nos domínios prioritários. Tendo por base os domínios prioritários e ativos e recursos identificados na RIS3, podem sinalizar-se, de forma sintética, alguns pontos de contacto com os eixos estratégicos do Douro 2020 (Figura 1):

- **O domínio prioritário *Capital humano e serviços especializados***, está intimamente relacionado com o *Eixo 3. Inclusão e coesão social* e indiretamente com o *Eixo 2. Sustentabilidade territorial* na personificação do *vetor 2.2. Desenvolvimento e Revitalização Urbana*. A formação avançada e reconversão dos recursos humanos são um desígnio muito relevante na estratégia Douro 2020, em parceria com as instituições de ensino superior com presença no território (p.e., UTAD e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu) e também numa lógica mais alargada, para além de atribuição de incentivos de diversa natureza, ao desenvolvimento do empreendedorismo e criação de emprego tendo por base a vocação económica regional. Para além disso, é cada vez mais um espaço com infraestruturas adequadas à receção de serviços diversos, o que justifica a densificação funcional do principal eixo urbano regional e dos restantes centros urbanos complementares e também dos espaços

empresariais que se têm desenvolvido na região. A aplicação intensiva das TIC a nível regional, nos mais diversos segmentos sociais e empresariais, é também um objetivo a alcançar com a implementação da estratégia de desenvolvimento regional.

- **O domínio prioritário *Cultura, criação e moda***, apresenta correlação com o *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação* com particular incidência no *vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação* e com o *Eixo 2. Sustentabilidade territorial* especialmente com os vetores *2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património* e *2.2. Desenvolvimento e Revitalização Urbana*. Aqui estão implícitas as questões criativas que deverão ser adicionadas ao património, às atividades tradicionais, às cidades, vilas, aldeias, às atividades económicas prevalentes e outras dimensões consideradas relevantes durante a implementação da estratégia Douro 2020. Os recursos e ativos do Douro, mobilizáveis para este domínio são as artes locais, os produtos regionais, a cultura, o artesanato, as artes do espetáculo, os “patrimónios”, entre outros.
- **O domínio prioritário *Indústrias da mobilidade e ambiente***, apresenta apenas indiretamente aderência ao Douro, face a uma especialização produtiva intensivamente assente em atividades do setor primário. Poderá contudo, estar indiretamente relacionado com o *Eixo 4. Redes territoriais e governação*, nas sinergias que são passíveis de estabelecer entre este território e outras regiões do Norte mais especializadas neste segmento, numa lógica de complementaridades que possam ser identificadas e que afigurem como vantajosas para o desenvolvimento deste domínio.
- **O domínio prioritário *Sistemas agroambientais e alimentação***, é um dos domínios onde o Douro revela uma posição competitiva distintiva no contexto regional e nacional, facto que está devidamente vertido nos conteúdos do *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação* e nos respetivos *vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena* e *1.2. Afirmação do turismo e da visitação*. A especificidade e a vocação regional no setor agrícola e agroindustrial - com enfoque no setor vitivinícola associada à Região Demarcada do Douro e às condições edafoclimáticas da região, a que se podem acrescentar outros produtos como a amêndoa, azeite, castanha, cereja, maçã - tornam este território oportuno para a implementação de iniciativas inovadoras, tanto nos produtos como nos processos de produção, como nas estratégias de escoamento. Esta dimensão tem também forte articulação com a componente turística e tem vindo a surgir como combinação turística com procura (enoturismo, agroturismo, entre outros).

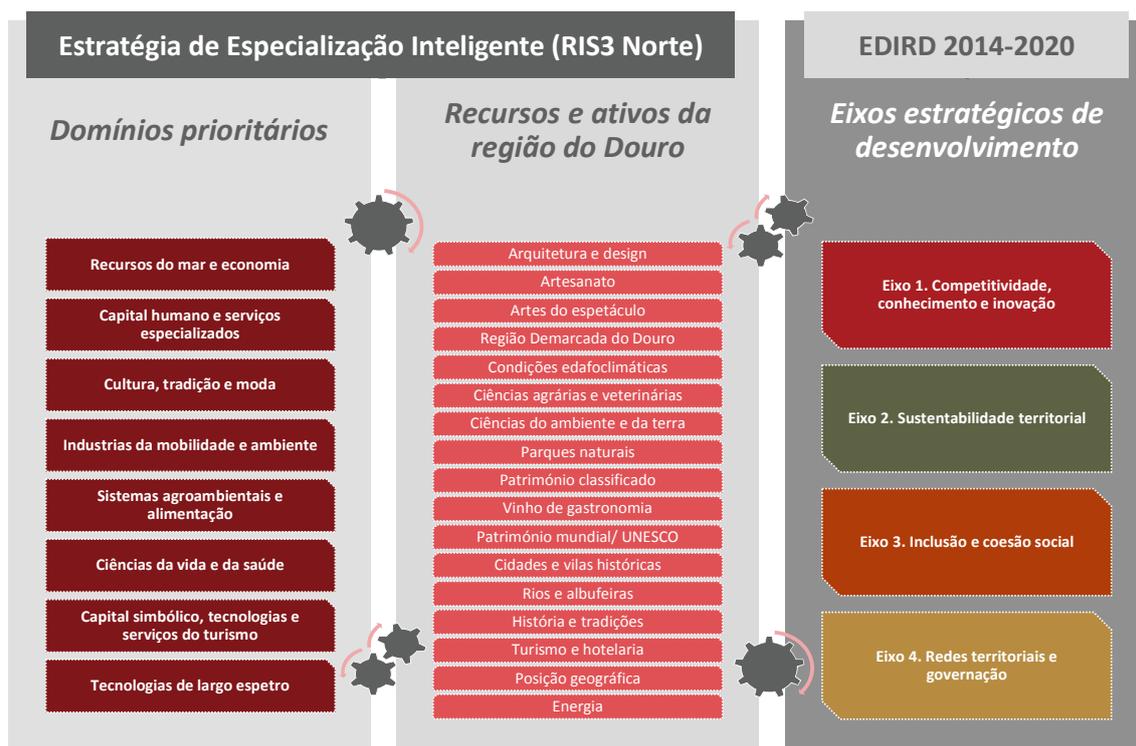
A promoção de centros de investigação setorial e a formação dos recursos humanos no âmbito das ciências agrárias e veterinárias e turístico tem sido também uma prioridade regional e tem o seu espelho nos excelentes desempenhos da UTAD e da Escola de Hotelaria e Turismo do Douro (Lamego). É, nestes termos, assumido pela estratégia Douro 2020 a relevância de “explorar o potencial de valorização económica resultante da conjugação dos recursos e ativos

científicos com os recursos e ativos naturais e simbólicos”, tal como referido no documento estratégico da RIS3 do Norte.

- O domínio prioritário **Ciências da vida e saúde**, está contido no *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação* especificamente no *vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação* e o *Eixo 3. Inclusão e coesão social*. O turismo de saúde e bem-estar é um produto emergente na região do Douro que poderá ser potenciado, em articulação com outros focos da região Norte e Centro com vocação para este segmento turístico. Por outro, a resposta ao envelhecimento populacional poderá impulsionar no Douro, por uma questão natural de “necessidade” o desenvolvimento de uma economia social, onde a indústria da prestação de serviços de saúde será parte integrante. Na perspetiva da formação, a UTAD leciona um conjunto de unidades de crédito consonantes com o objetivo de formação e também de inovação do setor das ciências da vida e da saúde, que poderá ser complementada com relacionamentos com outras instituições especializadas nesta área.
- O domínio prioritário **Capital simbólico, tecnologias e serviços do turismo**, é uma área de atuação onde a região do Douro apresenta fortes vantagens competitivas. A realidade mostra um crescimento significativo da notoriedade e da qualificação da região para o desenvolvimento de atividades turísticas, o que tem concedido a este território argumentos para a sua progressiva afirmação como destino turístico de excelência. A região Norte e, conseqüentemente o Douro, tem apostado no desenvolvimento da oferta turística e dos ativos endógenos, com especial destaque para o património mundial da UNESCO e outro património classificado, para as cidades, vilas e aldeias com elevado valor patrimonial e para a paisagem. A dimensão das ciências da terra e do ambiente estão também aqui contempladas e é igualmente de referir as articulações que aqui se podem estabelecer com a agricultura, o turismo, as atividades criativas, as TIC numa lógica de valorização e divulgação dos produtos, do património material e imaterial aqui presentes.

Este domínio entrecruza-se assim como o *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação* e especificamente com o *vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação* e com o *Eixo 2. Sustentabilidade territorial* encontrando correspondência no previsto nos *vetores 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património* e *2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana*.
- O domínio prioritário **Tecnologias de Largo Espectro** encontra reflexo no *Eixo 4. Redes territoriais e governação*, abordada numa lógica de complementaridade face a outros territórios com maior potencial de afirmação neste âmbito. Ainda assim, esta área de intervenção revela-se de interesse redobrado para o Douro no sentido da **qualificação e diversificação produtiva**, diante um panorama de especialização bastante concentrado e com necessidades de reconversão.

Figura 20. Articulação entre a RIS3 Norte e a estratégia Douro 2020



Fonte: AM&A com base em Norte 2020 – Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 e Estratégia Regional de Especialização Inteligente

As articulações entre os domínios prioritários da estratégia regional de especialização inteligente e a estratégia de desenvolvimento do Douro são esquematicamente apresentados no Quadro 1, onde estão representadas as relações mais fortes que se podem estabelecer entre a RIS3 e a estratégia Douro 2020. Contudo, é de ressaltar que, dada a amplitude dos eixos estratégicos definidos para a região duriense, estão implícitos contributos diagonais de diversa índole, assumindo o carácter multidisciplinar, multinível e multissetorial das dimensões referidas.

Quadro 16. Articulação com a RIS3 Norte

RIS3	EIDRD 2020
Domínios prioritários	Eixos estratégicos/ Vetores
Domínio Prioritário 2: Capital Humano e Serviços Especializados	Eixo 2. Sustentabilidade territorial <i>Vetor 2.2. Desenvolvimento e Revitalização Urbana</i> Eixo 3. Inclusão e coesão social
Domínio Prioritário 3: Cultura, Criação e Moda	Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação <i>Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</i> Eixo 2. Sustentabilidade territorial <i>Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património</i> <i>Vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização Urbana</i>
Domínio Prioritário 4: Indústrias da Mobilidade e Ambiente	Eixo 4. Redes territoriais e governação
Domínio Prioritário 5: Sistemas Agroambientais e Alimentação	Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação <i>Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena</i> <i>Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</i>
Domínio Prioritário 6: Ciências da Vida e Saúde	Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação <i>Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</i> Eixo 3. Inclusão e coesão social
Domínio Prioritário 7: Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo	Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação <i>Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</i> Eixo 2. Sustentabilidade territorial <i>Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património</i> <i>Vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização Urbana</i>
Domínio Prioritário 8: Tecnologias de Largo Espetro	Eixo 4. Redes territoriais e governação

Fonte: AM&A com base em Norte 2020 – Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 e Estratégia Regional de Especialização Inteligente

Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte

O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) Norte, de acordo com o previsto no RJIGT, define o modelo de organização do território regional, estabelecendo a estrutura regional do sistema urbano, das redes de infraestruturas e equipamentos de interesse regional, e definindo os objetivos e princípios a considerar na localização das atividades e grandes investimentos públicos, a política regional em matéria ambiental, e as orientações e diretrizes para o ordenamento do território regional.

O PROT Norte foi mandado elaborar através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 29/2006, de 23 de Março, ficando a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) Norte incumbida de promover a sua elaboração. Sublinhar que este instrumento não se encontra aprovado/ratificado, ou seja, em situação eficaz. Não obstante, considerando a pertinência do mesmo ao nível das políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial da região Norte, optamos por considerar a abordagem estratégica prevista no mesmo, nomeadamente no que se refere aos eixos e prioridades definidas. A versão utilizada para o efeito corresponde ao documento de proposta de plano do PROT Norte, datado de Julho de 2009.

Paralelamente, o PROT Norte, em linha com as unidades territoriais definidas no Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), desenvolve um enfoque sub-regional específico e promove um conjunto de orientações concretas para o território correspondente ao Douro e Alto Trás-os-Montes.

No que concerne à visão definida para a região Norte o PROT destaca alguns aspetos fundamentais ligados com as especificidades territoriais da região, intimamente ligados à dinâmica da NUTS III Douro, a saber:

- **Na perspetiva geográfica:** a dimensão territorial e populacional; a diversidade geográfica (física, demográfica, do povoamento e dos fatores socioeconómicos e culturais);
- **Na perspetiva do suporte territorial:** o potencial hídrico; o Alto Douro Vinhateiro e o Parque do Côa; os restantes valores classificados como Património Mundial pela UNESCO; as Áreas Protegidas Parque do Douro Internacional e o Parque Natural do Alvão;
- **Na perspetiva da apropriação do território:** o carácter extremado de diferenciação das formas de apropriação (do urbano metropolitano ao rural e da escala de dimensão metropolitana à escala do lugar); a existência de um arco metropolitano, centrado na aglomeração metropolitana do Porto; a fragilidade (em termos de dimensão e de diferenciação de funções) dos escalões intermédios dos centros urbanos da região.

A visão estabelecida na EIDRD 2020 acautela os aspetos acima evidenciados, nomeadamente a lógica associada à matriz territorial da região que possui especificidades em termos identitários e de integração espacial, considerando o padrão demográfico, a diversidade física, as formas de povoamento e os elementos culturais e patrimoniais da região do Douro. Paralelamente, a visão preconizada integra

e acautela aspetos ligados com a valorização do potencial hídrico e dos valores patrimoniais classificados pela UNESCO.

Numa segunda linha de análise evidencia-se também o contato entre as **apostas vintage 2020 da EIDRD** e os princípios da visão do PROT Norte, em particular no que se refere com a “*redução das assimetrias sociais e territoriais, promovendo a inclusão ativa (...)*”, a “*(...) competitividade e internacionalização de setores estratégicos e emergentes associados à valorização de recursos endógenos (...)*”, a “*promoção da mobilidade e conetividade interna e externa da região*”, a “*valorização da excelência do património cultural e natural e da qualidade ambiental, urbanística e paisagística (...)*” e a “*valorização de um modelo policêntrico no sistema territorial do Douro, alicerçado fundamentalmente numa rede de centros especializados e complementares funcionalmente (...)*”.

Relativamente aos eixos e prioridades do PROT Norte destacam-se os seguintes pontos de contato:

- **A estrutura de suporte à apropriação humana do território centrada no sistema urbano, enquanto conjunto articulado** (eixo 1), que se desdobra em dois pontos distintos, relaciona-se com: o *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, nomeadamente com o *vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena* e o *Eixo 4. Redes territoriais e governação*. Este eixo apresenta uma tónica claramente centrada no desenvolvimento empresarial e na inovação, em particular, no desenvolvimento dos recursos endógenos e das respetivas fileiras produtivas, contribuindo para ganhos de escala e de competitividade centrada em pólos específicos com forte identidade como é o caso do Douro, no qual se destaca a riqueza associada aos recursos endógenos, o *know how* geracional ligado à exploração dos recursos e ainda o papel decisivo que a UTAD pode desempenhar neste contexto. Paralelamente, este eixo destaca a importância das redes e da conetividade das pessoas, bens e dos serviços, questão essa que é decisiva para o desenvolvimento da região e que se encontra referida no *Eixo 4. Redes territoriais e governação*.
- **A sustentabilidade da utilização do território** (eixo 2), que também se desdobra em dois pontos distintos, e se relaciona com o *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, nomeadamente com o *vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação* e com todos os vetores estratégicos do *Eixo 2. Sustentabilidade territorial*. O pilar associado à sustentabilidade dos recursos surge bastante destacado neste eixo, sendo dado relevo à salvaguarda e preservação ambiental, paisagística, hídrica e patrimonial, ao qual se agrega uma aposta nos aspetos ligados com a sustentabilidade energética. Neste âmbito, poder-se-á antecipar que existe igualmente uma tónica ligada com a estruturação e qualificação dos espaços urbanos, nomeadamente ao nível da eficiência energética e da respetiva estrutura ecológica. Numa lógica de maior transversalidade surge indiretamente evidenciado o domínio do turismo e da visitação, nomeadamente ligado aos produtos de turismo de natureza e cultural, para os quais contribui a sustentabilidade territorial e a salvaguarda dos recursos do território.

Quadro 17. Articulação com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte

PROT Norte	EIDRD 2020
Eixos e prioridades	Eixos estratégicos/ Vetores
<p>Eixo 1 Estrutura de suporte à apropriação humana do território centrada no sistema urbano, enquanto conjunto articulado</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ dos pontos nodais de prestação de serviços, suporte da atividade económica e polos promotores de competitividade e difusores de inovação, e ✓ dos sistemas de redes de conectividade como suporte dos fluxos de pessoas, bens, serviços e informação, tanto no interior da Região como entre esta e os territórios envolventes 	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena</p> <p>Eixo 4. Redes territoriais e governação</p>
<p>Eixo 2 Sustentabilidade da utilização do território, tanto do ponto de vista</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ da salvaguarda e qualificação dos valores patrimoniais (naturais ou não) e da sustentabilidade ambiental em sentido estrito, como ✓ da adoção de matrizes de ocupação do território, desenvolvimento de atividades e aproveitamento de recursos endógenos (hídricos, agroflorestais, geológicos, termais, energéticos, paisagísticos,...), garantidamente compatíveis e preferencialmente maximizadores daquela sustentabilidade. 	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação Vetor 1.2. Afirmação do turismo e visitação</p> <p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património Vetor 2.2. Desenvolvimento e qualificação urbana Vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos</p>
Componentes agregadas	Eixos estratégicos/ Vetores
<p>Consolidação do Sistema Urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território) a dois níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estabelecimento de uma matriz policêntrica da rede urbana, com base numa combinação de elementos da hierarquia com elementos de complementaridade, explorando as virtualidades dos efeitos de rede. ✓ Promoção, como componentes essenciais da sua atratividade e competitividade, dos elementos de excelência e dos vetores de qualificação tanto dos meios urbanos propriamente ditos como dos nós de especialização funcional (plataformas logísticas, polos de ciência e tecnologia, infraestruturas de acolhimento empresarial, etc.), de sustentação e fomento das economias de aglomeração, da intensificação tecnológica e da competitividade da base económica e das atividades da Região, o que inclui a identificação e conformação dos instrumentos de ordenamento territorial, dos instrumentos de planeamento urbanístico e dos instrumentos de intervenção operacional pertinentes em cada caso. 	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena</p> <p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial Vetor 2.2. Desenvolvimento e qualificação urbana</p> <p>Eixo 4. Redes territoriais e governação</p>
<p>Conformação e Concretização das Redes e Sistema Fundamentais de Conectividade (suportes dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação) centrada na articulação entre pontos nodais da estrutura territorial da Região e destes com o exterior, como elemento fundamental de fomento da competitividade, do reforço da mobilidade e da promoção de maior equidade territorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Grandes infraestruturas e interfaces de transporte (portuários e aeroportuários); ✓ Rede rodoviária estruturante; ✓ Redes ferroviárias de alta velocidade e convencional (suburbana/ interurbana/ regional); ✓ Redes telemáticas; ✓ Sistemas de transportes e de comunicações, tendo em vista garantir níveis adequados de articulação 	<p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial Vetor 2.2. Desenvolvimento e qualificação urbana</p> <p>Eixo 4. Redes territoriais e governação</p>

PROT Norte	EIDRD 2020
Eixos e prioridades	Eixos estratégicos/ Vetores
<p><i>/ conexão entre os centros urbanos e uma acessibilidade alargada a equipamentos e serviços básicos (serviços de proximidade).</i></p>	
<p>Conservação e Valorização do Suporte Territorial, encarando integradamente os seus elementos constitutivos enquanto valores intrínsecos (dever de preservação da memória e identidade coletiva), enquanto componentes de uma dinâmica de desenvolvimento sustentado, e enquanto fatores de melhoria da qualidade de vida:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Proteção e qualificação dos valores naturais, ambientais e patrimoniais;</i> ✓ <i>Controlo e gestão das situações de riscos naturais e tecnológicos (identificação, medidas de prevenção, monitorização), e atenuação/ eliminação dos passivos ambientais (recuperação de situações degradadas, eliminação / desagravamento de fontes poluidoras).</i> 	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação <i>Vetor 1.2. Afirmação do turismo e visitação</i></p> <p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial <i>Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património</i> <i>Vetor 2.2. Desenvolvimento e qualificação urbana</i> <i>Vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos</i></p>
<p>Gestão Sustentada dos Recursos Produtivos de dependência territorial (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades):</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Aproveitamento do potencial hídrico numa perspetiva de sustentabilidade do recurso (reserva estratégica de água, produção de eletricidade, abastecimento, rega, desporto e lazer, valorização paisagística, elemento de atenuação e controle do risco, reequilíbrio ambiental);</i> ✓ <i>Sustentabilidade energética, na dupla vertente de promoção do aumento da eficácia nos consumos energéticos e de reforço da componente da produção energética a partir de fontes renováveis (eólica, hídrica, geotérmica, biomassa);</i> ✓ <i>Consideração das especificidades da Zona Costeira, em termos da necessária compatibilização das suas potencialidades com as fragilidades do seu suporte biofísico;</i> ✓ <i>Exploração da fileira dos recursos geológicos e hidrogeológicos;</i> ✓ <i>Exploração das fileiras vitivinícola, agropecuária e silvo-pastoril, com relevo especial para o desenvolvimento de "nichos de qualidade" (produtos certificados, DOC's);</i> ✓ <i>Desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e dos espaços associados e ainda dos recursos cinegéticos, apícolas e aquícolas das águas interiores e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas e, a melhoria da competitividade das indústrias florestais, promovendo a adequada organização e prevenção estrutural dos espaços florestais;</i> ✓ <i>Exploração da fileira do turismo.</i> 	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação <i>Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena</i> <i>Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</i></p> <p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial <i>Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património</i> <i>Vetor 2.2. Desenvolvimento e qualificação urbana</i> <i>Vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos</i></p>

Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOT ADV)

O Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território (PIOT) do Alto Douro Vinhateiro (ADV) é um instrumento fundamental para a preservação e salvaguarda do território e respetivos valores, definindo um conjunto de orientações específicas para o uso, a ocupação e a transformação do solo e um modelo de base territorial, considerando, em particular, a inscrição deste território na Lista do Património Mundial da UNESCO.

A área de intervenção deste instrumento abrange os concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Sabrosa, Alijó, Carrazeda de Ansiães e Torre de Moncorvo (na margem direita do rio Douro) e Lamego, Armamar, Tabuaço, São João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa (na margem esquerda), ao qual corresponde uma área total de 24.629 hectares.

O PIOT ADV encontra-se em revisão, mais especificamente na fase de discussão pública, e possui um volume de orientações estratégicas (3.º volume), datado de Julho de 2014, o qual integra o Plano de Ação Territorial (PAT) desenvolvido.

Do ponto de vista metodológico o PAT procura responder às seguintes questões:

- Como preservar, melhorar e valorizar os valores patrimoniais do ADV?
- Como conciliar a preservação e valorização do VUE com o desenvolvimento económico e social sustentável do território?

O esquema analítico do PAT encontra-se definido com a seguinte estrutura:

- Visão;
- O ADV Património da Humanidade;
- Objetivos estratégicos; Objetivos específicos;
- Ações;
- Indicadores de Avaliação e monitoria da paisagem.

No contexto desta análise procuraremos identificar, em particular, os pontos de contato entre a visão, os objetivos estratégicos e os objetivos específicos do PIOT ADV e respetivo PAT, face à visão, eixos estratégicos e respetivos vetores da EIDRD 2020, na perspetiva de aferir a relação estratégica e prospetiva entre ambos os instrumentos.

A **visão do PIOT ADV** pretende projetar *“uma paisagem cultural com integridade e autenticidade, inserida num território inteligente, competitivo, internacionalizado, sustentável e inclusivo”*, tendo particularmente presente as *“componentes da declaração universal de valor universal excecional”* e os *“fatores que afetam o bem”*. Estes princípios encontram-se amplamente contidos na **visão desenhada na EIDRD 2020** a qual projeta o Douro como um território *“com forte matriz identitária, inteligente, inclusivo e integrado, que promove e reforça a sua cultura e tradições, uma viticultura terroir, a competitividade e a coesão económica e social”*, sendo paralelamente destacada a lógica associada à *“valorização dos seus produtos endógenos e ofertas turísticas, à escala internacional, e por uma governação de concertação e cooperação interinstitucional”*.

Cumulativamente, a visão do PIOT ADV encontra relação com as **Apostas Vintage 2020** previstas na EIDRD 2020, sendo de destacar o “*reforço (...) do empreendedorismo, da inovação, competitividade e internacionalização de setores estratégicos e emergentes associados à valorização dos recursos endógenos, diversificando a base de atividades económicas da região*”, a “*valorização da excelência do património cultural e natural e da qualidade ambiental, urbanística e paisagística da região*” e a “*valorização da projeção do Douro numa região mais alargada e de referência à escala nacional e sobretudo global*”. Apesar dos objetivos estratégicos do PIOT ADV não evidenciarem, de forma tão evidente, linhas de ação para as questões ligadas com o crescimento inclusivo, conforme seria de esperar, considerando o título da visão, a EIDRD 2020 detém o *Eixo 3. Inclusão e coesão social*, o qual estabelece várias propostas de desenvolvimento estratégico e linhas de ação concretas para esta temática.

Relativamente aos objetivos estratégicos do PIOT ADV destacam-se os seguintes pontos de articulação:

- **A preservação e valorização da autenticidade e integridade da paisagem da ADV** (objetivo estratégico 1) relaciona-se com o *Eixo 2. Sustentabilidade Territorial*, mais especificamente com o *vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património*, tendo presente a tónica associada com a preservação da paisagem, dos elementos patrimoniais, e a lógica ligada com a integração paisagística de infraestruturas e outras intrusões. Neste âmbito, destaca-se ainda o *vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana* que procura, no essencial, promover a regeneração e qualificação dos aglomerados públicos da região, em particular na componente ligada com o espaço público e de revitalização da dinâmica do tecido comercial.
- **A divulgação e apropriação pública dos valores de inscrição do ADV pela UNESCO** (objetivo estratégico 2) encontra-se ligado com o *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, nomeadamente com o *vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena* e com o *vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitaçã*o, bem como o *Eixo 2. Sustentabilidade territorial*, sobretudo com o *vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património*. No contexto deste objetivo estratégico é dado claro destaque às questões ligadas com a promoção do território na perspetiva turística e da visitação, da relação da comunidade com o valor universal excecional do bem e da promoção de boas práticas no que concerne à preservação e valorização dos elementos patrimoniais do ADV.
- **O fomento das capacidades de inovação e de difusão do conhecimento técnico e científico pelo território** (objetivo estratégico 3) interliga-se com o *Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, em particular com o *vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena* e ainda com o *Eixo 2. Sustentabilidade territorial*, nomeadamente no que se refere ao *vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património*. Neste âmbito importa destacar a tónica ligada com a qualificação e

diferenciação dos produtos endógenos, nomeadamente o vinho, com base em processos de I&D+I, a organização e estruturação das fileiras produtivas, o aumento da eficiência produtiva e da cadeia de valor, sendo dado igualmente destaque à promoção das competências dos recursos humanos ligados aos setores tradicionais.

- **O reforço da competitividade da base económica regional** (objetivo estratégico 4) relaciona-se com o Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação e os vetores 1.1. *Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena* e 1.2. *Afirmação do turismo e da visitação* e também com o Eixo 2. *Sustentabilidade Territorial* e os vetores 2.1. *Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património* e 2.2. *Desenvolvimento e revitalização urbana*. Este objetivo que apresenta um espetro estratégico alargado evidencia os aspetos ligados com a competitividade do setor vitivinícola, nomeadamente no que se refere com a modernização tecnológica e a organização do setor, a consolidação da imagem turística da região, nomeadamente pelo vinho, gastronomia, quintas e da navegabilidade, pelo incremento das rotas turísticas, numa perspetiva de ganhos de escala e, ainda, na ótica ligada com a promoção dos produtos complementares ao vinho como são o azeite e a amêndoa, perspectivado para mercados mais específicos e de menor escala.

Quadro 18. Articulação com o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro

PIOT ADV	EIDRD 2020
Objetivos estratégicos/ específicos	Eixos estratégicos/ Vetores
<p>Objetivo estratégico: 1. Preservação e valorização da Autenticidade e Integridade da paisagem do ADV</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1.1 Preservação e valorização da paisagem. ✓ 1.2 Preservação e valorização do património cultural (vernacular, arqueológico e imaterial) do ADV. ✓ 1.3 Preservação e valorização do património natural (flora e fauna). ✓ 1.4 Preservação e valorização dos espaços públicos e aglomerados urbanos. ✓ 1.5 Integração na paisagem de construções para habitação e fins económicos. ✓ 1.6 Valorização e integração na paisagem de pedreiras, áreas envolventes das barragens, caís, infraestruturas para a produção e transporte de energia e outras intrusões. 	<p>Eixo 2. Sustentabilidade Territorial Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património Vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana</p>
<p>Objetivo estratégico: 2. Divulgação e apropriação pública dos valores de inscrição do ADV pela UNESCO</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 2.1 Divulgação, reconhecimento e apropriação pública (nacional e internacional) dos valores identitários do ADV-Património Mundial. ✓ 2.2 Apropriação dos valores da inscrição UNESCO pelos residentes e atores do território. 	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</p> <p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património</p>
<p>Objetivo estratégico: 3. Fomento das capacidades de inovação e de difusão do conhecimento técnico e científico pelo território</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 3.1 Apoio a atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+i), com impacto económico no território. ✓ 3.2 Difusão do conhecimento pelos atores do território. 	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena</p> <p>Eixo 2. Sustentabilidade territorial Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património</p>
<p>Objetivo estratégico: 4. Reforço da competitividade da base económica regional</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 4.1 Fomento da competitividade, a internacionalização e sustentabilidade do setor vitivinícola. ✓ 4.2 Fomento da competitividade, internacionalização e sustentabilidade do turismo. ✓ 4.3 Fomento de atividades complementares (produtos agrícolas, artesanato, produtos locais). 	<p>Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena Vetor 1.2. Afirmação do turismo e da visitação</p> <p>Eixo 2. Sustentabilidade Territorial Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património Vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana</p>

Plano de ação



Plano de ação

Estrutura do Plano de Ação

Nesta fase, apresenta-se uma **proposta preliminar do Plano de Ação**, instrumento operativo para a concretização da estratégia de desenvolvimento integrado da região do Douro.

Sistematizaram-se nove Patamares para o Desenvolvimento (PD)¹ que agregam, no essencial, o conjunto dos projetos/ações estruturados e apresentados pelos municípios e os apresentados nos workshops pelos diferentes parceiros, e que foram organizadas, em fichas, tendo por base as orientações previstas no Acordo de Parceria Portugal 2020, em particular, assumindo como referência os objetivos temáticos, as prioridades de intervenção e os exemplos das principais ações previstas.

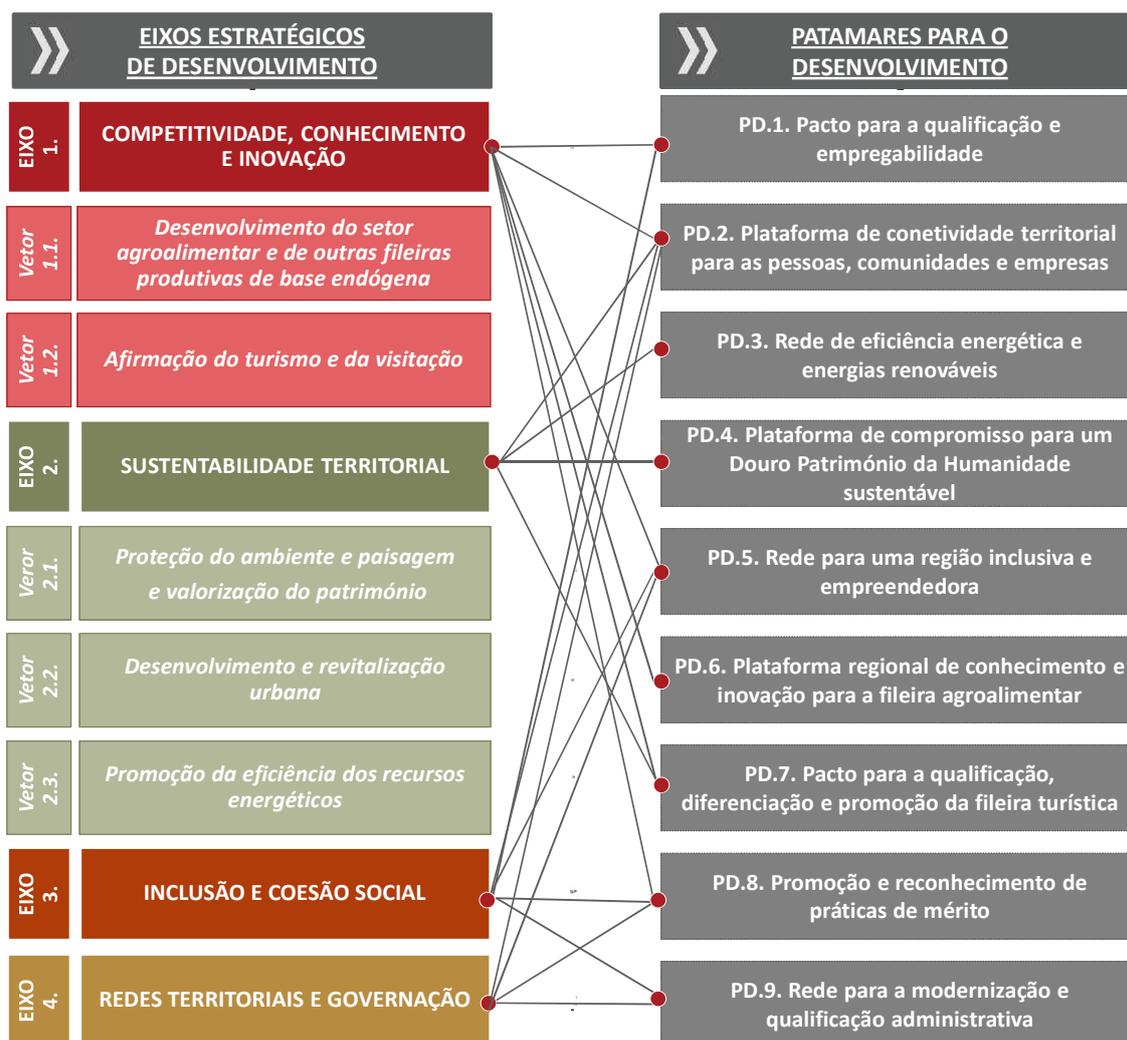
Os Patamares assumem-se como instrumento agregador das ações e projetos. São verdadeiros “cachos” de projetos/ações de diferentes “castas” e que procuram ser resposta/solução aos problemas e constrangimentos que o diagnóstico da região identificou, em devido tempo.

Os patamares para o desenvolvimento do Douro são os seguintes:

- **PD.1.** Pacto para a qualificação e empregabilidade
- **PD.2.** Plataforma de conectividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas
- **PD.3.** Rede de eficiência energética e energias renováveis
- **PD.4.** Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável
- **PD.5.** Rede para uma região inclusiva e empreendedora
- **PD.6.** Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar
- **PD.7.** Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística
- **PD.8.** Promoção e reconhecimento de práticas de mérito
- **PD.9.** Rede para a modernização e qualificação administrativa

¹Patamares/Socalcos-terrenos agrícolas que na região do douro servem para organizar e estruturar a cultura da vinha e permite “ chegar mais longe e mais alto”.

Figura 21. Relação dos eixos estratégicos com os patamares para o desenvolvimento do Douro



Fonte: AM&A

Quadro 13. Síntese de Patamares para o Desenvolvimento do Douro e Ações

PATAMAR 1 PACTO PARA A QUALIFICAÇÃO E EMPREGABILIDADE	
Ação 1.1	Promoção de novas competências e qualificações
Ação 1.2	Promoção de estratégias integradas de empregabilidade
PATAMAR 2 PLATAFORMA DE CONETIVIDADE TERRITORIAL PARA AS PESSOAS, COMUNIDADES E EMPRESAS	
Ação 2.1	Melhoria da acessibilidade rodoviária intra e inter regional e da mobilidade sustentável
Ação 2.2	Reabilitação e desenvolvimento da linha ferroviária do Douro
Ação 2.3	Reforço da aplicação das TIC e da ciberinclusão
PATAMAR 3 REDE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS	
Ação 3.1	Promoção de sistemas inteligentes de eficiência energética
Ação 3.2	Capacitação regional para a produção de energia renovável
PATAMAR 4 PLATAFORMA DE COMPROMISSO PARA UM DOURO PATRIMÓNIO MUNDIAL SUSTENTÁVEL	
Ação 4.1	Melhoria da qualidade do ambiente urbano e da atratividade económica e populacional
Ação 4.2	Valorização turístico-ambiental do corredor marginal ao rio Douro
Ação 4.3	Otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos no âmbito do ciclo urbano da água e dos resíduos
Ação 4.4	Desenvolvimento de instrumentos de prevenção e gestão de riscos e preservação do património natural e cultural
Ação 4.5	Valorização dos territórios de baixa densidade
PATAMAR 5 REDE PARA UMA REGIÃO INCLUSIVA E EMPREENDEDORA	
Ação 5.1	Promoção do empreendedorismo e economia de base local e social
Ação 5.2	Qualificação da rede de equipamentos de coesão social e de melhoria da qualidade de vida
Ação 5.3	Apoio ao desenvolvimento do ensino vocacional e profissional
PATAMAR 6 PLATAFORMA REGIONAL DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO PARA A FILEIRA AGROALIMENTAR	
Ação 6.1	Promoção da competitividade e inovação empresarial e capacitação de infraestruturas de suporte à atividade agroindustrial
Ação 6.2	Valorização e promoção dos recursos endógenos regionais
Ação 6.3	Otimização e eficiência das condições de regadio e outras atividades de suporte às atividades agrícolas
Ação 6.4	Consideração de critérios de majoração do território
PATAMAR 7 PACTO PARA A QUALIFICAÇÃO, DIFERENCIAÇÃO E PROMOÇÃO DA FILEIRA TURÍSTICA	
Ação 7.1	Promoção da competitividade do setor do turismo pela qualificação e diferenciação da oferta e capacitação dos agentes
Ação 7.2	Valorização e promoção dos bens naturais e histórico-culturais para fins turísticos
Ação 7.3	Desenvolvimento de melhores condições de navegabilidade fluvial
PATAMAR 8 PROMOÇÃO E RECONHECIMENTO DE PRÁTICAS DE MÉRITO	
Ação 8.1	Desenvolvimento de ações de marketing e divulgação das boas práticas regionais
Ação 8.2	Valorização institucional das boas práticas regionais
Ação 8.3	Promoção da certificação de qualidade das iniciativas regionais
PATAMAR 9 REDE PARA A MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA	
Ação 9.1	Modernização e eficiência administrativa
Ação 9.2	Melhoria da eficiência interna e a capacidade institucional da administração pública
Ação 9.3	Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento

O aumento exponencial do desemprego associado à volatilidade das competências e das qualificações, a que não é estranho a aceleração do progresso tecnológico e do conhecimento, implica que o binómio qualificações versus emprego seja **estruturado numa base da procura** mas considerando, seguramente, um forte investimento nas competências e qualificações para uma sociedade “que voa” e onde as decisões “vão a passo”. Sem um adequado investimento em novas qualificações **as pessoas permanecerão à margem das dinâmicas da sociedade** e terão mais dificuldade no acesso a melhores empregos e não poderão contribuir para o crescimento económico da região.

Os elevados níveis de desemprego que a região (o país e a Europa) enfrenta, especialmente entre os jovens, **torna urgente fomentar melhores e outras competências que qualifiquem para novos perfis profissionais** - ou de banda larga ou mais de especialização. E a solução mais promissora passa por investir eficazmente, e ao nível estratégico, na aprendizagem em todos os contextos, — formal, não-formal e informal — e a todos os níveis: desde a educação pré-escolar e escolar até ao ensino superior, educação e formação profissional e educação de adultos.

A “Agenda Europeia das qualificações” reconhece que os conhecimentos, as aptidões e as competências são fundamentais para o desenvolvimento individual, a competitividade, o emprego e a coesão social das regiões e das comunidades. As qualificações, enquanto resultados de aprendizagens, em diferentes combinações, entre as quais a capacidade de trabalhar com os outros se torna crucial, são um instrumento insubstituível do cidadão para aumentar a sua taxa de probabilidade de sucesso na procura de emprego.

Neste quadro de emergência social, **a Região**, em termos mais estratégicos, **não pode deixar de se organizar para:**

Desenvolver qualificações adequadas que respondam a necessidades do tecido produtivo e do mercado de trabalho. **O setor empresarial terá de ser protagonista ativo deste processo e não, unicamente, recetor de recursos qualificados.** Só com estratégias integradas para a empregabilidade, entre os vários níveis e setores responsáveis, é possível concertar e criar dinâmicas para que **a região se afirme como “região aprendente e empregadora”;**

As competências e qualificações existentes na região (e que delas precisa) não podem nem devem ser desperdiçadas. Identificar as pessoas inativas e as razões da sua inatividade e recorrer, entre outras medidas, a sistemas de incentivos financeiros, previstos no próximo período de programação, que reduzam e eliminem barreiras que impeçam a participação dessas pessoas no processo crescimento económico e social. **Amortecer o desfasamento entre “empresas sem jovens qualificados” e “jovens qualificados sem trabalho”;**

A promoção e a **criação de empregos de competências mais elevadas, e de maior valor agregado, para competir mais eficazmente na economia global.** A promoção de competências que fomentem a inovação, a competitividade e o espírito empreendedor bem como o envolvimento empenhado dos empregadores, que reconhecem que novas competências acrescentam valor ao seu negócio, e dos principais atores de produção de conhecimento. As **instituições do ensino superior** são aqui chamadas para a necessidade de cada vez mais **“abrirem a porta e saírem para o território funcional” e “abrirem as portas de entrada para que os empresários não encontrem escusas ao reconhecimento da investigação e conhecimento para os seus produtos”;**

O reconhecimento da “escola” enquanto “comunidade educativa e formativa” que se envolve nas dinâmicas económicas e sociais da comunidade e assume um lugar charneira na promoção da coesão social e da emancipação económica e a valorização social do ensino profissional e profissionalizante que articulando ofertas formativas com o ensino superior e o tecido empresarial regional promove a empregabilidade e a coesão territorial são linhas de trabalho a prosseguir e aprofundar;

O recurso às novas tecnologias (TIC) deve ser incentivado pelos efeitos indutores de **aprendizagens mais inovadoras e mais atrativas para quem ensina e para quem aprende.**

Persistir na importância da capacitação e qualificação dos empresários e das empresas para a cooperação e associação interempresarial, interinstitucional e entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico regional e nacional é um caminho que não pode ser interrompido.

Ação 1.1 | Promoção de novas competências e qualificações

Descrição:

As competências são cada vez mais instrumentos de promoção da inclusão e coesão social. Promover competências e novas qualificações em todos os contextos (formal, não-formal e informal), rompendo com a linearidade sequencial estudar-trabalhar-reformar, pela necessidade de aprender ao longo da vida, são ações de particular importância. A referência territorial deve ser considerada na organização da oferta formativa.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações Empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e Empreendedores
- Instituições de educação e de formação públicas e privadas
- Instituições de I&D
- Outros atores relevantes
- Serviços regionais da administração pública

Ação 1.2 | Promoção de estratégias integradas de empregabilidade

Descrição:

A empregabilidade é potenciada pelas qualificações disponíveis, pela disponibilidade e envolvimento do setor empresarial e por um sistema de incentivos organizado de forma flexível. Promover ações que integrem estas componentes e os diferentes atores dos diferentes subsistemas serão, seguramente, caminhos de promoção da empregabilidade.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações Empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e Empreendedores
- Instituições de educação e de formação públicas e privadas
- Instituições de I&D
- Outros atores relevantes
- Serviços regionais da administração pública

A conetividade e a mobilidade são essenciais para o desenvolvimento integrado de um território com as características humanas e físicas como a região do Douro. O padrão de baixa densidade espacial, a dinâmica de retração demográfica, o tempo/distância aos principais polos urbanos (internos e externos à região), marcam a necessidade de apostar na implementação de uma rede de infraestruturas rodoviárias que contribuam eficazmente para o desenvolvimento comunitário e empresarial.

Neste contexto, as acessibilidades rodoviárias são fundamentais no sentido de promover **a capacidade das empresas ligadas com a comercialização/ transformação dos recursos endógenos da região** (p.e. vinho, vinha, amêndoa, azeite, cereja, castanha, entre outros), produtos que devem ser estimulados em termos da sua promoção interna e externa, considerando o seu elevado valor e qualidade, em particular, **na sua relação com as áreas de localização empresarial, logística e equipamentos de frio (para efeitos de conservação), tendo em vista o seu escoamento.**

Também, no que se refere ao domínio do turismo/visitação, a conetividade é particularmente importante permitindo “aproximar” os turistas dos elementos com maior potencial e interesse de visita da região e, neste sentido, estabelecer pontos de contato/ relação com rotas e/ou percursos programados pelos agentes e instituições ligadas a este setor. Neste âmbito, destaca-se ainda a necessidade de apostar na criação de um plano diretor de sinalética turística que fomente o ordenamento da informação turística.

Paralelamente, constata-se a importância associada ao desenvolvimento e criação de estruturas ligadas com a mobilidade suave, tendo em vista **implementar modos de comunicação mais sustentáveis, sobretudo nos perímetros urbanos, em áreas de interesse turístico e, também, em áreas dotadas de um perfil topográfico suave, como é o caso da frente ribeirinha do Douro.** Para além da criação de estruturas que promovem a qualidade de vida e bem-estar, é possível estabelecer uma relação de grande proximidade entre estes elementos e a ótica associada aos produtos turísticos como natureza, aventura, desportivo, que evidenciam uma forte relação com a matriz espacial que a região detém.

Outro aspeto fundamental associado à mobilidade consiste no esforço que tem de ser efetuado no âmbito das ações de reabilitação e estruturação da linha ferroviária do Douro, pelo facto de ser tratar de uma **infraestrutura histórica, dotada de um forte valor cultural, identitário e simbólico e que, parcialmente, ajuda a explicar o desenvolvimento económico-social da região,** em particular na relação entre os setores produtivos mais tradicionais, os recursos, a atividade comercial e o mundo laboral.

Não obstante, esta infraestrutura possui hoje todo um potencial associado à sua projeção que necessariamente tem de ser aproveitado, nomeadamente no que se refere ao domínio turístico, desde logo, **pela sua relação com a cidade do Porto** (a partir da qual estão estruturadas rotas), **pela integração no vale por onde se desenvolve a rede hidrográfica do rio Douro** (conferindo um excelente “momento” cénico) e, também, **pela relação/cruzamento mais imediato que se pode estabelecer com o domínio do turismo fluvial** (das embarcações marítimo-turísticas).

Por último, e apesar da acessibilidade física ser fundamental existem hoje, também, um conjunto de oportunidades associadas com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que a região do Douro deverá tirar proveito. Considerando que vivemos num mundo cada vez mais globalizado em que as tecnologias da informação são hoje determinantes para diminuir a distância entre pessoas, empresas e entidades, **o Douro tem toda a vantagem em implementar uma rede de comunicação de banda larga que “aproxime” quem aí reside, trabalha e visita com a sociedade global.** Esta é, aliás, uma vantagem que permitirá, com segurança, promover a atração de novos residentes e investidores para a região, atendendo à proximidade que as tecnologias atualmente oferecem, tirando, também, partido das excelentes condições naturais e qualidade de vida que a região oferece para quem nela escolhe residir e trabalhar.

Ação 2.1 | Melhoria da acessibilidade rodoviária intra e inter regional e da mobilidade sustentável**Descrição:**

Esta ação sintetiza um conjunto alargado e significativo de projetos ligados com a construção de novos eixos rodoviários e a requalificação/beneficiação de vias existentes que necessitam de ser intervencionadas. O conjunto de projetos reportam-se, nomeadamente, a eixos integrados na rede municipal e nacional. Neste âmbito é dado particular relevo à necessidade de promover o desenvolvimento do IC26, considerado um eixo fundamental e estratégico para o desenvolvimento e atratividade da região, bem como a criação de um conjunto de variantes de ligação com a A24 (eixo regional estruturante). Neste contexto, é ainda de sublinhar o projeto de requalificação do Aeródromo do Douro, enquanto equipamento estruturante para a promoção da mobilidade transregional.

Por último, são ainda identificados alguns projetos ligados com o transporte escolar - dirigido nomeadamente aos territórios mais isolados e de baixa densidade - e com a mobilidade sustentável - aumento da “pedonalidade” e do uso da bicicleta (ciclovias, ecopistas, percursos pedestres, etc.); a otimização da rede de transportes públicos; utilização de biocombustíveis em transportes; otimização da mobilidade profissional e pendular; otimização da distribuição de frotas; veículos e frotas eficientes; mobilidade elétrica. Estas diretrizes visam assim responder aos pressupostos do Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) 2014 da região do Douro, nesta área específica da mobilidade sustentável.

Parceiros:

- Associações empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e empreendedores
- Entidades publicam regionais e nacionais
- Outros atores relevantes

Ação 2.2 | Reabilitação e desenvolvimento da linha ferroviária do Douro**Descrição:**

A ação “Reabilitação e desenvolvimento da linha ferroviária do Douro” integra um conjunto de projetos ligados com a requalificação e eletrificação da linha ferroviária até ao limite da fronteira com Espanha, tendo em vista a sua utilização para fins turísticos e de lazer, ao longo de todo o “corredor” do Douro, permitindo disfrutar da beleza cénica do Douro Vinhateiro. É ainda dado relevo à utilização de alguns troços de ferrovia, sem circulação, para a implementação de ciclovias e de percursos pedonais.

Parceiros:

- Associações de desenvolvimento local
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Entidades de proteção, salvaguarda e valorização do património
- Entidades públicas regionais e nacionais com competências setoriais
- Outros atores relevantes
- Redes institucionais nas diversas áreas temáticas

Ação 2.3 | Reforço da aplicação das TIC e da ciberinclusão

Descrição:

A ação “Reforço da aplicação das TIC e da ciberinclusão” integra um conjunto significativo de projetos ligados com a implementação de redes de banda larga ao longo de todo o território da região do Douro, bem como o apetrechamento material e imaterial dos equipamentos coletivos e de educação e formação da região, contribuindo para os objetivos associados à ciberinclusão.

Parceiros:

- Associações empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empreendedores e empresas
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional
- Associações de Desenvolvimento local
- Entidades públicas e privadas de I&D&I
- Entidades públicas locais e regionais
- Instituições de Ensino Superior e Profissional
- Outros atores relevantes

A eficiência energética afirma-se como uma necessidade decisiva para o desenvolvimento comunitário e para o equilíbrio ambiental do território. A esmagadora maioria da energia usada, à escala global, tem como origem os combustíveis fósseis (como é o carvão, o gás e o petróleo), fontes que têm vindo a diminuir de forma bastante expressiva.

Um dos impactes mais significativos da utilização de energia, com base em fontes não renováveis, fósseis ou convencionais, é **o aumento do efeito de estufa e o consequente aquecimento à escala global, contribuindo para as alterações climáticas**. Neste contexto, o estilo de vida atual pode estar comprometido pelo que é decisivo encontrar novas alternativas à utilização de energia. Como exemplo, pode-se assinalar o caso dos edifícios em Portugal que representam cerca de 30% dos consumos energéticos, 60% do consumo elétrico e correspondem ao segundo setor que mais contribui para as emissões de CO2 para a atmosfera.

As fontes de energia renováveis são inesgotáveis (como é o exemplo da energia solar, hídrica, eólica, biomassa, marés, energia das ondas e geotérmica), possuindo um impacte ambiental nulo, em termos da emissão de gases que contribuem para o aumento do efeito de estufa.

De acordo com um estudo promovido pela Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), Portugal, em 2008, esteve entre os países da União Europeia cujo peso das energias renováveis no total da eletricidade consumida foi mais elevado, correspondendo no caso português, esta proporção, a 38% do consumo nacional de energia elétrica. A capacidade nacional instalada, em 2008, de fontes de energia renovável era de cerca de 8.300 MW, correspondendo 4.872 MW à energia hídrica e 2.858 MW à energia eólica.

Neste contexto, existe um número considerável de ações ligadas com a eficiência energética que podem ser implementados, numa lógica de rede territorial integrada do Douro, com realce para os equipamentos coletivos, infraestruturas e espaço público urbano, a saber:

- Ao nível de **sinalização de tráfego**, nomeadamente no que se refere com os semáforos, pode-se promover a substituição das óticas tradicionais por tecnologia recente (com base na substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões por tecnologia LED);
- Em termos da **iluminação pública** pode-se promover a implementação de equipamentos mais eficientes e modernos (em particular, com base em reguladores do fluxo luminoso, substituição de luminárias e balastos ineficientes ou obsoletos, substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio por fontes de luz mais eficientes e instalação de tecnologias de controlo);
- No que corresponde aos **edifícios coletivos/ públicos** (existem soluções adaptadas para a construção, sobretudo, na envolvente dos edifícios - paredes, coberturas, vãos envidraçados e pavimentos, bem como painéis solares e fotovoltaicos, contribuindo para a definição de níveis de qualidade dos parâmetros de desempenho térmico);
- Relativamente à **frota automóvel das autarquias e serviços públicos** deve-se apostar na adoção de sistemas com base em gás natural e também de veículos elétricos (veículos ligeiros e pesados, em particular ligados à recolha de resíduos).

Paralelamente, a **região do Douro**, pelas suas características territoriais, **detém excelentes condições para a promoção da energia eólica**, atendendo, sobretudo, à média anual do vento, à orografia do território e ao sucesso de alguns projetos, já implementados, como é o caso do Parque Fonte da Mesa (Serra das Meadas, em Lamego) e do Parque de Pena Suar (Serra do Marão, a 10 km de Vila Real).

Com a implementação deste conjunto de medidas será possível promover a redução dos custos energéticos nos serviços e organismos da administração pública, a redução da emissão de gases com efeitos de estufa, contribuindo para a concretização plena dos objetivos estabelecidos no Programa Nacional para as Alterações climáticas (PNAC), no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013 -2016 (PNAEE 2016), o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013 -2020 (PNAER 2020), **o Plano de Ação Regional para a Energia Sustentável do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 e o Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) 2014 da região do Douro.**

Ação 3.1 | Promoção de sistemas inteligentes de eficiência energética

Descrição:

Esta ação integra o conjunto de projetos identificados no Plano de Ação para a Energia Sustentável 2014-2020 e sistematizados a partir de intenções de investimento dos municípios do Douro. Destacam-se, os projetos ligados com a implementação de sistemas inteligentes de eficiência energética nomeadamente ao nível dos edifícios e equipamentos públicos (administrativos, culturais, educativos, desportivos, etc.), permitindo reduzir significativamente os custos associados com a energia. Inclui também, auditorias energéticas, construção eficiente e certificação de edifícios; implementação de sistemas abertos de gestão de energia; a renovação de equipamentos de domésticos, escritórios e industriais para uma lógica de maior eficiência; a implementação de sistemas de climatização e ventilação eficientes, entre outras. Em paralelo, são enunciados, ainda, um conjunto de projetos ligados com a eficiência energética no espaço público urbano, nomeadamente ao nível a iluminação pública e da sinalização e o suporte ao investimento urbano e empresarial sustentável.

Parceiros:

- Associações empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas
- Entidades de proteção, salvaguarda e valorização do património
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional
- Entidades locais, regionais e suprarregionais
- Entidades públicas e privadas de I&D&I
- Instituições de Ensino Superior e Profissional
- Outros atores relevantes
- Redes institucionais nas diversas áreas temáticas

Ação 3.2 | Capacitação regional para a produção de energia renovável

Descrição:

Considerando as condições físicas e naturais da região são enunciados um conjunto alargado de projetos ligados com as energias renováveis, nomeadamente ao nível das eólicas e da biomassa e resíduos florestais como recursos para a produção de energia, identificando outras iniciativas de geração de energia renovável de forma integrada. A ação engloba, ainda, iniciativas na área da formação e desenvolvimento de competências específicas na área das energias renováveis, tendo em vista a capacitação dos diferentes agentes para o desafio da sustentabilidade energética e a sensibilização e educação para a sustentabilidade climática.

Parceiros:

- Associações de agricultores
- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e empreendedores
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional
- Entidades locais e regionais
- Entidades públicas e privadas de I&D&I
- Instituições de Ensino Superior e Profissional
- Outros atores relevantes

O Douro constitui-se como um território que deve primar, de forma profunda, pela **qualificação e preservação ambiental, paisagística e da imagem dos aglomerados urbanos e rurais**, atendendo, em particular, ao importante conjunto de valores e recursos naturais, patrimoniais e culturais que esta região detém e que marcou e marca, de forma decisiva, o seu desenvolvimento no passado e futuro. **É importante, com efeito, estabelecer um compromisso com os valores que o território possui, salvaguardando a sua integridade e identidade.** É essencial que os Durienses, os organismos da administração pública (de escala variável), o tecido empresarial local e as instituições sociais entendam o verdadeiro valor que o território possui para a promoção da qualidade de vida, da competitividade e da coesão territorial.

Neste contexto, é fundamental promover o ordenamento dos perímetros urbanos, qualificando o seu tecido, dotando-o de funções e serviços de base urbana que promovam a qualidade de vida da população e, conseqüentemente, permitam fixar e atrair população residente, na lógica habitual e secundária, e investidores. Neste âmbito, deverá ser dado particular relevo ao tecido urbano histórico, marcado pela presença de valores arquitetónicos e patrimoniais de relevo e que possuem um importante valor simbólico, associado à dinâmica da identidade cultural dos lugares. O domínio associado a um conjunto alargado de ações/ projetos de regeneração/ reabilitação urbana é verdadeiramente estruturante para a região do Douro, considerando, em particular, a importância associada ao valor destas intervenções para a qualificação do tecido das cidades, mas também, para a valorização ligado ao *cluster* do turismo/ visitação que se afirma como um dos principais vetores de desenvolvimento deste território.

Torna-se, ainda, essencial apostar na implementação de uma rede equilibrada de equipamentos coletivos, capaz de responder às necessidades da população residente e visitante. Este é um aspeto essencial que, para além de tornar o espaço urbano mais “próximo”, inclusivo e acolhedor, contribui, ainda, para melhorar as lógicas associadas à atratividade territorial, sobretudo em termos da procura do local para residir e/ou trabalhar. Todos os equipamentos ligados com os setores da administração, educação, saúde, cultura, segurança social, segurança pública e transportes são decisivamente essenciais para a qualificação do território, por forma a garantir a sua valorização.

Neste âmbito, é ainda essencial promover o desenvolvimento de instrumentos de planeamento do território, de base municipal, nomeadamente de Planos de Urbanização (PU) e de Planos de Pormenor (PP), que contribuam para a regulação eficaz das lógicas associadas ao uso, ocupação e transformação do solo, tornando os espaços urbanos mais qualificados, competitivos e capazes de promover as bases fundamentais para a implementação de novos usos como áreas turísticas, de lazer, de inovação, de base empresarial, logística e de transportes, contribuindo para a diversificação do tecido económico local e regional.

Outro foco fundamental de valorização consiste no corredor ribeirinho do Douro, “espaço” que detém um potencial enorme, em particular, associado ao domínio do turismo/ valorização e lazer, devendo ser desenvolvidas um conjunto de intervenções materiais, ligadas com a qualificação urbana e paisagística, dotando este espaço de condições para a realização de eventos e atividades lúdicas aproximando a população local a este extenso espaço simbólico que é uma marca identitária e que “deve ser devolvida aos Durienses”.

Na esfera mais ligada ao ambiente e ao ciclo da água é fundamental promover a infraestruturação dos territórios em termos de saneamento básico, **construindo eficazmente uma política de proteção ambiental que assegure a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos e o respetivo abastecimento da população**, em particular, a residente nos territórios de baixa densidade, onde existe maior necessidade de investimento. É também fundamental promover um esforço no sentido de aumentar os níveis de recolha de resíduos sólidos urbanos, especialmente nos territórios rurais, promover a recolha seletiva de resíduos e implementar ecopontos/ ilhas ecológicas em locais estratégicos, nas áreas urbanas.

Por último, é fundamental estabelecer uma política que privilegie o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, preservando os valores materiais e imateriais existentes, através do desenvolvimento de incentivos à fixação e acolhimento de atividades económicas, criando e fomentando valor acrescentado para um conjunto de áreas estratégicas, com elevado potencial de desenvolvimento, que estes territórios detém, como é o caso do turismo (num conjunto alargado de produtos), património, biodiversidade e recursos hídricos.

Esta abordagem tem principalmente subjacente os desafios previstos no PIOT nas dimensões específicas de preservação e conservação do Património Mundial classificado pela UNESCO. Para além disso, este patamar engloba as dinâmicas transfronteiriças (económicas, sociais, culturais, entre outras) que podem ser potenciadas, tendo como elo do Douro-Duero.

Ação 4.1 | Melhoria da qualidade do ambiente urbano e da atratividade económica e populacional

Descrição:

A ação “Melhoria da qualidade do ambiente urbano e da atratividade económica e populacional” integra um conjunto relevante de projetos, de maior ou menor dimensão, **ligados com o domínio da regeneração urbana e qualificação funcional de equipamentos coletivos estruturantes e também à preservação e valorização dos espaços públicos e aglomerados urbanos**. São elencados, como elementos físicos de intervenção, um conjunto alargado e amplo de elementos urbanos físicos como: mercados municipais, capelas, santuários, museus, espaços culturais e de congressos, espaços de comércio, espaços de incubação se serviços/ *start up's*, antigos espaços industriais, espaços turísticos, escolas, bairros, parques, jardins e arruamentos.

Neste âmbito, é ainda destacada a necessidade de promover o desenvolvimento de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), nomeadamente Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP), bem com o desenvolvimento de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), enquanto figuras programáticas e estratégicas fundamentais à implementação de uma nova forma de “olhar” o centro das vilas e cidades da região do Douro.

Parceiros:

- Associações empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empreendedores e empresas
- Entidades de proteção, salvaguarda e valorização do património
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional
- Entidades públicas regionais e nacionais com competências setoriais
- Outros atores relevantes
- Redes institucionais nas diversas áreas temáticas

Ação 4.2 | Valorização turístico-ambiental do corredor marginal ao rio Douro

Descrição:

A ação “Valorização turístico-ambiental do corredor marginal ao rio Douro” elenca um conjunto de projetos intimamente ligados com a requalificação urbana e funcional do corredor marginal do rio Douro, tornando-o um espaço mais atrativo e dinâmica do ponto de vista turístico, da visitaçã o e do lazer, dirigido para os turistas e residentes. Para o efeito é fundamental promover o desenvolvimento de intervenções materiais e imateriais ao nível do espaço público, eixo rodoviário (EN222) e áreas de lazer de base coletiva (docas secas, espaços comerciais, da restauração e de informação turística). O objetivo fundamental é “aproximar” as pessoas a este espaço e torna-lo um espaço mais “vivo” e dinâmico.

Parceiros:

- Associações de desenvolvimento local
- Associações empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Entidades de proteção, salvaguarda e valorização do património
- Entidades públicas regionais e nacionais com competências setoriais específicas
- Outros atores relevantes
- Redes institucionais nas diversas áreas temáticas

Ação 4.3 | Otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos no âmbito do ciclo urbano da água e dos resíduos

Descrição:

A “Otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos no âmbito do ciclo urbano da água e dos resíduos” é verdadeiramente estruturante para a promoção de uma região mais sustentável. Nesse contexto, encontram-se definidos um conjunto de projetos ligados com a implementação de redes de saneamento, ETAR’s, estações elevatórias, transformação de RSU’s e gestão da frota de recolha de resíduos. Neste âmbito, destaca-se a urgência **em promover a eficiência associada ao ciclo da água**, sendo necessário o desenvolvimento de esforços no sentido de promover o tratamento e a diminuição do nível de perdas na rede de abastecimento de água. A implementação de **sistemas de gestão e monitorização inteligentes são igualmente fundamentais**.

Parceiros:

- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Entidades de proteção, salvaguarda e valorização do património
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional
- Entidades locais, regionais e suprarregionais
- Outros atores relevantes
- Redes institucionais nas diversas áreas temáticas

Ação 4.4 | Desenvolvimento de instrumentos de prevenção e gestão de riscos e preservação e divulgação do património natural e cultural

Descrição:

A ação “Desenvolvimento de instrumentos de prevenção e gestão de riscos e preservação e divulgação do património natural e cultural” elenca um conjunto de projetos ligados com a qualificação e dinamização dos recursos naturais e ambientais da região do Douro e preocupações incorporadas no PIOT relativas à preservação e divulgação do património. Neste âmbito é dado particular valor aos rios, barragens, lagos e espaços de reserva natural e património edificado, tendo em vista estabelecer ações de valorização, na perspetiva turística e do lazer.

Engloba ações de manutenção, preservação e recuperação dos socacos do Douro (incluindo componente técnica e operacional); a promoção de boas práticas ambientais; ações de valorização da biodiversidade; promoção, preservação e valorização do património cultural e natural; investimentos de mitigação de efeitos sobre a paisagem e de dissonâncias ambientais; uma maior fiscalização e controle das intervenções no ADV; a Implementação do Plano Geral da Paisagem da zona de Construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz do Tua (AHFT); e a inventariação e monitorização de bens patrimoniais e culturais. Por outro lado, prevê-se a implementação de projetos de promoção e divulgação nacional e internacional do Património Mundial e dos valores da UNESCO, através de uma forte aposta em iniciativas que possam dar visibilidade à região e garantir o cumprimento das exigências associadas à preservação do Bem. Uma sólida estratégia de *marketing* é também uma iniciativa prevista.

São ainda definidos um conjunto de projetos, com um espetro alargado, ligados com operações de reflorestação, promoção dos serviços de proteção civil e criação/definição de instrumentos de gestão e monitorização dos valores naturais e paisagísticos da região.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Entidades de proteção, salvaguarda e valorização do património
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional
- Entidades locais, regionais e suprarregionais
- Outros atores relevantes
- Redes institucionais nas diversas áreas temáticas

Ação 4.5 | Valorização dos territórios de baixa densidade

Descrição:

Tendo em vista a “Valorização dos territórios de baixa densidade” são elencados um conjunto alargado de projetos materiais e imateriais ligados, mais especificamente, com a esfera turística, empresarial, urbanística e cultural, tendo em vista estabelecer oportunidades de desenvolvimento para os territórios que se encontram ameaçados pelo fenómeno do despovoamento e a preservação e valorização dos aglomerados rurais.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações de produtores
- Associações empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Cooperativas agrícolas
- Empresas e empreendedores
- Entidades de proteção, salvaguarda e valorização do património
- Entidades públicas locais e regionais
- Redes institucionais nas diversas áreas temáticas

A competitividade das regiões passa, cada vez mais, pela capacidade de afirmar uma coesão social e territorial e empreender processos de mudança e inovação, no âmbito da economia social, e incrementar valor acrescentado nos negócios estruturantes.

O empreendedorismo, desde logo, se realizado por entidades da administração pública e entidades com responsabilidade social, **é um forte motor de mudança das condições de vidas das populações**, promovendo novos negócios e criando novas empresas, permite acelerar alterações na economia regional e na criação de emprego.

O empreendedorismo deve ser promovido numa fase de educação/formação obrigatória (ainda que nem todos possamos ser empresários ou empreendedores...) colaborando, nessa fase, para o aumento da inclusão social e reduzindo a taxa de insucesso e abandono escolar, podendo ser, inclusive, um instrumento orientador para eventuais opções por vias de ensino alternativas (que devem ser valorizadas socialmente e pelos responsáveis das políticas educativas, aos seus diferentes níveis). Estas vias (que devem ser reforçadas) não podem, nem devem, ser promovidas nem como de 2ª escolha nem como de exclusão/penalização. A abordagem a este tema é particularmente importante para a região, se forem considerados os elevados graus de abandono e insucesso escolar, porque da forma como for feita essa abordagem dependerão, em grande medida, a adesão às vias vocacionais ou profissionais e os resultados de aprendizagem. A necessidade do fecho da rede de centros escolares e a reabilitação de outras escolas públicas afigura-se como essencial para que a região melhor os índices de sucesso escolar e reduza o abandono escolar de acordo com as metas, exigentes, que o país se propôs concretizar até 2020. **O recurso a metodologias e instrumentos pedagógicos mais inovadores e facilitadores do ensino-aprendizagem, como as TICs, deve ser incentivado e incrementado.**

Por outro lado, é necessário **mergulhar a fundo numa problemática que a região e o país não têm considerado - o envelhecimento ativo**. A pertinência desta problemática sai reforçada quando se reconhece que na região o envelhecimento, o isolamento e a exclusão social são acentuados e com consequências graves. Estamos a falar da necessidade de **encontrar mecanismos de promoção e organização para um envelhecimento ativo, socialmente útil e saudável da população idosa**. Desde logo através do estímulo à participação ativa de profissionais aposentados com qualificações relevantes para o desenvolvimento do tecido produtivo enquanto agentes multiplicadores de saberes e competências, aproveitando a sua intervenção no âmbito de processos de tutoria e/ou de formação (técnica, tecnológica, comportamental, gestão, etc.), de forma voluntária ou através de sistemas inovadores de compensação direta ou indireta. A que se devem juntar espaços organizados de sociabilização, animação e recreação em que grupos culturais e de animação se podem estruturar numa rede de serviços a prestar a uma procura de âmbito territorial. Também aqui se podem potenciar e **gerir de forma mais eficiente recursos físicos e humanos disponíveis** por várias entidades (municípios, IPSS, grupos desportivos, clubes recreativos), melhorar a oferta e reduzir custos.

No quadro de **combate à pobreza e da redução das assimetrias territoriais** (uma das prioridades das prioridades da Agenda Europeia 2020) o recurso a plataformas territoriais de apoio ao desenvolvimento social (de geometria variável) afigura-se de elevada relevância quer porque as necessidades são significativas quer porque podem permitir **reorganizar a oferta e a procura de recursos e das respostas sociais ao nível dos territórios**. O desfazamento entre a oferta e a procura, ao nível de diferentes parcelas de território, coloca a necessidade de, sem deixar de garantir e melhorar a qualidade da oferta dos recursos e serviços sociais, **da (re)organização de uma rede de desenvolvimento social**, onde a participação e implicação de todos os parceiros seja um fator positivo e agregador.

Essa rede para além da organização das respostas sociais a diferentes níveis (creches, unidades de cuidados continuados, centros de dia, apoio domiciliário, centros de acolhimento temporário) e diferentes patologias (deficientes, toxicodependentes, debilitação generativa) deve incorporar competências para qualificação e inovação dos vários nós da rede (instituição e recursos). **As redes de vizinhança e de solidariedade**, nesta região de fortes laços identitários, deverão ser organizadas com o objetivo de colaborar nas respostas sociais quer no **fornecimento de serviços de proximidade e de urgência** quer na sinalização, informação e comunicação de situações de abandono ou de emergência social. **Para novas realidades novas soluções**, ou novas formas de organização de respostas antigas, **que considerem sempre as pessoas**, o território, a eficácia e eficiência das respostas.

Ação 5.1 | Promoção do empreendedorismo e economia de base local e social

Descrição:

O Empreendedorismo enquanto instrumento de induzir novas dinâmicas económicas e sociais nas regiões deve ser valorizado (incrementando a iniciativa “Empreende Douro”) quer no ensino quer no setor empresarial. As ações de combate à pobreza e exclusão social exigem, neste território, apostas nos incentivos à economia social e medidas que favoreçam a proximidade e a criação de redes de solidariedade.

Parceiros:

- Associações Empresariais
- Associações de Desenvolvimento Local
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e empreendedores
- Instituições Educativas e Formativas, públicas e sem fins lucrativos
- Outros atores relevantes
- Pessoas coletivas de direito público e de direito privado, associadas à promoção de empreendedorismo

Ação 5.2 | Qualificação da rede de equipamentos de coesão social e de melhoria da qualidade de vida

Descrição:

Requalificar e reutilizar os equipamentos existentes em rede vai permitir aumentar a eficiência e reduzir custos. A lógica intermunicipal pode trazer vantagens, sem reduzir a qualidade dos serviços para as pessoas, aos diferentes protagonistas dos equipamentos sociais da região.

Parceiros:

- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Outras pessoas coletivas de direito público e de direito privado
- Outros atores relevantes
- Serviços da administração pública regional e nacional

Ação 5.3 | Apoio ao desenvolvimento do ensino vocacional e profissional

Descrição:

As apostas no ensino vocacional e profissional é uma das vertentes do desenvolvimento de novas competências e qualificações. Mas, só com ações de valorização social e empresarial destas ofertas e, o com a territorialização das ofertas de formação, é possível que o ensino vocacional e profissional ganhe um estatuto de maioria.

Parceiros:

- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Instituições de educação e de formação, públicas e privadas
- Outros atores relevantes

A relevância que o setor agroindustrial possui na região justifica a criação de uma **plataforma setorial dedicada especificamente a esta atividade económica**, com o envolvimento das organizações de produtores locais, entidades públicas e de outras entidades importantes para a afirmação do setor. Esta atividade económica encontra-se devidamente assinalada na estratégia de desenvolvimento da NUTS II Norte como **domínio prioritário de especialização inteligente**, estando enquadrado no âmbito dos sistemas agroalimentares e alimentação. As tipicidades territoriais da região do Douro, conferem-lhe **fortes vantagens competitivas nos produtos de origem agrícola** (tais como o vinho, o azeite, a castanha, a cereja, a maçã, ou os frutos secos) que revelam um elevado potencial de exportação e de reorientação para segmentos de mercado mais dinâmicos e que, como tal, deverão ser potenciados.

Assim, os atores empresariais locais enfrentam significativos desafios de **reinvenção dos processos de transformação dos recursos endógenos** e a **exploração de novos produtos** com maior valor acrescentado e mais inovadores, especialmente nos que enfrentam forte concorrência internacional, tornando-se essencial garantir nomeadamente (i) o **reforço da competitividade empresarial** nomeadamente por via do ganho de escala das operações, da cooperação interempresarial e do desenvolvimento das infraestruturas de atividades e atividades de suporte; (ii) a **promoção do I&D e inovação** melhorando os produtos tradicionais e criando novos produtos, os processos e a organização por via da articulação com as competências científicas e tecnológicas presentes na região (enologia, engenharia, biologia, biotecnologia, etc.); (iii) a **valorização dos recursos endógenos** por via da qualificação, certificação e de um *marketing* inovador baseado na reconhecida qualidade dos produtos locais; (iv) a **melhoria das condições de armazenamento**, dando destaque à criação de uma rede de frio, de modo a conceder aos produtores argumentos de negociação quando confrontados com um mercado agressivo e controlado pelos grandes distribuidores; (v) a **promoção de avanços na transformação industrial** dos produtos e também dos respetivos excedentes pela otimização dos “layouts” e dos processos e tecnologias produtivos com reflexos em acréscimos sustentados de eficiência e produtividade (pomares tecnológicos); e a (vi) **diversificação e ordenamento dos canais de distribuição e comercialização** dos produtos alinhados com as exigências atuais dos mercados e reduzindo a potencial exposição face ao elevado poder negocial da distribuição moderna;

A operacionalização da Plataforma Regional de Conhecimento e Inovação para a Fileira Agroalimentar é possível pela implementação de um conjunto de macro e micro projetos, destacando-se a importância da **constituição de um grupo empresarial** visando a reorganização, expansão, desenvolvimento competitivo e internacionalização da fileira agroalimentar, agregando empresas com competências e recursos distintos que prosseguirá, de forma concertada a resposta os desafios que o setor enfrenta.

Este grupo empresarial seria constituído por exemplo, por **produtores, em nome individual, e cooperativas** já existentes; por um conjunto de **novas empresas hortofrutícolas** que configurem casos de boas práticas em matéria de eficiência e desempenho ambiental; por **uma nova empresa a funcionar como organização de produtores** (responsável pela organização da atividade agrícola a montante, primeiro processamento de fruta e pelo processamento total de hortícolas para comercialização em fresco); por **uma nova empresa industrial**, a funcionar como principal elo de charneira nesta cadeia de valor (responsável pela transformação, I&D e inovação na 4.ª gama, 5.ª gama, compostos nutracêuticos e em linhas de snacks saudáveis, gestão de marketing e marcas e por serviços administrativos e de gestão partilhados) e por **uma nova empresa comercial** que asseguraria as atividades de distribuição e comercialização (junto da distribuição moderna, canal “HORECA” e de rede de lojas ecológicas próprias).

A implementação da plataforma pressupõe ainda, a instalação em local estratégico de uma Plataforma de Negócios ligada ao agroalimentar enquanto “espaço incubador” que absorve/ receciona/ acondiciona/ transforma/ certifica/ distribui os produtos, que os “cooperantes” produzem, são condições facilitadoras e agregadoras de esforços concertados capazes de gerar vantagens competitivas.

Esta iniciativa assume-se de redobrada importância diante os objetivos de “**desencravamento económico**” da região, de colocação dos produtos endógenos da região nos mercados/centros de consumo de forma mais rápida, ganhando coletivamente o que se pode perder por iniciativa “individualista”. Apela assim a um **novo paradigma** de “concertação de estratégias, ganho de escala e criação de valor”, que está para além de um enumeração de princípios, mas que se concretiza através da mudança nos processos e nas práticas de fazer e na vontade e reconhecimento de “o todo é mais do que a soma das partes”.

Neste contexto, não esquecer contudo, a **importância da diversificação económica regional**, especialmente para atividades também assentes noutros recursos endógenos, o caso do granito ou das energias. Esta diversificação económica deverá passar por apoios cirúrgicos à iniciativa económica e empreendedorismo de base local e também de um acompanhamento estruturado às atividades implantadas mas que nesta fase, necessitam de um *refresh* estratégico e tecnológico.

Ação 6.1 | Promoção da competitividade e inovação empresarial e capacitação de infraestruturas de suporte à atividade agroindustrial**Descrição:**

Esta ação agrega as iniciativas que visam a promoção da competitividade e da inovação de pendor empresarial, em sentido lato, mas concede especial atenção aos investimentos relacionados com o desenvolvimento da fileira agroindustrial e contempla as preocupações específicas do PIOT relativos ao desenvolvimento da vitivinicultura.

Neste âmbito, engloba-se a capacitação regional para o armazenamento e conservação (especialmente a rede de frio), transformação e distribuição (logística) no setor agroalimentar, agregando também, diligências fomentadoras do empreendedorismo e da criação de novos produtos ou melhorias nos existentes, assim como nos processos de produção. Pressupõe iniciativas de otimização do sistema regional de inovação e um programa de difusão do conhecimento nos setores agroindustriais e na vitivinicultura.

Subjacentes estão também, projetos que visam contribuir para a internacionalização da economia regional, para a cooperação e qualificação empresarial e para a gestão integrada das áreas de acolhimento empresarial. As iniciativas relacionadas com a inovação na área da saúde, com as atividades extrativas e com as indústrias criativas, são também contempladas no âmbito da implementação desta ação.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações de produtores
- Associações empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e empreendedores
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional
- Entidades públicas e privadas de I&D&I
- Instituições de Ensino Superior e Profissional
- Outros atores relevantes

Ação 6.2 | Valorização e divulgação dos recursos endógenos regionais**Descrição:**

A ação “valorização e divulgação dos recursos endógenos regionais” agrupa projetos relevantes do ponto de vista do desenvolvimento das atividades e dos produtos de base local. Assim, contempla iniciativas que visam a projeção dos recursos endógenos típicos da região, por via de atividades de *marketing* e de divulgação, acrescentando-se projetos de rejuvenescimento e apoio às atividades artesanais e tradicionais.

Esta ação acopla ainda, projetos de promoção da gastronomia regional, de abertura de novos canais de comercialização dos produtos locais, assim como a utilização das novas tecnologias na divulgação dos recursos endógenos e das potencialidades regionais.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações de produtores
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Cooperativas agrícolas
- Empresas e empreendedores
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional
- Entidades públicas e privadas de I&D&I
- Instituições de Ensino Superior e Profissional

- Outros atores relevantes

Ação 6.3 | Otimização e eficiência das condições de regadio e outras atividades de suporte às atividades agrícolas

Descrição:

A ação “Otimização e eficiência das condições de regadio e outras atividades de suporte às atividades agrícolas” tem como enfoque o setor agrícola e abarca um conjunto de projetos que visam tornar esta atividade económica mais competitiva e inovadora. Assim, incorpora investimentos infraestruturais associados às questões do regadio e da drenagem, de requalificação de barragens e de albufeiras e de beneficiação de caminhos e acessibilidades de importantes para o desenvolvimento agrícola e rural. Também prevê projetos de natureza imaterial relativos à capacitação empresarial das PME do setor agrícola.

Comtempla ainda as preocupações específicas do PIOT de reconversão, reestruturação e modernização tecnológica da vinha e de outras culturas.

Parceiros:

- Associações de Agricultores
- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Cooperativas agrícolas
- Empresas e empreendedores
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional
- Entidades públicas e privadas de I&D&I
- Instituições de Ensino Superior e Profissional
- Outros atores relevantes

Ação 6.4 | Consideração de critérios de majoração do território

Descrição:

Deverão ser criados critérios de discriminação positiva para as iniciativas que incidam sobre domínios diferenciadores da região e enquanto território de baixa densidade.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações Empresarias
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Entidades da Administração Regional do Estado
- Entidades do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico
- Outros atores relevantes

O **Pacto para a Qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística** surge do reconhecimento do potencial turístico da região do Douro e, paralelamente do diagnóstico de visíveis necessidades de estruturação do produto turístico e consolidação do destino.

A afirmação turística regional pressupõe investimentos estratégicos e sistemáticos na promoção da competitividade do setor do turismo pela qualificação e diferenciação da oferta e capacitação dos agentes, na valorização e promoção dos bens naturais e histórico-culturais para fins turísticos e ainda no desenvolvimento das condições de navegabilidade fluvial com enfoque no Douro.

As valias patrimoniais, histórico-culturais e paisagísticas tornam o Douro um **espaço eclético do ponto de vista das oportunidades de exploração turística**, o que traz vantagens na criação de emprego, na geração de riqueza e no reforço da atratividade empresarial e populacional da região. Por outro lado, o turismo é também um instrumento de preservação e proteção dos legados presentes no território.

A conceção de novos produtos turísticos e renovação dos atuais devem ser realizados por forma a criar/consolidar rotas/itinerários, que entrecruzem recursos e atividades, com determinadas programações associadas e para diferentes públicos-alvo, proporcionando diversidade e autenticidade, tornando a estada mais demorada e agradável. Assim, a adaptação regional às novas tendências do turismo, impelem à **qualificação e diferenciação dos produtos turísticos** mais adequados ao perfil da região e que correspondem, simultaneamente a áreas emergentes da procura turística internacional, como são o turismo fluvial, enoturismo, turismo de gastronomia e vinhos, turismo de natureza, *touring* histórico-cultural, turismo em espaço rural, turismo religioso, náutica de recreio e turismo de saúde e bem-estar.

Tendo por base um leque de produtos turísticos bem definido deverá crescer-se o **envolvimento de parcerias de operadores** atuando de forma articulada assim como uma **rede de infraestruturas e serviços** associados ao turismo de crescente qualidade. Aqui está também subjacente a pertinência de **criação, qualificação e profissionalização das infraestruturas e serviços de suporte de acolhimento turístico**, designadamente, infraestruturas de alojamento adequadas e qualificadas do turismo em espaço rural, enoturismo turismo de natureza, *birdwatching* e *touring* histórico-cultural e paisagístico e restauração diferenciada (arquitetura, *design* e serviço) que se assumem como a base de distinção face a outros destinos nacionais e internacionais.

A **dinamização da base turística regional** implica a aplicação de medidas de estímulo ao aparecimento de novos empreendedores ou à afirmação de alguns dos atuais na área da operação, animação e informação turística. Os operadores atuantes no território deverão ter um conhecimento aprofundado acerca da região, nomeadamente da sua cultura, das suas vivências passadas e presentes e especificidades; terem fluência em diversas línguas e disponibilidade total para acompanhar turistas e visitantes na exploração do Douro.

Assim, a excelência deverá ser prosseguida envidando esforços no sentido do **incremento dos níveis de qualidade dos serviços** prestados por parte das estruturas de acolhimento, de restauração, de lazer, de saúde, ou por outras entidades de suporte à operação turística.

Nesta lógica, as redes são cruciais e poderão ser consubstanciadas por **parceiras efetivas** entre unidades de alojamento, restauração, quintas e com os principais operadores dos diferentes produtos turísticos da região, para unir e cruzar, aquilo que está aparentemente disperso e para dar mais massa crítica e escala às rotas/itinerários novos a criar ou aos já existentes a consolidar.

Apenas por esta via será possível **garantir o reforço da visibilidade e notoriedade nacional e internacional** deste destino turístico e dos seus correspondentes produtos turísticos. Nesta ambição, são ferramentas importantes a **implementação efetiva do plano de marketing** estratégico do turismo do Douro e a elaboração de um **plano de comunicação**.

Ação 7.1 | Promoção da competitividade do setor do turismo pela qualificação e diferenciação da oferta e capacitação dos agentes

Descrição:

A ação de “Promoção da competitividade do setor do turismo pela qualificação e diferenciação da oferta e capacitação dos agentes” tem como objetivo central a diferenciação e qualificação do turismo na região do Douro.

Esta ação encerra iniciativas que visam o desenvolvimento de eventos mais sistemáticos e coordenados na região, a afirmação da marca “Douro” por via da implementação do plano de desenvolvimento turístico, assim como projetos que confluem para a promoção conjunta do destino. A qualificação da oferta de alojamento e dos serviços implícitos à atividade turística (restauração, comércio, mobilidade, entre outros) estão inerentes à formulação desta ação. Aqui estão também incluídos os intuitos de criação de redes de promoção turística, especialmente nos territórios de baixa densidade e de formação dos profissionais do setor.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e empreendedores
- Entidades públicas locais e regionais
- Instituições de Ensino Superior e Profissional
- Outros atores relevantes

Ação 7.2 | Valorização e promoção dos bens naturais e histórico-culturais para fins turísticos

Descrição:

A ação “valorização e promoção dos bens naturais e histórico-culturais para fins turísticos” tem como objetivo a valorização económica do património do Douro, por via da dinamização turística. Neste contexto, estão intrínsecos projetos de regeneração e reabilitação do património histórico-cultural e natural, aliada à proteção, promoção e desenvolvimento destes recursos. É ainda composta por projetos de desenvolvimento de centros interpretativos, parques temáticos, rotas, museus, promoção de património imaterial.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Entidades de proteção, salvaguarda e valorização do património
- Entidades públicas locais e regionais
- Outros atores relevantes

Ação 7.3 | Desenvolvimento de condições de navegabilidade fluvial

Descrição:

O “desenvolvimento das condições de navegabilidade fluvial” do Douro, dos respetivos afluentes e de outros rios da região, são um importante desígnio de desenvolvimento regional, uma vez que os recursos hídricos são um importante recurso económico e paisagístico deste território.

Neste sentido, a presente ação agrupa as iniciativas que pretendem a valorização paisagística e turística dos diversos rios do Douro, nomeadamente a requalificação e ampliação dos cais de embarque/desembarque e da respetiva envolvente para fins turísticos ou de mobilidade e a reconversão das zonas ribeirinhas.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e empreendedores
- Entidades de proteção, salvaguarda e valorização do património
- Entidades locais, regionais e nacionais
- Entidades públicas com competências setoriais específicas

A **Promoção e reconhecimento de práticas de mérito** tem como ponto de partida a convicção de que na região do Douro estão presentes inúmeras iniciativas que merecem destaque e podem ser apresentadas com exemplos de boas práticas ou constituir-se como efetivo demonstrativo e incentivador do desenvolvimento de projetos de referência. Entende-se por boa prática os projetos, em sentido lato, de diferentes áreas (saúde, empresas, cultura, sociedade, literatura, ambiente, entre outras) que, assentes em inovação e eficiência, surtiram bons resultados.

Justifica-se a inclusão deste patamar diante a **desconexão identificada entre os atores regionais** tem-se traduzido num baixo grau de integração e de trabalho em rede, o que se afigura como desvantajoso num contexto crescentemente competitivo, onde estar *on time* é crucial para o sucesso das estratégias empresariais e sociais. O conhecimento do que está a ser feito por outros atores é essencial para que haja **propagação de sinergias** e se abram janelas de oportunidade tanto de aprendizagem como de cooperação e complementaridade.

A **disseminação das boas práticas** é um instrumento importante na construção de um sólido capital de partilha e de confiança, condição base da cooperação. O pressuposto aqui subjacente é o de que a partilha do modo de construção e de implementação de projetos testados e de mérito nos contextos onde foram executados podem servir de inspiração à sociedade e multiplicar-se no âmbito regional, na sua forma original ou adaptada, contribuindo para uma região de maior valor acrescentado.

Neste sentido pretende-se o desenvolvimento de **ações de marketing e divulgação das boas práticas regionais** que concedam visibilidade a projetos de referência no contexto regional, assim considerados pelo respetivo contributo no desenvolvimento do Douro nas mais diversas áreas ou pela sua capacidade de projeção externa da região. Entende-se ainda que uma **valorização institucional das boas práticas regionais** é um elemento motivador da continuidade de projetos importantes e de proliferação de novas iniciativas associadas, o que justifica a existência de fóruns oficiais de celebração devida e formal dos grandes feitos durienses.

A **promoção da certificação de qualidade das iniciativas regionais** é também um aspeto relevante, uma vez que as boas práticas passam a estar convenientemente sinalizadas. Esta certificação assumir-se-á como símbolo de qualidade, compromisso e exemplaridade, que pode ser realizada em dimensões tão diversas quanto em produtos, restaurantes, alojamentos turísticos, eventos, instituições de ensino, entidades do âmbito social, empresarial, entre outros.

Reconhece-se assim, a importância que a recolha de boas práticas regionais terão na **compreensão das tendências de atuação que melhores resultados têm providenciado**, daqui decorrendo implicitamente, reflexões acerca do “melhor para a região” hoje e para o futuro. Este patamar, predominantemente imaterial e de abordagem positiva, encerra, portanto um conjunto de ações mais genéricas, tais como:

Reconhecer o mérito de projetos de origem ou implementação regional, seguindo critérios e adequação às necessidades da região e o impacto global;

Sensibilizar para a causa estratégica regional, incentivando ao desenvolvimento de projetos que se adequem à estratégia preconizada para o território, incentivando a implementação de iniciativas de relevância para o Douro;

Sinalizar as vantagens de apostar na qualidade e excelência através da criação de incentivos de mérito;

Conceder visibilidade aos projetos destacados pelo respetivo mérito, vistos enquanto exemplares daquilo que se pretende para a região e para o seu progresso;

Organização de **fóruns de discussão** acerca de temáticas relevantes para a região do Douro;

Este patamar contribui assim, transversalmente para a **promoção da competitividade, coesão e conectividade regional** pela divulgação e disseminação de ações de importância reconhecida.

Ação 8.1 | Desenvolvimento de ações de *marketing* e divulgação das boas práticas regionais

Descrição:

A ação “desenvolvimento de ações de *marketing* e divulgação das boas práticas regionais” visa dar a conhecer à comunidade o que de melhor se faz na região e conceder visibilidade aos projetos com impacto no desenvolvimento do Douro em diversas dimensões (educação, sociedade, cultura, empreendedorismo, vinho, saúde...). Perante isto, esta ação prevê um conjunto de iniciativas de comunicação que visam facilitar a partilha e divulgação das boas práticas regionais, com recurso a plataformas digitais, a manobras de promoção e difusão, assim como eventos permanentes.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações Empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e empreendedores
- Outros atores relevantes
- Redes institucionais nas diversas áreas temáticas

Ação 8.2 | Valorização institucional das boas práticas regionais

Descrição:

A ação “valorização institucional das boas práticas regionais” visa a distinção formal e institucional dos projetos de qualidade desenvolvidos e implementados, de forma meritória no Douro. Esta ação incorpora iniciativas de natureza pública e expositiva e de premiação dos grandes feitos realizados em território duriense.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações Empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e empreendedores
- Outros atores relevantes
- Redes institucionais nas diversas áreas temáticas

Ação 8.3 | Promoção da certificação de qualidade das iniciativas regionais

Descrição:

A ação “promoção da certificação de qualidade das iniciativas regionais” pretende promover o reconhecimento e a certificação da qualidade dos produtos e das iniciativas regionais. Tal objetivo passa por uma rigorosa estratégia de certificação de qualidade dos produtos endógenos, o desenvolvimento de um símbolo de excelência regional para diversas modalidades, a atribuição de cartas de recomendação, a eleição anual dos produtos regionais que mais avanços registaram, assim como eventos regulares de celebração das iniciativas locais.

Parceiros:

- Associações de Desenvolvimento Local
- Associações Empresariais
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Empresas e empreendedores
- Outros atores relevantes
- Redes institucionais nas diversas áreas temáticas

A territorialização das políticas públicas assenta, em primeira instância, na necessidade de modernizar e qualificar os agentes e os serviços. A administração pública tem **enormes desafios para ser capaz de dar resposta à exigência de novos modelos organizacionais e reengenharia de processos** com o uso mais intenso e adequado das tecnologias de informação e comunicação.

A administração local e regional tem de ser cada vez mais transparente e mais valorizada pelos cidadãos em função da reconhecida pertinência e qualidade dos serviços prestados. As competências técnicas especializadas e as competências transversais como o trabalho em equipa, em rede e em parceria **exigem uma nova arquitetura organizativa que aposte na partilha de recursos e serviços**, evitando a “verticalização” e consequentes duplicações de funções e ações. Estamos a falar de uma **administração capaz de ultrapassar um funcionamento muito fragmentado e centralizado**, para um funcionamento em rede, privilegiando a cooperação, as parcerias e a participação e de promover e implementar políticas cada vez mais transversais e integradoras.

Neste quadro a capacitação e qualificação **deverão ser uma pedra-chave na estratégia ação de qualquer organismo ou serviço da administração local**. Reforçamos, assim, da necessidade e exigência da valorização dos recursos humanos internos promovendo uma adaptação das qualificações e das competências à versatilidade funcional que as sucessivas alterações legislativas (reorganização da administração central e local, mobilidade, governação das empresas públicas, etc.), e consequentes estruturas orgânicas, vão impondo. **Só é possível uma mudança organizacional -ao nível das estruturas/serviços, procedimentos e comportamentos-** desde que em articulação com um processo formativo integrado, continuado e adaptável de recursos humanos, **com particular ênfase no domínio comportamental**.

Para uma modernização qualitativa da administração local **não é suficiente centrar a formação na “melhoria da qualidade de serviço ao cidadão”, se as causas da falta de qualidade** (estilo de direção, cultura organizacional, modelos de organização e de trabalho e procedimentos) **passarem incólumes. A modernização administrativa tem de ser atacada através de um processo/ação tripolar**: qualificação das pessoas (técnicos e chefias), capacitação das instituições e qualificação dos serviços prestados aos cidadãos. Estas são dimensões centrais e de suporte para uma administração de proximidade e de prestação de um serviço público de qualidade.

Em síntese as prioridades deste Patamar são:

- ✓ Investimento nas **capacidades institucionais e na eficiência** das administrações e dos serviços públicos;
- ✓ **Incrementar as qualificações dos agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida**, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível regional e local.

Ação 9.1 | Modernização e eficiência administrativa

Descrição:

Melhorar os serviços aos cidadãos reduzindo os custos-eficiência aconselha que a desmaterialização de processos seja um recurso sem, no entanto, duplicar *hardware* e *software* que se anula ou se torna obsoleto rapidamente. A modernização administrativa é um processo (e não só substituição de equipamentos..) no qual todos devem ser protagonistas, quer no diagnóstico quer nas soluções, para além dos especialistas. A componente formativa é uma ação de particular importância se resultar de um diagnóstico interno e não de ofertas externas formatadas

Parceiros:

- Agências e Associações de Desenvolvimento Local e Regional
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Entidades da Administração Regional do Estado
- Entidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos
- Outros atores relevantes

Ação 9.2 | Melhoria da eficiência interna e a capacidade institucional da administração pública

Descrição:

As ações formativas e as mudanças devem ser da “base ao topo”. Não há mudanças institucionais se não vier associada à modernização de equipamento às mudanças comportamentais e, desde logo, das chefias. A melhoria dos serviços a prestar aos cidadãos e o grau de satisfação destes passa, antes de mais, da relação profissional e comportamental dos serviços e dos seus quadros. A formação das chefias, em particular, é importante porque pode arrastar os restantes funcionários para as boas práticas.

Parceiros:

- Agências e Associações de Desenvolvimento Local e Regional
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Entidades da Administração Regional do Estado
- Entidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos
- Outros atores relevantes

Ação 9.3 | Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento

Descrição:

A debilidade das instituições públicas e sem fins lucrativas são fatores de constrangimento ao desenvolvimento territorial. Desenvolver ações que capacitem para a gestão e organização as entidades de proximidade territorial, assim como incrementar ações de partilha e cooperação de boas práticas são caminhos a prosseguir.

Parceiros:

- Agências e Associações de Desenvolvimento Local e Regional
- Comunidade Intermunicipal do Douro e Municípios
- Entidades da Administração Regional do Estado
- Entidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos
- Outros atores relevantes

Articulação do plano de ação com a estratégia Douro 2020 e os objetivos de desenvolvimento regionais, nacionais comunitários

O plano de ação da estratégia Douro 2020 visa dar resposta às solicitações que surgem a três níveis: (i) na **operacionalização da estratégia Douro 2020**, no sentido da concretização dos pressupostos de desenvolvimento assumidos; (ii) no **cumprimento das orientações de natureza nacional**, regionalmente contempladas por via do estipulado no Programa Operacional da Região Norte e na respetiva estratégia Norte 2020 e (iii) na **concretização dos objetivos de desenvolvimento europeu** preconizado no âmbito da estratégia Europa 2020.

O contributo dos patamares para o desenvolvimento do Douro na **operacionalização da estratégia definida a nível sub-regional encontra-se sistematizada na**

Figura 22, verificando-se uma **combinação transversal em termos de interações possíveis**, podendo contudo, destacar as relações que se estabelecem com maior intensidade e notoriedade, donde se retiram as seguintes conclusões:

- Os patamares para o desenvolvimento do Douro (*PD.1.) Pacto para a qualificação e empregabilidade*, (*PD.2.) Plataforma de conectividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas* e (*PD.5.) Rede para uma região inclusiva e empreendedora* estão, intimamente ligados à prossecução dos objetivos do eixo 3. Inclusão e coesão social, uma vez que revelam um muito forte contributo para a implementação das orientações relativas ao desenvolvimento social, nas vertentes da coesão e inclusão social e de combate ao desemprego.
- Os patamares para o desenvolvimento do Douro (*PD.2.) Plataforma de conectividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas* e (*PD.5.) Rede para uma região inclusiva e empreendedora*, contribuem de forma explícita para a prossecução do *eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação*, no que se refere ao desenvolvimento de plataformas de comunicação interempresariais e à promoção do empreendedorismo em áreas-chave de afirmação do tecido económico regional. No *eixo 2. Sustentabilidade Territorial* estes patamares assumem especial relevância na concretização do *vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana*, na medida do respetivo contributo para a melhoria das condições de mobilidade, nomeadamente sustentável, e também na dinamização das cidades da região e de outros núcleos urbanos de dimensão relevante. Possuem igualmente impacto na promoção da preservação e fruição sustentável dos recursos locais, tanto culturais como naturais, o que tem contributos para a implementação dos objetivos do *vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património*.
- O patamar (*PD.3.) Rede de eficiência energética e energias renováveis* está diretamente associado ao *eixo 2. Sustentabilidade territorial*, destacando-se o *vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana* – na dimensão de promoção da eficiência energética em espaço urbano e noutras iniciativas conducentes ao desenvolvimento de cidades/centros urbanos “verdes” - e principalmente o *vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos* – que

consubstancia, por definição, o subjacente aos objetivos definidos neste patamar. Estas atuações têm indiretamente consequências nas preocupações de proteção do ambiente vertidas no vetor 2.1. *Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património*.

- O patamar (PD.4.) *Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável* é a tradução operacional dos tópicos abordados no eixo 2. Sustentabilidade territorial, em particular nos vetores 2.1. *Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património* e 2.2 *Desenvolvimento e revitalização urbana*. Constatando-se que a sustentabilidade dos recursos naturais da região é indissociável da respetiva valorização económica, este patamar também tem repercussões na agilização do eixo 1. *Competitividade, conhecimento e inovação*, particularmente do vetor 1.2. *Afirmação do turismo e da visitação*.
- O patamar (PD.6.) *Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar*, incorpora as preocupações inerentes ao eixo 1. *Competitividade, conhecimento e inovação*, orientando-se especificamente para a concretização das orientações constantes do vetor 1.1. *Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena*.
- O patamar (PD.7.) *Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística* encerra os instrumentos necessários à concretização do eixo 1. *Competitividade, conhecimento e inovação* nas vertentes consagradas no vetor 1.2. *Afirmação do turismo e da visitação*. Dada a grande interdependência do turismo da região do Douro relativamente ao património natural e paisagístico, este patamar contribui ainda para a materialização dos pressupostos subjacentes ao eixo 2. Sustentabilidade territorial especialmente no que diz respeito aos conteúdos do vetor 2.1. *Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património* e também no vetor 2.2. *Desenvolvimento e revitalização urbana*, na dimensão do reforço das condições da atratividade turística dos centros urbanos regionais.
- O patamar (PD.8.) *Promoção e reconhecimento de práticas de mérito* assume um caráter transversal, uma vez que é uma iniciativa que envolve as diferentes áreas de desenvolvimento regional, atuando numa lógica demonstrativa e de promoção da difusão de boas práticas em todos os quadrantes da vida económica, empresarial, social e cultural da região do Douro.
- O patamar (PD.9.) *Rede para a modernização e qualificação administrativa* revela um *muito forte contributo* na operacionalização do eixo 4. *Redes territoriais e governação*, onde estão subjacentes os projetos de capacitação institucional e de governação territorial.

A estratégia Douro 2020 e dos patamares de desenvolvimento que permitem a sua operacionalização, encontram-se **articulados com os eixos prioritários da estratégia PO Norte** (versão de agosto de 2014), para além do eixo prioritário de (EP.10.) *Assistência Técnica*, contribuindo para a respetiva implementação, como se pode constatar na análise da Figura 23, concluindo-se que:

- O patamar (PD.1.) *Pacto para a qualificação e empregabilidade* encontra justificação direta diante as abordagens dos eixos prioritários (EP.6.) *Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores*, (EP.7.) *Inclusão Social e Pobreza* e (EP.8.) *Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida*.

- O patamar *(PD.2.) Plataforma de conectividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas* torna-se pertinente face à formulação assumida ao nível da NUTS II Norte nos eixos prioritários *(EP.5.) Sistema urbano, (EP.6.) Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores, (EP.7.) Inclusão Social e Pobreza e (EP.8.) Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida*.
- Os patamares *(PD.3.) Rede de eficiência energética e energias renováveis e (PD.4.) Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável* revelam a sua importância para a concretização dos objetivos definidos nos eixos prioritários *(EP.3.) Economia de Baixo Teor de Carbono e (EP.4.) Qualidade Ambiental*. O *(PD.4.) Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável* revela ainda uma muito forte articulação com os desígnios do eixo prioritário *(EP.5.) Sistema urbano*, no âmbito das questões relacionadas com a valorização do património e desenvolvimento e revitalização urbana.
- O patamar *(PD.5.) Rede para uma região inclusiva e empreendedora* está também implícito ao estipulado nos eixos prioritários *(EP.2.) Competitividade das Pequenas e Médias Empresas* – na ótica do apoio ao empreendedorismo e às empresas de base familiar – *(EP.6.) Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores* – na perspetiva da promoção empregabilidade, da criação de emprego próprio e da promoção do emprego de base local - *(EP.7.) Inclusão Social e Pobreza* – nas vertentes da economia e emprego social, da coesão e inclusão social, assim como da inovação de base social - *(EP.8.) Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida* – no que concerne à qualificação e reconversão profissional e inclusão ativa, por via das competências.
- O patamar *(PD.6.) Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar* encaixa-se nos eixos prioritários *(EP.1.) Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e (EP.2.) Competitividade das Pequenas e Médias Empresas*, tendo em conta os respetivos fundamentos de promoção dos fatores competitivos do tecido empresarial e do maior valor acrescentado na produção.
- O patamar *(PD.7.) Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística* revela um forte potencial de contributo para a prossecução dos eixos *(EP.2.) Competitividade das Pequenas e Médias Empresas* – uma vez que prevê o apoio a iniciativas empresariais de âmbito turístico - *(EP.4.) Qualidade Ambiental* – dado que a estratégia concebida para o Douro perspetiva o turismo como um instrumento de valorização e sustentabilidade do património, da paisagem e dos recursos naturais - e *(EP.8.) Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida* – prevendo fortes investimentos na qualificação do tecido turístico, nomeadamente ao nível dos recursos humanos.
- O patamar *(PD.8.) Promoção e reconhecimento de práticas de mérito*, tal como ocorre na relação com a estratégia Douro 2020, assume um carácter transversal, uma vez que intervém nas diversas dimensões que caracterizam a região, tendo um objetivo de natureza demonstrativa, celebrativa e difusiva de boas práticas, pelo que cobre a totalidade dos eixos prioritários definidos.

- O patamar (PD.9.) Rede para a modernização e qualificação administrativa tem um muito forte contributo para a concretização das pretensões do eixo prioritário (EP.9.) Capacitação Institucional e TIC, onde estão contempladas as intervenções relativas à modernização da Administração Pública e a potenciação das TIC como meio privilegiado de otimização e desmaterialização dos serviços públicos.

Estes patamares para o desenvolvimento do Douro e as correspondentes ações podem ser indicativamente encaixadas nos objetivos temáticos e nas prioridades de investimento definidos a nível comunitário tal como apresentado no Quadro 19. Esta proposta de encaixe é exemplificativa da pertinência da estratégia do Douro para o preconizado a nível nacional e europeu no horizonte 2020.

Figura 22. Contributo dos patamares de desenvolvimento do Douro para a concretização dos eixos estratégicos e a estratégia Douro 2020

Contributos dos patamares para o desenvolvimento para a concretização dos eixos estratégicos da estratégia Douro 2020		Eixos estratégicos – Douro 2020						
		Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação		Eixo 2. Sustentabilidade territorial			Eixo 3. Inclusão e coesão social	Eixo 4. Redes territoriais e governação
		Vetor 1.1. Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena	Vetor 1.2. Afirmção do turismo e da visitação	Vetor 2.1. Proteção do ambiente e paisagem e valorização do património	Vetor 2.2. Desenvolvimento e revitalização urbana	Vetor 2.3. Promoção da eficiência dos recursos energéticos		
Patamares para o Desenvolvimento do Douro	PD.1. Pacto para a qualificação e empregabilidade							
	PD.2. Plataforma de conectividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas							
	PD.3. Rede de eficiência energética e energias renováveis							
	PD.4. Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável							
	PD.5. Rede para uma região inclusiva e empreendedora							
	PD.6. Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar							
	PD.7. Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística							
	PD.8. Promoção e reconhecimento de práticas de mérito							
	PD.9. Rede para a modernização e qualificação administrativa							
Grau de articulação muito forte		Grau de articulação Forte			Grau de articulação média			

Figura 23. Intensidade das articulações entre os patamares para o desenvolvimento do Douro e os eixos prioritários da estratégia Norte 2020

Contributo dos patamares para o desenvolvimento do Douro para a concretização dos eixos prioritários da estratégia Norte 2020	Eixos prioritários da estratégia Norte 2020								
	Eixo prioritário 1, Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Eixo prioritário 2, Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	Eixo prioritário 3, Economia de Baixo Teor de Carbono	Eixo prioritário 4, Qualidade Ambiental	Eixo prioritário 5, Sistema Urbano	Eixo prioritário 6, Emprego e Qualidade dos Trabalhadores	Eixo prioritário 7, Inclusão Social e Pobreza	Eixo prioritário 8, Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	Eixo prioritário 9, Iniciação Profissional e Emprego no Setor Institucional e TIC
PD.1. Pacto para a qualificação e empregabilidade									
PD.2. Plataforma de conectividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas									
PD.3. Rede de eficiência energética e energias renováveis									
PD.4. Plataforma de compromisso para o Património Mundial Sustentável									
PD.5. Rede para uma região inclusiva e empreendedora									
PD.6. Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar									
PD.7. Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística									
PD.8. Promoção e reconhecimento de práticas de mérito									
PD.9. Rede para a modernização e qualificação administrativa									
Patamares para o Desenvolvimento do Douro	Grau de articulação muito forte								
	Grau de articulação forte								
	Grau de articulação média								

Quadro 19. Relação dos patamares e ações com os objetivos e prioridades do QEC 2020

Patamar	Ação	Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
PD.1. Pacto para a qualificação e empregabilidade	A.1.1. Promoção de novas competências e qualificações	OT.10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	PI.10.2 Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos
	A.1.2. Promoção de estratégias integradas de empregabilidade	OT.8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral OT.4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	PI.8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras PI.4.5 A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
PD.2. Plataforma de conectividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas	A.2.1. Melhoria da acessibilidade rodoviária intra e inter regional e da mobilidade sustentável	OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos OT.7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural PI.6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes PI.7.1 Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes (RTE- T) PI.7.2 Melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE- T PI.7.3 Desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos e as ligações multimodais PI.7.4 Desenvolvimento e reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e promoção de medidas de redução do ruído
	A.2.2. Reabilitação e desenvolvimento da linha ferroviária do Douro	OT.9. Promover a inclusão social e combater a pobreza OT.10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	PI.9.3 Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades PI.10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação
PD.3. Rede de eficiência energética e energias renováveis	A.2.3. Reforço da aplicação das TIC e da ciberinclusão	OT.7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas OT.2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	PI.7.1 Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes (RTE- T) PI.7.4 Desenvolvimento e reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e promoção de medidas de redução do ruído PI.2.1 O alargamento da implantação da banda larga e a implantação das redes de alta velocidade, bem como o apoio à adoção das tecnologias e redes emergentes para a economia digital PI.2.3 Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, inclusão, cultura em linha e saúde em linha
	A.3.1. Promoção de sistemas inteligentes de eficiência energética	OT.4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	PI.4.1 Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis PI.4.3 Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação PI.4.4 O desenvolvimento e a implantação de sistemas inteligentes de energia PI.6.2 Investimentos no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos. PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural

Patamar	Ação	Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
A.3.2. Capacitação regional para a produção de energia renovável	OT.4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	PI.4.1 Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis	PI.3.3 O apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
A.4.1. Melhoria da qualidade do ambiente urbano e da atratividade económica e populacional	OT.3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural PI.6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
A.4.2. Valorização turístico-ambiental do corredor marginal ao rio Douro	OT.8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	OT.9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	PI.8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras PI.8.8 A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas PI.8.9 A concessão de apoio ao crescimento próprio ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade
A.4.3. Otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos no âmbito do ciclo urbano da água e dos resíduos	OT.10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	PI.9.6 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE) PI.9.8 A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais PI.10.3 A melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas PI.10.4 Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem
PD 4. Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável	A.4.2. Valorização turístico-ambiental do corredor marginal ao rio Douro	OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural PI.6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes
	A.4.3. Otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos no âmbito do ciclo urbano da água e dos resíduos	OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	PI.6.1 Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos PI.6.2 Investimentos no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural PI.6.6 A promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a proteção ambiental e eficiência de recursos nos setores da água, dos resíduos e da proteção dos solos, bem como para reduzir a poluição atmosférica

Patamar	Ação	Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
		OT.4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	PI.4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
A.4.4. Desenvolvimento de instrumentos de prevenção e gestão de riscos e preservação e divulgação do património natural e cultural		OT.5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	PI.5.2 Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes PI.6.2 Investimentos no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos.
		OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural PI.6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes
A.4.5. Valorização dos territórios de baixa densidade		OT.3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP) OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos OT.9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	PI.3.1 A promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural PI.6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído PI.9.8 A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais
		OT.3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	PI.3.1 A promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas PI.3.2 O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização PI.3.3 O apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
PD.5. Rede para uma região inclusiva e empreendedora	A.5.1. Promoção do empreendedorismo e economia de base local e social	OT.8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	PI.8.2 Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem PI.8.4 Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade da remuneração para trabalho igual PI.8.6 Envelhecimento ativo e saudável PI.9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade PI.9.2 A integração de comunidades marginalizadas tais como os ciganos
		OT.9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	PI.9.3 Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades PI.9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral PI.9.5 Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego

Patamar	Ação	Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
			<p>PI.9.8 A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais</p>
		<p>OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos</p>	<p>PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural</p> <p>PI.6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído</p>
<p>A.5.2. Qualificação da rede de equipamentos de coesão social e de melhoria da qualidade de vida</p>		<p>OT.9. Promover a inclusão social e combater a pobreza</p>	<p>PI.9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade</p> <p>PI.9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral</p> <p>PI.9.5 Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego</p> <p>PI.9.7 Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuem para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária</p>
		<p>OT.10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida</p>	<p>PI.10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas</p>
<p>A.5.3. Apoio ao desenvolvimento do ensino vocacional e profissional</p>		<p>OT.10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida</p>	<p>PI.10.4 Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem</p>
		<p>OT.1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação</p>	<p>PI.1.2 Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social,ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral</p>
<p>PD.6. Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar</p>	<p>A.6.1. Promoção da competitividade e inovação empresarial e capacitação de infraestruturas de suporte à atividade agroindustrial</p>	<p>OT.2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade</p> <p>OT.3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)</p> <p>OT.8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral</p>	<p>PI.2.2 O desenvolvimento de produtos e serviços TIC, comércio eletrónico e fomento da procura de competências TIC</p> <p>PI.3.1 A promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas</p> <p>PI.3.2 O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização</p> <p>PI.3.3 O apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços</p> <p>PI.3.4 O apoio à capacidade das PME para participarem nos processos de crescimento e inovação</p> <p>PI.8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras</p>

Patamar	Ação	Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
		OT.9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	<p>PI.8.8 A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas</p> <p>PI.9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade</p> <p>PI.9.6 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE)</p>
		OT.1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	<p>PI.1.2 Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral</p>
A.6.2. Valorização e promoção dos recursos endógenos regionais		OT.2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	<p>PI.2.2 O desenvolvimento de produtos e serviços TIC, comércio eletrónico e fomento da procura de competências TIC</p>
		OT.3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	<p>PI.3.3 O apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços</p>
		OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	<p>PI.3.4 O apoio à capacidade das PME para participarem nos processos de crescimento e inovação</p>
		OT.8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	<p>PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural</p> <p>PI.6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes</p>
A.6.3. Otimização e eficiência das condições de regadio e outras atividades de suporte às atividades agrícolas		OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	<p>PI.8.9 A concessão de apoio ao crescimento próprio ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade</p> <p>PI.6.2 Investimentos no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos.</p> <p>PI.8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras</p>
		OT.8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	<p>PI.8.8 A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio a atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas</p> <p>PI.8.9 A concessão de apoio ao crescimento próprio ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade</p>
		OT.9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	<p>PI.9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade</p> <p>PI.9.6 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE)</p>
A.6.4. Consideração de critérios de majoração do território		OT.3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das	<p>PI.3.4 O apoio à capacidade das PME para participarem nos processos de crescimento e inovação</p>

Patamar	Ação	Objetivos temáticos pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	Prioridades de investimento
		<p>OT.1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação</p> <p>OT.2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade</p> <p>OT.4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores</p> <p>OT.5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos</p> <p>OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos</p>	<p>PI.1.2 Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral</p> <p>PI.2.3 Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha</p> <p>PI.4.1 Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis</p> <p>PI.4.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas</p> <p>PI.4.3 Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação</p> <p>PI.4.4 O desenvolvimento e a implantação de sistemas inteligentes de energia</p> <p>PI.4.5 A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação</p> <p>PI.4.6 O fomento da investigação, inovação e adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono</p> <p>PI.4.7 O fomento da cogeração de elevada eficiência de calor e eletricidade baseada na procura de calor útil</p> <p>PI.5.1 Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas</p> <p>PI.5.2 Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes</p> <p>PI.6.1 Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos</p> <p>PI.6.2 Investimentos no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos.</p> <p>PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural</p> <p>PI.6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes</p> <p>PI.6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído</p> <p>PI.6.6 A promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a proteção ambiental e eficiência de recursos nos setores da água, dos resíduos e da proteção dos solos, bem como para reduzir a poluição atmosférica</p> <p>PI.6.7 O apoio à transição industrial para uma economia com eficiente gestão de recursos, bem como a promoção</p>
<p>PD.7. Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística</p> <p>A.7.1. Promoção da competitividade do setor do turismo pela qualificação e diferenciação da oferta e capacitação dos agentes</p>			

Patamar	Ação	Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
			do crescimento verde
		OT.8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	<p>PI.8.2 Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem</p> <p>PI.8.9 A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade</p> <p>PI.11.2 Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local</p> <p>PI.11.3 Reforço da capacidade institucional e da eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos relacionados com a execução do FEDER, e apoio a ações de reforço da capacidade institucional e da eficiência da administração pública apoiadas pelo FSE</p>
		OT.11. Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente	
		OT.4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	PI.4.4 O desenvolvimento e a implantação de sistemas inteligentes de energia
		OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	<p>PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural</p> <p>PI.6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes</p>
	A.7.2. Valorização e promoção dos bens naturais e histórico-culturais para fins turísticos	8 Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	PI.8.9 A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade
		9 Promover a inclusão social e combater a pobreza	PI.9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
		OT.3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	PI.9.6 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE)
	A.7.3. Desenvolvimento de melhores condições de navegabilidade fluvial	OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	<p>PI.3.1 A promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas</p> <p>PI.3.2 O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização</p> <p>PI.3.3 O apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços</p> <p>PI.3.4 O apoio à capacidade das PME para participarem nos processos de crescimento e inovação</p>
		OT.7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.
		OT.8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	PI.6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes
			PI.7.3 Desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos e as ligações multimodais
			PI.8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras

Patamar	Ação	Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
			<p>PI.8.8 A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas</p> <p>PI.8.9 A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade</p>
PD.8. Promoção e reconhecimento de práticas de mérito		<p>OT.1.1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação</p> <p>OT.2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade</p> <p>OT.3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)</p>	<p>PI.1.1 Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu</p> <p>PI.2.2 O desenvolvimento de produtos e serviços TIC, comércio eletrónico e fomento da procura de competências TIC</p>
	A.8.1. Desenvolvimento de ações de marketing e divulgação das boas práticas regionais		<p>PI.3.1 A promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas</p>
	A.8.2. Valorização institucional das boas práticas regionais		<p>PI.3.1 A promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas</p>
	A.8.3. Promoção da certificação de qualidade das iniciativas regionais		<p>PI.3.1 A promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas</p>
	A.9.1. Modernização e eficiência administrativa		<p>PI.2.3 Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, inclusão, cultura em linha e saúde em linha</p> <p>PI.11.1 Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem</p>
	A.9.2. Melhoria da eficiência interna e a capacidade institucional da administração pública		<p>PI.11.3 Reforço da capacidade institucional e da eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos relacionados com a execução do FEDER, e apoio a ações de reforço da capacidade institucional e da eficiência da administração pública apoiadas pelo FSE</p>
PD.9. Rede para a Modernização e Qualificação Administrativa	A.9.3. Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento	<p>OT.3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)</p> <p>OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos</p>	<p>PI.3.3 O apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços</p>
			<p>PI.6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural</p>

Modelo de governação



Modelo de governação

Governança integrada do território

O processo que tem sido desenvolvido no âmbito da construção da Estratégia de Desenvolvimento Integrado- Douro 2020 envolveu atores relevantes da região na fase de diagnóstico, definição de prioridades e propostas de projetos e ações. E, se esta participação e envolvimento, nestas fases, são de particular importância, em momentos de mudanças complexas e de incertezas permanentes, mais pertinente se torna que esses mesmos, e outros, atores sejam corresponsabilizados nas fases de gestão, execução, monitorização e avaliação.

A corresponsabilização de atores, públicos e privados, é um fator crítico de sucesso da estratégia territorial do Douro 2020, e da correspondente capacidade de concretização de projetos de intervenção. Reconhece-se que a concretização de uma estratégia de desenvolvimento pressupõe não só um compromisso em torno de uma visão de futuro e um plano de ação, mas também em torno de um processo de participação social e de uma gestão e governança transparente e clara sobre as diferentes responsabilidades, recursos a mobilizar e resultados a alcançar, com custos e benefícios mútuos.

Nos documentos orientadores do próximo período de programação estrutural, **o papel das comunidades locais** na resposta a desafios de governação, tal como a **escala das NUTS III, aparece reforçada como espaço pertinente para o desenvolvimento de políticas públicas.**

As orientações da Comissão Europeia e do Acordo de Parceria, nesta matéria, são claras - o desenvolvimento tem de ser direcionado para o **território/comunidade e a sua governação deve ser alargada a diferentes atores**, com o objetivo de:

- **Incentivar as comunidades locais a desenvolver abordagens integradas participativas** sempre que exista a necessidade de dar resposta a desafios territoriais e locais que impliquem uma alteração estrutural;
- **Incentivar a inovação** (incluindo inovação social), o empreendedorismo e a capacidade de mudança estimulando o desenvolvimento e a descoberta de potencial inexplorado no âmbito das comunidades e dos territórios;
- **Promover a participação das comunidades** e desenvolver o sentido de envolvimento e propriedade que possa aumentar a eficácia das políticas públicas;
- **Apoiar a governação multiníveis**, abrindo caminho à total participação das comunidades locais no desenvolvimento da implementação de objetivos da EU.
- Neste contexto a **lei nº 75/2013**, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, veio **reforçar as NUTS III como espaço territorial pertinente** para o desenvolvimento de políticas públicas, enumerando as seguintes competências:
- **Promoção do planeamento e da gestão da estratégia** de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- **Articulação dos investimentos** municipais de interesse intermunicipal;

- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN.

Também no âmbito da Lei nº 75/2013 se encontra definido o **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI)**, enquanto órgão de natureza consultiva, destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da comunidade intermunicipal: *“O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais. Compete ao Conselho Intermunicipal deliberar sobre a composição em concreto do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal”*.

O **Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia**, para o próximo período de programação, sublinha a relevância da dimensão territorial da Política de Coesão da União Europeia, e, conseqüentemente, de um modelo de governação das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial que garanta *“a implicação direta das entidades sub-regionais e das autoridades regionais, e locais, no planeamento e na execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes”*.

O Acordo de Parceria reflete, naturalmente, o novo quadro legislativo, reconhecendo que *“os novos desafios colocados ao nível sub-regional no horizonte 2020 em áreas como a valorização dos recursos estratégicos do território, a sustentabilidade energética, a promoção de uma sociedade mais inclusiva, ou da eficiência e racionalização dos serviços coletivos intermunicipais, tornam indispensável reforçar quer a escala de intervenção territorial (para além da lógica estritamente municipal), quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico, para poder intervir de forma mais eficaz nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial.”*

Perante estes novos desafios para a administração local (de ordem legislativa e de alteração de paradigma, que as novas realidades socioeconómicas exigem) **coloca-se a necessidade de concertar, entre os atores relevantes do território, um modelo de governação onde a estrutura representativa dos municípios (com legitimidade democrática) a CIM - Comunidade Intermunicipal assume, legitimamente, um papel de liderança.**

A liderança da CIMDOURO num território concreto (NUTS III) torna necessário, desde logo, uma articulação coerente e clara com a estratégia regional dinamizada pela CCDR Norte e, conseqüentemente, com os seus objetivos e prioridades.

A dimensão territorial da Estratégia Europa 2020, identifica no Acordo de Parceria um conjunto alargado de áreas de intervenção onde as CIM têm responsabilidades partilhadas, nomeadamente:

- **Investimentos Territoriais Integrados (ITI) - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial**
 - direcionados para a produção de resultados significativos nos domínios da coesão, emprego e sustentabilidade territorial. Estes pactos dirigem-se a promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, prioritariamente ao nível de NUTS III.

- **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)** com o objetivo de promover em territórios específicos (territórios urbanos desfavorecidos e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional. As DLBC serão dinamizadas por Grupos de Ação Local (GAL) que deverão apresentar estratégias de desenvolvimento local (EDL). Estas estratégias devem estar articuladas com as estratégias dos territórios NUTIII, onde se inserem dinamizadas pelas CIM.
- **Pactos Territoriais para a Empregabilidade** visando uma melhor adequação das medidas ativas de emprego e formação profissional e desenvolvidos pelas CIM com o envolvimento do IEFP, Gabinetes de Inserção Profissional, entidades formadoras, associações empresariais, entidades empregadoras (privadas e do terceiro setor), sindicatos e associações de desenvolvimento local/regional.
- **Contratos Locais de Desenvolvimento Social**, que apesar de apresentar características distintas dos anteriores, “desempenha um papel central na resposta integrada às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza”, reconhecendo a relevância da abordagem multidimensional e territorializada da intervenção social.

O **quadro estratégico sub-regional**, dinamizado pelas CIM, deverá igualmente ser tido em conta no âmbito dos **mecanismos de governação associados à estratégias de especialização inteligente** regionais ou no âmbito dos mecanismos de ponderação do mérito regional dos incentivos a PME.

Perante estas novas exigências e desafios torna-se necessário estruturar e **propor um modelo de gestão e governação para o território da Região Douro, período 2014-2020**, que considere a **liderança da CIM** e reconheça, de facto, a pertinência de implicar atores de referência na região (institucionais, empresariais, associativos ou individualmente representativos).

O modelo apoia-se num tripé de instrumentos:

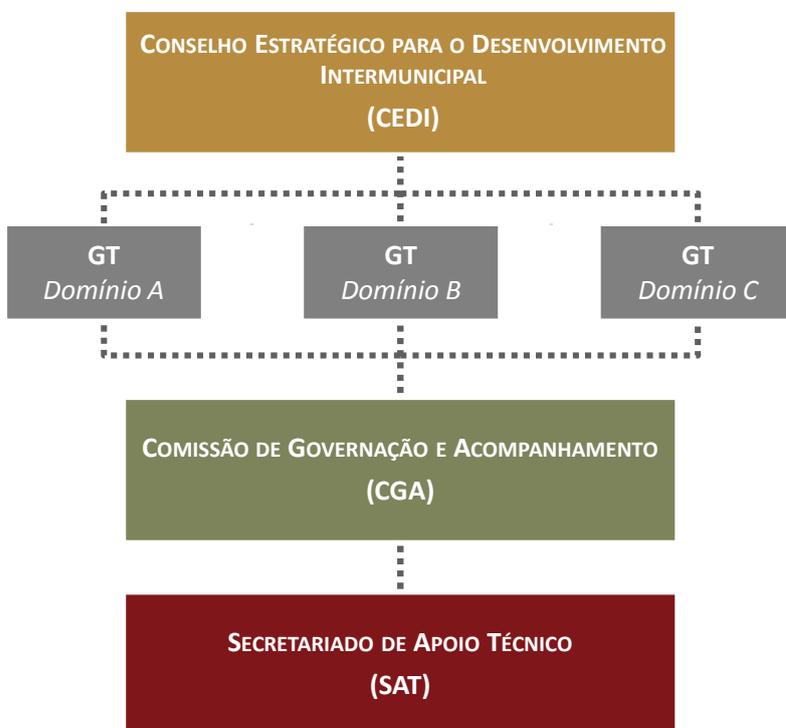
- **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI), órgão consultivo de carácter estratégico**, constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais. O **CEDI** pode convidar especialistas ou atores prestigiados, nacionais ou internacionais, não residentes na região e deverá aprovar e assinar uma Carta de Compromisso sobre as grandes escolhas da região (assinado entre todos os atores que se revêm na Estratégia de Desenvolvimento Integrado). A elaboração de um regulamento interno permitirá organizar o funcionamento e as responsabilidades dos participantes.
- **Comissão de Governação e Acompanhamento (CGA), órgão de natureza executiva**, constituída indicativamente, para além da CIM, por 3 a 5 representantes relevantes da região (com assento no CEDI), e que será coordenada pelo presidente da CIM. **Terá como função assegurar a execução, coordenação e controlo dos mecanismos de acompanhamento e monitorização das intervenções de base territorial** e também a coordenação de grupos de trabalho temáticos que no âmbito do CEDI sejam considerados relevantes para a operacionalização dos principais

projetos e parcerias constantes do Plano de Ação definido e acordado para a região. Representantes das áreas do Conhecimento e Investigação, Associativismo Empresarial e do Desenvolvimento Local, Educação e Ensino Profissional e do Domínio Social, devem ser considerados para esta Comissão.

- **Secretariado de Apoio Técnico (SAT), instrumento de apoio técnico da CGA e CEDI.** Este órgão deverá ser organizado em torno de secretariado técnico da CIM, eventualmente reforçado. Não terá competências próprias para além das de caráter de apoio técnico;

A CIM terá, para além das competências previstas nos órgãos CEDI e CGA, de assumir o papel de dinamizador e facilitador da instalação dos órgãos previstos para a Gestão e Governação da estratégia integrada de desenvolvimento Douro 2020.

Figura 24. Estrutura de Governação proposta



Fonte: AM&A

Mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação

A execução da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Douro torna necessário a montagem de um **sistema de monitorização** adequado à verificação periódica das realizações concretizadas ou não e dos progressos alcançados, à análise dos desvios e à formulação de correções de trajetórias e de medidas corretivas.

Para a sua implementação e concretização o **sistema de monitorização prevê a definição do modelo de acompanhamento da evolução e dos resultados da EIDT**, considerando o ponto de partida da região e o seu contributo para os objetivos e metas do Portugal 2020, em particular, da região Norte. **Aqui se engloba o acompanhamento do sistema de indicadores de monitorização da estratégia regional** previamente definidos e a análise da evolução da Região do Douro face às metas propostas, estabelecendo comparações com a evolução da região Norte e do País.

Este sistema de monitorização prevê:

- **Relatório Anual de Monitorização da EIDT**, onde será analisada a evolução da região do ponto de vista da concretização dos objetivos fixados na estratégia e dos avanços em matéria de concretização do Plano de Ação e da montagem do sistema de operacionalização dos respetivos projetos estruturantes;
- **Submissão do Relatório de Monitorização da EIDT a reunião do Conselho Estratégico** para o Desenvolvimento Intermunicipal, garantindo informação técnica a este órgão e suportando as deliberações e o sentido das prioridades de intervenção a assumir;
- **Apresentação do relatório de Monitorização do EIDT em sessão pública**, em moldes a definir com a CIM, dando continuidade ao objetivo de promoção do envolvimento e participação da comunidade alargada dos atores da região.

Estes momentos de “**apresentação de contas**”, **junto dos principais stakeholders (CEDI)** e à comunidade em geral, evidencia uma disponibilidade da CIM Douro para se incorporar, cada vez mais, em processos de participação e governação alargada do território reconhecendo que a cooperação e concertação são, hoje, instrumentos decisivos para o sucesso das políticas públicas de desenvolvimento sustentável e, para o cada vez maior reconhecimento, por parte das populações, se sentirem como atores principais na conceção, execução e avaliação dos investimentos públicos e privado da sua região.

Parcerias e redes

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro foi estabelecida com base num quadro de **parcerias estratégicas** que se foram consolidando e afirmando ao longo do processo de participação e de auscultação de atores nacionais, regionais e locais, ligados com vários domínios e setores. A lógica associada às parcerias assume a sua expressão máxima no contexto do Conselho

Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI), enquanto órgão central de governação da estratégia, integrando um conjunto alargado de atores relevantes e com intervenção ativa.

Na **componente associada às redes** é importante frisar a dinâmica das várias ações que compõem os patamares da EIDT Douro (inseridos no plano de ação apresentado). Conforme é possível aferir, a constituição de redes e plataformas encontra-se amplamente prevista no espírito e filosofia dos patamares e respetivas ações, tendo por base o conjunto das entidades parceiras e a amplitude territorial das abordagens, considerando que o quadro de linhas de orientação/ medidas/ ações são constituídas para o quadro global da região, reforçando as bases associadas com uma lógica de “pensar” o território de forma integrada, articulada e coletiva.

A.1. Orientações relativas ao período de programação comunitária 2014-2020



A.1. Orientações relativas ao período de programação comunitária 2014-2020

O presente Anexo apresenta, na primeira parte, uma síntese das orientações da Política Regional Europeia relativas ao período 2014-2020 e, na segunda parte, a forma como estas estão a ser implementadas em Portugal, por via da consideração do Acordo de Parceria (na sua versão de janeiro de 2014) a celebrar entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia e que deverá enquadrar a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

A arquitetura da Política de Coesão da União Europeia no período 2014-2020

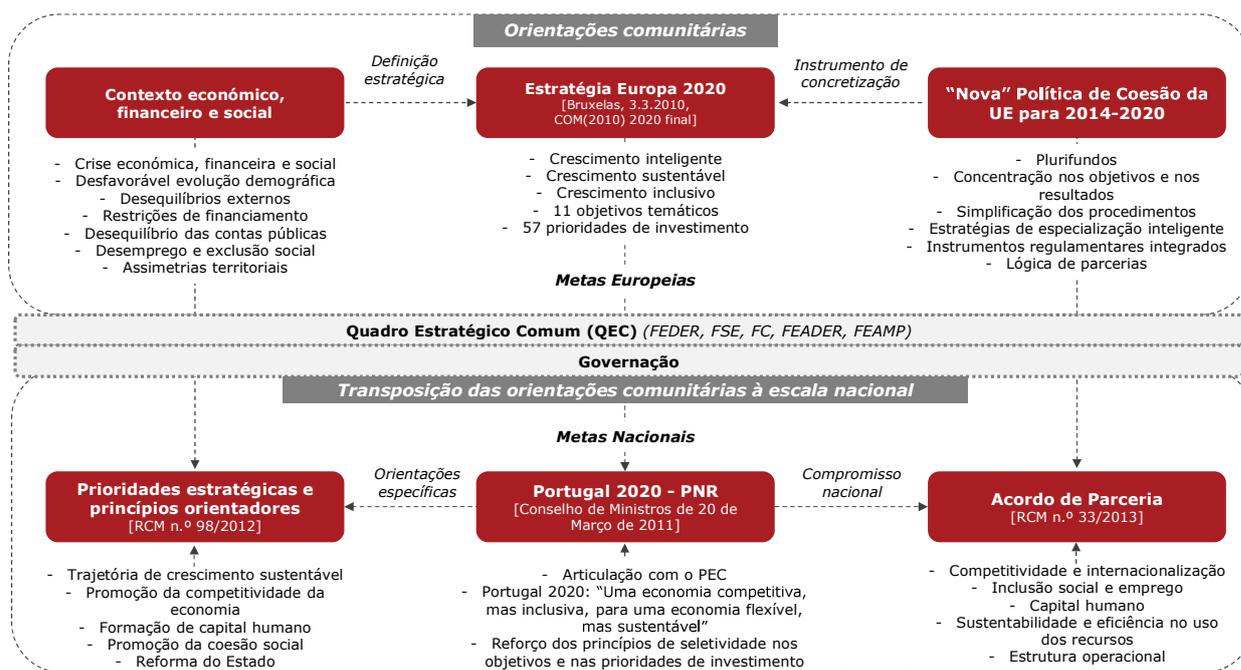
A Política de Coesão – também designada de Política Regional - da União Europeia (UE) foi instituída em 1986 e, desde então, tem sido alvo de sucessivos ajustamentos face aos novos desafios europeus. O objetivo central desta Política consiste na promoção da coesão económica, social e territorial, garantindo o desenvolvimento equilibrado dos 28 Estados-membro (EM) e das suas regiões, visando a redução das disparidades regionais e potenciando oportunidades de crescimento e desenvolvimento em todo o território da UE numa base de solidariedade e coesão.

A Política de Coesão Europeia para 2014-2020 surge num contexto em que o projeto europeu se debate com um conjunto de novos desafios e fortes constrangimentos decorrentes da crise económica, financeira e social que tem afetado, de forma diferenciada, as economias europeias, expondo as suas fragilidades estruturais. O enquadramento presente requer a alteração dos pressupostos de atuação da Política de Coesão, que se pretende ainda mais eficaz e ágil (menos burocrática, com procedimentos simplificados e regras harmonizadas), sendo de destacar as seguintes adaptações:

- Na conceção, inspirada nas diretrizes da Estratégia Europa 2020, com menos prioridades e novas áreas de atuação, traduzidas num Quadro Estratégico Comum (QEC);
- Na implementação, sustentada por estratégias integradas de especialização inteligente, territorializadas e financiadas sob uma lógica plurifundo, considerando o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER); e
- Numa gestão mais focada nos objetivos e nos resultados, que concede primazia a projetos eficazes e de real impacto nos contextos onde são aplicados.

A figura seguinte sistematiza o percurso desde o complexo contexto económico, financeiro e social europeu, ao novo quadro regulamentar da Política de Coesão da UE para 2014-2020, tendo subjacente as problemáticas vivenciadas e à aplicação das orientações comunitárias ao caso português, cujos conteúdos serão desenvolvidos em ponto autónomo.

Figura 25. Da Europa 2020 a Portugal 2020



Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

A atual crise financeira internacional concede à Política de Coesão da UE para 2014-2020 um papel privilegiado no apoio à prossecução das estratégias definidas para a Europa e impõe fortes exigências adaptativas aos poderes públicos e aos agentes privados. Se, por um lado, é reconhecido que a atual conjuntura tem imposto um esforço acrescido ao apoio comunitário, a capacidade de execução dos fundos estruturais por parte de alguns EM tem, por outro, sido comprometida por desequilíbrios financeiros e orçamentais a nível nacional. Em março de 2010 foi lançada, pela Comissão Europeia, a Estratégia Europa 2020, assente em objetivos de um crescimento renovado, sob uma lógica de continuidade e de melhoria da Estratégia de Lisboa, atribuindo particular atenção à situação conjuntural europeia.

A Estratégia Europa 2020 constitui o referencial central das políticas comunitárias para a próxima década, assim como do desenho do orçamento da UE para 2014-2020, pretendendo garantir as condições para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento europeu no período. A Estratégia Europa 2020 corporiza o consenso alcançado entre os EM da UE, sendo que os objetivos que lhe estão subjacentes norteiam as decisões de investimento e as prioridades definidas pelos vários Estados, criando as condições para um crescimento que se pretende:

Inteligente, mediante a aposta na educação, na investigação, no conhecimento e na inovação;

Sustentável, pela prioridade atribuída à transição para uma economia de baixo teor de carbono e uma indústria competitiva, promovendo a eficiente utilização de recursos, de uma forma mais ecológica e competitiva;

Inclusivo, por via da criação de emprego e redução da pobreza, como garante da coesão social e territorial.

Os cinco grandes objetivos definidos para a UE no seu todo ao nível do emprego, da I&D e inovação, das alterações climáticas e energia, da educação e da pobreza e exclusão social deverão ser atingidos por via de um conjunto de medidas a tomar, a nível nacional e comunitário. A interligação e a interdependência entre tais objetivos afiguram-se como evidentes: a melhoria da educação contribui para o aumento do emprego e para a redução da pobreza; uma economia mais fortemente baseada em I&D e inovação, promovendo a eficácia na aplicação de recursos, torna a Europa mais competitiva e gera mais postos de trabalho; o investimento em tecnologias mais limpas contribui para a luta contra as alterações climáticas e cria novas oportunidades para o comércio e para o emprego.

A operacionalização da Estratégia Europa 2020 assenta em sete “iniciativas emblemáticas”: a Agenda Digital para a Europa, a União da Inovação, a Juventude em Movimento, Uma Europa Eficiente em termos de recursos, Uma política industrial para a era da globalização, Agenda para Novas Competências e Empregos e Plataforma Europeia para a pobreza, abarcando domínios que poderão contribuir para os objetivos de crescimento e emprego definidos para 2020. A concretização das metas estabelecidas pela Estratégia Europa 2020 é garantida por um modelo de governação económica que zela pela coordenação das medidas políticas a nível nacional e europeu.

Ao direcionar os recursos regionais para a criação de emprego e para investimentos e iniciativas que promovam um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, a Política de Coesão Europeia para o período 2014-2020 apresenta-se assim, como o instrumento privilegiado na estratégia da UE para alcançar as metas da Estratégia Europa 2020, no conjunto de indicadores selecionados para o efeito.

Figura 26. Estratégia Europa 2020: para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo



Fonte: "Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo" [COM (2010) 2020 final (Bruxelas, 3.3.2010)]

A Agenda Territorial da União Europeia para 2020

O Tratado de Lisboa promoveu, no contexto europeu, o objetivo da coesão territorial a um nível equivalente ao da coesão económica e social. A Agenda Territorial da UE 2020 (AT2020)² enfatiza a importância e diversidade do território e incentiva o recurso a abordagens experimentais na implementação e desenvolvimento das políticas. São, assim, definidas seis prioridades territoriais para a Europa 2020:

- Promover um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado;
- Apoiar o desenvolvimento integrado nas cidades, no meio rural e em áreas específicas;
- Promover a integração territorial nas regiões funcionais transfronteiriças e transnacionais;
- Garantir a competitividade global das regiões tendo por base economias locais fortes;
- Melhorar a conectividade territorial para os indivíduos, comunidades e empresas;
- Gerir e interligar os valores ecológicos, paisagísticos e culturais das regiões.

A capacidade dos Estados-membros e das regiões em atingir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo depende, naturalmente, do seu potencial de desenvolvimento específico e dos seus ativos em termos de capital humano e natural, de conhecimento, de instituições e redes, no contexto da diversidade de regiões europeias. Neste enquadramento, a nova arquitetura da Política de Coesão retoma e reforça os princípios e orientações que pautaram a construção do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, com ênfase nos princípios da parceria – por via do apelo a um maior envolvimento de *stakeholders* locais e regionais, parceiros económico-sociais e sociedade civil – e da

² Aprovada na Reunião Informal de Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Territorial da União Europeia, em maio de 2011.

coesão económica, social e territorial entre regiões funcionais no interior de um EM ou no seio de macrorregiões. O elemento basilar das estratégias regionais reside, assim, na constituição de parcerias que impliquem a mobilização e o envolvimento dos vários parceiros presentes no território, em torno de uma visão de futuro para cada região.

A concentração da intervenção comunitária no alcance das metas da Estratégia Europa 2020 constitui, no contexto do novo enquadramento da Política Regional Europeia, um forte apelo à adoção de estratégias de inovação nacionais e regionais direcionadas para a especialização inteligente (*smart specialisation*), por um lado, e para o desenvolvimento territorial sustentável, designadamente ao nível urbano, por outro. A conceção e operacionalização da Política de Coesão são, assim, norteadas pela aposta na conceção de abordagens territoriais integradas e multidimensionais, desenvolvidas e implementadas num contexto de estratégias regionais partilhadas e tidas como mais eficazes na resposta a desafios conjunturais e estruturais. Os princípios subjacentes relevam a predisposição dos diferentes níveis de governo em cooperar e coordenar ações com vista ao alcance de metas comuns, especialmente no que diz respeito à coesão territorial, reconhecendo-se que a coesão económica e social só pode ser conseguida a nível europeu se houver uma maior incidência no impacto territorial das políticas europeias.

Caixa 8. Os fundamentos da Política de Coesão da UE 2014-2020

A estratégia de especialização inteligente (RIS3) promove a transformação económica integrada de base local, tendo em vista o direcionamento dos apoios para as prioridades, desafios e necessidades nacionais e regionais na promoção de um desenvolvimento baseado no conhecimento, bem como a concretização de mais-valias, de vantagens competitivas e do potencial de excelência, tendo por base os ativos exclusivos de cada país/região. A promoção da inovação baseada na tecnologia e o estímulo ao investimento do setor privado devem aliar-se ao fortalecimento dos sistemas de inovação regional, à maximização dos fluxos de conhecimento e à difusão das vantagens da inovação para potenciar a transformação da economia regional.

O direcionamento dos apoios da Política Regional para a criação de condições propícias à inovação, à educação e à investigação, por via do estímulo à I&D, bem como para investimentos baseados no conhecimento e para o desenvolvimento de atividades com elevado valor acrescentado, poderá, assim, ajudar os EM e as regiões a alcançar o objetivo de garantir uma maior capacidade de inovação e I&D nas empresas e promover uma cooperação mais estreita com as universidades e os centros de investigação.

O desenvolvimento territorial sustentável emerge, de igual modo, como uma das grandes prioridades dos apoios regionais no período 2014-2020. O fomento de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável integrado apela a uma abordagem holística, que proporcione uma resposta aos desafios económicos, ambientais, climáticos e sociais das áreas urbanas, envolvendo a concentração de recursos de forma integrada em áreas com desafios urbanos específicos. Neste sentido, os projetos a financiar devem ser integrados nos objetivos mais amplos dos programas operacionais, com recurso a uma abordagem plurifundos, incluindo o FSE que, em sinergia com o FEDER, deve apoiar medidas relacionadas com emprego, educação, inclusão social e capacidade institucional. A ênfase colocada no desenvolvimento urbano assume o reconhecimento do papel das cidades na promoção do crescimento e do emprego, mas os objetivos do desenvolvimento territorial sustentável abrangem, em simultâneo, os desafios colocados por uma saudável e mutuamente valorizadora interpenetração entre o meio urbano e o meio rural.

Fonte: Guia para as Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3)

Salienta-se, a este propósito, o contributo da Política Regional para um crescimento inteligente no quadro da Estratégia Europa 2020 e, em especial, à iniciativa emblemática «Uma União da Inovação». A Política Regional deverá contribuir para libertar o potencial de crescimento da UE, promovendo a inovação em todas as regiões, garantindo uma complementaridade entre os apoios concedidos a nível europeu e pelas autoridades nacionais e regionais à inovação, à investigação e desenvolvimento (I&D), ao empreendedorismo e às tecnologias da informação e da comunicação (TIC). A Política Regional afirma-se como um elemento essencial para concretizar no terreno as prioridades da União da Inovação, onde as regiões assumem um papel central, uma vez que constituem os primeiros parceiros institucionais das universidades, das entidades da área da investigação e da educação e das pequenas e médias empresas (PME), que são cruciais para o processo de inovação. Torna-se, pois, necessário que as autoridades nacionais e regionais desenvolvam estratégias de especialização inteligente, que maximizem o impacto da Política Regional em conjugação com as outras políticas da União, mediante a identificação das áreas de especialização mais promissoras em cada região.

³ RIS3 – National/Regional Research and Innovation Strategy for Smart Specialisation.

Os quadros legislativos e financeiros da Política de Coesão para 2014-2020 aprovados pelo Parlamento Europeu

O Quadro Financeiro Plurianual e o pacote legislativo que estabelece as disposições comuns aplicáveis aos cinco Fundos de coesão (FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP) são os documentos fundamentais para a Política de Coesão no período 2014-2020 e foram aprovados pelo Parlamento Europeu em novembro de 2013, incluindo a repartição indicativa da dotação financeira alocada aos vários Estados-membros em cada objetivo da Coesão. Nas palavras do Comissário responsável pela Política Regional, Johannes Hahn, *“o Parlamento deu autorização para as reformas que transformam a política de coesão numa ferramenta de investimento fundamental da UE para a consecução dos objetivos da estratégia Europa 2020: promover a economia real, criando o crescimento e o emprego, combater as alterações climáticas e a dependência energética”*.

A ambição expressa nos objetivos e metas da Europa 2020 encontram, naturalmente, suporte e correspondência nas dotações financeiras ao dispor da União Europeia para o efeito. O Quadro Financeiro Plurianual (QFP) define as prioridades políticas da União para os anos vindouros, com propostas específicas para os vários domínios políticos da intervenção comunitária. O QFP para o período 2014-2020 foi aprovado pelo Parlamento Europeu no dia 19 de novembro de 2013, com um envelope financeiro (a preços de 2011) de 960 mil milhões de euros em dotações de autorização e 908 mil milhões em dotações de pagamento (gastos efetivos).

Sendo parte integrante do ambicionado crescimento inteligente e inclusivo, ao domínio da coesão económica, social e territorial foi alocado um montante global de 325 mil milhões de euros, correspondendo a cerca de 34% do total de recursos para o período, para as regiões enquadradas nos vários instrumentos da Política de Coesão. À semelhança do período de programação anterior, os investimentos destinam-se a todas as reuniões da UE, mas os apoios a conceder e o nível de cofinanciamento europeu dos investimentos a realizar nas várias regiões dependerá do seu nível de desenvolvimento relativo, aferido pelo nível do PIB *per capita* da região face à média comunitária (UE27). Assim, no período 2014-2020 são considerados três grandes grupos de regiões: i) as regiões menos desenvolvidas, cujo PIB *per capita* é inferior a 75% da média; ii) as regiões em transição, em que este indicador se situa entre 75% e 90% da média; e iii) as regiões mais desenvolvidas, cujo PIB supera 90% da média da União.

A afetação financeira do montante global alocado à política de coesão económica, social e territorial europeia entre os objetivos de política considerados, foi a seguinte:

- Objetivo Convergência Regional: 164,3 mil milhões de euros;
- Regiões em transição: 31,7 mil milhões de euros;
- Objetivo Competitividade: 49,5 mil milhões de euros
- Cooperação Territorial: 8,9 mil milhões de euros;
- Fundo de Coesão: 66,4 mil milhões de euros;
- Regiões Ultraperiféricas e de muito baixa densidade populacional: 1,4 mil milhões euros;

- Iniciativa Emprego Jovem: 3 mil milhões de euros.

A afetação das dotações financeiras aos vários objetivos da Política de Coesão continua a revelar uma clara concentração dos recursos nas regiões e nos Estados-membros menos desenvolvidos, ao mesmo tempo que acautela a situação das regiões em fase de transição entre objetivos, que abarca as regiões europeias com um nível de PIB *per capita* entre 75% e 90% da média da UE-27.

O acordo alcançado relativamente à repartição dos Fundos de Coesão pelos vários Estados-membros encontra-se expresso no quadro seguinte: Portugal irá receber cerca de 19,6 mil milhões de euros (a preços de 2011) ao longo dos próximos sete anos, ou seja, cerca de 6% do montante global alocado à Política de Coesão. Ademais, de acordo com as disposições aprovadas, sendo um dos Estados-membros da UE com graves dificuldades de estabilidade financeira e de modo a facilitar o investimento em tempos de crise económica, Portugal poderá beneficiar de um aumento da taxa máxima de cofinanciamento comunitário de 85% para 95% até ao final de 2015.

A condicionalidade macroeconómica constitui uma inovação no período 2014-2020. Abarca um conjunto de medidas destinadas a associar a eficácia dos Fundos de coesão a uma sólida governação económica por parte dos Estados-membros. Assim, as disposições aprovadas contemplam a possibilidade de corte no financiamento aos Estados-membros que apresentem défices excessivos, por exemplo, devendo, contudo ter em conta a situação económica e social do Estado-Membro, em particular a taxa de desemprego, e o impacto da suspensão dos pagamentos na economia do país. A Comissão Europeia poderá, assim, solicitar aos Estados-Membros alterações aos programas, de modo a apoiar reformas estruturais estratégicas e a aplicação de recomendações económicas, com o intuito de maximizar o impacto dos Fundos sobre o crescimento e a competitividade. Em caso de desrespeito continuado, a transferência de verbas para o Estado-membro poderá inclusivamente ser suspensa.

Quadro 20. Política de Coesão 2014-2020 - Dotações totais por Estado-membro (*)

(milhões de euros, preços de 2011)

Estados-membro	Fundo de Coesão	FEDER e FSE				FEDER	TOTAL	% no Total
		Regiões menos desenvolvidas	Regiões em transição	RUP (*)	Regiões mais desenvolvidas	Cooperação territorial		
Bélgica	0	0	962	0	868	231	2 061	1%
Bulgária	2 384	4 623	0	0	0	145	7 153	2%
República Checa	6 562	13 646	0	0	79	298	20 585	6%
Dinamarca	0	0	64	0	230	199	494	0%
Alemanha	0	0	8 750	0	7 609	847	17 207	5%
Estónia	1 123	2 198	0	0	0	49	3 369	1%
Irlanda	0	0	0	0	869	148	1 017	0%
Grécia	3 407	6 420	2 105	0	2 307	203	14 443	4%
Espanha	0	1 858	12 201	432	10 084	542	25 116	8%
França	0	3 147	3 927	395	5 862	956	14 288	4%
Hungria	2 676	5 225	0	0	0	128	8 029	2%
Itália	0	20 333	1 004	0	7 006	998	29 341	9%
Chipre	286	0	0	0	388	29	703	0%
Letónia	1 412	2 742	0	0	0	82	4 236	1%
Lituânia	2 145	4 189	0	0	0	100	6 434	2%
Luxemburgo	0	0	0	0	39	18	57	0%

Estados-membro	Fundo de Coesão	FEDER e FSE				FEDER	TOTAL	% no Total
		Regiões menos desenvolvidas	Regiões em transição	RUP (*)	Regiões mais desenvolvidas	Cooperação territorial		
Hungria	6 313	13 452	0	0	416	318	20 498	6%
Malta	228	0	441	0	0	15	684	0%
Holanda	0	0	0	0	908	342	1 250	0%
Áustria	0	0	66	0	823	226	1 114	0%
Polónia	24 274	45 917	0	0	2 017	615	72 823	23%
Portugal	3 000	15 008	232	103	1 148	108	19 599	6%
Roménia	7 251	13 773	0	0	405	397	21 826	7%
Eslovénia	939	1 134	0	0	763	55	2 891	1%
Eslováquia	4 361	8 489	0	0	40	196	13 086	4%
Finlândia	0	0	0	272	911	142	1 325	0%
Suécia	0	0	0	184	1 355	300	1 840	1%
Reino Unido	0	2 126	2 335	0	5 144	760	10 364	3%
<i>Cooperação inter-regional</i>						500	500	0%
Total	66 362	164 279	32 085	1 387	49 271	8 948	322 332	100%

Notas: (*) A iniciativa relativa ao emprego jovem (top up) de 3 mil milhões de euros não está incluída na tabela.

Montantes antes de deduções e transferências (Conectividade Europeia, Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas), ações de iniciativa urbana, assistência técnica. (**) Dotação especial para regiões ultraperiféricas e escassamente povoadas.

Fonte: Total allocations of Cohesion Policy 2014-2020, website do Parlamento Europeu, 20.11.2013

Apresentando-se como uma Política de Coesão reformada e como a principal política de investimento para o crescimento e o emprego na Europa, a Política Regional no período 2014-2020 deverá ainda corresponder aos desafios associados ao desenvolvimento sustentável, designadamente os que decorrem das alterações climáticas e da dependência energética, bem como combater a pobreza e a exclusão social. Com o objetivo de reorientar os Fundos para os setores de maior crescimento, foram identificadas como áreas prioritárias de investimento para os vários Fundos financiadores:

- **FEDER:** A inovação e investigação, a agenda digital, a competitividade das pequenas e médias empresas (PME) e o fomento da economia com baixas emissões de carbono (como a eficiência energética e as energias renováveis);
- **Fundo de Coesão:** As redes transeuropeias de transportes e os grandes projetos de infraestruturas ambientais, designadamente soluções de mobilidade sustentável;
- **FSE:** A educação, o emprego e a mobilidade laboral, por meio de ações de formação e de aprendizagem ao longo da vida, bem como o combate à pobreza e à exclusão social (este último objetivo deve ser reforçado e acolher pelo menos 20% do FSE do Estado-membro), bem como a nova Iniciativa para o Emprego dos Jovens (cerca de três mil milhões de euros).

Para a nova arquitetura da Política de Coesão 2014-2020, o Parlamento Europeu aprovou também, em novembro de 2013, o correspondente quadro legislativo, tendo em vista a harmonização das regras dos cinco Fundos envolvidos, de modo a potenciar a coordenação, evitar sobreposições e maximizar sinergias. O período 2014-2020 apela, assim, a uma maior coordenação entre estes três Fundos da Política de Coesão, bem como com os Fundos relativos ao desenvolvimento rural e às pescas. Uma maior articulação e o recurso a outros instrumentos da União Europeia (como o Horizonte 2020, por exemplo) são também promovidos neste contexto.

As disposições legislativas relativas à Política de Coesão da União consideram a integração dos Fundos europeus financiadores num Quadro Estratégico Comum, congregando, para além do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão (FC), também o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP). A Política Regional Europeia retorna, assim, à lógica do financiamento plurifundo no seio de um único Programa Operacional, a qual tinha sido abandonada no período 2007-2013.

A regulamentação aprovada pelo Parlamento Europeu reitera a importância da definição de objetivos claros, a responsabilização das entidades e a orientação para os resultados, com a inerente mensurabilidade e a possibilidade de premiar os Programas por via do desempenho. Em paralelo, relevam-se: i) a criação de condições prévias a uma eficaz aplicação de Fundos, como seja a definição de estratégias de especialização inteligente; ii) a simplificação de procedimentos e a redução da burocracia (e-coesão); iii) o reforço da dimensão urbana das intervenções; iv) o fomento da cooperação territorial; e v) o aumento do crédito às PME, por via de empréstimos, garantias e capitais próprios/de risco apoiados por Fundos Comunitários, com um claro privilégio por empréstimos em detrimento de subvenções.

O novo enquadramento regulamentar da Política de Coesão prevê o estabelecimento de Programas plurifundos e três regulamentações específicas para o FEDER, o FSE e o FC, a harmonização das regras aplicadas a todos os fundos (incluindo o FEADER e o FEAMP), duas regulamentações sobre o objetivo de Cooperação Territorial Europeia e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), uma programação articulada de fundos nacionais e comunitários e a simplificação do acesso aos fundos, aos quais se acresce a consideração de instrumentos que configuram abordagens integradas para o desenvolvimento territorial (Caixa 9).

O regulamento que estabelece as disposições comuns aos cinco Fundos comunitários visa, assim, o reforço da sua coordenação, de modo a atingir: i) a concentração de recursos nos objetivos da Estratégia Europa 2020 através de um conjunto comum de objetivos temáticos para os quais os Fundos deverão contribuir; ii) a simplificação acrescida por via de um planeamento e de uma implementação mais coerente; iii) o reforço nos resultados através de um sistema e uma reserva de desempenho; iv) a harmonização das regras de elegibilidade e das opções de simplificação de custos, de forma a reduzir os encargos administrativos para os beneficiários e para as autoridades de gestão.

Como referido, cada Estado-membro estabelecerá um Acordo de Parceria com a Comissão Europeia, sob o qual serão definidas prioridades em termos de investimentos e objetivos a atingir. A concentração num número mais limitado de prioridades de investimento constitui uma condição basilar do contrato, o qual define também as metas a alcançar nesses domínios. Considera ainda uma reserva de eficácia para premiar as regiões que melhor atingem os seus objetivos, designadamente nas vertentes da promoção do crescimento e da criação de emprego. A simplificação e harmonização das normas que regem os diversos Fundos, bem como uma governação mais sólida e um sistema de execução simplificado,

constituem, assim, elementos adicionais de reforço do impacto financeiro esperado dos apoios a conceder.

Caixa 9. Instrumentos regulamentares previstos para a mobilização de abordagens territoriais integradas

É fundamental desenvolver uma nova cultura de parcerias para os resultados, suportada no planeamento cuidado e em mecanismos robustos de governação, que assegurem uma assunção plena de responsabilidades contratuais, quer seja no âmbito de intervenções de cariz temático, quer seja de cariz territorial.

O novo quadro regulamentar comunitário determina que devem ser fomentadas abordagens territoriais integradas, com elevado grau de maturidade e adequado enquadramento em termos de planeamento, de forma a aumentar a probabilidade de obtenção dos resultados, estando previstos três instrumentos:

- ✓ *Investimento Territorial Integrado (ITI)*: ferramenta eficiente e flexível para implementar estratégias territoriais de forma integrada, financiada por vários programas operacionais ou eixos prioritários de um mesmo PO. Os elementos-chave de um ITI são: um território designado; uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado; um conjunto de ações a implementar e um acordo de governação para gestão.
- ✓ *Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)*: é uma ferramenta específica a ser utilizada ao nível sub-regional, baseia-se na abordagem do programa LEADER, diz respeito a todos os fundos abrangidos pelo QEC e pressupõe uma utilização agregada e integrada dos fundos para concretizar as estratégias de desenvolvimento local geridas por Grupos de Ação Local (GAL);
- ✓ *Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)*: pretendem estruturar operações fundamentadas e especificadas em estratégias de desenvolvimento urbano, a implementar através de ITI, podendo desta forma envolver investimentos suscetíveis de financiamento pelos diversos Fundos Comunitários (FEDER, FC e FSE), assumindo as escalas regional, intermunicipal e municipal como referenciais estratégicos, sendo operacionalizadas à escala da área urbana para a concretização dos respetivos desígnios económicos, sociais, ambientais e climáticos.

O Quadro Estratégico Comum

De modo a facilitar o desenvolvimento dos Acordos de Parceria e Programas Operacionais, é adotado um Quadro Estratégico Comum (QEC), o qual promove a coerência entre os compromissos assumidos no contexto da Estratégia Europa 2020 e os investimentos a desenvolver pelos Estados-membros no terreno, tendo por base a articulação entre Fundos financiadores. O Acordo de Parceria a celebrar com cada Estado-membro deverá reforçar a orientação para os resultados e promover a eficácia na aplicação dos Fundos, sob uma lógica de forte articulação entre a Política de Coesão e a Estratégia Europa 2020. Os financiamentos estruturais tenderão, por conseguinte, a concentrar-se nos investimentos que potenciem o alcance das metas assumidas, para o que serão definidas novas disposições de condicionalidade na aplicação de fundos, sob a forma de disposições *ex-ante* e *ex-post*. O acompanhamento dos progressos alcançados na prossecução dos objetivos visados constitui, em paralelo, um elemento adicional do Acordo de Parceria a estabelecer entre a Comissão e o Estado-membro.

Também o princípio da concentração se encontra significativamente reforçado no novo enquadramento comunitário, com o objetivo de focalizar recursos para maximizar o impacto das intervenções. A concentração temática preconizada para a Política de Coesão Europeia no período 2014-2020 conduziu à definição de 11 objetivos temáticos em vários domínios da intervenção comunitária, a saber:

- Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- Melhorar o acesso às TIC;
- Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP);
- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
- Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos;
- Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos;
- Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes;
- Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores;
- Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação;
- Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida;
- Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.
- Estes objetivos temáticos da Estratégia Europa 2020 englobam 57 prioridades de investimento, desagregados em função do Fundo financiador.

Quadro 21. Objetivos temáticos e prioridades de investimento do QEC

Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (FEDER)	<p>1.1 Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu (FEDER)</p> <p>1.2 Promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral (FEDER)</p>
2. Melhorar o acesso às TIC	<p>2.1 Implantação alargada da banda larga e a implantação das redes de alta velocidade, e o apoio à adoção das tecnologias emergentes e das redes para a economia digital (FEDER)</p> <p>2.2 O desenvolvimento de produtos e serviços TIC, comércio eletrónico e fomento da procura de competências TIC (FEDER)</p> <p>2.3 Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha (FEDER)</p>
3. Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP)	<p>3.1 Promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas (FEDER)</p> <p>3.2 Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização (FEDER)</p> <p>3.3 Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (FEDER)</p> <p>3.4 Concessão de apoio às capacidades das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação (FEDER)</p>
4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	<p>4.1 Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis (FEDER, FC)</p> <p>4.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas (FEDER, FC)</p> <p>4.3 Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação (FEDER, FC)</p> <p>4.4 Desenvolvimento e implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão (FEDER, FC)</p> <p>4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (FEDER, FC)</p> <p>4.6 Promoção da investigação, inovação e adoção de tecnologias de baixo teor de carbono (FEDER)</p> <p>4.7 Promoção da cogeração de calor e eletricidade de elevada eficiência baseada na procura de calor útil (FEDER, FC)</p>
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos	<p>5.1 Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas (FEDER, FC)</p> <p>5.2 Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (FEDER, FC)</p>
6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	<p>6.1 Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos (FEDER, FC)</p> <p>6.2 Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos (FEDER, FC)</p> <p>6.3 Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)</p> <p>6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes (FEDER, FC)</p> <p>6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (FEDER, FC)</p>

Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
	<p>6.6 Promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a proteção ambiental e a utilização eficiente dos recursos nos setores dos resíduos, da água e no que respeita aos solos, e para reduzir a poluição atmosférica (FEDER)</p> <p>6.7 Concessão de apoio à transição industrial para uma economia eficiente em termos de recursos, promovendo o crescimento ecológico, a ecoinovação e a gestão dos indicadores de desempenho ambiental nos setores público e privado (FEDER)</p>
<p>7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes</p>	<p>7.1 Concessão de apoio a um Espaço Único Europeu de Transporte multimodais, mediante o investimento na RTE-T (FEDER, FC)</p> <p>7.2 Melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós multimodais (FEDER)</p> <p>7.3 Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transporte ecológicos (nomeadamente de baixo ruído) e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos, as ligações multimodais e as infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável (FEDER, FC)</p> <p>7.4 Desenvolvimento e reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e a promoção de medidas de redução do ruído (FEDER, FC)</p> <p>7.5 Melhoria da eficiência energética e da segurança do abastecimento através do desenvolvimento de sistemas inteligentes de distribuição, armazenamento e transporte de energia e da integração da geração distribuída a partir de fontes renováveis (FEDER)</p>
<p>8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores</p>	<p>8.1 Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores (FSE)</p> <p>8.2 Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia para a Juventude (FSE)</p> <p>8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)</p> <p>8.4 Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual (FSE)</p> <p>8.5 Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (FSE)</p> <p>8.6 Envelhecimento ativo e saudável (FSE)</p> <p>8.7 Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes (FSE)</p> <p>8.8 Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas (FEDER)</p> <p>8.9 Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade (FEDER)</p> <p>8.10 Concessão de apoio às iniciativas locais de desenvolvimento e ajuda às estruturas que prestam serviços de proximidade para criar emprego, sempre que essas medidas não se enquadrem no âmbito de aplicação do Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (FEDER)</p> <p>8.11 Investimento na infraestrutura dos serviços de emprego (FEDER)</p>
<p>9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação</p>	<p>9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)</p> <p>9.2 Integração socioeconómica de comunidades marginalizadas, tais como os ciganos (FSE)</p> <p>9.3 Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades (FSE)</p> <p>9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral (FSE)</p> <p>9.5 Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego (FSE)</p> <p>9.6 Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE)</p>

Objetivos temáticos	Prioridades de investimento
	9.7 Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária (FEDER)
	9.8 Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (FEDER)
	9.9 Concessão de apoio a empresas sociais (FEDER)
	9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FEDER)
10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)
	10.2 Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos (FSE)
	10.3 Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas (FSE)
	10.4 Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem (FSE)
	10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas (FEDER)
11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1 Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem (FSE)
	11.2 Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local (FSE)
	11.3 Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública, através de ações para reforçar a capacidade institucional e a eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos implicados na execução do FEDER/FC, e apoio a ações no âmbito do FSE destinadas a reforçar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública (FEDER, FC)

Fonte: Regulamentos do Parlamento Europeu e do Conselho: Regulamento (UE) N. o 1301/2013 relativo ao FEDER, Regulamento (UE) N. o 1304/2013 relativo ao FSE e Regulamento (UE) N. o 1300/2013 relativo ao Fundo de Coesão, de 17 de dezembro de 2013

Encontram-se também definidas as prioridades e medidas específicas para a aplicação dos fundos do desenvolvimento rural (FEADER) e do mar e pescas (FEAMP):

- **No FEADER**, privilegia-se a transferência de conhecimentos e inovação, a melhoria da competitividade, a promoção das cadeias alimentares, a preservação dos ecossistemas que dependem da agricultura e da silvicultura, a promoção da utilização eficiente dos recursos e a promoção da inclusão social e a redução da pobreza;
- **Com o FEAMP**, importa promover uma pesca e uma aquicultura, incluindo a transformação, sustentáveis e eficientes em termos de recursos, bem como sendo atividades inovadoras, competitivas e baseadas no conhecimento, dinamizar a execução da Política Comum da Pesca, aumentar o emprego e a coesão territorial e fomentar a execução da política marítima integrada.

Prioridades do FEADER	
Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais	Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais
	Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação, inclusive na perspectiva de uma melhor gestão e desempenho ambientais
	Incentivo da aprendizagem ao longo da vida e da formação profissional nos setores agrícola e florestal
Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas	Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola
	Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola e, particularmente, da renovação geracional
Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura	Aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do aumento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais
	Apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas
Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura	Restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas Natura 2000, e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de elevado valor natural, bem como do estado das paisagens europeias
	Melhoria da gestão da água, assim como dos adubos e dos pesticidas
	Prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos
Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal	Melhoria da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola
	Melhoria da eficiência na utilização da energia no setor agrícola e na indústria alimentar
	Facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, de subprodutos, resíduos e desperdícios e de outras matérias-primas não alimentares para promover a bioeconomia
	Redução das emissões de gases com efeito de estufa e de amoníaco provenientes da agricultura
	Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura
Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais	Facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento das pequenas empresas, bem como da criação de empregos
	Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais
	Melhoria da acessibilidade, utilização e qualidade das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em zonas rurais

Fonte: Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho: Regulamento (UE) N.º 1305/2013 de 17 de dezembro de 2013 relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

Quadro 22. Prioridades do FEAMP

Prioridades do FEAMP	
Promover uma pesca e uma aquicultura, incluindo a transformação, sustentáveis e eficientes em termos de recursos	Redução do impacto da pesca no meio marinho
	Proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas aquáticos
	Melhoria dos ecossistemas ligados à aquicultura e promoção de uma aquicultura eficiente em termos de recursos
	Promoção de uma aquicultura com um nível elevado de proteção do ambiente, da saúde e bem-estar dos animais e da saúde e segurança públicas
Promover uma pesca e uma aquicultura, incluindo a transformação, inovadoras, competitivas e baseadas no conhecimento	Apoio ao reforço do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da transferência de conhecimentos
	Aumento da competitividade e da viabilidade das empresas de pesca e de aquicultura, incluindo, nas pescas, a frota da pequena pesca costeira, e melhoria das condições de segurança e de trabalho e, na aquicultura, das PME em particular
	Desenvolvimento de novas competências profissionais e da aprendizagem ao longo da vida
	Melhoria da organização do mercado dos produtos da pesca e da aquicultura
Dinamizar a execução da Política Comum da Pesca (PCP)	Disponibilização de conhecimentos científicos e recolha de dados
	Apoio ao controlo e à execução, através do reforço da capacidade institucional e da eficiência da administração pública
Aumentar o emprego e a coesão territorial	Promoção do crescimento económico, da inclusão social e da criação de empregos e apoio à mobilidade laboral nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura
	Diversificação das atividades no domínio das pescas e noutros setores da economia marítima
Fomentar a implementação da Política Marítima Integrada	-

Fonte: Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) de 22 de julho de 2013

Caixa 10. A Política de Coesão no período 2014-2020 e o QEC período 2014-2020

A nova abordagem da Política de Coesão da UE para o período 2014-2020 contempla um conjunto de alterações significativas face a anteriores períodos de programação, nomeadamente no que diz respeito à sua conceção e ao modo de implementação dos apoios, sob um quadro de financiamento simplificado com enfoque no investimento em crescimento e no emprego e na cooperação territorial europeia, em domínios e eixos temáticos. As principais alterações do novo período de programação prendem-se com:

- ✓ A concentração no alcance das metas da Estratégia Europa 2020, por via da adoção de estratégias de inovação nacionais/regionais para a especialização inteligente e do fomento de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável integrado;
- ✓ A consideração de recompensas pelo bom desempenho das intervenções;
- ✓ O apoio a estratégias de programação integrada com combinação de investimentos;
- ✓ A ênfase colocada nos resultados e na monitorização;
- ✓ O reforço da coesão territorial; e
- ✓ A simplificação do sistema de execução.

O desenvolvimento de programas plurifundos integra inovações consideráveis, nomeadamente operações integradas de natureza temática e/ou territorial financiadas por vários Fundos e planos de ação conjuntos, correspondentes a abordagens integradas dirigidas para realizações e resultados, visando objetivos específicos.

A utilização mais coerente e integrada dos Fundos Comunitários pressupõe o delinear de estratégias de investimento mais abrangentes e coordenadas entre Fundos financiadores, recorrendo a indicadores que avaliem o progresso relativamente às metas definidas para cada EM e o rigoroso cumprimento de princípios de racionalidade económica, a concentração num número limitado de domínios, a disciplina financeira e a integração orçamental, a segregação de funções de gestão e a prevenção de conflito de interesses e a transparência e prestação de contas.

Implícitas a estes princípios estão orientações de aplicação dos Fundos Comunitários centrados nos resultados, a mobilização preferencial dos Fundos sob a forma de fundos reembolsáveis, a simplificação dos procedimentos de aplicação dos Fundos, o reforço da articulação entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias e da coordenação e integração entre Fundos.

Quadro 23. Ciclo de programação e aplicação da Política de Coesão 2014-2020



A Estratégia Europa 2020 e o Plano Nacional de Reformas

A concretização dos objetivos da Política de Coesão da União Europeia para o período 2014-2020 pressupõe uma apropriação por parte dos EM dos pressupostos da Estratégia Europa 2020 e das orientações e dos objetivos plasmados nos regulamentos comunitários aprovados pelo Parlamento Europeu em novembro de 2013. O QEC promove a coerência política dos compromissos assumidos na Estratégia Europa 2020 e a definição de um quadro que harmoniza o modo de funcionamento e permite uma maior integração dos Fundos europeus. Para além disso, determina o conjunto de prioridades de investimento que sustentam, de forma holística, os 11 objetivos temáticos que, conseqüentemente, concorrem para o cumprimento dos desígnios de crescimento definidos para a Europa e servem de base de trabalho à reflexão dos EM. Aos países e às suas regiões é, nesta base, solicitada a elaboração de estratégias de especialização inteligente, que enquadrem as orientações comunitárias, tendo como referência os desafios, constrangimentos e necessidades nacionais e regionais e para os quais deverá ser canalizado o financiamento comunitário.

A Estratégia Europa 2020 foi transposta para o panorama nacional através do Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas⁴ (PNR 2020), onde se aplica e reafirma o compromisso do país na prossecução das três prioridades de crescimento, criando *“as condições para uma economia competitiva, mas inclusiva, para uma economia flexível, mas sustentável”*.

Tendo em vista a promoção de um **crescimento inteligente**, o PNR 2020 assume como objetivos:

O reforço da I&D e da inovação, assumindo-se: (i) um compromisso com a ciência que assume como linhas de ação formar, atrair e empregar mais investigadores, reforçar a afirmação das instituições e a ligação às empresas e reforçar o apoio à inserção de investigadores e instituições científicas em redes internacionais de produção e difusão de conhecimento; e (ii) uma agenda nacional para a inovação, mediante a implementação da “Agenda Digital 2015”, com o objetivo de estimular a economia digital, melhorar os serviços prestados e criar novos produtos e soluções para o mercado global, e a iniciativa “Inovação Portugal 2020”, que visa a mobilização da sociedade civil e a focalização das políticas públicas na promoção da inovação.

Melhor e mais educação, concretizável por via: (i) da redução das taxas de saída precoce dos sistemas de educação e formação, tomando como linhas de ação o “Programa Educação 2015”, a Iniciativa Novas Oportunidades e a reorganização e racionalização da rede escolar; e (ii) do aumento de diplomados no ensino superior, que se encontra assente no alargamento da base de recrutamento do ensino superior, na reestruturação da oferta educativa e o reforço da eficiência das instituições e do estímulo da empregabilidade.

Por seu turno, o **crescimento sustentável** pauta-se pela prossecução dos objetivos energia-clima, nomeadamente:

⁴ Aprovado em Conselho de Ministros em 12 de Novembro de 2010.

- Uma agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira tal como preconizado na “Estratégia Nacional de Energia 2020”;
- A redução de emissões, que assume o novo quadro regulamentar para a política climática pós-2012, nomeadamente o “Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020/2050”, o “Plano Nacional para as Alterações Climáticas 2020”, os “Planos Setoriais de Baixo Carbono” e o “Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território”;
- A promoção das energias renováveis, que se baseia no “Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis”, o qual fixa os objetivos nacionais relativos à quota de energia proveniente de fontes renováveis consumida nos setores dos transportes, da eletricidade e do aquecimento e arrefecimento;
- A promoção da eficiência energética, que considera o “Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2020” e estabelece como principais objetivos a promoção de medidas de eficiência energética e o desenvolvimento de um *cluster* industrial associado.

No mesmo plano, o **crescimento inclusivo** é visado pelo duplo objetivo de:

- Aumentar o emprego, por via da qualificação para a competitividade e a coesão social (dupla certificação, certificação profissional ligada às qualificações, formação de ativos) e da aposta em mais emprego sustentável e de qualidade;
- Combater a pobreza e as desigualdades sociais, por ação ao nível de processos de qualificação e promoção da empregabilidade, da redução da pobreza dos grupos especialmente vulneráveis e da promoção da igualdade de oportunidades.

O PNR 2020 identifica os constrangimentos internos que resultaram de “circunstâncias naturais, de debilidades estruturais, de impactos dos choques adversos que afetaram a economia portuguesa de forma significativa (...) e dos impactos da mais recente crise económica e financeira”, alertando para a interação e reforço mútuo destes problemas, criando ciclos viciosos. A implementação de respostas estruturais às problemáticas vivenciadas em território nacional torna-se inevitável para que a economia nacional se repositone numa trajetória de crescimento sustentado. Elaborado em articulação com o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), o PNR 2020 tem, nomeadamente, em consideração a resolução de estrangulamentos de curto prazo relacionados com a consolidação orçamental e a correção dos desequilíbrios macroeconómicos.

A superação destes condicionamentos é tida como condição básica para garantir níveis sustentados de crescimento económico, emprego e riqueza, com base na internacionalização, nas exportações e no aumento da produção de bens transacionáveis para o mercado interno, o que testemunharia as ambicionadas alterações económicas estruturais da economia portuguesa, possibilitando a correção de outros desequilíbrios macroeconómicos existentes e promovendo uma maior coesão social e territorial e a competitividade do país.

A aferição do nível de alcance das três prioridades de crescimento subjacentes à Estratégia Europa 2020 é efetuada em função de um conjunto restrito de áreas de atuação, indicadores e metas chave de nível

comunitário, que os EM traduzem em objetivos nacionais, tendo em conta os seus diferentes pontos de partida. Nesta sequência foram definidas prioridades estratégicas e princípios orientadores mais específicos para a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no período 2014-2020 (Caixa 11).em Portugal, em consonância com o PNR 2020, com especial enfoque nas áreas identificadas como de atuação urgente e com efeito “desbloqueador” do crescimento da economia nacional.

Quadro 24. Metas nacionais associadas à Estratégia Europa 2020 e situação atual

Objetivo	Indicadores	Situação atual	Meta
Reforço da I&D e inovação	I&D no PIB (%)	1,5% ⁽¹⁾	Entre 2,7% e 3%
Mais e Melhor Educação	Taxa de abandono escola precoce <i>(% da população entre os 18-24 anos)</i>	20,8% ⁽²⁾	10%
	Peso da população com ensino superior ou equiparado <i>(% da população entre os 30-34 anos)</i>	27,2% ⁽²⁾	40%
Clima/Energia	Redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) <i>(variação % face a 2005 em emissões não CELE)</i>	-8% ⁽³⁾	+1%
	% energias renováveis no consumo de energia final	24,9% ⁽¹⁾	31%
	Eficiência energética <i>(ganho % no consumo de energia primária face a 2005)</i>	16,5% ⁽¹⁾	20%
Aumentar o emprego	Taxa de emprego <i>(% da população 20-64 anos)</i>	66,5% ⁽²⁾	75%
Combate à pobreza e às desigualdades sociais	Variação da população em risco de pobreza/exclusão social <i>(face a 2008)</i>	-156 mil ⁽⁴⁾	Redução de pelo menos 200 mil pessoas pobres
	Pessoas em risco de pobreza/exclusão social*	2.601 (24,4%) ⁽¹⁾	
	Risco de pobreza* <i>(pessoas que vivam com menos de 60% da mediana do rendimento nacional)</i>	1.919 (18%) ⁽¹⁾	
	Privação material* <i>(pessoas que tenham pelo menos quatro das nove situações de privação definidas)</i>	881 (8,3%) ⁽¹⁾	
	Pessoas que vivam num agregado familiar sem emprego* <i>(indivíduos no grupo etário 0-59 anos que vivem em agregados onde ninguém trabalha em 20% dos indivíduos do mesmo grupo etário)</i>	666 (8,2%) ⁽¹⁾	

Nota: *Unidades: 1.000 pessoas e em % do total da população; (1) valores de 2011; (2) valores de 2012; (3) Dados provisórios, com base na versão preliminar do inventário de emissões 2013; (4) RCM n.º 33/2013.
Fonte: PNR 2020, RCM n.º 33/2013 e Eurostat

Caixa 11. Prioridades estratégicas e os princípios orientadores para a aplicação dos FEEI no período 2014-2020

A aplicação dos Fundos Comunitários no período 2014-2020 impõe uma forte sintonia com as prioridades enunciadas na Estratégia Europa 2020 e o seu direcionamento para o apoio à recuperação económica e transformação estrutural da economia, factos que se encontram vertidos na RCM n.º 98/2012.

Nestes diplomas são estabelecidas as prioridades da intervenção comunitária em Portugal para 2014-2020, no quadro de uma trajetória de desenvolvimento sustentável, tendo em vista: a promoção da competitividade da economia; a formação de capital humano; a promoção da coesão social; e a reforma do Estado.

A concretização destas prioridades deve refletir-se numa significativa focalização e coordenação dos apoios públicos proporcionados pelos Fundos Estruturais e de Coesão e pelos Fundos agrícolas para o desenvolvimento rural, marítimo e das pescas, tendo em vista o alcance dos seguintes objetivos:

- ✓ Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis, à internacionalização da economia e à qualificação do perfil de especialização da economia portuguesa;
- ✓ Reforço do investimento na educação, incluindo formação avançada, e na formação profissional, por via de medidas e iniciativas dirigidas à empregabilidade, formação dual, redução do abandono escolar, etc.;
- ✓ Reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social, recorrendo nomeadamente a medidas inovadoras de intervenção social, apoios diretos a grupos populacionais mais desfavorecidos e a políticas ativas de emprego;
- ✓ Prossecução de instrumentos e investimentos de promoção da coesão e competitividade territoriais, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade, bem como a promoção do desenvolvimento territorial de espaços regionais e sub-regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;
- ✓ Apoio ao programa da reforma do Estado, por via da racionalização, modernização e capacitação institucional da administração pública e da reorganização dos modelos de provisão de bens e serviços públicos.

As orientações relativas à negociação do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 a serem seguidas por Portugal foram posteriormente expressas na RAR n.º 145/2012 (Diário da República, 1.ª série — N.º 241 — 13 de dezembro de 2012).

Fonte: RCM n.º 98/2012, Diário da República, 1.ª série — N.º 228 — 26 de novembro de 2012

Portugal 2020 – Domínios temáticos do Acordo de Parceria

O Acordo de Parceria Portugal 2020 submetido à Comissão Europeia em janeiro de 2014 “não apenas adota os princípios de programação estabelecidos para a implementação da Estratégia UE 2020, como consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial necessária para apoiar, estimular e assegurar um novo ciclo nacional de crescimento e de criação de emprego. Portugal 2020 estrutura as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais para promover, no nosso país, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”⁵.

Com o Acordo de Parceria para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento 2014-2020 pretende-se explicitar as estratégias de desenvolvimento com vista ao alcance das metas da Estratégia Europa 2020: i) pretendendo vincular os atores nacionais aos compromissos assumidos e fixar os resultados a atingir por via da aplicação do financiamento comunitário; ii) contemplando abordagens integradas de desenvolvimento territorial; e iii) definindo objetivos claros e mensuráveis num quadro de desempenho e de simplificação processual, tendo em conta as especificidades do caso português.

A estrutura operacional do Acordo de Parceria delineado por Portugal respeita quatro domínios temáticos – competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano e

⁵ Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014.

sustentabilidade e eficiência no uso de recursos – bem como dois domínios transversais relativos à reforma da administração pública e à territorialização das intervenções, identificados a nível europeu na Avaliação Anual de Crescimento para 2013 e, a nível nacional, no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que exigem um novo modelo institucional de organização espacial, a capacitação institucional e qualificação do capital humano da administração pública e a modernização administrativa.

O período de programação 2014-2020 surge num contexto de grandes desafios impostos: (i) pela evolução demográfica; (ii) pelos desequilíbrios externos; (iii) pelas restrições de financiamento à economia; (iv) pela consolidação das contas públicas; (v) pelo desemprego e exclusão social; (vi) pelas assimetrias e as potencialidades territoriais; e (vii) pelos compromissos assumidos no âmbito do PNR 2020 e da Estratégia de Lisboa. Tomando como referência os principais constrangimentos ao desenvolvimento do país, o Acordo de Parceria define as grandes prioridades de intervenção para o apoio comunitário no período 2014-2020, assente nos referidos domínios temáticos, que se encontram traduzidos em quatro programas operacionais com aplicação no Continente, sob uma lógica plurifundos (conjugando financiamentos FEDER, FSE e FC). Portugal 2020 assume, assim, como grandes prioridades os seguintes domínios temáticos:

- **Competitividade e internacionalização:**

Contempla o objetivo primordial de melhorar a competitividade da economia e o desempenho das atividades mais expostas à concorrência internacional, onde pontuam três fatores determinantes: i) a alteração do perfil de especialização produtiva nacional; ii) as competências e estratégias das PME; e iii) as condições de contexto da atividade empresarial. Na primeira vertente, pretende-se designadamente reforçar a orientação para a produção de bens e serviços transacionáveis, promover as atividades mais intensivas em conhecimento e tecnologia, fomentar a investigação e inovação, aumentar a atratividade face ao investimento estrangeiro, reforçar a cooperação entre empresas, promover a reindustrialização e consolidar o turismo, valorizar os recursos endógenos, desenvolver a articulação entre empresas e centros de saber, bem como valorizar economicamente a criatividade. O reforço das competências e estratégias empresariais passa pela adoção de abordagens de *marketing* mais sofisticadas, a melhoria das competências de organização e gestão estratégica, o investimento em fatores avançados de competitividade, o fomento da cooperação entre empresas e da aprendizagem ao longo da vida. Finalmente, para a melhoria das condições de contexto da atividade empresarial confluem três fatores determinantes: a melhoria das condições de acesso ao financiamento por parte das PME (por via de capital alheio e/ou capital próprio), a melhoria da conectividade internacional da economia portuguesa para promover a eficiência das cadeias de transporte e logística, e a redução dos custos de contexto, por via da modernização administrativa e capacitação da administração pública.

Os instrumentos de política pública a mobilizar no âmbito deste domínio temático incluem incentivos diretos ao investimento empresarial, apoios indiretos ao investimento empresarial, mecanismos de engenharia financeira, apoios à produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico, apoios à

formação empresarial, investimentos em infraestruturas de transporte e apoios à modernização administrativa e capacitação da administração pública.

- **Inclusão social e emprego:**

Tendo como finalidade o combate à pobreza e exclusão social e ao desemprego, bem como a promoção da empregabilidade, este domínio encontra-se sustentado numa abordagem integrada, multidimensional e territorializada da intervenção social, sendo alicerçado em políticas preventivas e/ou de intervenção precoce, por um lado, e em políticas reparadoras e/ou ativação, por outro. As políticas de promoção da empregabilidade e de reforço da criação e manutenção de emprego sustentável deverão fazer face a um elevado nível de desemprego (designadamente estrutural), a uma forte segmentação do mercado de trabalho e à persistência de um elevado nível de pobreza monetária e de exclusão social.

Neste domínio temático, os instrumentos de política pública a financiar por Fundos Comunitários abrangem: apoios à qualificação dos ativos; apoios à transição entre situações de inatividade ou desemprego e o emprego, bem como à criação líquida de emprego e à manutenção no mercado de trabalho; a consolidação da rede de equipamentos e qualificação dos serviços coletivos; o apoio a intervenções específicas em favor de territórios ou grupos alvo, em que são mais cumulativas as situações ou os riscos de pobreza e exclusão social; a promoção da igualdade de género, não discriminação e da acessibilidade; e o combate ao insucesso e abandono escolar precoce (no domínio do capital humano). Neste sentido, destacam-se, ainda, na área da saúde, as intervenções visando a promoção de estilos de vida saudáveis, a prevenção de comportamentos de risco e o rastreio e diagnóstico precoce de doenças, a promoção de um envelhecimento ativo e saudável, a intervenção junto das pessoas com deficiência ou incapacidade, bem como a consolidação da rede de equipamentos e qualificação dos serviços coletivos de interesse geral. As potencialidades da economia social e o empreendedorismo social assumem, neste domínio temático, um papel fulcral.

- **Capital humano:**

A aposta no capital humano para o período 2014-2020 visa a necessidade de reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego, bem como a capacitação ao nível das formações de base (pré-escolar, vias regulares e profissionalizantes no ensino básico e secundário e a formação de nível superior). A intervenção das políticas públicas neste domínio deve ter como prioridades a resposta a três grandes domínios de constrangimentos: i) o nível médio das qualificações da população adulta e jovem; ii) a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação; e iii) o ajustamento entre as qualificações produzidas e as requeridas pelo mercado de trabalho. As intervenções ao nível do ensino pré-escolar serão focalizadas no aumento da cobertura da educação pré-escolar, procurando atenuar as implicações decorrentes de contextos socioeconómicos e familiares desfavoráveis e corrigir as assimetrias territoriais de oferta. Ao nível do ensino básico e secundário, primam os objetivos de redução dos níveis de abandono escolar precoce e de insucesso escolar, pelo que se deverá promover a diversificação das vias de ensino, por via do reforço das vias vocacionais e

profissionalizantes com forte pendor da formação em contexto de trabalho. No ensino superior, procurar-se-á aumentar a população com ensino superior, promover a mobilidade dos recém-licenciados e dos professores, racionalizar a oferta formativa, apoiar o desenvolvimento de programas doutorais e pós-doutorais inovadores, bem como criar e reforçar competências especializadas em domínios emergentes na área da economia do mar. Complementarmente, os investimentos em infraestruturas da educação procuram garantir a coesão territorial em matéria de equipamentos educativos. O alcance de um sistema de educação e formação de qualidade e eficiente passa, designadamente, pela melhoria da respetiva gestão e coordenação, dos modelos pedagógicos, das infraestruturas e equipamentos, e da articulação entre escolas e o meio empresarial. O ajustamento entre a oferta e a procura de qualificações procurará vincular a estruturação da oferta formativa às dinâmicas regionais, mediante a orientação e encaminhamento de jovens e adultos para as necessidades do tecido produtivo, uma maior coerência da oferta formativa em cada território e a racionalidade da rede formativa.

- Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos:

As três grandes prioridades da aplicação de Fundos Comunitários neste domínio temático serão: i) apoiar a transição para uma economia de baixo carbono, associada à promoção da eficiência energética e da produção e distribuição de energias renováveis, também com o intuito de reduzir a dependência energética do exterior; ii) promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos; e iii) preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, incluindo a gestão de resíduos, a gestão da água, a gestão, conservação e valorização da biodiversidade, a recuperação de passivos ambientais e a qualificação do ambiente urbano. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores significa criar mais riqueza com menor consumo de energia e menores emissões de gases com efeito de estufa, caminhando no sentido de crescimento sustentável. A promoção de eficiência energética com vista à redução do consumo de energia revela-se particularmente relevante nos setores dos transportes e indústria, bem como nos edifícios. A incorporação de energias renováveis no *mix* energético desenvolver-se-á por via de apoios ao desenvolvimento de novas tecnologias, através de projetos-piloto no domínio das energias marinhas, biomassa, geotérmica, entre outras, excluindo a energia hídrica e eólica *on-shore*. A adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos procurará mitigar os efeitos dos fenómenos de erosão costeira, incêndios florestais, secas, cheias e inundações, desertificação e degradação do solo, designadamente ao nível da saúde pública. Aumentar a capacidade de resposta a fenómenos extremos e melhorar os meios de informação e sensibilização das populações constituem as medidas-base de intervenção pública neste domínio. Releva-se, a este propósito, a importância que a proteção e o desenvolvimento do património cultural e natural assumem para a afirmação dos territórios e das regiões, para o que confluem as medidas de gestão ativa dos valores naturais protegidos, bem como os investimentos na Rede Natura 2000 ligados ao turismo verde e ao emprego. Outra área de intervenção

fundamental será o desenvolvimento sustentável das pescas e aquicultura, a exploração e preservação de recursos marinhos, bem como a promoção de uma agricultura e da floresta sustentáveis.

- Assimetrias e potencialidades territoriais (domínio transversal):

No Acordo de Parceria é reconhecido que “as diferenças regionais ao nível dotação de capital humano, dos recursos e competências de I&D e do tecido produtivo exigem abordagens regionalmente diferenciadas à prossecução de estratégias de especialização inteligente. Estas estratégias deverão, porém, ser devidamente articuladas a nível nacional, evitando redundâncias e tirando partido de potenciais sinergias de escala suprarregional”. Importa, em particular, adequar as estratégias de emprego e inclusão social, bem como os esforços de mitigação das alterações climáticas, de redução das emissões de CO2 e de transição para uma economia de baixo carbono às especificidades dos diferentes territórios. Assim, a aplicação dos Fundos Comunitários em 2014-2020 terá em conta a estruturação do território português em três níveis diferenciados: i) as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto; ii) o sistema urbano que estrutura as restantes regiões; e iii) as áreas de baixa densidade de cariz marcadamente rural. Há ainda que considerar o caráter de ultraperifricidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com os correspondentes sobrecustos, designadamente em termos de transportes. Será, ainda, usada a possibilidade de transferir recursos entre categorias de regiões (prevista no artigo 93º do Regulamento Geral) para reforçar as verbas alocadas à região do Algarve, por esta via obstando aos problemas socioeconómicos que vem apresentando no passado recente.

- A reforma da administração pública (domínio transversal):

Prosseguindo as linhas de intervenção do QREN, uma administração pública mais eficiente e eficaz requer a reorganização da sua estrutura funcional, uma organização territorial associada a um novo quadro de competências entre níveis de governo, bem como a promoção de um novo paradigma de relacionamento entre a Administração e os cidadãos e as empresas. A intervenção comunitária no período 2014-2020 deverá promover melhorias no modelo institucional e organizacional da administração pública, incluindo o seu modelo de organização espacial, bem como a requerida cultura de monitorização e avaliação dos Fundos Comunitários. A consideração da reforma da administração pública como prioridade transversal assenta, ainda, na crescente exigência de aferição da viabilidade económica e financeira dos projetos, bem como no reforço do papel de regulação da provisão de equipamentos públicos no território, pelo que as vertentes de modernização administrativa, capacitação institucional, qualificação de recursos humanos e promoção da eficiência na utilização de recursos deverão ser prosseguidas entre 2014 e 2020.

Assim, os Fundos Comunitários que integram o Portugal 2020 serão aplicados segundo os objetivos temáticos definidos a nível comunitário, os quais são integrados nos quatro domínios temáticos referidos, conforme expresso na Caixa 12.

Caixa 12. Objetivos temáticos aplicados a Portugal

Os objetivos temáticos assumidos pela Política de Coesão no período 2014-2020 foram adaptados a Portugal nos seguintes termos:

Objetivos temáticos do domínio da Competitividade e Internacionalização:

- ✓ Objetivo temático 1 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- ✓ Objetivo temático 2 – Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade;
- ✓ Objetivo temático 3 – Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas (PME) e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP);
- ✓ Objetivo temático 7 – Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas;
- ✓ Objetivo temático 8 – Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores;
- ✓ Objetivo temático 11 – Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

Objetivos temáticos do domínio Inclusão Social e o Emprego:

- ✓ Objetivo temático 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores;
- ✓ Objetivo temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação;
- ✓ Objetivo temático 11 – Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.

Objetivos temáticos do domínio Capital Humano:

- ✓ Objetivo temático 10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.

Objetivos temáticos do domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos:

- ✓ Objetivo temático 4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
- ✓ Objetivo temático 5 – Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- ✓ Objetivo temático 6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.

O quadro seguinte apresenta a afetação das dotações financeiras alocadas a Portugal para o período 2014-2020 por objetivo temático a nível nacional.

Quadro 25. Portugal 2020 - Repartição indicativa dos FEEI por objetivo temático(*)

(Unid: mil EUR – preços correntes - e %)

OT	Objetivos Temáticos	FEDER	FSE	FC	FEADER	FEAMP	TOTAL	% no Total
OT1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	2 248 862			43 043	n.d.	2 291 905	9%
OT2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	319 795				n.d.	319 795	1%
OT3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas (PME) e dos setores agrícola (FEADER), das pescas e da aquicultura (FEAMP)	4 541 238			1 676 159	n.d.	6 217 397	25%

OT	Objetivos Temáticos	FEDER	FSE	FC	FEADER	FEAMP	TOTAL	% no Total
OT4	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	675 935		757 000	193 740	n.d.	1 626 675	6%
OT5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	31 800		401 242	755 697	n.d.	1 188 739	5%
OT6	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	530 700		1 000 000	731 006	n.d.	2 261 706	9%
OT7	Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	409 700		654 000			1 063 700	4%
OT8	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	307 000	1 848 194		265 139	n.d.	2 420 333	10%
OT9	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	637 000	1 638 780		249 918	n.d.	2 525 698	10%
OT10	Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	475 808	3 860 139		49 502		4 385 449	17%
OT11	Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública		209 416				209 416	1%
AT	Assistência Técnica	462 910	122 750	49 500	93 586	n.d.	728 746	3%
TOTAL		10 640 748	7 679 280	2 861 742	4 057 788	-	25 239 558	100%
	% Fundo no TOTAL	42%	30%	11%	16%	-	100,0%	-

(*) O montante total não inclui as dotações para a Cooperação Territorial Europeia (122 milhões de euros) e para o Fundo de Ajuda aos mais Carenciados (177 milhões de euros).
Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014

Quadro 26. Prioridades de investimento mobilizadas por Portugal 2020

Domínio temático	Objetivo temático	Prioridades de investimento
Competitividade e internacionalização	OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	<p>1.1. Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu</p> <hr/> <p>1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral</p>
	OT2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade	2.3. Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha
	OT3 - Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura	<p>3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas</p> <hr/> <p>3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização</p> <hr/> <p>3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços</p> <hr/> <p>3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação</p>
	OT7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas	<p>7.1. Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes (RTE- T)</p> <hr/> <p>7.2. Melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE- T</p> <hr/> <p>7.3. Desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos e as ligações multimodais</p> <hr/> <p>7.4. Desenvolvimento e reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e promoção de medidas de redução do ruído</p>
	OT8 - Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	<p>8.1 Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores</p> <hr/> <p>8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (incluindo o financiamento da componente FSE de projetos apoiados no âmbito dos OT 1 e 3)</p>
	OT11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	<p>11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem</p> <hr/> <p>11.2. Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local</p>
	Inclusão Social e o Emprego	OT8 - Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

Domínio temático	Objetivo temático	Prioridades de investimento
		<p>8.8 Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas</p> <hr/> <p>8.4. Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade da remuneração para trabalho igual</p> <hr/> <p>8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança</p> <hr/> <p>8.6. Envelhecimento ativo e saudável</p> <hr/> <p>8.7. Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes</p> <hr/> <p>8.9. Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade</p> <hr/> <p>9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade</p> <hr/> <p>9.3. Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades</p> <hr/> <p>9.4. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral</p> <hr/> <p>9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária</p> <hr/> <p>9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego</p> <hr/> <p>9.6. (FSE) e 9.10 (FEDER) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária</p> <hr/> <p>9.8. Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais</p> <hr/> <p>9.9. Concessão de apoio a empresas sociais</p>
Capital Humano	OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	<p>10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação</p> <hr/> <p>10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos</p> <hr/> <p>10.3. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas</p> <hr/> <p>10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem</p> <hr/> <p>Conjunto das prioridades de investimento 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4</p> <hr/> <p>10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas</p>

Domínio temático	Objetivo temático	Prioridades de investimento
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	OT4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis
		4.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
		4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação
		4.4. O desenvolvimento e a implantação de sistemas inteligentes de energia
		4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
	OT5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	5.1. Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas
		5.2. Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes
	OT6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	6.1. Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos
		6.2. Investimentos no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos
		6.3. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural
		6.4. A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes
		6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
OT8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	

Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014

A estrutura operacional do Acordo de Parceria

Em Portugal, o apoio comunitário no período 2014-2020 adota uma estrutura operacional assente em Programas Operacionais temáticos, nacionais, regionais e de assistência técnica, que assumem particularidades consoante os territórios onde intervêm ou de acordo com os objetivos em que estão enquadrados (Convergência, Competitividade ou Cooperação Territorial). Por conseguinte, a estruturação operacional dos Fundos da Política de Coesão concorre para prosseguir os quatro domínios temáticos, apresentando a seguinte organização:

- Programas Operacionais Temáticos relativos aos quatro domínios temáticos Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e o Emprego, Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos:

- Programas Operacionais Regionais para o Continente – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve – que conjugam o financiamento plurifundos (FEDER e FSE), sendo que em Lisboa e no Algarve podem ser adotadas soluções específicas. As fronteiras entre os Programas Operacionais nacionais e regionais do continente estão acauteladas por princípios de racionalidade económica, de coerência das intervenções e otimização da escala territorial de intervenção;
- Programas Operacionais Regionais nas Regiões Autónomas, estruturados de acordo com as prioridades definidas pelos respetivos Governos Regionais;
- Programas Operacionais para o objetivo de Cooperação Territorial Europeia, financiados pelo FEDER de acordo com as prioridades definidas por processos negociais com outros Estados Membros e a Comissão Europeia;
- Programa Operacional de Assistência Técnica, financiado pelo FEDER e pelo FSE, direcionado para atividades de aplicação dos fundos da Política de Coesão e desenvolvimento da capacitação institucional, enquanto condição necessária à maior eficácia das políticas públicas de cariz estrutural.
- Por seu turno, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) assenta num programa de âmbito nacional, ao passo que o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) prevê um programa de desenvolvimento rural para o continente e dois programas regionais nas Regiões Autónomas que concentram todas as atuações no âmbito do FEADER, de acordo com as orientações dos Governos Regionais e tendo em conta a coerência estratégica nacional.

A racionalidade económica e o princípio de subsidiariedade justificam a opção comunitária de abordagens territoriais integradas, consagrando-se a territorialização das políticas públicas através de intervenções pensadas em diferentes escalas (país, NUTS II e NUTS III), geridas por entidades que garantam a coerência global (CCDR) e outras que permitam a aderência das intervenções territoriais confinadas a uma região ou de pendor transregional, setorial ou temático (entidades intermunicipais e locais). A mobilização do capital territorial traduz-se, nas Regiões Autónomas, em programas regionais de espectro abrangente e no continente em diversos instrumentos, nomeadamente, nos programas regionais para as NUTS II, ITI, AIDUS e DLBC (aplicáveis a territórios de baixa densidade).

O quadro seguinte apresenta a dotação financeira dos Programas Operacionais por Fundo Comunitário, no período 2014-2020.

Quadro 27. Dotações FEEI por Fundo Comunitário e Programa Operacional (*)

(Unid: mil EUR – preços correntes - e %)

Programa Operacional	FEDER	FSE	FC	FEADER	FEAMP	TOTAL	% no TOTAL
Competitividade e Internacionalização	3 147 044	621 886	654 000			4 422 930	17,5%
Inclusão Social e Emprego (*)		2 130 181				2 130 181	8,4%
Capital Humano		3 095 832				3 095 832	12,3%
Eficiência de Recursos e Sustentabilidade			2 207 742			2 207 742	8,7%
PO Norte	2 737 805	582 966				3 320 771	13,2%
PO Centro	1 673 514	443 517				2 117 031	8,4%
PO Alentejo	1 030 239	184 705				1 214 944	4,8%
PO Lisboa	622 628	210 707				833 335	3,3%
PO Algarve	224 321	94 355				318 676	1,3%
POR Açores	825 027	314 725				1 139 752	4,5%
POR Madeira	242 170	161 178				403 348	1,6%
PO Assistência Técnica	138 000					138 000	0,5%
PDR - Continente FEADER				3 583 057		3 583 057	14,2%
PDR - R.A. Açores FEADER				295 282		295 282	1,2%
PDR - R.A. Madeira FEADER				179 450		179 450	0,7%
PO FEAMP					n.d.	0	0,0%
TOTAL	10 640 748	7 679 280	2 861 742	4 057 788	n.d.	25 239 559	100,0%
% Fundo no TOTAL	42,2%	30,4%	11,3%	16,1%			

(*) O montante total do PO Inclusão Social e Emprego inclui o valor da dotação específica da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ) e as afetações IEJ relativas aos Açores, Madeira, Lisboa e Algarve.

Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014

Arquitetura institucional do modelo de governação dos FEEI no período 2014-2020

A montagem de um sólido e eficiente modelo institucional de governação dos Fundos europeus é tida como condição base de sucesso da concretização da Estratégia Europa 2020. A formulação governativa para a aplicação dos FEEI no período 2014-2020 enquadra significativas inovações, como sejam, a centralização da gestão dos fundos, a lógica plurifundo, uma maior responsabilização pelos resultados, a inclusão de critérios mais rigorosos de racionalidade e sustentabilidade dos investimentos apoiados e a generalização da lógica de fundo reembolsável.

A estruturação do modelo de governação dos Fundos Comunitários para 2014-2020 encontra-se definida na RCM n.º 39/2013 e reforça a importância de uma gestão sólida e eficiente dos instrumentos estruturais e a necessidade de articulação entre os fundos estruturais e o Orçamento de Estado, no contexto das fortes restrições orçamentais e financeiras atuais. Efetivamente, o presente contexto económico impõe sérias condicionantes à capacidade de financiamento nacional das políticas estruturais sendo, por isso, necessário assegurar uma conjugação eficiente entre os fundos estruturais e as fontes de financiamento públicas nacionais, que permita a programação articulada da contrapartida

pública nacional dos FEEI com os instrumentos de programação orçamental, nomeadamente o PEC e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental.

A nova arquitetura do modelo de governação dos FEEI em Portugal no período 2014 -2020 baseia-se na existência de dois níveis:

- Coordenação política, assegurada pela **Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria** e dos Programas Operacionais, que é coordenada pelo membro do governo responsável pelo desenvolvimento regional e integra os membros do Governo responsáveis pelas finanças, negócios estrangeiros, economia, agricultura e mar, ambiente e ordenamento do território, educação e ciência, solidariedade, emprego e segurança social. Poderão ainda ser convidados a participar, em função das temáticas a abordar, outros membros do Governo, representantes dos Governos das Regiões Autónomas ou da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- Coordenação técnica geral, assegurada pela **Agência para o Desenvolvimento e Coesão**⁶, a qual assume o acompanhamento da programação, a monitorização e avaliação, a comunicação, o reporte, a coordenação de redes, a conceção e acompanhamento do quadro de desempenho, a par da articulação da programação financeira dos FEEI com a respetiva contrapartida orçamental nacional. Para além da coordenação nacional de cada Fundo, a Agência é responsável pela regulamentação técnica, pela avaliação dos instrumentos de política promovidos pelos Fundos e dos resultados dos programas operacionais, pela definição de requisitos e módulos comuns em matéria de sistemas de informação, bem como a coordenação nacional da cooperação territorial europeia e a gestão dos programas de assistência técnica. A Agência assume ainda as funções de autoridade de certificação e de pagamento, concretizando todos os pagamentos aos beneficiários, bem como a auditoria e controlo sobre operações.

O modelo de governação dos FEEI para 2014-2020 considera ainda as seguintes entidades:

- A **Inspeção-Geral de Finanças**, que é responsável pelo desempenho das funções de autoridade de auditoria de todos os FEEI, pela verificação de conformidade do funcionamento do sistema de gestão e controlo de todos os Programas Operacionais, pela garantia da realização de auditorias e controlos sobre operações, pela elaboração da estratégia de auditoria, pela realização de relatórios anuais e final de controlo e pela apresentação de declarações de encerramento dos Programas Operacionais;
- As **Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais**, que são os órgãos técnicos responsáveis pela seleção de operações de acordo com critérios específicos, pela verificação do cumprimento das condições necessárias à cobertura orçamental das operações, bem como dos normativos pertinentes em matéria de concorrência, contratação pública, ambiente ou igualdade de oportunidades, pela verificação da regularidade das operações, produtos e serviços financiados,

⁶ A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., que agrega os serviços dos anteriores: i) Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR, I.P.); ii) Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. (IGFSE, I. P.); e iii) Observatório do QREN.

prestação de contas às autoridades de coordenação, certificação, pagamento e auditoria, entre outras funções;

- **As Comissões de Acompanhamento dos Programas Operacionais**, às quais compete monitorizar e analisar o desempenho dos Programas Operacionais, bem como avaliar a execução e os progressos efetuados na realização dos seus objetivos.

A coordenação técnica da aplicação do FEADER e FEAMP mantém-se na esfera de competências do membro do Governo responsável pelas áreas da agricultura e do mar.

A gestão dos Programas Operacionais será atribuída a: i) entidades da administração direta ou indireta do Estado no caso dos Programas Operacionais Temáticos de âmbito nacional; ii) entidades da administração regional a indicar pelos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, no caso dos Programas Operacionais Regionais das Regiões Autónomas; iii) Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, no caso dos Programas Operacionais Regionais do Continente; iv) entidades públicas, mesmo que de direito privado, que venham a ser designadas pelos Estados-membros para exercerem as funções de Autoridade de Gestão no caso dos programas de cooperação territorial europeia em que Portugal participe; e v) a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, no caso do Programa Operacional de Assistência Técnica.

Abordagens integradas para o desenvolvimento territorial na aplicação dos FEEI no período 2014-2020

A dimensão territorial da Política de Coesão e da Estratégia Europa 2020 será, em Portugal, valorizada e concretizada por via das abordagens integradas para o desenvolvimento territorial, que se consideram essenciais para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e que serão implementadas em coerência com o enquadramento nacional da política de ordenamento do território e urbanismo. Em linha com o princípio da subsidiariedade e com a organização territorial do Estado, que afirma as NUTS III como nível privilegiado da articulação entre o governo central e os governos locais e da cooperação intermunicipal, os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial assumem esta referência territorial (ou NUTS III contíguas) como escala preferencial para a intervenção.

Neste sentido, serão implementados em todo o território do Continente, ao nível de NUTS III (ou agrupamentos de NUTS III contíguas), Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, que se dirigem *“a promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, empenhados e imobilizados na concretização integrada de investimentos que, assegurando a plena utilização dos recursos, das oportunidades e das potencialidades existentes, sejam especialmente focalizados na produção de resultados significativos para a coesão, o emprego e a sustentabilidade territorial e nas competências específicas dos municípios”*⁷. Tais Pactos serão implementados sob a forma de Investimentos Territoriais Integrados (ITI)

⁷ Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014.

que, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, assumirão a forma de Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado (AIDUS), onde se preveem limiares mínimos de afetação de despesa para o apoio à transição para uma economia de baixo teor em carbono (objetivo temático 4).

Contudo, as operações de valorização da estruturação urbana dos seus territórios de incidência e de promoção da atratividade e da competitividade das cidades, através de operações de apoio à eficiência energética e utilização das energias renováveis no setor da habitação social e de regeneração física, económica e social das comunidades e das zonas urbanas desfavorecidas não são suscetíveis de inclusão nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. Assim, as operações de estímulo e promoção da utilização da eficiência energética no setor da habitação social são financiadas através de:

- Subsídios a fundo perdido, quando os beneficiários são entidades do setor público administrativo central, regional ou local ou do terceiro setor; e
- Um instrumento de engenharia financeira dirigido ao desenvolvimento urbano sustentável para todos os restantes beneficiários, o qual integrará a totalidade dos apoios de regeneração física, económica e social em zonas urbanas.

Na resposta ao nível das medidas ativas de emprego e formação profissional, poderão ser desenvolvidos pelas entidades intermunicipais Pactos Territoriais para a Empregabilidade, com o envolvimento das Agências Públicas de Emprego e Formação Profissional, que deverão apresentar programas integrados de combate ao desemprego e de adequação da formação profissional às necessidades do tecido produtivo, bem como o acompanhamento da execução destas políticas. A participação de outras entidades que atuam diretamente no terreno (como por exemplo, entidades formadoras, associações empresariais, entidades empregadoras, sindicatos ou associações de desenvolvimento local/regional) e dos Gabinetes de Inserção Profissional (dada a sua proximidade aos territórios e às populações) afigura-se fundamental na definição dos Pactos.

Tomando por referência as experiências de quadros comunitários anteriores promovidas por comunidades locais – com destaque para as abordagens LEADER - o instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) será adotado em territórios específicos para promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, com o intuito de dar resposta a situações de pobreza e exclusão social, designadamente em territórios economicamente fragilizados e/ou de baixa densidade populacional.

Finalmente, importa considerar os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, como resposta integrada às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou dos grupos-alvo com risco mais elevado de discriminação ou exclusão, relevando-se, com este instrumento, a importância da abordagem multidimensional e territorializada da intervenção social.

No quadro seguinte sintetizam-se as diversas abordagens integradas de desenvolvimento territorial consideradas para Portugal no período 2014-2020, em linha com o previsto no Acordo de Parceria Portugal 2020.

Quadro 28. Abordagens integradas de desenvolvimento territorial

	Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial		Estratégias de Desenvolvimento Local (rural, costeira ou urbana)
	Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto	Restantes NUTS III	
Objetivos	Reforço da coesão social e desenvolvimento de estratégias de baixo carbono		<ul style="list-style-type: none"> - Explorar as potencialidades das estratégias de desenvolvimento local para a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, promoção da integração urbano-rural, bem como na promoção e da inovação social, na resposta a problemas de pobreza e de exclusão social, designadamente em territórios economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional. - Promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos através da regeneração económica e social.
Territórios-alvo	Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto	NUTS III (ou grupos de NUTS III contíguas)	Áreas rurais, e costeiras e territórios urbanos desfavorecidos de Áreas Metropolitanas
Escala territorial	Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto	NUTS III (ou grupos de NUTS III contíguas)	Áreas de intervenção dos GAL do FEADER e FEAMP, complementadas por territórios urbanos relevantes para a integração urbano-rural e urbano-costeiro e Comunidades urbanas, integradas em territórios urbanos desfavorecidos de intervenção dos GAL Inclusão
Abrangência	Duas Áreas Metropolitanas	Universal a todo o território do Continente	Seletivo, apenas para territórios abrangidos pelas Estratégias de Desenvolvimento Local, financiadas pelo FEADER ou FEAMP, e territórios urbanos desfavorecidos abrangidos por Estratégias de Desenvolvimento Local aprovadas
Instrumento regulamentar	AIDUS (implementadas recorrendo a ITI)	ITI	DLBC
Objetivos temáticos centrais	2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10		3 (FEADER), 6 (valorização económica e social nas áreas protegidas), 8 e 9
Fundos	FEDER, FC e FSE	FEDER, FC, FSE e FEADER	FEADER, FEAMP, FEDER e FSE
Entidade responsável	Área Metropolitana	Comunidade Intermunicipal	Grupo de Ação Local

Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014

- Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)

Este instrumento visa “promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo” e “pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios urbanos desfavorecidos e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional”. A focalização temática deste instrumento considera três grupos alvo distintos:

Comunidades de base rural e agentes do processo de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade da economia de base rural, que abrange territórios com população entre 10.000 e 150.000 habitantes onde atuam os Grupos de Ação Local (GAL) da abordagem LEADER;

Comunidades pesqueiras e costeiras e agentes dos processos de desenvolvimento pesqueiro e costeiro e de diversificação e competitividade da economia de base pesqueira e costeira, a operacionalizar em territórios com população entre 20.000 e 200.000 habitantes, correspondentes às áreas de atuação dos atuais Grupos de Ação Local Costeira que constituirão a referência para os futuros GAL – Pesca;

Comunidades de base urbana e agentes dos processos de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade da economia urbana de base local, a aplicar em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, com população entre 10.000 e 150.000 habitantes⁸, com particular incidência dos fenómenos de exclusão social, pobreza ou risco de pobreza.

As DLBC podem ser financiadas sob uma lógica plurifundo (FEADER, FEAMP, FSE, complementados pelo FEDER) e os investimentos podem adotar as modalidades de subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis. As DLBC serão aprovadas com base num processo de seleção concorrencial envolvendo (GAL) DLBC, serão selecionadas e aprovadas por um comité instituído pelas autoridades de gestão dos programas financiadores (sem alocações pré-definidas) e poderão resultar de experiência(s) comunitária(s) prévia(s) de intervenção.

- Investimentos Territoriais Integrados (ITI)

Os ITI serão utilizados na concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial ancorados em estratégias de desenvolvimento em territórios correspondentes a NUTS III (ou agrupamentos de NUTS III contíguas)⁹, potenciando *“as soluções de governação aí instituídas (sob a liderança das Comunidades Intermunicipais, mas envolvendo parceiros públicos, privados e associativos), assumindo-se como uma estratégia territorial “sem fronteiras entre concelhos”, assente no princípio da promoção de uma parceria alargada de coordenação, cooperação e concertação de iniciativas de âmbito transmunicipal. (...) Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial poderão ser financiados pelo*

⁸ Com possibilidade de derrogação, devidamente fundamentada, que permita o abaixamento do limiar mínimo para 5000 habitantes.

⁹ Poderão excepcionalmente concretizar-se ITI noutras configurações territoriais, direcionadas para domínios específicos (por exemplo, a “ITI Mar” acolherá a operacionalização da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020).

FEDER, FSE, Fundo de Coesão e FEADER e, na ótica das modalidades de financiamento, incluir subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como ser articulados com outros instrumentos financeiros”.

Nesta perspetiva, as correspondentes prioridades de investimento e os objetivos prosseguidos prendem-se com: i) a modernização da administração local; ii) a promoção da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas; iii) a adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos; (iv) a proteção e desenvolvimento do património natural; (v) a mobilidade regional, sub-regional e em espaços de baixa densidade; (vi) a criação de emprego, o microempendedorismo e a criação de empresas; (vii) infraestruturas e equipamentos sociais e promoção da economia social; (viii) infraestruturas educativas do ensino pré-escolar e básico (com condicionamentos). Os ITI serão aprovados com base num processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais (sem alocações pré-definidas) e a sua gestão será contratualizada com as Autoridades de Gestão dos programas financiadores. Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores não serão concretizadas ITI.

- **Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)**

As AIDUS concretizam Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (AML e AMP, respetivamente), destinando-se *“a prosseguir estratégias de Desenvolvimento Sustentável tendo em consideração a particular relevância dos sistemas urbanos na dinamização do crescimento e do emprego, da competitividade e da inovação, e também da sustentabilidade e promoção da qualidade de vida”*, tendo por base prioridades e objetivos semelhantes aos definidos para os ITI. A concretização de AIDUS prevê, assim, a concentração dos investimentos na promoção da atratividade das áreas urbanas de incidência, bem como da coesão, do emprego e da sustentabilidade territorial. Ambas as AIDUS consideradas obedecem a limiares mínimos FEDER a aplicar no apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, designadamente 12% no caso da AMP e 20% na AML. As AIDUS recorrem a financiamentos FEDER e FSE, não podendo, contudo, mobilizar o FEADER.

- **Áreas prioritárias de Cooperação Territorial Europeia**

A Cooperação Territorial Europeia assume uma tripla vertente de atuação - Cooperação Transfronteiriça, Cooperação Transnacional e Cooperação Inter-regional – e tem como objetivo o reforço do relacionamento das regiões portuguesas *“com as congéneres europeias e as do seu espaço próximo de vizinhança através do estabelecimento de parcerias de diferentes tipos e finalidades, muito especialmente, pela participação em redes inter-regionais de cooperação, mais ou menos institucionalizadas”*. No caso português, são quatro as áreas geográficas abrangidas pela estratégia para a Cooperação Europeia: as regiões vizinhas de Espanha, o espaço Atlântico, as regiões mediterrâneas e os países do norte de África. A Cooperação com estas regiões desenvolver-se-á no âmbito de Programas Operacionais específicos (

Quadro 29I, cujas prioridades temáticas são apresentadas no quadro seguinte, integrando-se nas estratégias de desenvolvimento territorial definidas a nível regional e nacional, bem como com os

planos estratégicos sectoriais, em particular os dirigidos às áreas do ambiente, mar e investigação científica para o período 2014-2020.

São cinco as áreas temáticas que dominam a implementação dos Programas de Cooperação Territorial em Portugal: i) o conhecimento e a inovação; ii) a competitividade das PME; iii) as alterações climáticas e a prevenção de riscos; iv) o meio ambiente e a eficiência de recursos; e v) o emprego e mobilidade laboral. O próximo quadro de intervenção comunitária tem ainda a preocupação de dar continuidade às estruturas de cooperação criadas em Programas anteriores, designadamente as Comunidades de Trabalho Transfronteiriças ou os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, bem como de projetos como o Parque Internacional do Tejo ou o Centro de Desenvolvimento Rural Transfronteiriço, como forma de garantir a continuidade e consolidação das intervenções desenvolvidas.

Quadro 29. Programas de Cooperação Territorial Europeia

	Programas Operacionais	Territórios abrangidos	Prioridades temáticas para a Cooperação
Cooperação Transfronteiriça	Portugal - Espanha	Territórios transfronteiriços Portugal-Espanha	Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação; cooperação / associação para a competitividade das PME e das estruturas produtivas nas zonas rurais; adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos; proteção do ambiente e melhoria da eficiência na utilização dos recursos naturais
	Bacia do Mediterrâneo / Instrumento da Política Europeia de Vizinhança	NUTS II Algarve e Alentejo, com extensão à NUTS III Grande Lisboa, e países do Norte de África (em especial, Marrocos)	Recursos naturais e culturais, património e reforço institucional
Cooperação Transnacional	Espaço Atlântico	Território nacional (incluindo R.A. Açores e Madeira), França, Irlanda, Espanha e Reino Unido	Economia azul: inovação e capacidades tecnológicas, governação dos oceanos, recursos haliêuticos, segurança marítima e proteção do meio marinho, apoio às PME para a criação de emprego, competências da mão-de-obra, prevenção de riscos naturais e tecnológicos e da utilização eficiente dos recursos
	Espaço Sudoeste Europeu	Território do continente	Inovação como valor acrescentado para a procura de novos instrumentos e soluções; crescimento verde, com particular atenção à sustentabilidade, alterações climáticas e riscos naturais, proteção do ambiente e da biodiversidade e melhoria da eficiência na utilização dos recursos
	Espaço Mediterrâneo	NUTS II Alentejo, Algarve e Lisboa	Inovação como base de trabalho em rede para a especialização inteligente e crescimento sustentável em transição para uma economia de baixo teor de carbono, alterações climáticas e gestão dos riscos (poluição marinha, desertificação) e eficiência na utilização dos recursos naturais
Cooperação Inter-regional	Cooperação Inter-regional / Programas de Redes (ESPO, URBACT, INTERACT, INTERREG IV)	Território nacional	Intercâmbio de informação, estudos, experiências e boas práticas na gestão de instrumentos de política, de programas operacionais e de ações nos domínios do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano e rural sustentável
Cooperação Transfronteiriça, Transnacional e Inter-regional	Espaço Madeira, Açores e Canárias	Regiões Ultraperiféricas da Madeira, Açores e Canárias	Investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, em particular, nas áreas ligadas ao oceano (mar profundo, tecnologia marinha, biodiversidade); competitividade das PME; alterações climáticas e a prevenção da gestão dos riscos; ambiente e utilização eficiente dos recursos

Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, janeiro de 2014

- Abordagem integrada para lidar com as necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou dos grupos-alvo com risco mais elevado de discriminação ou exclusão

Um domínio de intervenção pública que se tem vindo a impor mais recentemente é o relativo à “promoção da inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações executadas em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos”, em particular em territórios envelhecidos ou afetados por calamidades, aos quais se tem adicionado os territórios afetados pelo desemprego e situações críticas de pobreza. O impacto nos vários territórios é diversificado, o que requer abordagens diferenciadas de forma a responder a necessidades específicas locais.

Neste sentido, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social + (CLDS+) visam “o aumento da empregabilidade, para um combate articulado contra a pobreza crítica, em especial garantindo uma maior proteção às crianças, jovens e idosos, fornecendo instrumentos adequados nas respostas às calamidades, sempre tendo em mente a aposta num superior desenvolvimento local e especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade”. A atuação dos CLDS+ nos vários territórios desenvolve-se sob três eixos de intervenção relativos a: i) emprego, formação e qualificação; ii) intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; e iii) capacitação da comunidade e das instituições.

Na implementação dos CLDS+ é de relevar a importância da sua articulação com a Rede Social com intervenção no território, conjugando as atuações de autarquias e de entidades públicas e privadas no domínio da ação social. Uma nova Rede Local de Intervenção Social (RLIS) deverá garantir a coordenação de todas as entidades/agentes responsáveis pela implementação de políticas sociais, sob uma lógica de descentralização e de prestação de serviços a contratualizar. No combate ao desemprego, a atuação dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) afigura-se fundamental, no apoio a jovens e adultos desempregados e na sua (re)inserção no mercado de trabalho.

- Abordagem integrada para lidar com os desafios e necessidades específicas das áreas geográficas com limitações naturais ou demográficas permanentes - As Regiões Ultraperiféricas

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira integram o conjunto das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia (RUP), cuja especificidade se encontra reconhecida no Tratado de Lisboa. As principais condicionantes destas regiões prendem-se com a reduzida dimensão do mercado regional e a distância e os custos acrescidos da acessibilidade ao mercado europeu. A localização dos arquipélagos dificulta ou inviabiliza o acesso às redes transeuropeias, gerando sobrecustos de operação nas transações (designadamente custos de transporte) e inclusivamente a necessidade de duplicar investimentos (por exemplo, para produção e armazenamento de energia). Neste sentido, o alcance dos objetivos da Estratégia Europa 2020 passam pela *“melhoria da acessibilidade ao mercado único, não só na perspetiva dos transportes, mas também na transferência de conhecimento e da implementação das novas tecnologias de informação e comunicação”*. Constituem também linhas de orientação estratégica *“o*

acrécimo da competitividade da economia regional, com investimento em setores com potencial de crescimento, uma maior autonomia energética, através da produção de energia renovável, e o apoio às PME do setor privado”.

A.2. Planeamento estratégico de base territorial: Princípios e orientações metodológicas



A.2. Planeamento estratégico de base territorial: Princípios e orientações metodológicas

Planeamento e gestão estratégica de base territorial

O planeamento e gestão estratégica de base territorial¹⁰ é um instrumento crucial no fomento da competitividade, da coesão e da afirmação dos territórios, pré-condições para a promoção de um desenvolvimento económico e social sustentado. A complexidade resultante da interação de fatores de índole variada (nomeadamente, globalização, demografia, ambiente, ordenamento, atratividade residencial e empresarial) coloca novos desafios que pressupõem decisões no presente com indubitável impacto no futuro.

A definição de uma visão para um território, da estratégia que a deverá materializar e do correspondente plano de ação que lhe dá corpo, num horizonte temporal relativamente longo, deve obedecer a um conjunto de princípios que integrem os avanços e ensinamentos recentes em matéria de planeamento e gestão estratégica de base territorial.

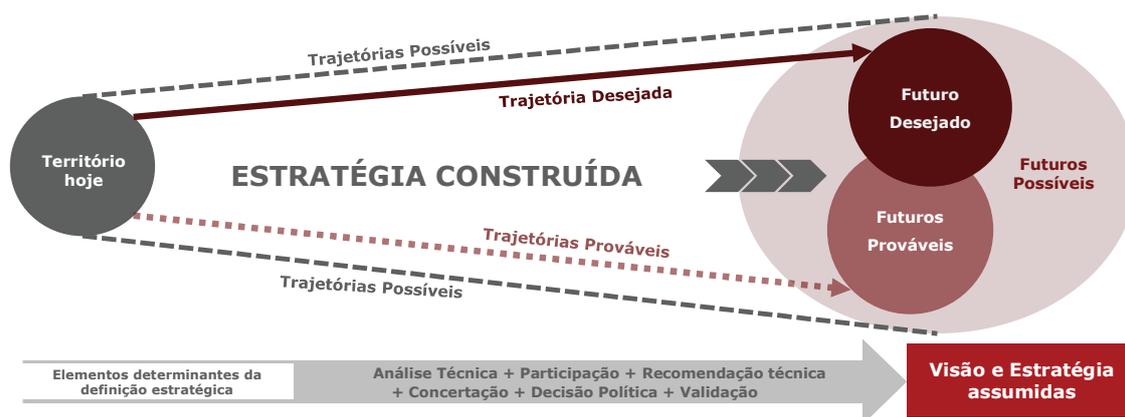
O planeamento e a gestão territorial devem ser entendidos como processos de promoção da participação e da concertação, partindo-se do reconhecimento da relevância que a “pessoa” (residente, empresário, visitante, entre outras entidades de relevância regional) possui na construção e concretização das estratégias de desenvolvimento territorial.

Na AM&A, o planeamento estratégico aplicado ao território é entendido como um processo de pensar e definir os futuros desejáveis e possíveis para um dado território e de procurar concertar as decisões e as iniciativas estruturantes que devem ser implementadas visando a melhoria do território objeto de estudo e de intervenção (Figura 27).

A análise da evolução recente dos territórios permite compreender o seu posicionamento “hoje” e, partindo deste ponto, projetar trajetórias possíveis e prováveis aproximando-as, o mais possível, das trajetórias desejadas, por via de orientações estratégicas que pressuponham melhorias incrementais e/ou radicais nas diversas dimensões da vida económica e social do território.

¹⁰ Neste ponto sistematiza-se os princípios e orientações metodológicas proposta pela equipa técnica

Figura 27. A dimensão prospetiva do planeamento estratégico de base territorial



Fonte: Augusto Mateus & Associados, Metodologia de abordagem de processos de planeamento de base territorial

O **processo de reflexão estratégica** ganha neste contexto uma relevância decisiva, onde o observar, o compreender, o antecipar e o decidir se configuram em dimensões determinantes de forma a garantir que o processo de planeamento não seja um mero prolongamento dos dados do passado mas construído a partir de hipóteses tendo em vista um “futuro desejável”. Esta **articulação entre prospetiva e planeamento** visa não confundir a formulação estratégica com um exercício dominado de forma mais ou menos unilateral pelo passado, pelo presente ou pelo futuro, até porque:

As formulações estratégicas dominadas pelo passado, ou porque se limitam a enquadrar projetos e programas em curso, em preparação, ou extensões dos mesmos, ou porque se organizam sob motivações suscitadas por problemas ainda não resolvidos, por expetativas ainda não satisfeitas ou por objetivos ainda não concretizados, tendem a projetar o “passado” no “futuro”, desvalorizando o “presente”, com base no efeito de inércia.

Este tipo de formulação estratégica, embora suscetível de obter forte popularidade e de passar por um exercício exequível e apoiado em dose generosa de “realismo” e “bom senso”, representa, sempre, uma forma de “rendição” perante o risco da mudança, perante o desafio de encontrar novos objetivos e instrumentos para responder a velhos e novos problemas, configurando-se, como tentativas mais ou menos conseguidas de ajustamentos a modelos existentes ou pré-definidos.

As formulações estratégicas dominadas pelo futuro, seja porque se polarizam em torno de elementos de inovação e mudança insuficientemente integrados em modelos sociais e organizacionais, seja porque se polarizam em torno de objetivos genéricos insuficientemente enraizados na natureza e características dos agentes económicos, políticos e sociais concretos, tendem a procurar criar o “futuro” sem grande respeito pelo “passado” e pelo “presente”, isto é, desvalorizando as especificidades dos caminhos e dos instrumentos concretos que os definem, caindo com facilidade numa espécie de projeto virtual.

As formulações estratégicas deverão ter em conta não só “aquilo que se quer” mas também e, com a mesma importância, “aquilo que não se quer” e “o que se quer” para o território.

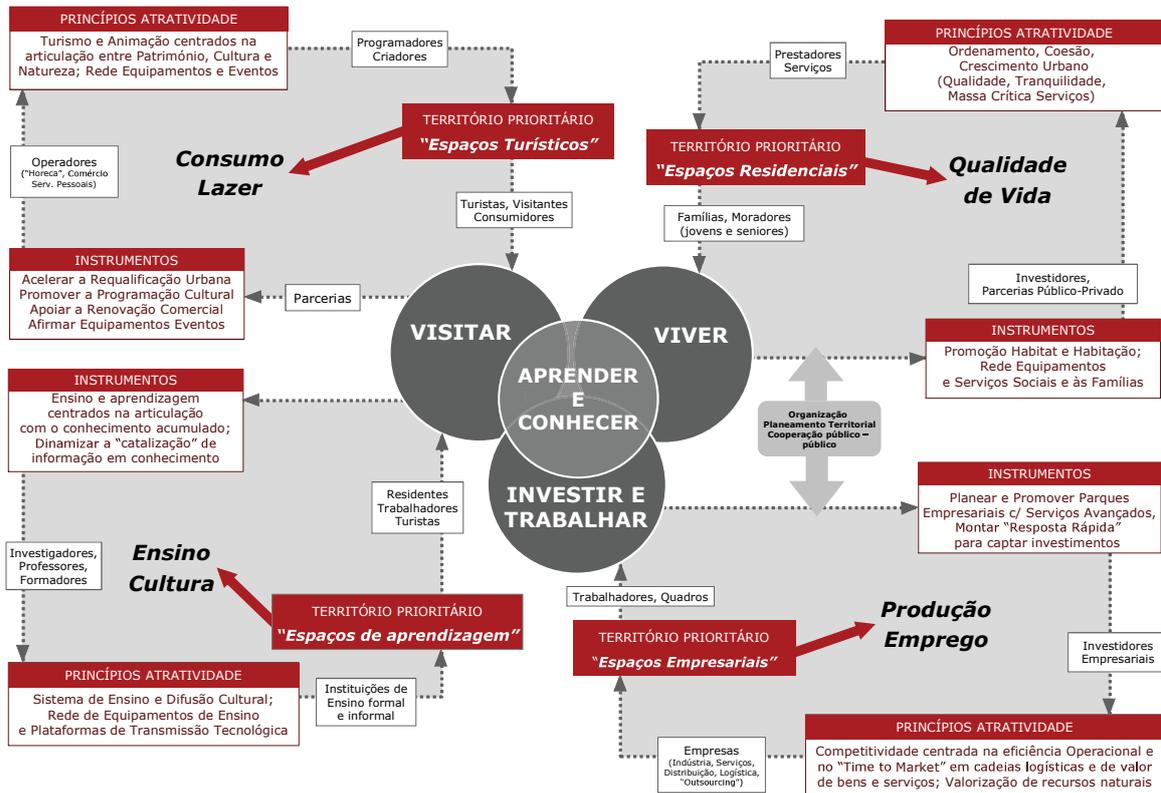
A interpenetração entre passado, presente e futuro, exige um equilíbrio pragmático entre modos de pensar e combinar fins e meios, nomeadamente os que permitem situar fronteiras rigorosas para as

ambições (possível vs. necessário), resultados (cenários tendenciais vs. cenários contrastados) e para afinção dos mecanismos de transmissão (cadeias de influência “para trás” e “para a frente”), isto é, uma visão prospetiva para a ação ancorada numa identificação rigorosa das condicionantes relevantes.

A dimensão prospetiva no processo de planeamento estratégico tem ainda como objetivo aumentar o horizonte temporal das atividades de planeamento. O “esticar” dos horizontes temporais parece constituir um paradoxo quando confrontado com a expectativa dos atores se referirem a atividades de curto prazo. No entanto, não existe qualquer aspeto contraditório uma vez que a prospetiva territorial deve ser fomentada para permitir uma melhor reflexão sobre os futuros possíveis, a fim de alterar aquilo que se faz no presente para melhor. “A prospetiva regional procura fazer reajustamentos, no presente, para criar regiões mais ágeis no futuro”.

A formulação estratégica corresponde, finalmente, ao desenvolvimento de uma análise completa, global, das diferentes dimensões da vida humana e social e das suas articulações com o território (viver, investir e trabalhar, aprender e conhecer, visitar).

Figura 28. Dimensões do território nas estratégias de desenvolvimento territorial



Fonte: Augusto Mateus & Associados, Metodologia de abordagem de processos de planeamento de base territorial

A metodologia operacional de elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Territorial 2014-2020

De uma forma geral a metodologia proposta para a elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Territorial engloba três grandes fases – diagnóstico prospetivo (Fase 1), visão e estratégia (Fase 2) e programas temáticos (Fase 3) - não seguindo uma definição rígida e sequencial das etapas de trabalho, antes se apoiando, pelo contrário, num processo dinâmico e flexível como garantia da disponibilidade para, durante o tempo de elaboração do estudo, aperfeiçoar, corrigir e integrar elementos de diagnóstico, estratégicos e ações estruturantes (**Figura 2**).

Esta metodologia foi estruturada para permitir, em primeiro lugar, **transformar toda a informação disponível sobre o território**, dos dados estatísticos aos elementos recolhidos nas sessões de trabalho que se venham a realizar com os atores económicos, institucionais e sociais com intervenção no território, **em conhecimento** sobre os problemas, as necessidades e os desafios do território, no correspondente à fase do diagnóstico (Fase 1). Esta etapa permite construir um retrato e uma leitura abrangente do território e das suas especificidades, através de uma abordagem que segue propositadamente a preconizada pelas orientações emanadas a partir da Estratégia Europa 2020, que foca três óticas de diagnóstico com carácter predominantemente prospetivo, analisando-se indicadores que permitam avaliar as *performances* da região no âmbito do crescimento inteligente, do crescimento sustentável e do crescimento inclusivo, às quais se acrescenta, numa ótica enquadradora, a análise da evolução recente e posicionamento regional no contexto nacional. Pretende, pois, dar resposta prévia à questão “quem somos, como estamos e como chegámos aqui?” e ajudar a “compreender o que se passa na envolvente”.

Pretende-se, nesta sequência, dar corpo à definição da Visão e da Estratégia (Fase 2) para permitir a **construção de uma vontade esclarecida sobre o futuro** (as grandes orientações estratégicas que materializam a visão adotada) e de um caminho exequível para o conseguir atingir, organizado da “frente para trás”, isto é, procurando garantir os passos intermédios que tornam o necessário em possível. Aqui, procede-se igualmente, à estipulação dos objetivos gerais e específicos das orientações estratégicas identificadas para o território, incorporando objetivos de coerência com as prioridades de investimento tipificadas nos documentos da Comissão Europeia (ver anexo 1), que deverão ser acauteladas para a prossecução da estratégia regional e para o cumprimento das orientações nacionais e europeias.

A metodologia desenvolvida focaliza-se, finalmente, na definição de um Plano de Ação (Fase 3) que identifica um número restrito (porque priorizado e selecionado) de iniciativas estruturantes capazes de, quando devidamente organizadas, encadeadas e concretizadas, permitir a acumulação de forças, o ganho de confiança e o reforço e a promoção da atratividade do território, suscetível de viabilizar uma convergência alargada de todos os protagonistas (*stakeholders*) envolvidos no seu desenvolvimento e de ser traduzida numa partilha ativa de decisões, iniciativas e investimentos coerentes.

Figura 29. As fases do planeamento estratégico



Fonte: Augusto Mateus & Associados, Metodologia de abordagem de processos de planeamento de base territorial

Esta metodologia de definição de estratégias integrada de desenvolvimento territorial pressupõe, portanto, que o trabalho desenvolvido se projete num quadro não meramente local ou regional, mas mais vasto e completo onde, nomeadamente, possa ganhar massa crítica e eficácia a procura de um novo espaço de intervenção do Poder Local que, conseguindo conjugar a intermunicipalidade (construída de “baixo para cima”, valorizando as ações setoriais) com a transmunicipalidade (construída de “cima para baixo”, valorizando as ações temáticas transversais), poderá assumir um novo e muito relevante papel na construção de um modelo renovado de desenvolvimento económico e social, mais inteligente, inclusivo e sustentável porque descentralizado com condições de eficácia.

A construção de uma estratégia sólida de futuro e a capacidade de despoletar uma ação coletiva para um território – e nomeadamente, tendo presentes as “diversidades” que normalmente se conjugam num mesmo território – implica uma postura ampla e transdisciplinar e a adoção de procedimentos de auscultação e de integração de ideias e projetos, conseguindo afirmar-se como instrumento de base de ação pública, privada e associativa, alimentando as sinergias e externalidades da região.

A permanente participação e mobilização da sociedade civil e das entidades relevantes para a implementação das orientações constantes de um instrumento de desenvolvimento territorial, é um procedimento de importância nuclear em todo o processo de definição estratégica, uma vez que se assume como fundamental para a garantia de apropriação e envolvimento daqueles que terão responsabilidades mais diretas no sucesso do caminho delineado para o futuro do território. Este objetivo deverá presidir à definição do figurino específico do modelo de envolvimento e participação a adotar, consideradas as condições particulares a que esse processo deverá dar resposta, como seja o maior ou menor grau de concertação que se perceçione que virá a ser necessário.

A.3.Elementos de suporte ao diagnóstico



A.3. Elementos de suporte ao diagnóstico

Representando 67% do PIBpc nacional, o Douro é, em 2011, a quarta região NUTS III do país com menor capacidade de geração de riqueza por habitante (11 mil euros/habitante) e a segunda região do Norte com menor PIBpc, ainda que tenha descrito uma trajetória de convergência positiva entre 1995-2011, superando o ritmo de crescimento económico nacional e revelado a melhor performance entre as regiões da NUTS II onde se insere.

Gráfico 1. Crescimento económico: PIB per capita | 1995-2010

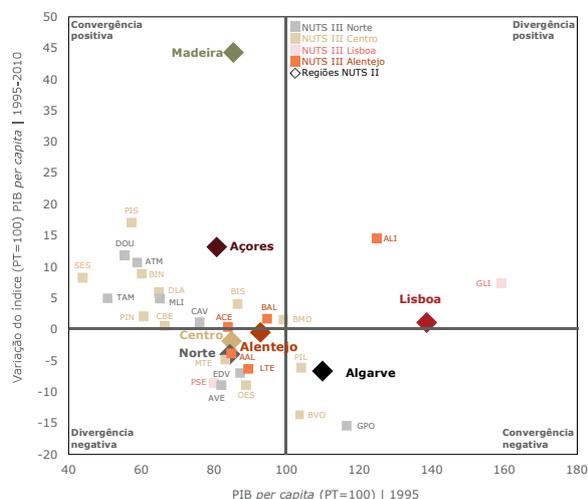
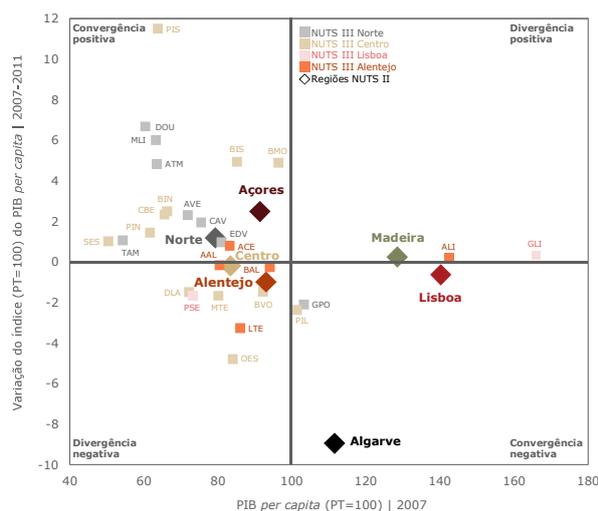


Gráfico 2. Crescimento económico: PIB per capita | 2007-2011



Nota: **Divergência negativa** - regiões apresentam em 1995 um PIBpc inferior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador inferior à média nacional (divergente); **Convergência positiva** - as regiões apresentam em 1995 um PIBpc inferior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador superior à média nacional (convergente); **Divergência positiva** - as regiões apresentam em 1995 um PIBpc superior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador superior à média nacional (região diverge porque se afasta mais do patamar nacional de PIBpc); **Convergência negativa** - as regiões apresentam em 1995 um PIBpc superior ao nacional (PT=100), registando entre 1995-2010 um crescimento do indicador inferior à média nacional (região converge porque se aproxima do patamar nacional de PIBpc, embora numa evolução com crescimento negativo do indicador).

Regiões NUTS II

PT	Portugal
NO	Norte
CE	Centro
LI	Lisboa
AL	Alentejo
AG	Algarve
AC	RA Açores
MA	RA Madeira

Regiões NUTS III

MLI	Minho-Lima
CAV	Cávado
AVE	Ave
GPO	Grande Porto
TAM	Tâmega
EDV	Entre Douro e Vouga
DOU	Douro

ATM	Alto Trás-os-Montes
BVO	Baixo Vouga
BMO	Baixo Mondego
PIL	Pinhal Litoral
PIN	Pinhal Interior Norte
DLA	Dão-Lafões
PIS	Pinhal Interior Sul

SES	Serra da Estrela
BIN	Beira Interior Norte
BIS	Beira Interior Sul
CBE	Cova da Beira
OES	Oeste
MTE	Médio Tejo
GLI	Grande Lisboa

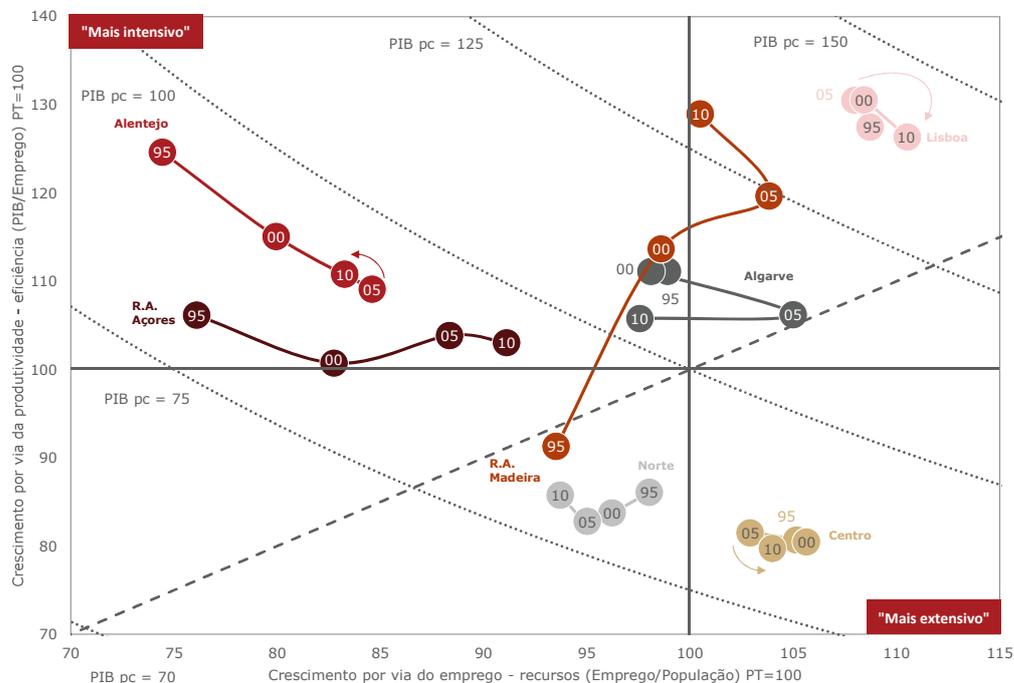
PSE	Península de Setúbal
ALI	Alentejo Litoral
AAL	Alto Alentejo
ACE	Alentejo Central
BAL	Baixo Alentejo
LTE	Lezíria do Tejo

Fonte: INE, Contas Regionais

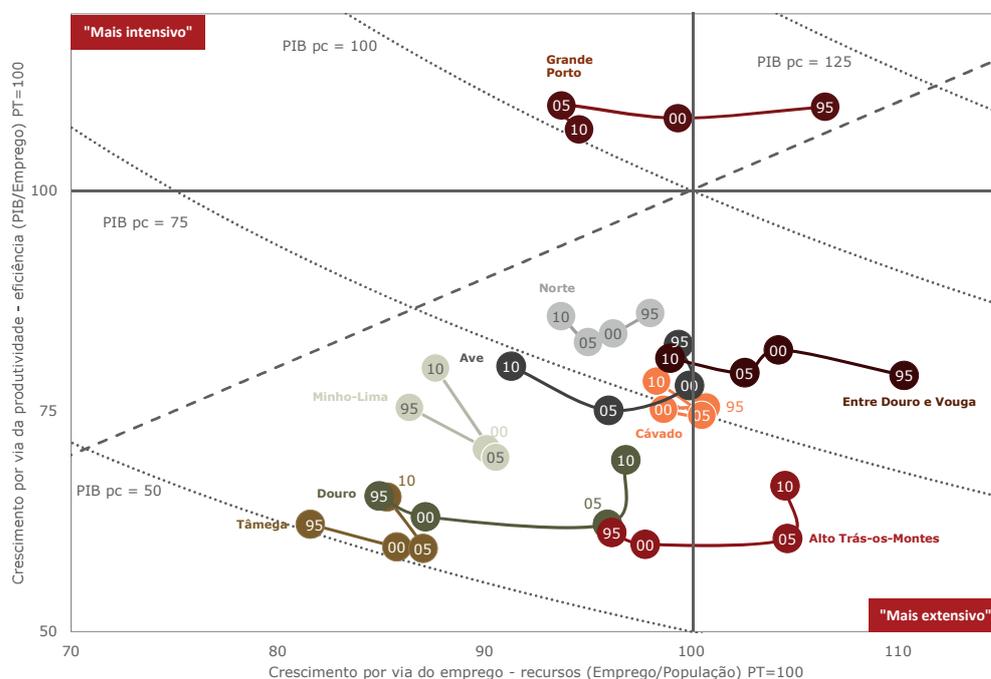
A convergência positiva do Douro face ao país, verificada entre 1995 e 2010, resulta da melhoria simultânea na intensidade de utilização dos recursos humanos e na produtividade.

Gráfico 3. Decomposição do PIB *per capita*: trajetória de convergência por via da produtividade e trajetória de convergência por via do emprego | 1995-2010

Regiões NUTS II



Norte - Regiões NUTS III



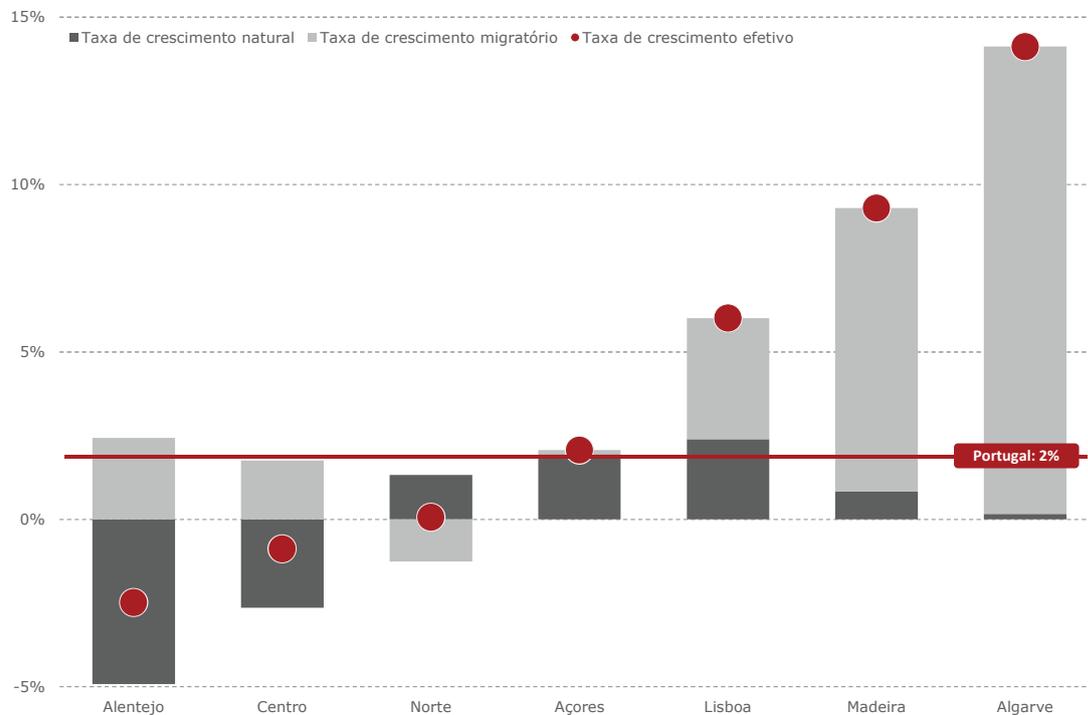
Nota: O gráfico representa a decomposição do crescimento do PIBpc entre dois efeitos conjugados, por via da produtividade e do emprego, em relação ao referencial nacional desses efeitos (PT=100). Por exemplo, o ponto Madeira-05 traduz uma posição desta região em 2005 em que o valor de PIBpc 25% acima do referencial nacional (sobre a isodapana PIBpc = 125) é explicado por uma combinação entre um crescimento por via do emprego (acima da média nacional em 5%) e da produtividade (acima da média nacional em cerca de 20%). A evolução desta região até 2010 retrata um valor de PIBpc que se aproxima do referencial nacional (próximo da isodapana PT=100), numa evolução fundamentalmente explicada pela contração do efeito emprego (abaixo da referência nacional), uma vez que os níveis de produtividade se mantêm semelhantes ao patamar nacional. As linhas isodapanas representam referenciais auxiliares de leitura sobre a posição de cada região no referencial nacional de PIBpc e permitem perceber o equilíbrio entre os efeitos (emprego e/ou eficiência) que explicam essa posição e trajetória (entre 1995 e 2010). A linha bisetriz traduz uma posição com crescimento do PIBpc equilibrado entre produtividade e emprego (consoante os níveis de PIBpc).

Fonte: INE, Contas Regionais

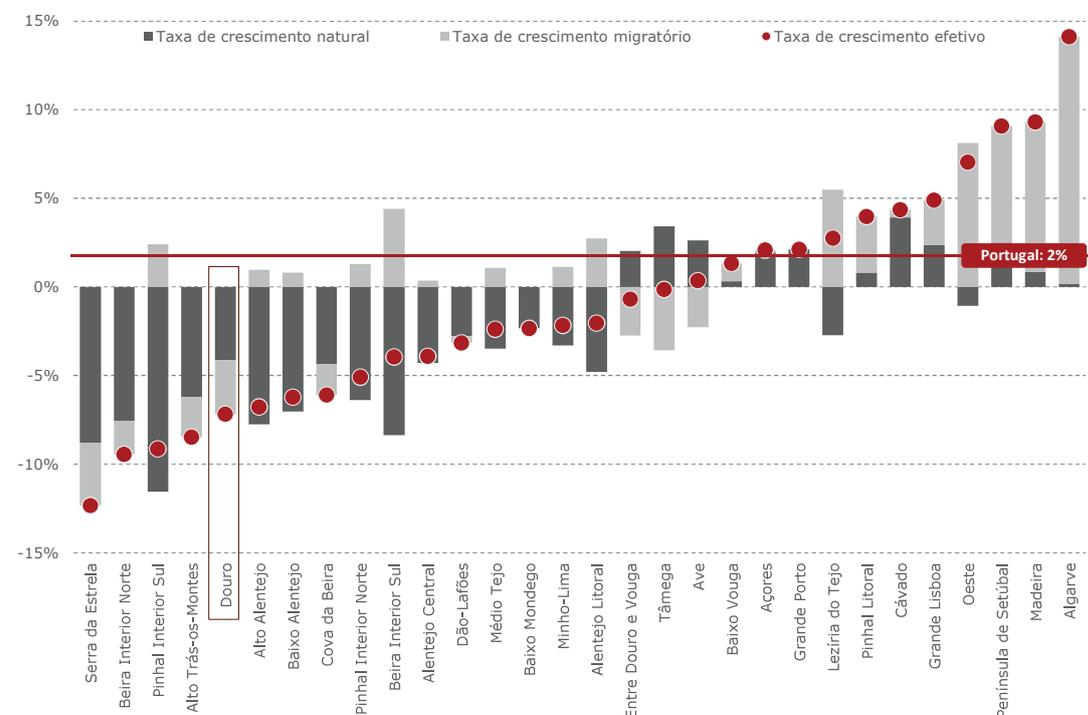
O Douro é a segunda região do Norte que mais população perdeu no período intercensitário (-7%, entre 2001 e 2011), sendo o quinto maior decréscimo no contexto nacional. Esta tendência resulta de uma dupla evolução negativa dos saldos natural (-4,1%) e migratório (-3,1%), componentes explicativas do crescimento populacional.

Gráfico 4. Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo | 2001-2011

Regiões NUTS II



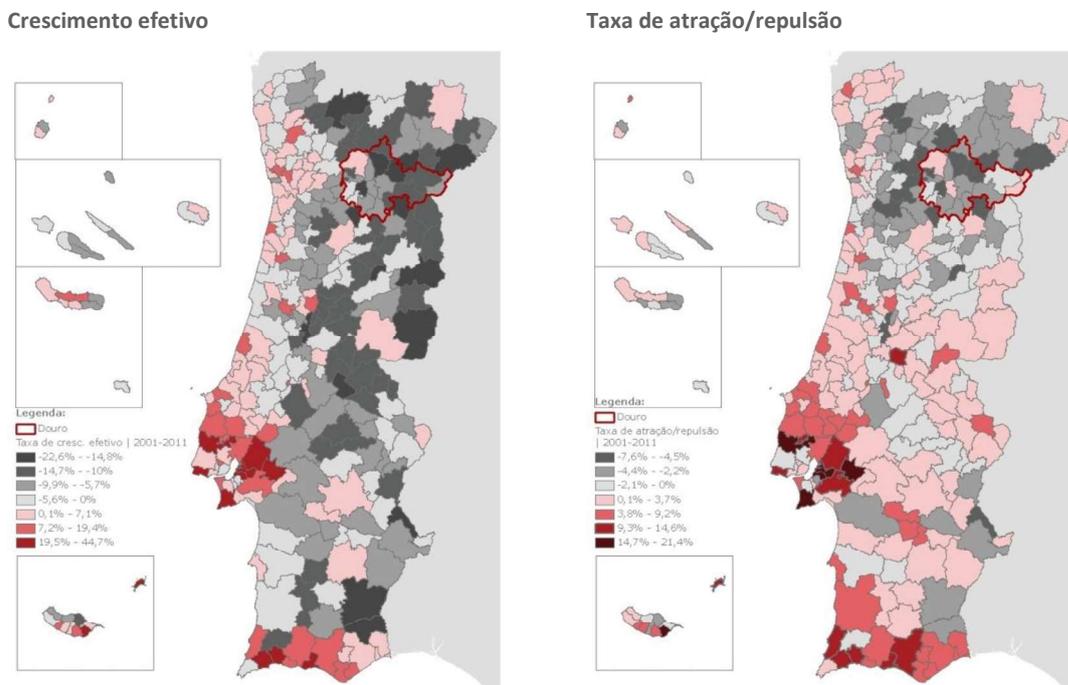
Regiões NUTS III



Nota: A taxa de crescimento populacional efetiva conjuga dois efeitos, o efeito natural (saldo entre nascimentos e óbitos) e o efeito migratório (saldo entre migrantes e emigrantes). Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2001 e 2011

O Douro é um território que vivencia profundos problemas de sustentabilidade demográfica, apresentando-se como uma região globalmente repulsiva, facto traduzido numa taxa de repulsão de -2,1%. A nível concelhio, destacam-se três concelhos com performances positivas em termos de atratividade - Vila Real (2,1%), Freixo de Espada à Cinta (2,0%) e Tabuaço (0,4%).

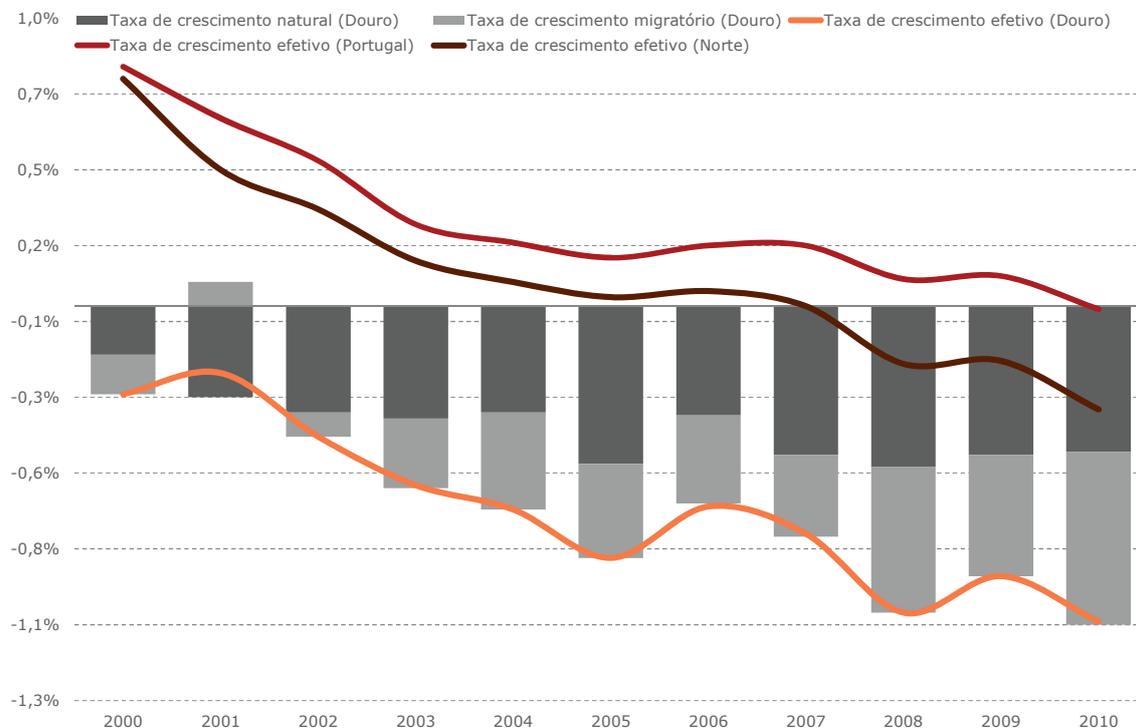
Mapa 2. Taxa de crescimento efetivo e taxa de atração/repulsão | 2001-2011



Nota: Taxa de atração/repulsão representa o peso do saldo migratório acumulado entre 2001 e 2011 na média da população residente dos anos 2001 e 2011. A taxa é de atração se o indicador é > 0, é de repulsão se < 0.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

Gráfico 5. Decomposição do crescimento populacional | 2000-2010



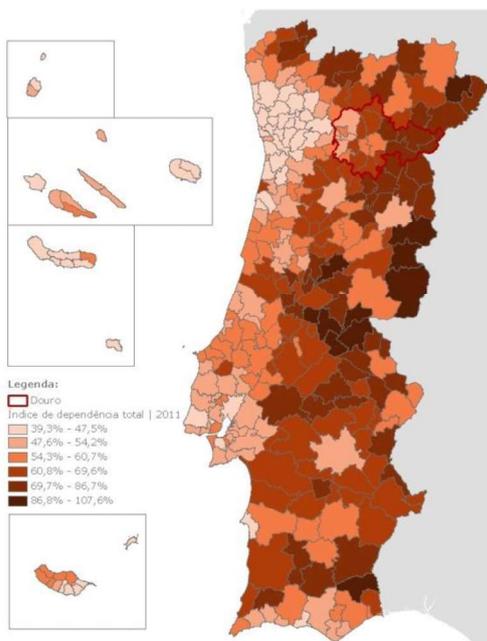
Nota: A taxa de crescimento populacional efetiva conjuga dois efeitos, o efeito natural (entre nascimentos e óbitos) e o efeito migratório (entre imigrantes e emigrantes).

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

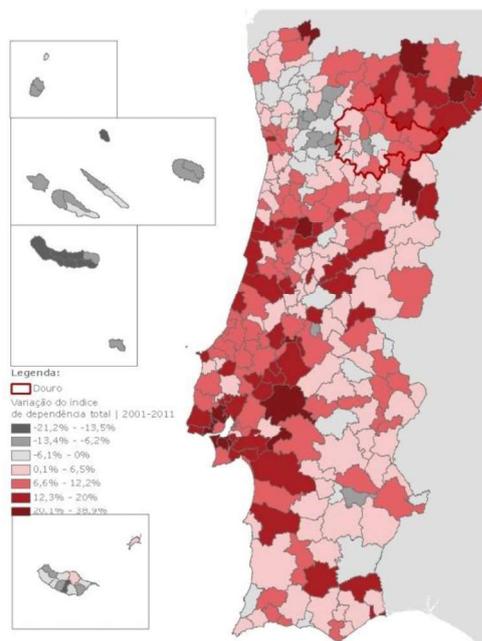
Entre 2001 e 2011, o índice de dependência total no Douro aumentou (57,1% em 2011, +2 p.p. comparativamente a 2001), facto totalmente justificado pelo crescimento da representatividade dos idosos no total da população ativa (36,4%, +5,4 p.p. face a 2001) que mais do que compensa a quebra observada no peso dos jovens (20,7% em 2011, -3,5 p.p. face a 2001).

Mapa 3. Estrutura etária da população: índices de dependência | 2001-2011

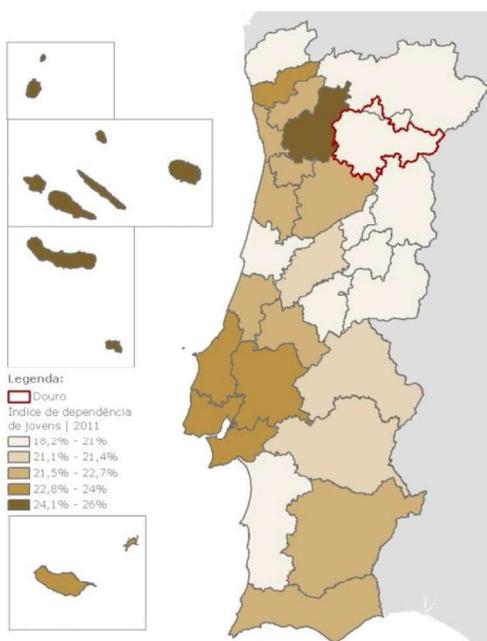
Índice de dependência total | 2011



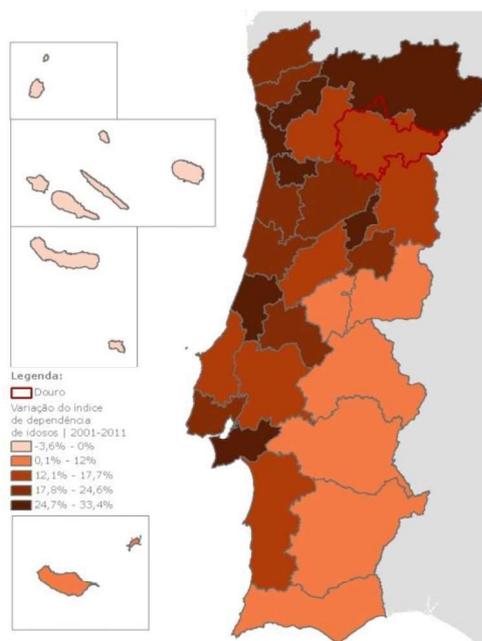
Variação do índice de dependência total | 2001-2011



Índice de dependência de jovens | 2011



Variação do índice de dependência de idosos | 2001-2011

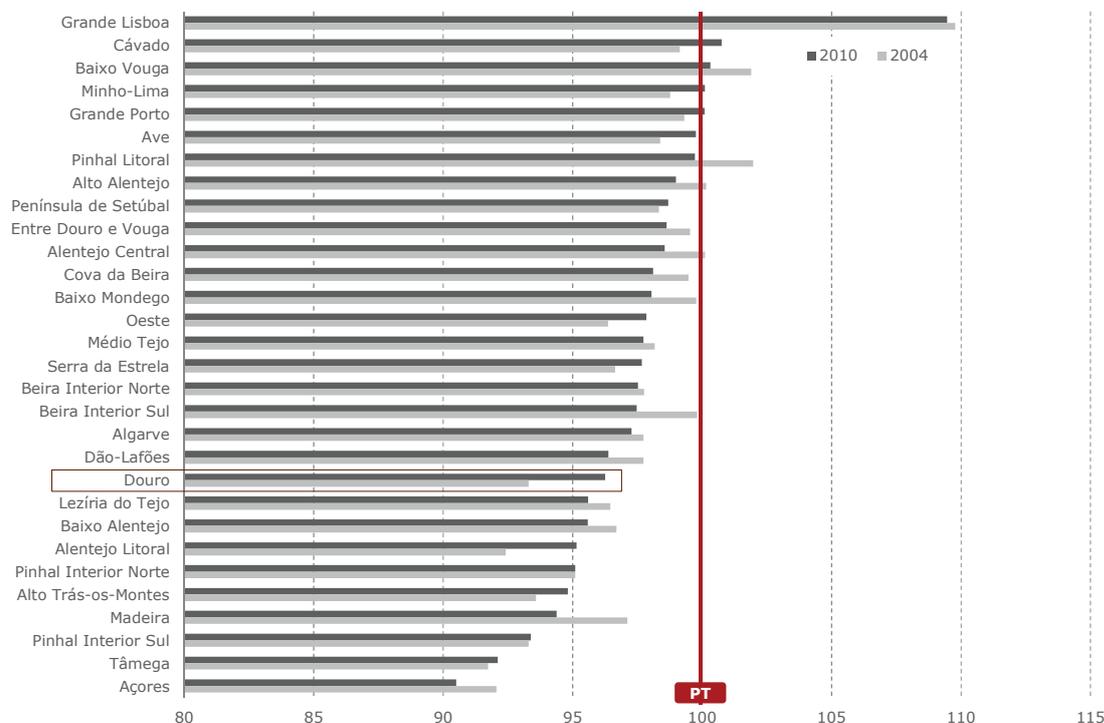


Nota: Índice de dependência de idosos: relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Índice de dependência de jovens: relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Índice de dependência total: relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com 15-64 anos.
 Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

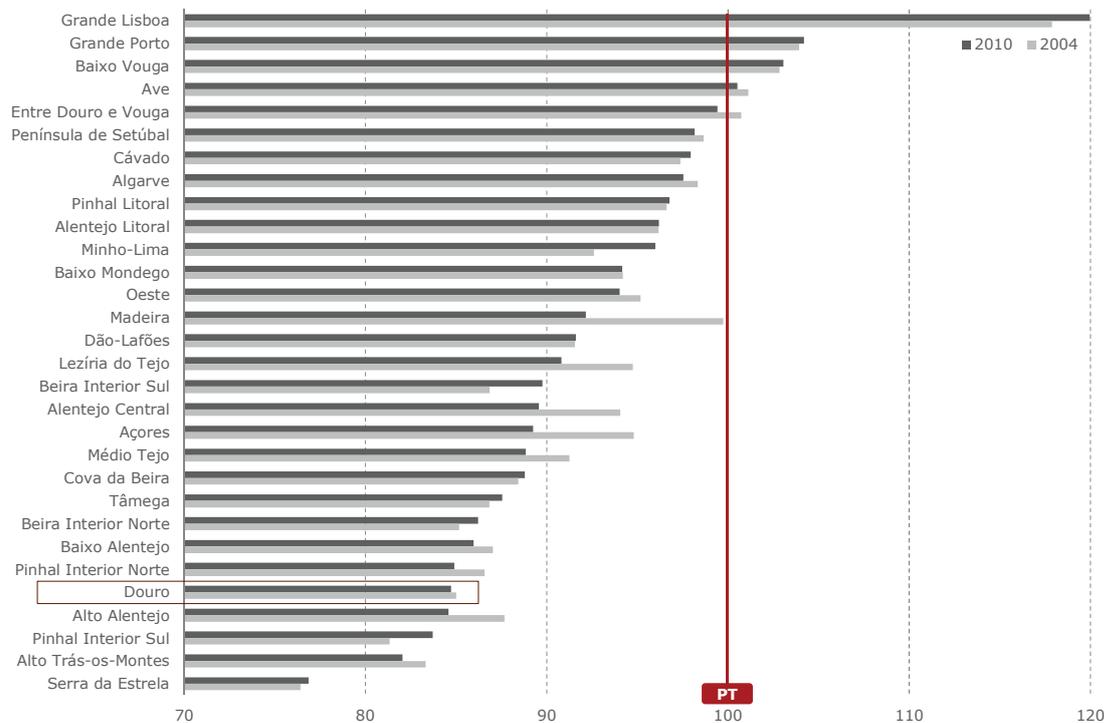
No contexto das 30 NUTS III de Portugal, o Douro é a 10.ª região pior colocada no ranking do índice sintético de desenvolvimento regional (2010). Este posicionamento pouco favorável resulta do saldo final resultante dos recuos observados ao nível da competitividade regional (5.ª pior posição em 2010), dos avanços em termos de coesão (25.ª posição em 2004, 19.ª posição, em 2010) e de um excelente desempenho ao nível da qualidade ambiental (3.ª posição em 2010).

Gráfico 6.
Índice sintético de desenvolvimento regional | 2004 e 2010

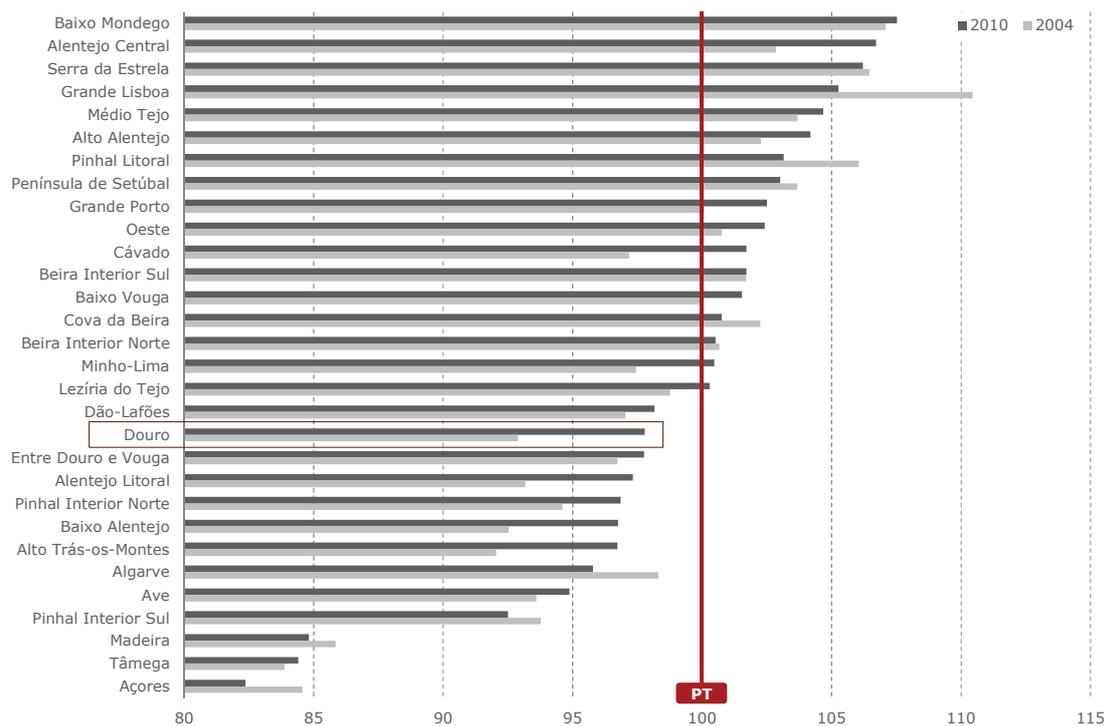
Índice Global



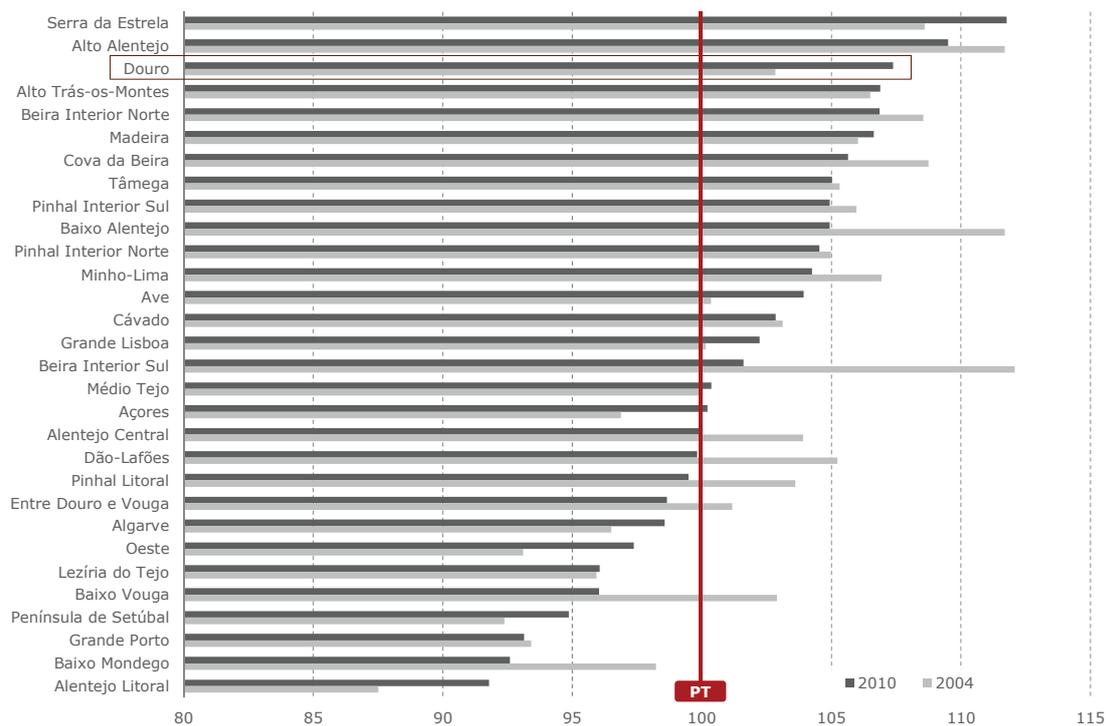
Índice de Competitividade



Índice de Coesão



Índice de Qualidade Ambiental



Notas:

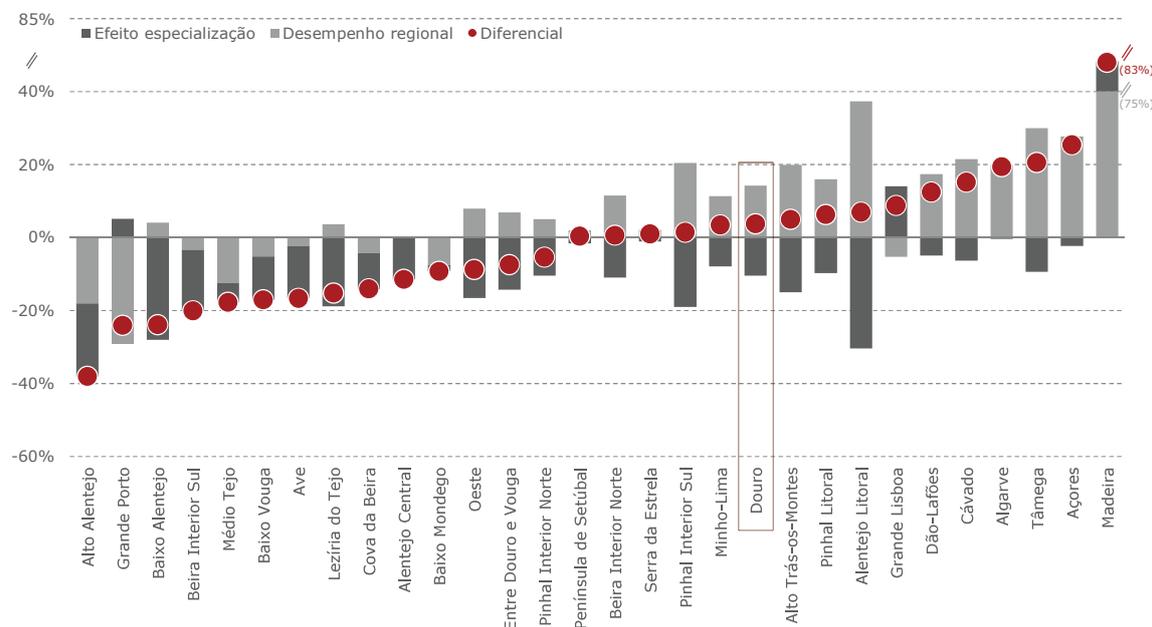
1. Índice global combina 3 índices parciais, de competitividade, de coesão e de qualidade ambiental.

2. Gráficos ordenados pela notação das regiões no índice em causa. Universo de 30 regiões NUTS III.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

O posicionamento ligeiramente favorável do Douro face aos desempenhos nacionais em termos de evolução da produtividade (+4%) justifica-se não pelas características da estrutura de especialização produtiva da região (efeito especialização = -10%), que regista, com efeito, uma presença relativa mais significativa de atividades com produtividades médias tendencialmente mais baixas, mas antes pela eficiência e produtividade dentro de cada setor de atividade (desempenho regional = +14%).

Gráfico 7. Decomposição dos diferenciais de produtividade: análise *shift-share* | 1995-2010



Nota: A análise *shift-share* decompõe os diferenciais de produtividade da região face ao país em duas parcelas: Componente especialização - diferencial de produtividade da região em relação ao país resultante das diferenças de especialização produtiva; Componente regional - diferencial de produtividade regional resultante das diferenças de eficiência setorial entre a região e o país, assumindo a estrutura produtiva regional. O diferencial positivo da produtividade dos Açores face à média nacional (+25%) é fundamentalmente explicado pela componente regional, registando as atividades produtivas desenvolvidas na região performances em matéria de produtividade intrasectorial superiores à média nacional. A componente especialização tem um comportamento negativo, embora pouco expressivo. A Grande Lisboa, pelo contrário, encontra na componente especialização o fator explicativo do diferencial positivo de produtividade da região face ao país (+9%), sendo a região especializada em atividades que apresentam tendencialmente produtividades médias mais elevadas.

O Douro revela uma estrutura económica que regista baixos índices de produtividade face ao país nos principais setores de especialização regional ligados à fileira agroalimentar, o que descortina fortes desafios de reforço das respetivas vantagens competitivas regionais. Apresenta uma economia fortemente polarizada pelas atividades agrícolas, coadjuvante com a vocação essencialmente vitivinícola, mas também pela incidência de outros produtos frutícolas principalmente produzidos a sul do Douro (os casos da maçã, da cereja e da castanha). As atividades imobiliárias e o setor da construção são também importantes na estruturante produtiva regional e surgem muito ligados à importância que o turismo assume na região.

Gráfico 8. Especialização do VAB nacional face à UE27 | 1995-2010

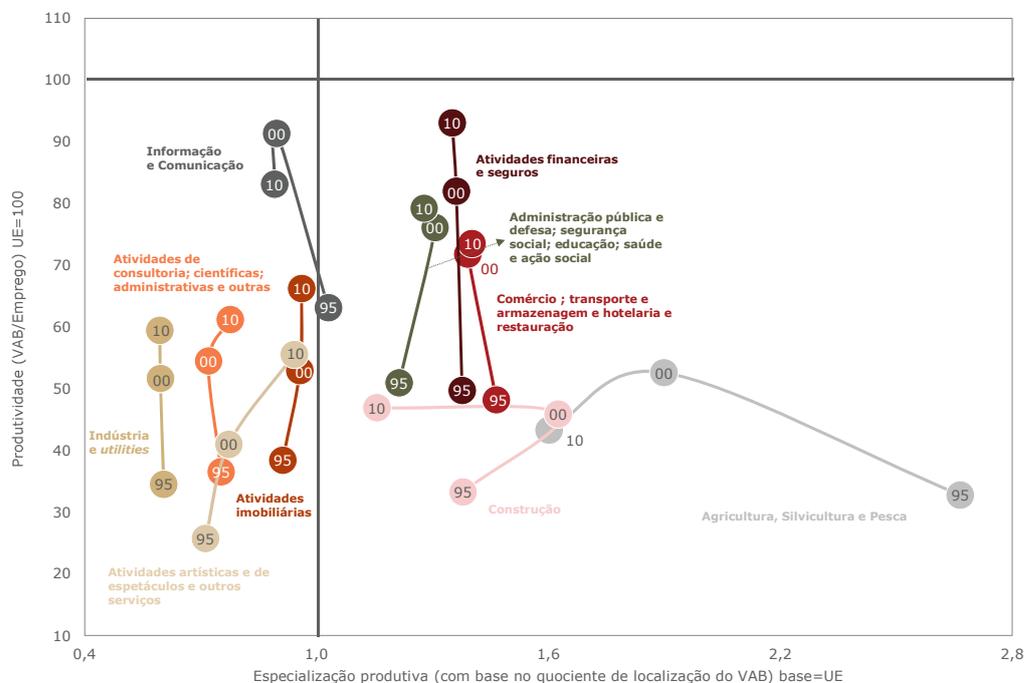
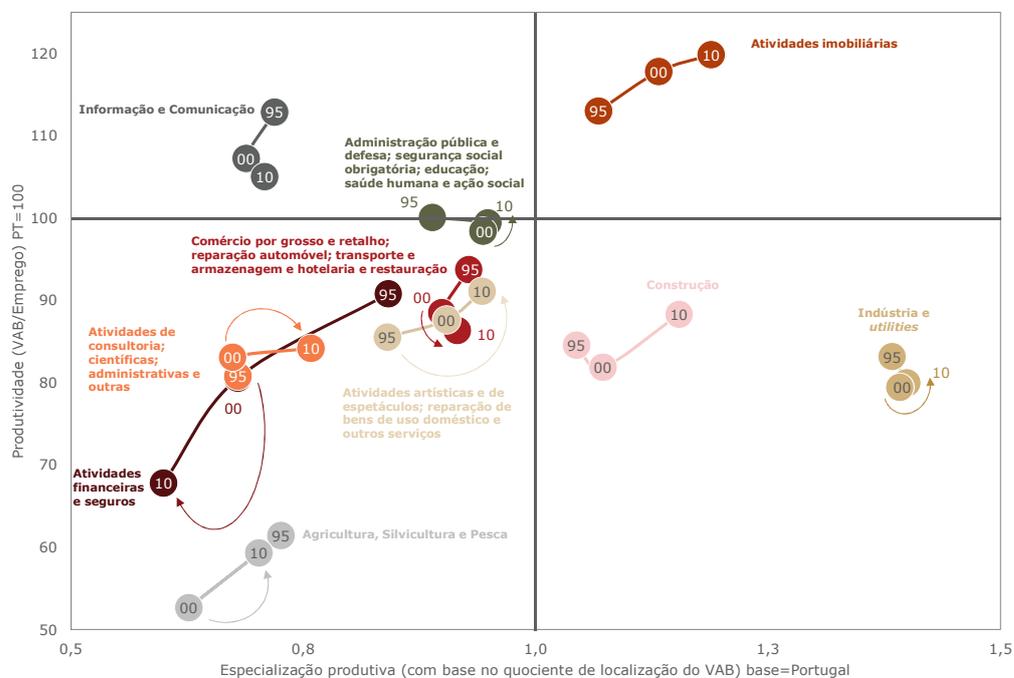
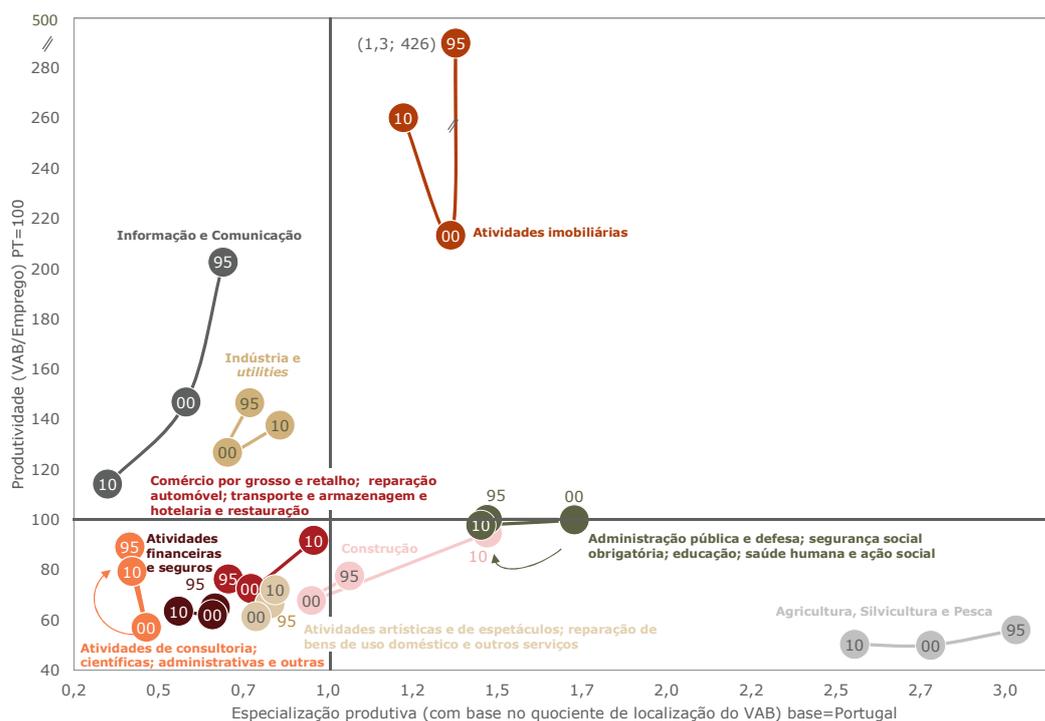


Gráfico 9. Especialização do VAB do Norte face a Portugal | 1995-2010



Nota: A leitura destes gráficos suporta a leitura dos gráficos seguintes sobre especialização do VAB do Douro. Permite comparar o perfil regional de especialização produtiva do Douro com os referenciais NUTS II Norte relativizado face ao país e do país relativizado face à UE. O Quociente de Localização do VAB representa a relação entre o peso relativo do VAB setorial na região e o peso relativo do VAB setorial no país.

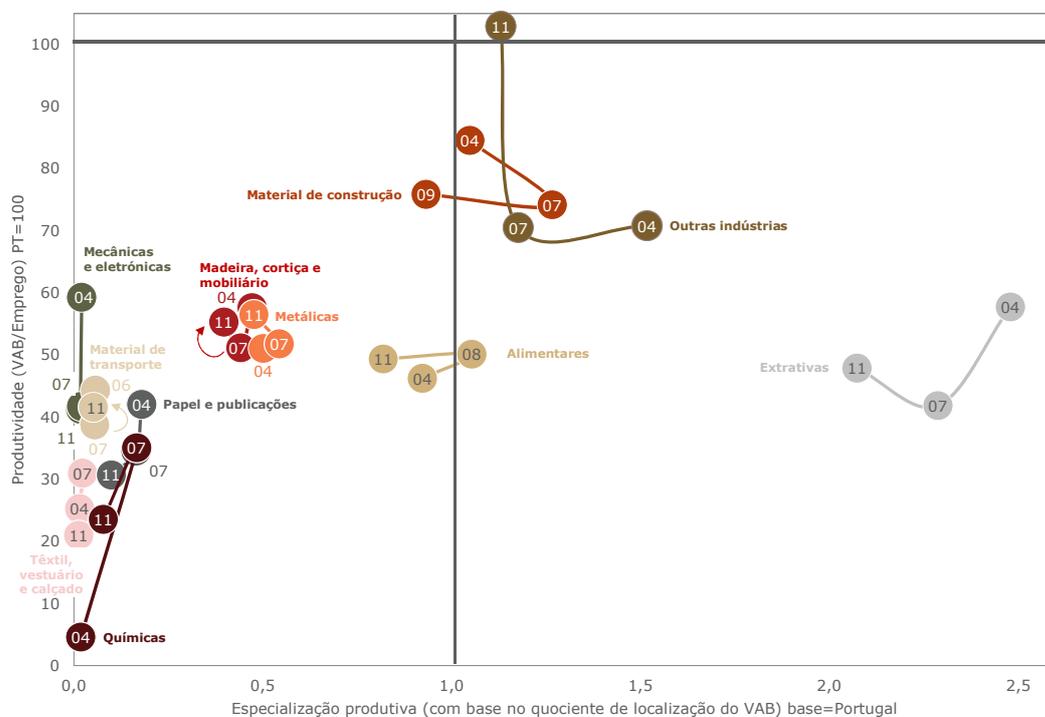
Gráfico 10. Especialização do VAB do Douro face a Portugal | 1995-2010



Fonte: INE, Contas Regionais

No âmbito da indústria e das utilities, denota-se uma reduzida especialização regional neste setor mas maiores níveis de produtividade comparativamente ao país, quando agregadamente considerado. A desagregação setorial permite destacar a aptidão regional para as indústrias extrativas e referenciar a indústria alimentar como setor natural de afirmação, apesar da sua instável evolução entre 2004 e 2011.

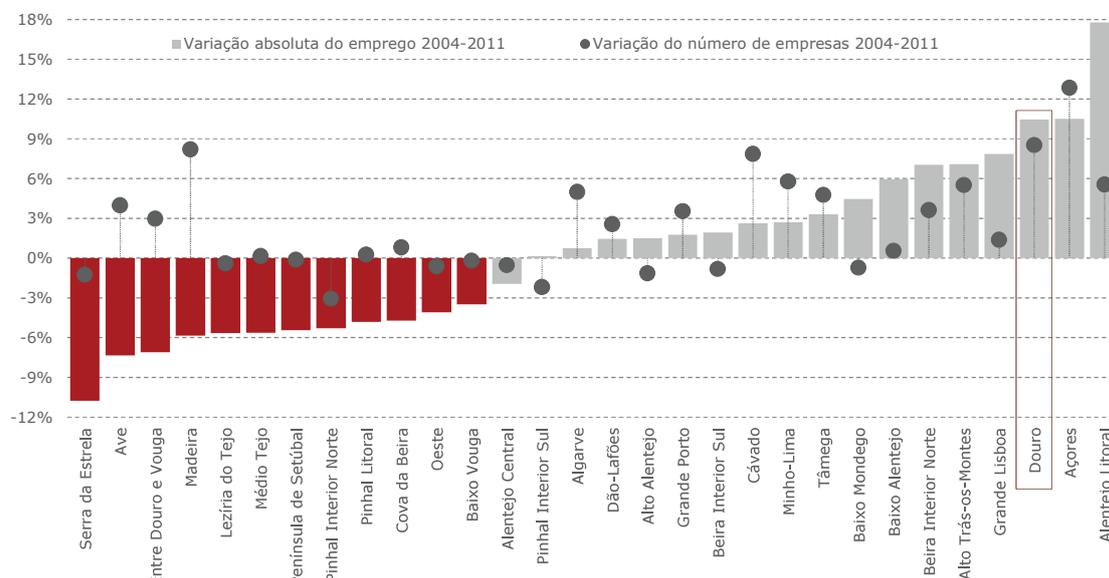
Gráfico 11. Especialização do VAB do Douro na indústria transformadora face a Portugal | 2004-2011



Nota: Por razões devidas à ausência de dados para os anos de referência em resultado de segredo estatístico, o ano inicial para a indústria "Material de Transporte" corresponde a 2006 e o ano final para a indústria "Material de Construção" corresponde a 2009.
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

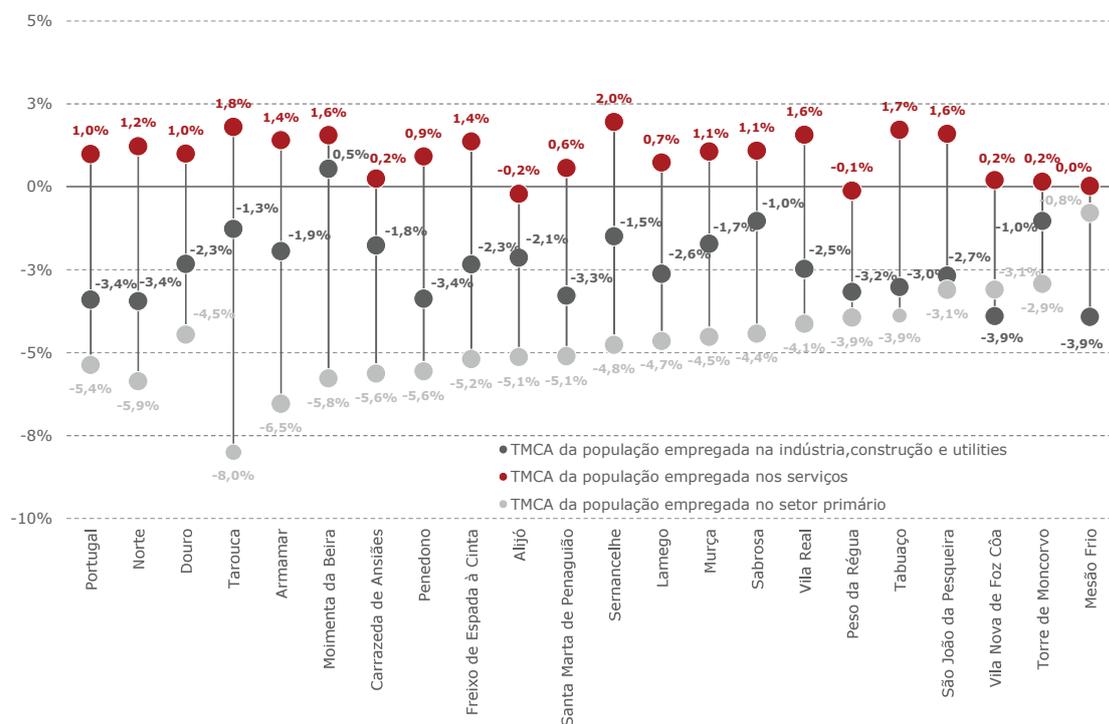
Entre 2004-2011 a região do Douro revelou uma boa dinâmica de criação de empresas (9%) e de emprego (11%). Esta evolução ocorre num contexto de terciarização da economia regional onde a população empregada nos serviços aumentou, entre 2001-2011, em 1% e de decréscimo nos setores primário (-4,5%) e secundário (-2,3%), principalmente devido à redução das necessidades de recursos humanos associada, respetivamente, à mecanização e/ou abandono das atividades agrícolas e à desindustrialização.

Gráfico 12. Dinâmica de criação de empresas e de emprego por NUTS III | 2004-2011



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Gráfico 13. Taxa média de crescimento anual (TMCA) da população empregada a três setores | 2001-2011

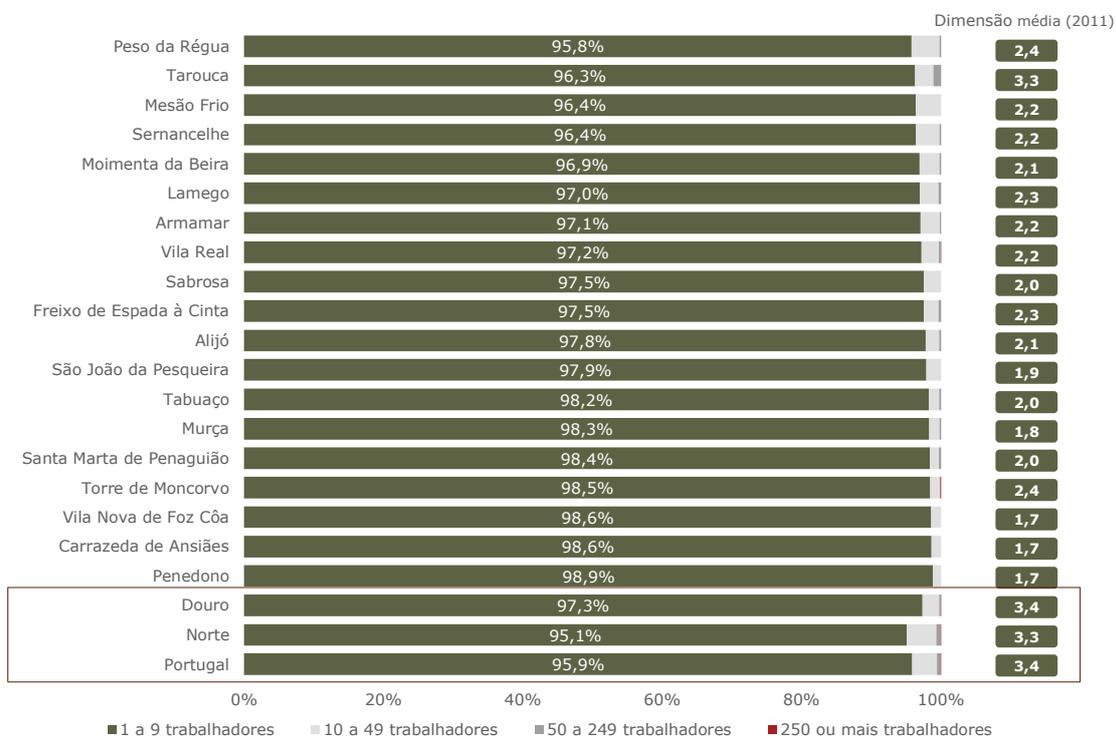


Nota: A TMCA do emprego na indústria, construção e utilities engloba o emprego associado a (i) Indústrias extrativas; (ii) Indústrias transformadoras; (iii) Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; (iv) Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; (v) Construção. A TMCA do emprego nos serviços engloba o emprego associado a (i) Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; (ii) Transportes e armazenagem; (iii) Alojamento, restauração e similares; (iv) Atividades de informação e de comunicação; (v) Atividades imobiliárias; (vi) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; (vii) Atividades administrativas e dos serviços de apoio; (viii) Educação; (ix) Atividades de saúde humana e apoio social; (x) Atividades artísticas, de espetáculos, desportivos e recreativas; (xi) Outras atividades de serviços. A TMCA do emprego associado à agricultura engloba o emprego associado à Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2001 e 2011

O tecido empresarial do Douro tipifica-se por uma elevada atomização onde predominam as pequenas empresas, 97% das quais empregam menos de 9 trabalhadores, facto confirmado por uma dimensão média de 3,3 trabalhadores/empresa. Esta característica está relativamente alinhada com o observado a nível nacional e na NUTS II Norte.

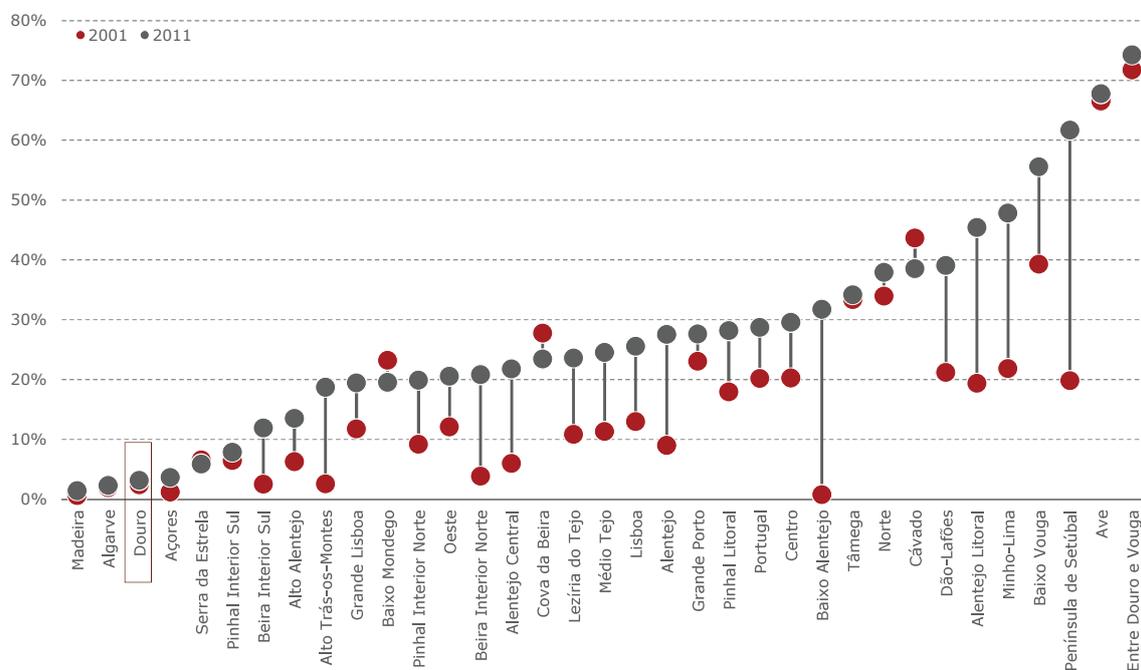
Gráfico 14. Estrutura das empresas por dimensão do número de trabalhadores e dimensão média | 2011



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

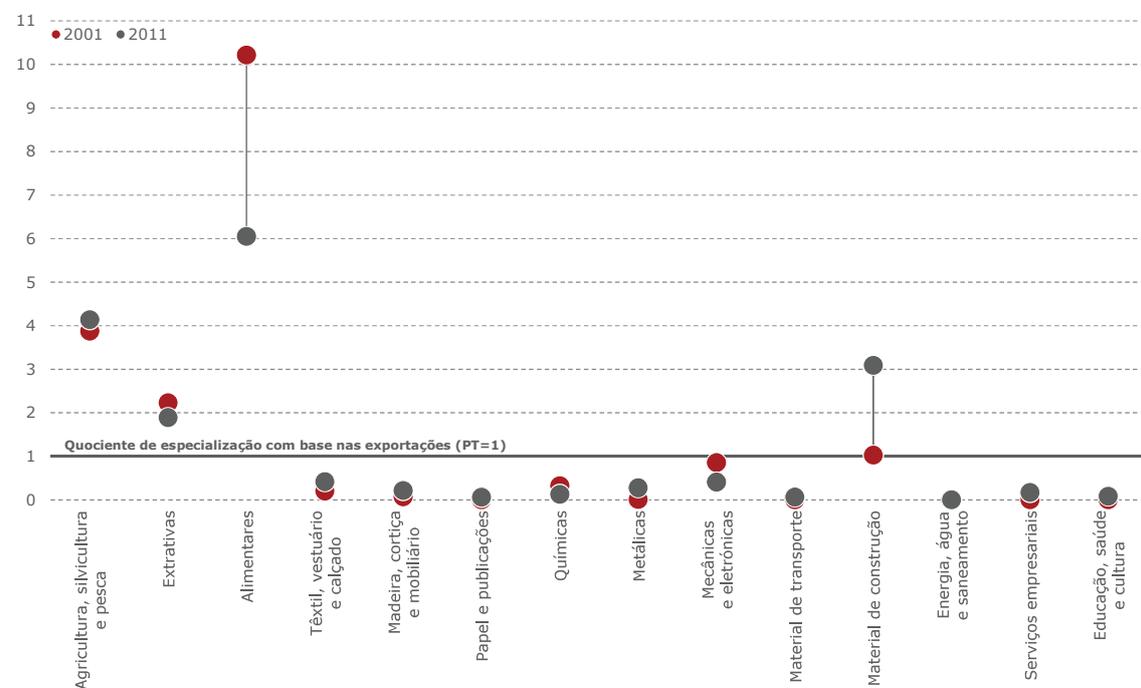
O Douro revela-se, em 2011, como a terceira NUTS III de Portugal com a menor intensidade exportadora (3%), praticamente inalterada face a 2001 (2%) - só não é a primeira porque o registo das exportações nas atividades sobretudo de alojamento e restauração, onde assentam fortemente as economias do Algarve e da Madeira, é manifestamente insuficiente. Contudo, esta região apresenta quatro setores com produtos de forte orientação para os mercados internacionais (comparando com o país) mas com diferentes evoluções: as indústrias alimentares e extrativas em retração e a indústria do material de construção e a agricultura, silvicultura e pescas em expansão.

Gráfico 15. Intensidade exportadora (% exportações/VAB) | 2001-2011



Fonte: INE, Contas Regionais e Estatísticas do Comércio Internacional

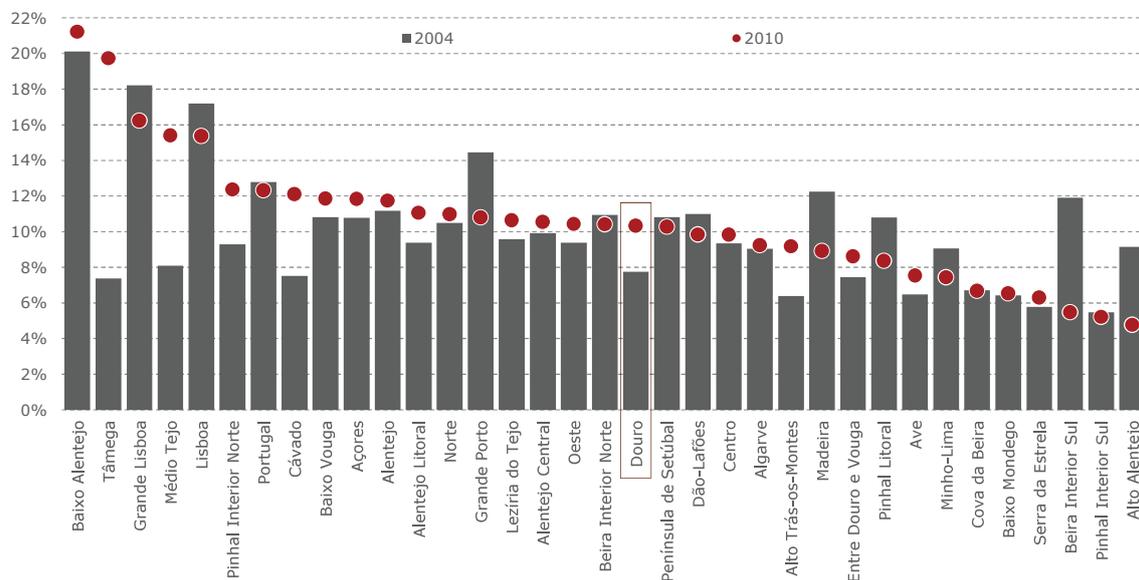
Gráfico 16. Especialização regional das exportações | 2001-2011



Nota: As Estatísticas do Comércio Internacional, na ótica do produto, estão sujeitas a segredo estatístico para alguns setores/regiões, tendo-se utilizado os dados disponíveis.
Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional

Em 2010, o esforço de investimento das empresas da região do Douro (medido pelo rácio da Formação Bruta de Capital Fixo no VAB, ao nível das empresas de cada unidade territorial) coloca este território entre as 15 regiões mais investidoras (10%) no universo das 30 NUTS III de Portugal, numa tendência de crescimento face a 2004 (8%). Permanece, contudo, bastante distanciada do Baixo Alentejo, líder deste ranking (21%) e, posiciona-se abaixo do referencial nacional (12%) e do Norte (11%), que mantêm, sensivelmente, a respetiva intensidade de investimento neste período.

Gráfico 17. Grau de intensidade de investimento | 2004 e 2010



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

O investimento em investigação e desenvolvimento (I&D) no Douro representa, em 2011, cerca de 1,2% do PIB, o dobro do observado em 2005, uma tendência de crescimento observada tanto ao nível nacional, como da região Norte. Contudo, diverge da repartição nacional e regional da despesa por setor de execução, uma vez que esta tipologia de investimento no Douro está largamente concentrada em instituições de ensino superior (97% das despesas de I&D).

Gráfico 18.
Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) no PIB | 2005, 2008 e 2011

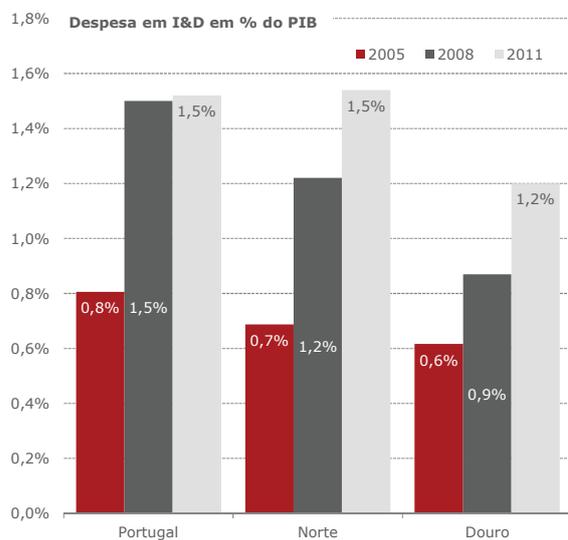
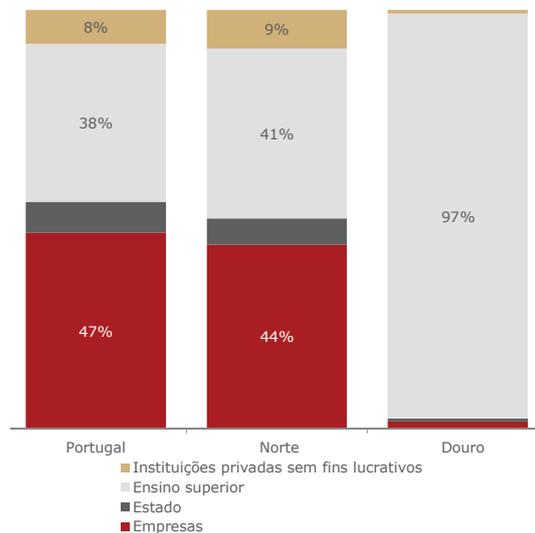


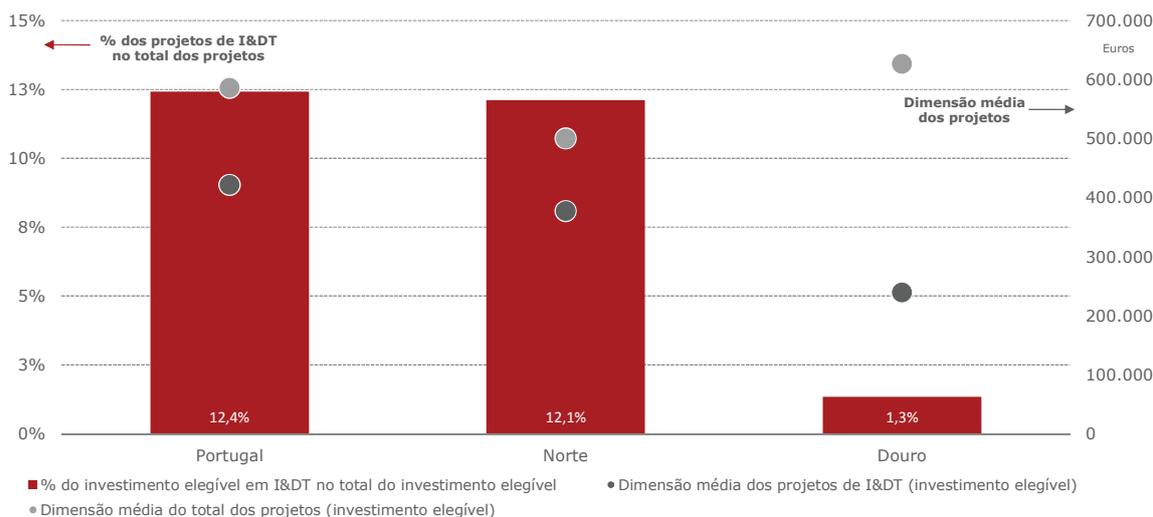
Gráfico 19.
Repartição da despesa total em I&D por setor de execução | 2005, 2008 e 2011



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

A análise da dimensão da aposta regional em investimentos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) por via dos projetos aprovados pelos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas do QREN (nas médias e grandes empresas) demonstra a baixa representatividade do investimento elegível em I&DT no total (1,3%) e a menor dimensão média destes projetos (239 mil euros/projeto) face ao verificado no Norte (377 mil euros/projeto) e em Portugal (421 mil euros/projeto). Porém, a dimensão média do total de projetos aprovados oriundos do Douro (627 mil euros/projeto) no contexto dos SI superam as referências territoriais mencionadas.

Gráfico 20. Investimento em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) nos projetos aprovados pelos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas | 2007 a 2012

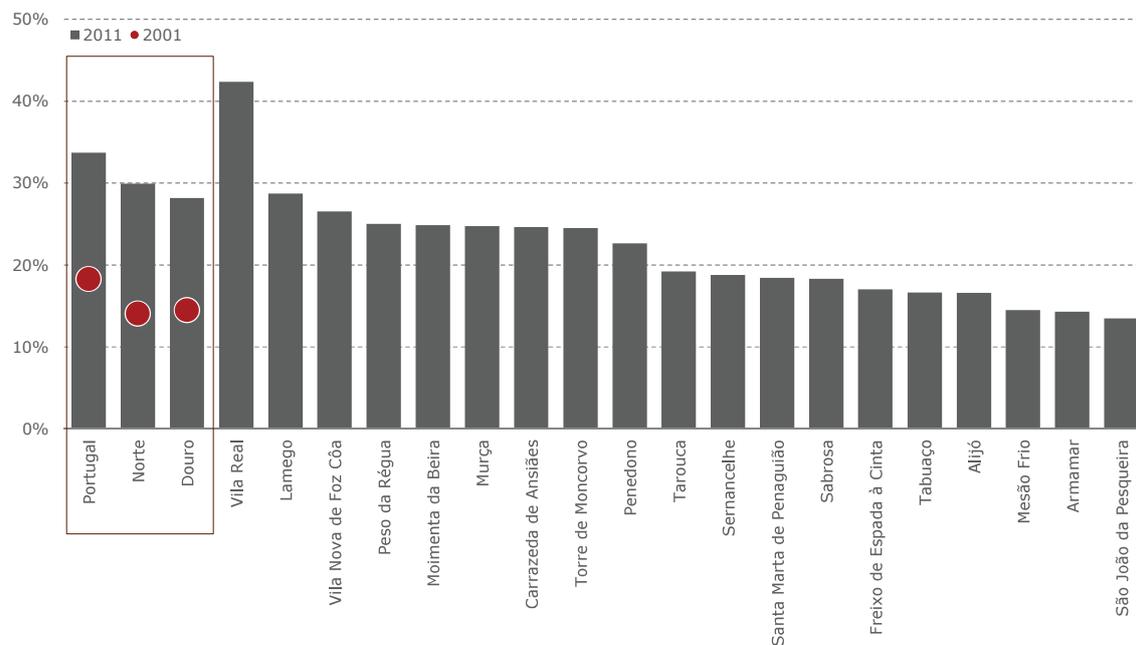


Fonte: Sistema de Informação do Compete (Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade) - projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas, 2007 a 2012. Nota: os projetos de I&DT foram aprovados ao abrigo dos seguintes instrumentos - Criação e Reforço de competências Internas de I&DT/Núcleos de I&DT; I&DT Coletiva; I&DT Empresas/Projetos em Co-promoção; I&DT Empresas/Projetos Individuais; I&DT Empresas/Projetos Individuais/Regime Especial; I&DT Empresas/Projetos Mobilizadores; I&DT Empresas/Vale I&DT.

Entre 2001 e 2011 assistiu-se a uma melhoria significativa dos indicadores de qualificação superior no país e nas suas regiões. No caso do Douro, a proporção de população entre os 30 e 34 anos com ensino superior duplicou, sendo atualmente de 28%, apesar de estar abaixo do registado a nível nacional (34%) e na média da NUTS II Norte (30%).

Na oferta de ensino superior é possível destacar os papéis desempenhados pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL), unidade orgânica do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), e pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), sediada em Vila Real (com um polo em Chaves), composta por quatro escolas de natureza universitária - Ciências Agrárias e Veterinárias; Ciências da Vida e do Ambiente; Ciências e Tecnologia; Ciências Humanas e Sociais - e por uma escola de natureza politécnica - Superior de Enfermagem de Vila Real.

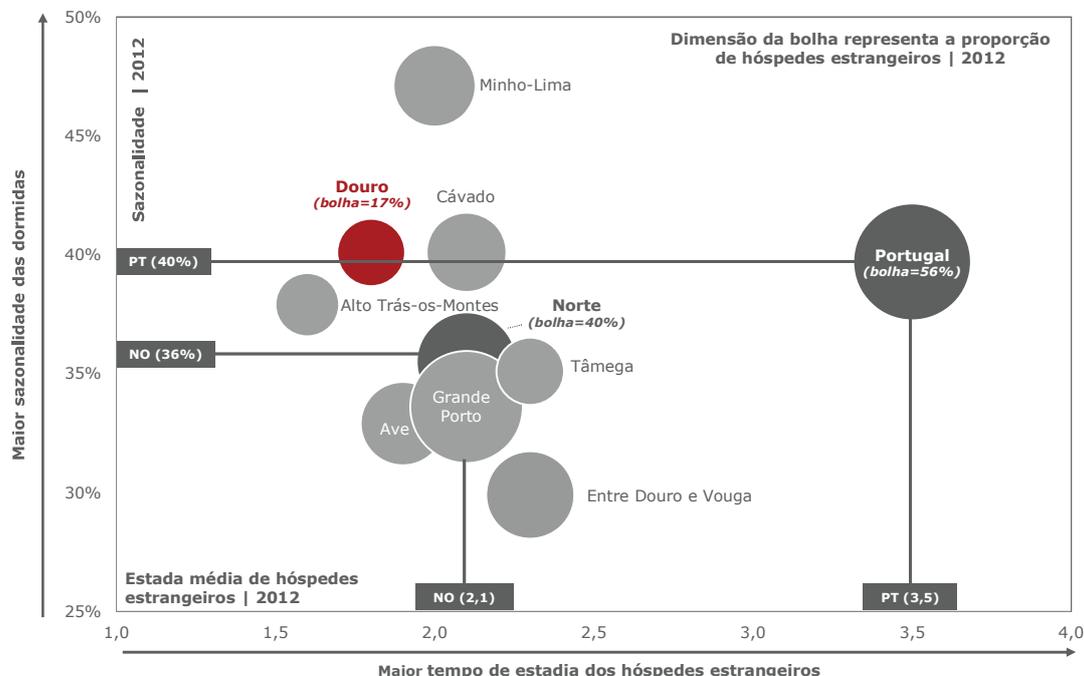
Gráfico 21. Proporção da população entre os 30 e 34 anos com ensino superior | 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

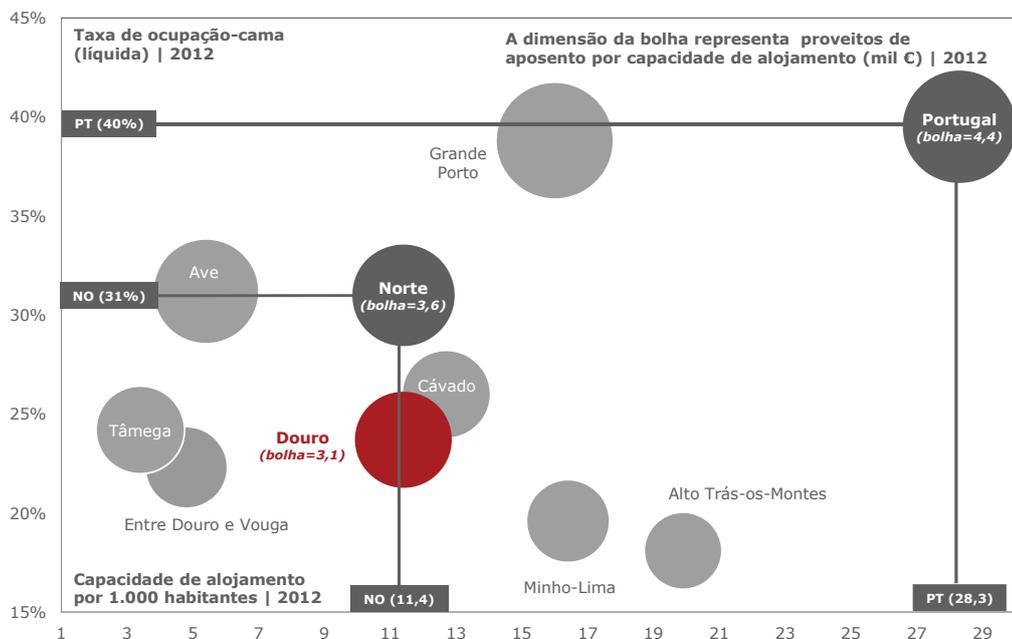
Em 2011, o Douro revela uma reduzida especialização no turismo comparativamente ao verificado na NUTS II de inserção e no país. Esta constatação pode ser reforçada pelo facto de o Douro ser a segunda região do Norte, conjuntamente com o Cávado, com o maior nível de sazonalidade (40% das dormidas a ocorrerem entre julho e setembro), o segundo território com menor permanência dos turistas (1,8 dias) e o segundo destino menos internacional (17% dos hóspedes). Acresce ainda uma menor capacidade de alojamento por 1.000 habitantes, que atualmente quantifica 11 camas/1.000 habitantes face aos 28 nacionais, e uma taxa de ocupação (24%) mais baixa relativamente ao Norte (31%) e a Portugal (40%), factos verificados nos menores proveitos de aposento por capacidade de alojamento.

Gráfico 22. Sazonalidade, estada média e proporção de hóspedes estrangeiros | 2012



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

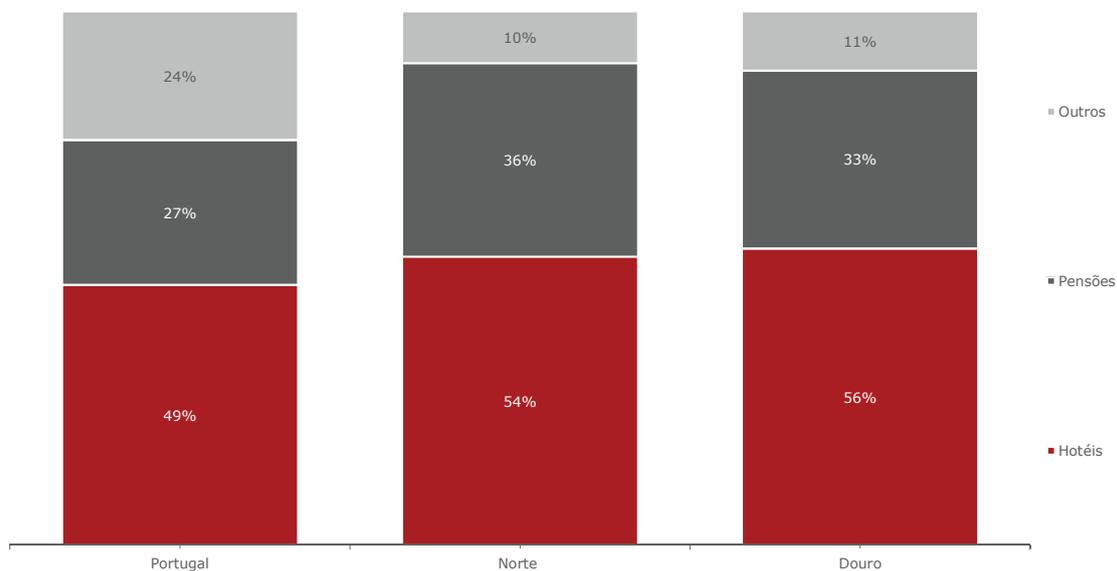
Gráfico 23. Capacidade de alojamento por 1.000 habitantes, taxa de ocupação e proveitos de aposento | 2012



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Na estrutura de oferta de estabelecimentos turísticos na região do Douro predominam os hotéis (56%), tal como verificado na NUTS II Norte (54%) e a nível nacional (49%). As grandes diferenças estão nas restantes tipologias de alojamento, observando-se, face à realidade nacional, uma menor diversificação do tecido turístico duriense, com reduzida preponderância de outras formas de alojamento, para além das pensões que representam 33% do total.

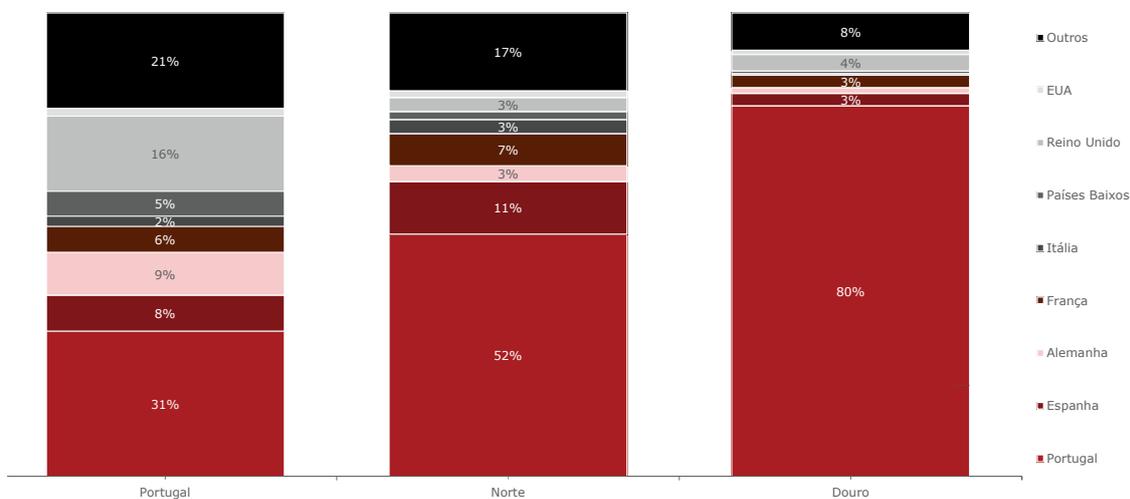
Gráfico 24. Estrutura da oferta turística por tipologia de estabelecimento | 2012



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

A procura turística do Douro é principalmente nacional (80%), contrariando o maior grau de internacionalização do turismo a nível nacional (perto de 70% das dormidas em Portugal são de estrangeiros). O principal emissor de turistas estrangeiros para a região Norte (11%) e para o Douro (3%) é o mercado espanhol, divergindo da maior representatividade do Reino Unido a nível nacional (16%).

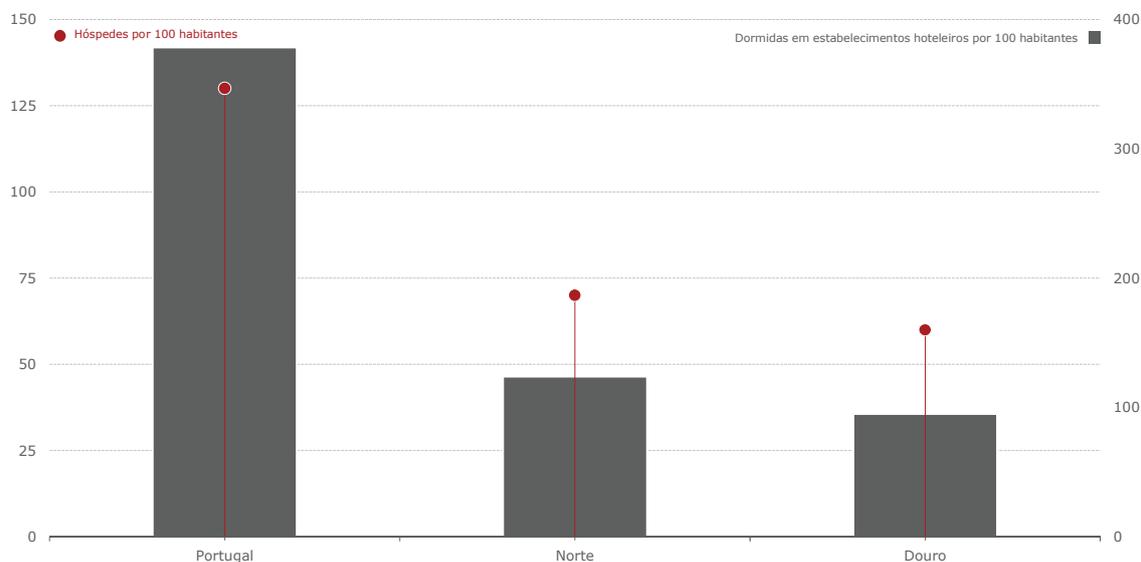
Gráfico 25. Origem das dormidas por país de residência do turista | 2012



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

O número de dormidas por 100 habitantes no Douro é de 95, quatro vezes inferior ao valor nacional, enquanto o número de hóspedes por cada 100 habitantes é apenas metade (70) deste referencial, denotando-se uma clara necessidade de criação de condições para a atração de turistas.

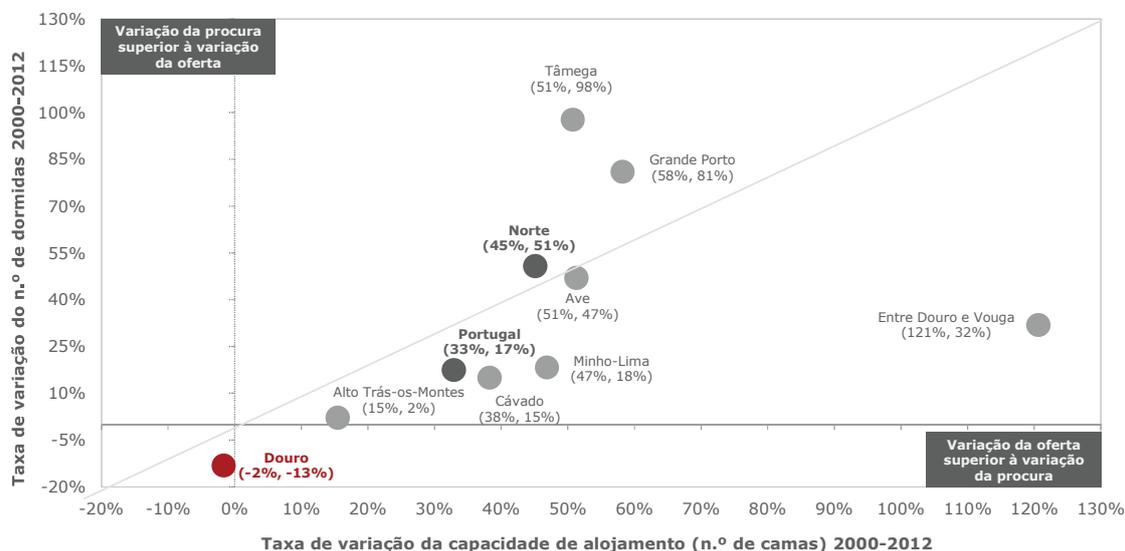
Gráfico 26. Hóspedes e dormidas por 100 habitantes | 2012



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Em 2012, existiam na região do Douro cerca de 2.303 camas (menos 38 face a 2000) e registaram-se aproximadamente 193 mil dormidas (menos 29.000 face a 2000). Entre 2000 e 2012, o mercado turístico duriense demonstra uma tendência regressiva na oferta (medida pela capacidade de alojamento) e principalmente na procura (medida pelo n.º de dormidas), que se reduziram, respetivamente, em 2% e 13%. Estas tendências observadas no Douro surgem em contraciclo perante o dinamismo observado nos restantes territórios do Norte, com destaque para o Tâmega, o Grande Porto e o Entre Douro e Vouga.

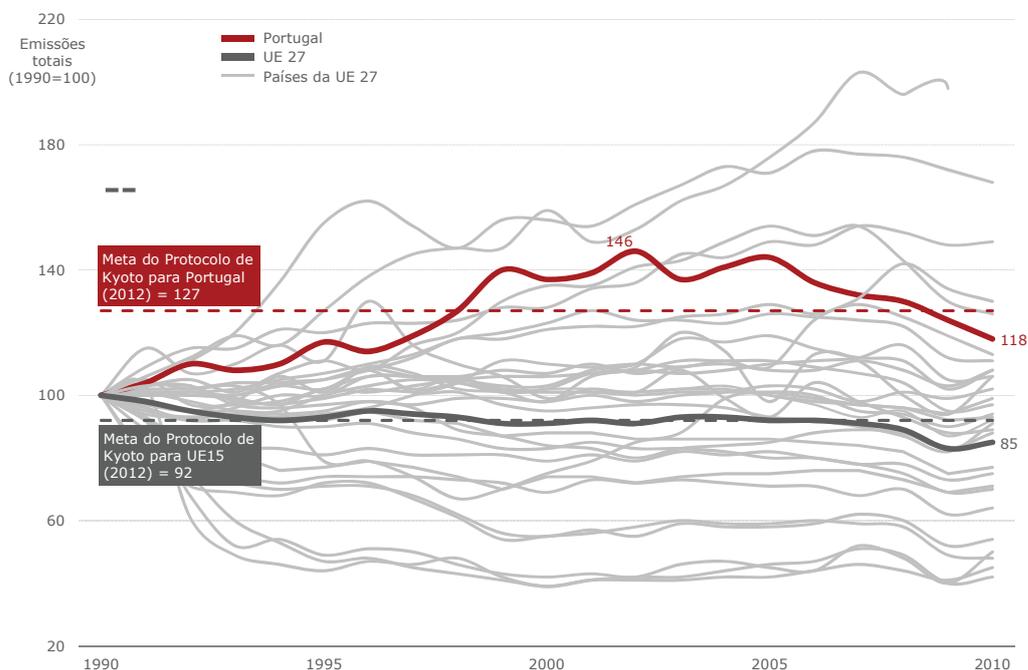
Gráfico 27. Dinâmica oferta vs. procura - Taxas de variação do número de camas e de dormidas | 2000-2012



Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Portugal evidencia um nível de emissões de gases de efeito estufa nove pontos abaixo da meta estabelecida. A crescente diminuição deve-se, em parte, à diminuição da produção de energia térmica.

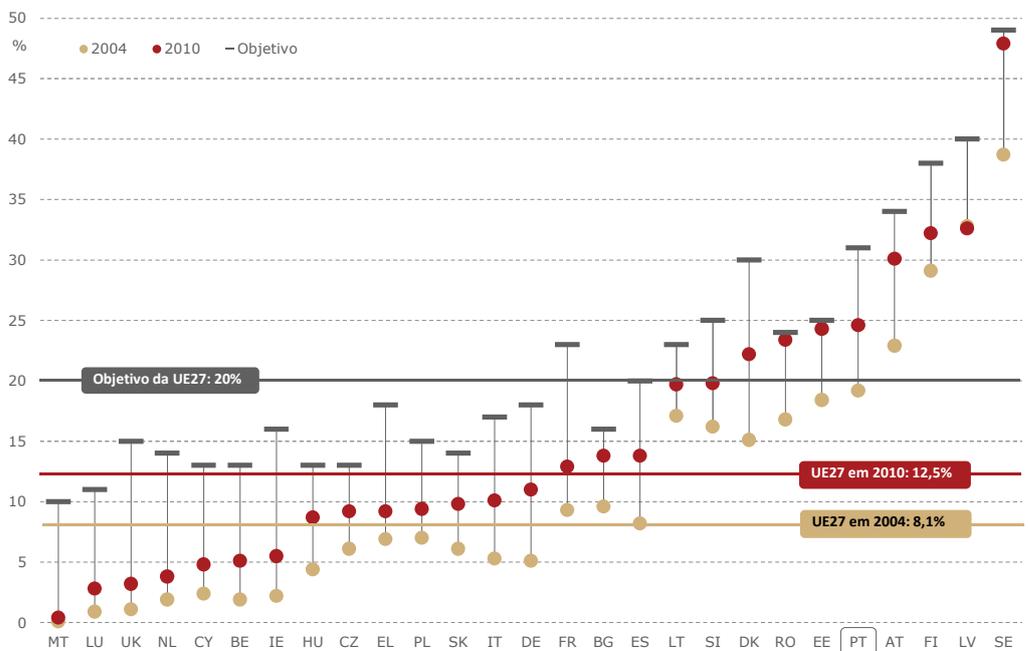
Gráfico 28. Emissão dos gases de efeito estufa (GEE) | 1990-2010



Fonte: European Environment Agency

Portugal ocupa a quinta posição no ranking dos países que mais consomem energias renováveis (cerca de 25%). O consumo de energias renováveis, entre 2004 e 2010, teve um crescimento de 0,9 pontos percentuais por ano. É exetável que o objetivo venha a ser cumprido no prazo de sete anos.

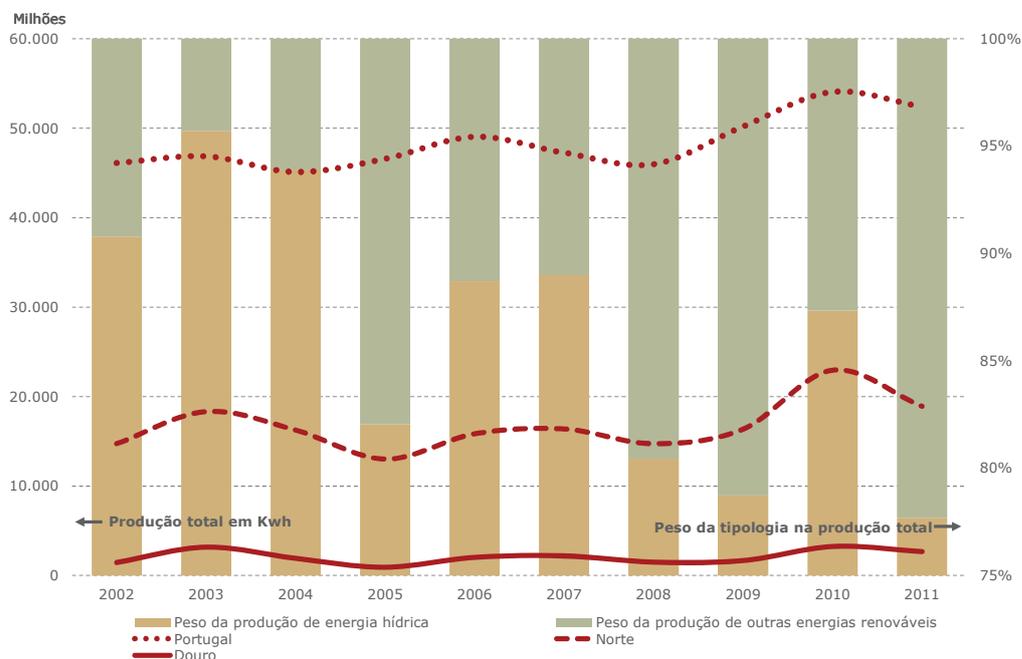
Gráfico 29. Proporção de energias renováveis no consumo energético | 2004 e 2010



Fonte: INE, Contas Regionais

A produção de energia hídrica na região possui um peso considerável (quase 80% do total do volume de produção, no ano de 2011). Este fator é impulsionado pelo conjunto de centrais de produção hidroelétrica existente ao longo da bacia do rio Douro. Não obstante, constata-se que o peso da produção de energia, com base em outras fontes renováveis, regista um peso assinalável, correspondendo já a mais de 20%, impulsionado, em particular, pela produção de energia eólica nas áreas de maior altitude.

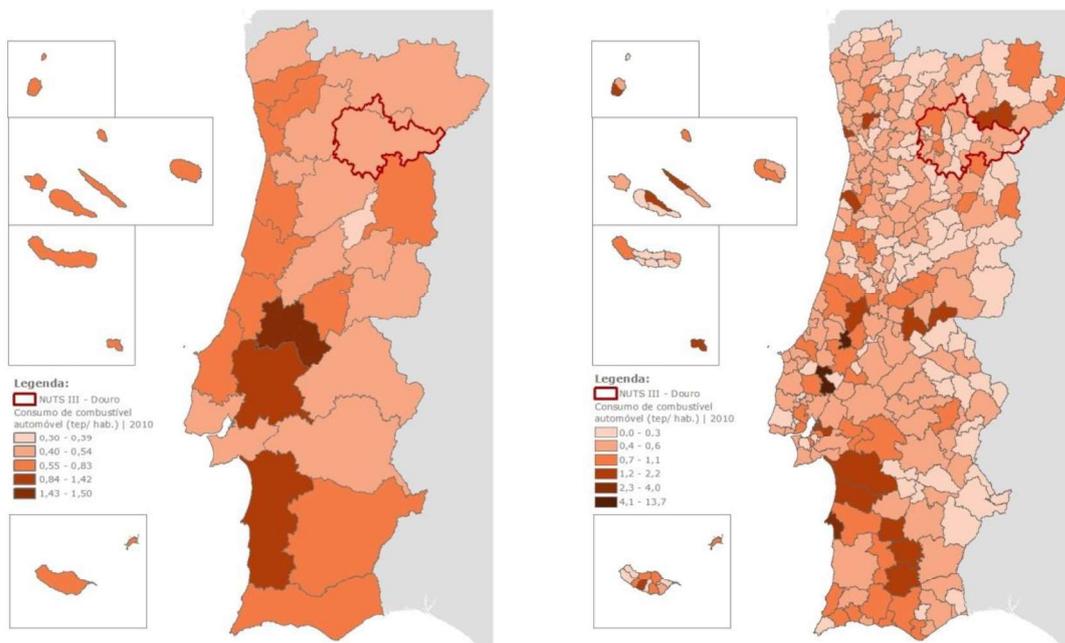
Gráfico 30. Peso das formas de produção de energias renováveis na produção bruta de energia | 2002-2011



Fonte: INE com base em Direção-Geral de Energia e Geologia
 Nota: Outras energias renováveis integram: energia eólica, geotérmica e fotovoltaica.

A região evidencia um nível de consumo de combustível automóvel por habitante abaixo da média nacional.

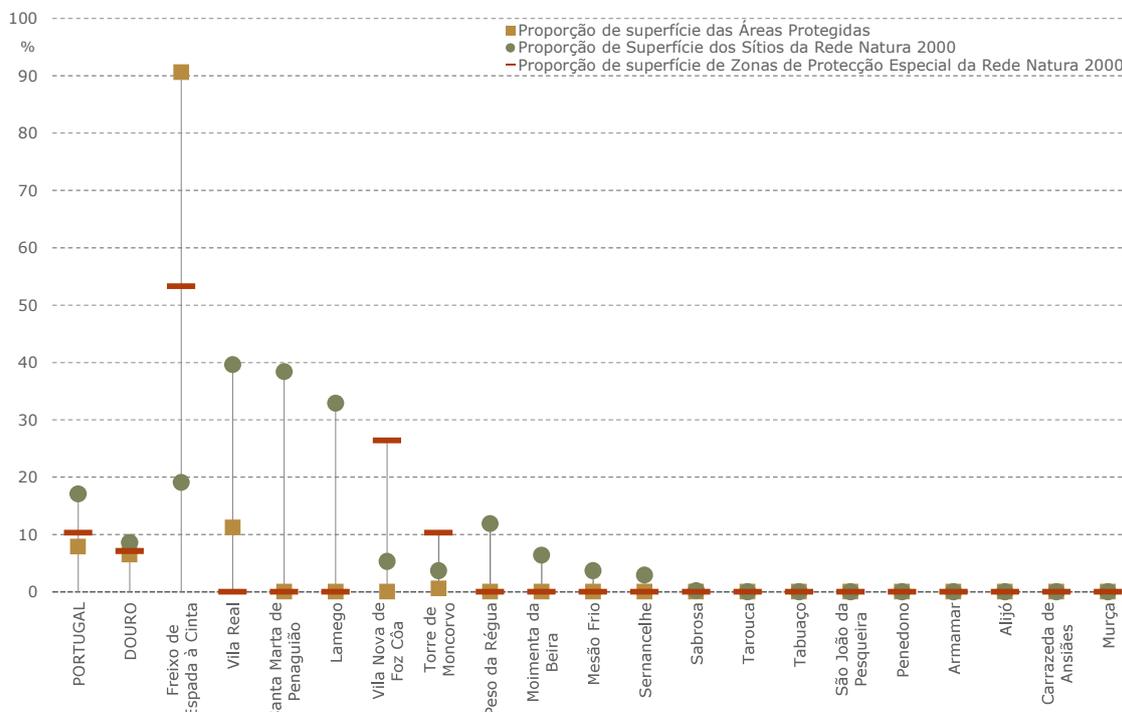
Mapa 4. Consumo de combustível automóvel por habitante | 2010



Fonte: INE com base em Direção-Geral de Energia e Geologia

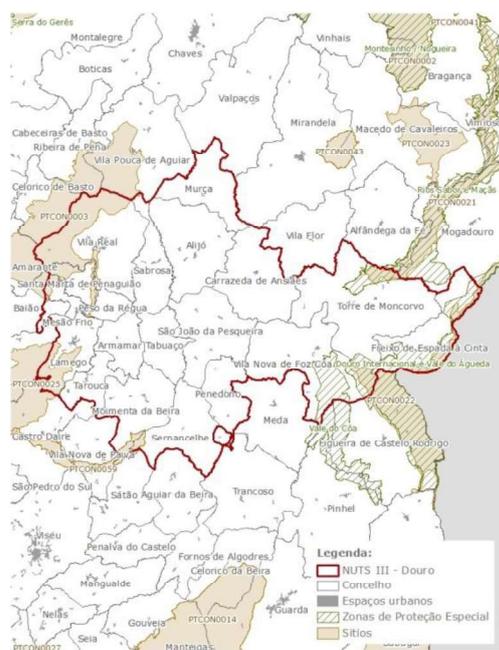
O Douro apresenta uma superfície média (10%) afeta a áreas protegidas, sítios e zonas de proteção especial da rede natura inferior ao padrão nacional (18%). Não obstante, o concelho de Freixo de Espada à Cinta possui mais de 90% do seu território afeto a áreas protegidas, contribuindo para o efeito a área do Parque Natural do Douro Internacional. Por outro lado, os concelhos de Vila Real, Santa Marta de Penaguião e Lamego possuem entre 35% a 40% do seu território afeto à diretiva europeia sítios da Rede Natura 2000, nomeadamente: PTCO0003 (Alvão/Marão) e PTCO0025 (Serra de Montemura).

Gráfico 31. Superfície afeta à Rede Natura 2000 e a Áreas Protegidas | 2010



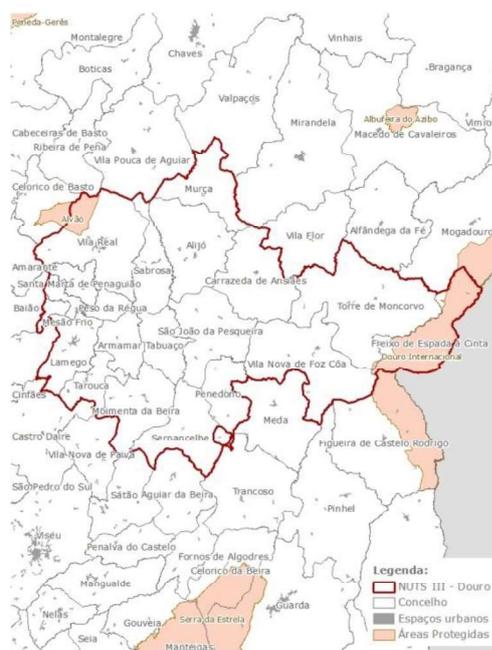
Mapa 5. Diretrizes ambientais

Rede Natura 2000



Fonte: AM&A com base em Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

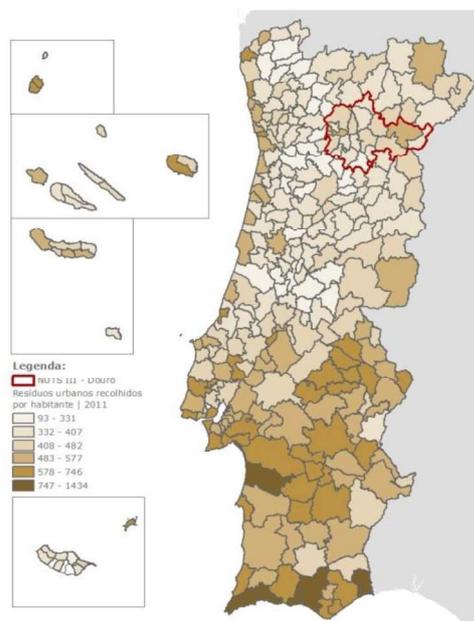
Áreas Protegidas



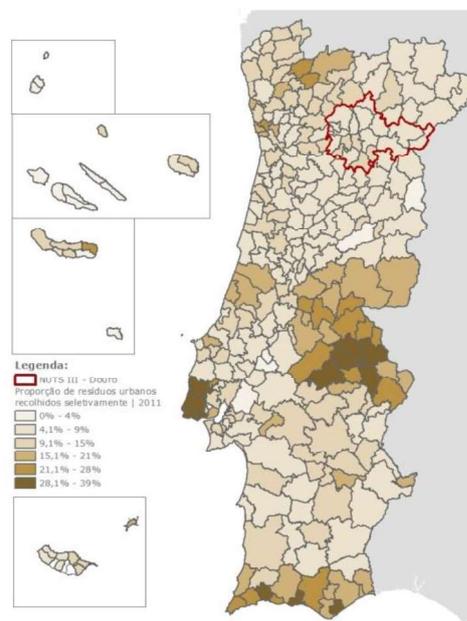
No que se reporta aos indicadores referentes ao volume de resíduos urbanos recolhidos por habitante, bem como ao da proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente, constata-se que os vários concelhos do Douro deverão melhorar os seus índices de recolha.

Mapa 6. Resíduos urbanos

Recolha por habitante



Recolha seletiva

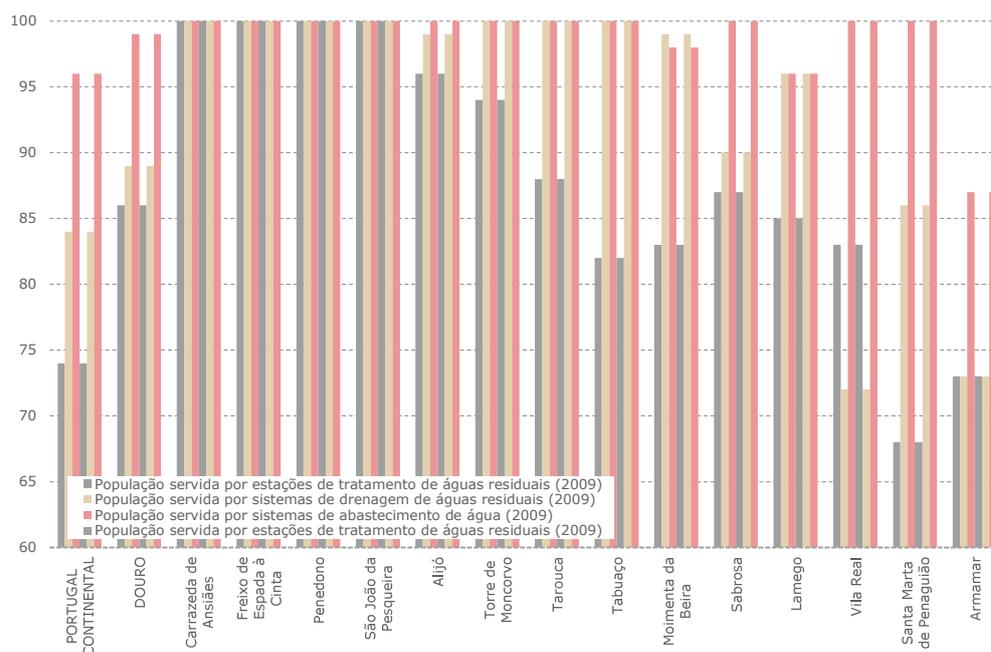


Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

Nota: Dados não disponíveis para os concelhos de Câmara de Lobos, Odivelas, Ponta do Sol e Funchal.

Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Penedono e São João da Pesqueira revelam níveis de cobertura, tratamento e drenagem de excelência (100% do território). Armamar, Santa Marta de Penaguião, Vila Real e Lamego constituem-se como os concelhos onde os níveis de cobertura revelam maior défice. Para o efeito, contribui a dificuldade de promover o abastecimento em espaços afetos ao fenómeno da edificação dispersa e ainda a áreas onde o acesso é complexo.

Gráfico 32. Grau de abastecimento de águas e águas residuais | 2009



Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais

Nota: Dados não disponíveis para os concelhos de Sernancelhe, Peso da Régua, Mesão Frio, Murça e Vila Nova de Foz Côa.

A região Norte apresenta, com maior expressão, uma tipologia de propriedades com uma dimensão entre um a vinte hectares, ao contrário da região do Alentejo onde se configura uma tipologia de propriedades de maior dimensão (superior ou igual a cinquenta hectares). Do ponto de vista da utilização, constata-se que as terras aráveis, a par das culturas permanentes, ocupam a esmagadora maioria da área de superfície agrícola utilizada da região.

Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Mesão Frio e Peso da Régua constituem-se como os concelhos que possuem maior área afeta à superfície agrícola utilizada (superior a quarenta pontos percentuais de área do território). A região do Douro, no seu conjunto, apresenta cerca de 30% do seu território afeto à superfície agrícola utilizada, valor abaixo do referencial nacional (40%).

Gráfico 33. Superfície agrícola utilizada por dimensão de exploração e tipo de utilização | 2009

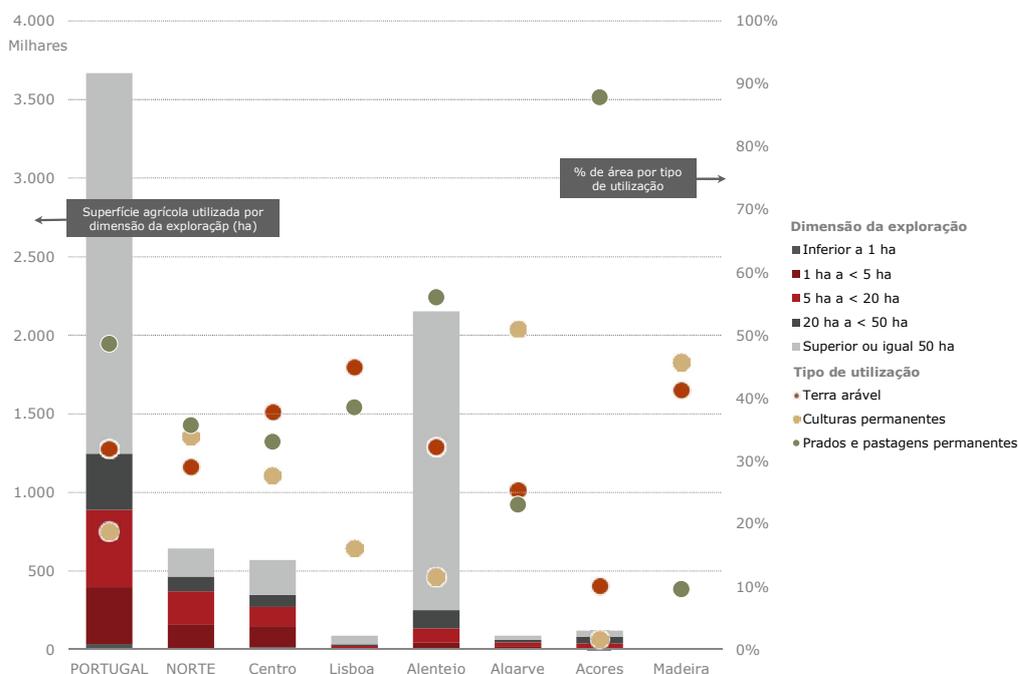
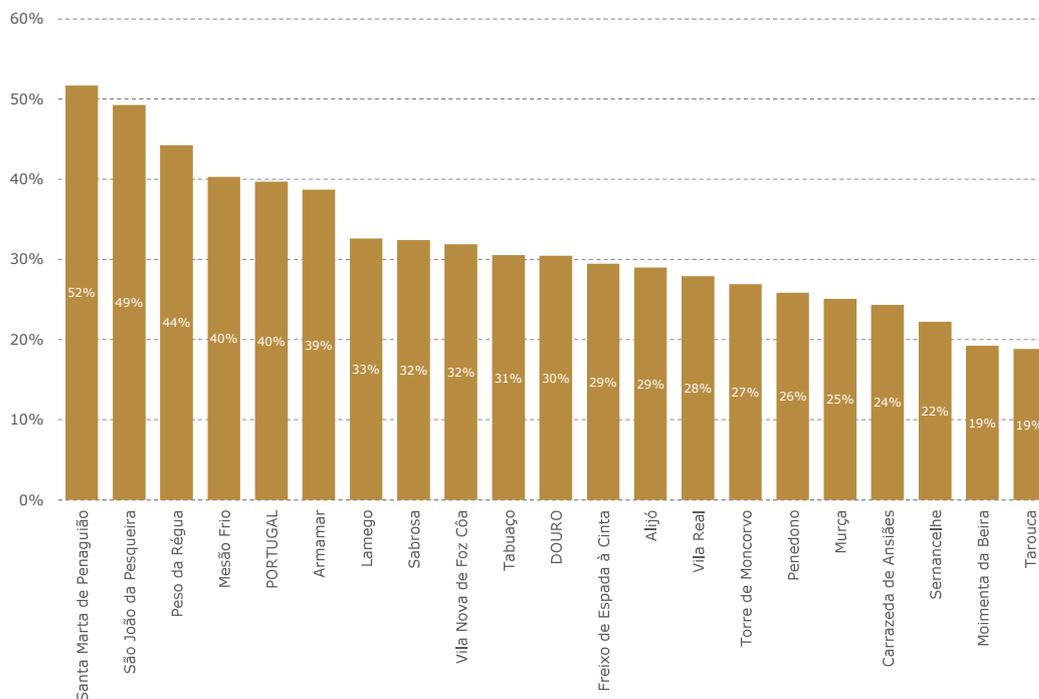


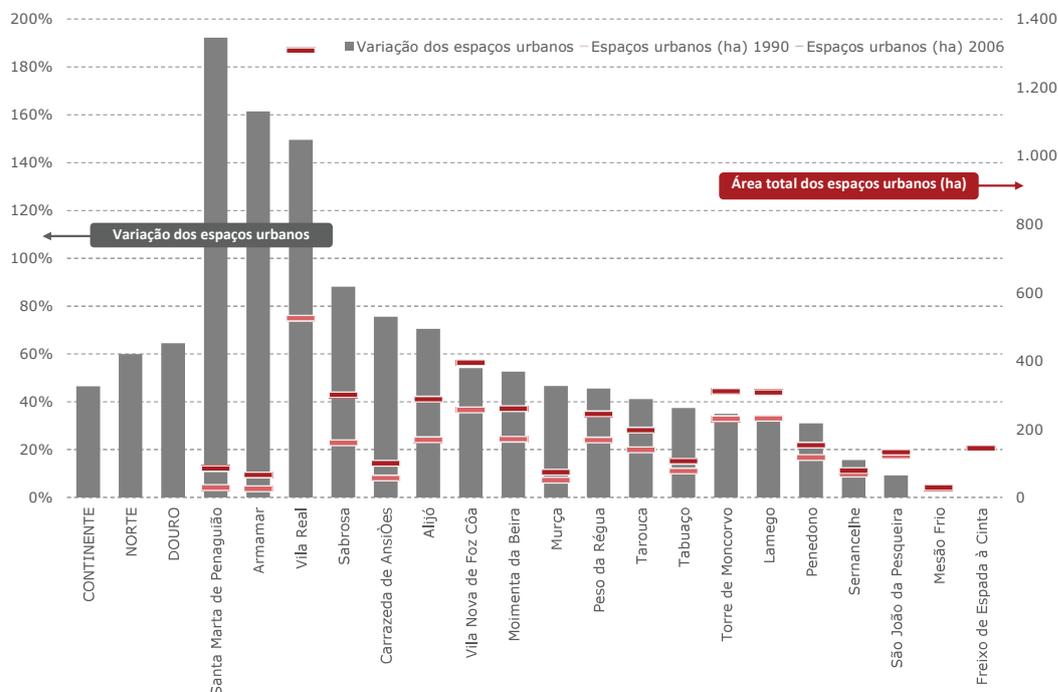
Gráfico 34. Território afeto à superfície agrícola utilizada | 2009



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Os concelhos onde a dinâmica de variação do solo urbano, entre 1990 e 2006, foi mais expressiva foram: Santa Marta de Penaguião, Armamar e Vila Real (aumento superior a 100%), valores claramente superiores ao referencial do Continente, da NUTS II Norte e da NUTS III Douro (no seu conjunto inferior a 65%). Para o efeito, contribuiu o aumento dos perímetros urbanos definidos em sede de Plano Diretor Municipal (PDM), tendo por base a expansão dos perímetros afetos aos usos habitacionais, equipamentos e serviços. Importa assinalar que os concelhos, no contexto do Douro, que possuem maior área afeta a espaços urbanos, são: Vila Real, Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo e Lamego.

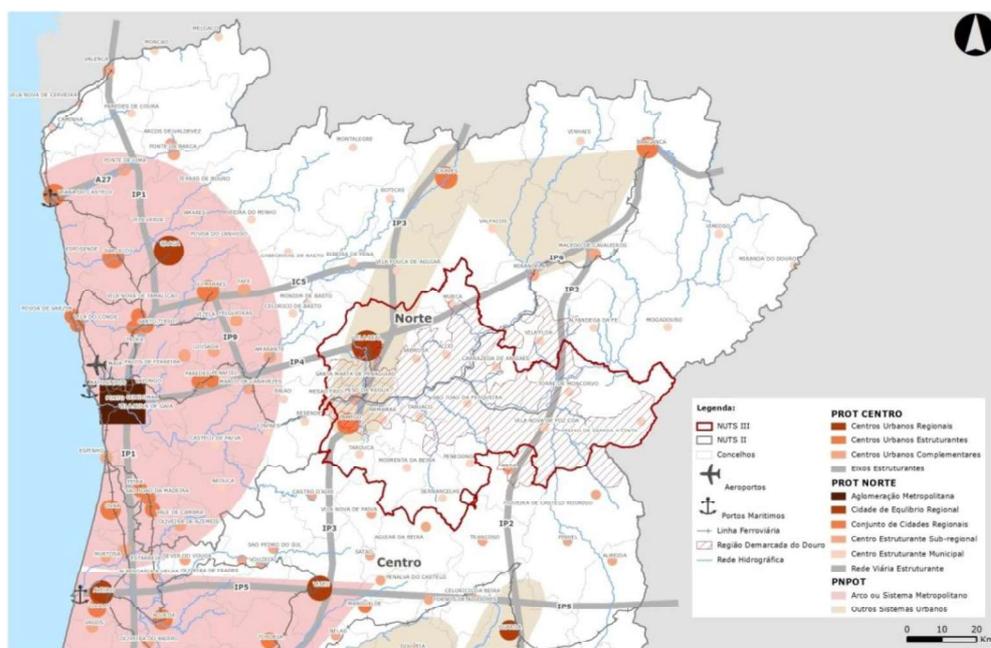
Gráfico 35. Variação da superfície afeta a espaços urbanos | 1990-2006



Fonte: Caetano, M., V. Nunes e A. Nunes, 2009, CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português

O sistema urbano do Douro é claramente polarizado pelo eixo funcional composto por Lamego, Peso da Régua e Vila Real, onde residem cerca de 40% da população. O IP3/A24 é o eixo viário fundamental.

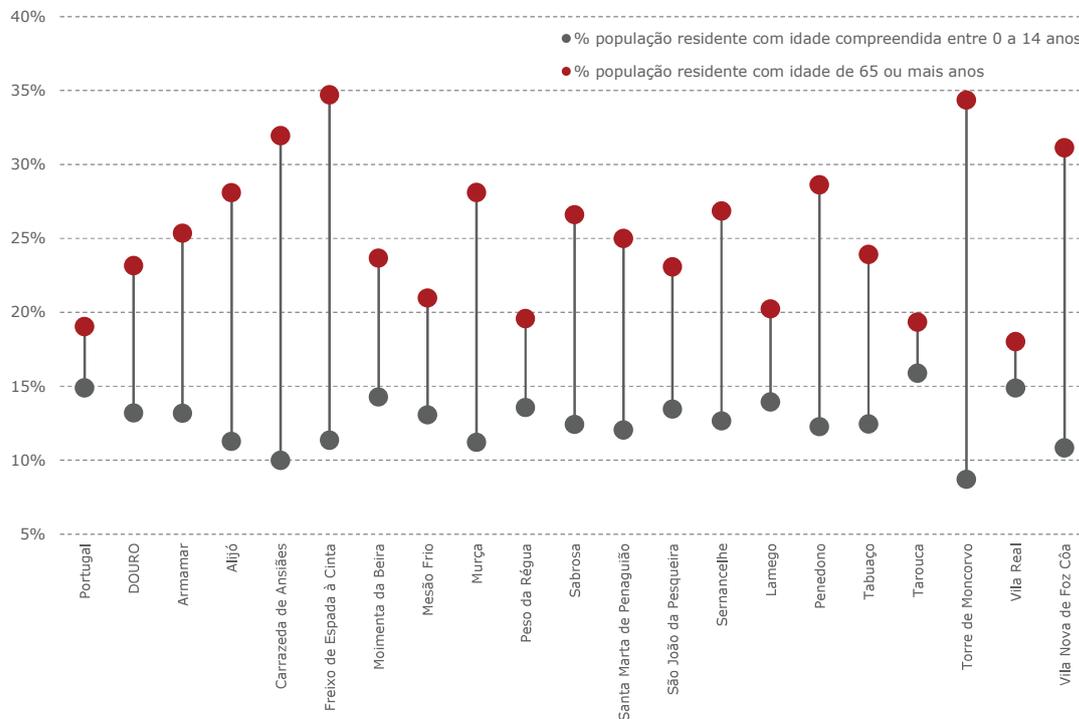
Mapa 7. Sistema urbano da região Norte



Fonte: AM&A com base em PNPOT, PROT Centro e PROT Norte

O Douro detém um peso significativo de população com idade de sessenta e cinco ou mais anos (cerca de 23%), valor acima do referencial nacional (cerca de 19%). Pelo contrário, constata-se que a população com idade compreendida entre zero e catorze anos corresponde a cerca de 13%, valor inferior ao referencial nacional (15%). Uma análise em termos concelhios permite constatar que os que revelam maiores índices de envelhecimento populacional correspondem a: Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo (cerca de 35% do total da população).

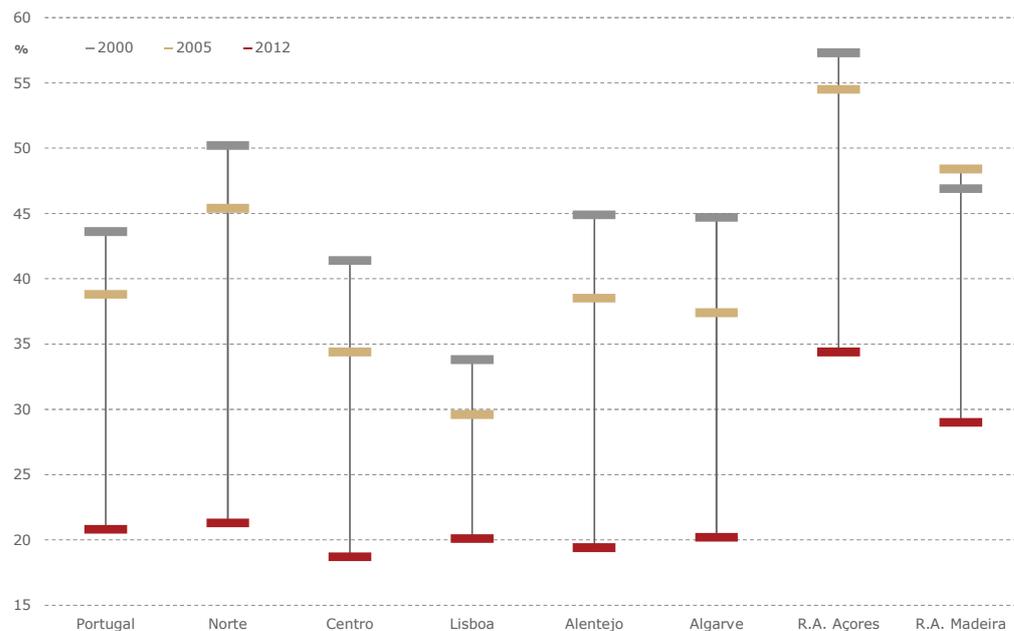
Gráfico 36. População jovem e idosa | 2011



Fonte: INE, Censos 2011

A taxa de abandono escolar precoce evoluiu muito favoravelmente ao longo dos últimos doze anos no contexto nacional. A região Norte regista, contudo, uma taxa de 22%, valor ligeiramente acima do país (21%).

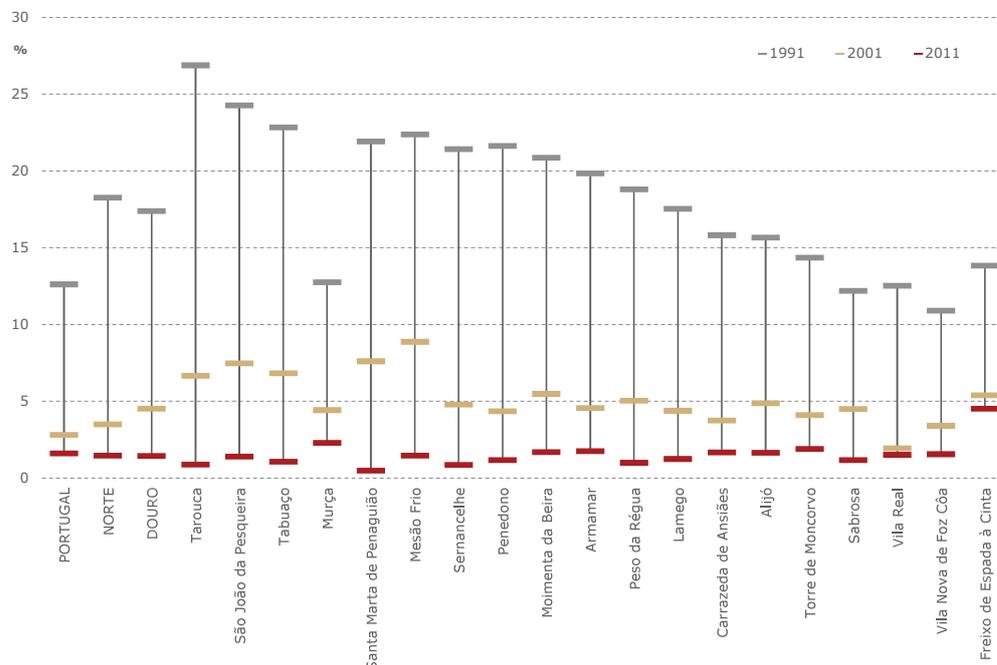
Gráfico 37. Taxa de abandono escolar precoce | 2000, 2005 e 2012



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

A taxa de abandono escolar registada no Douro (cerca de 2%) encontra-se alinhada com a região Norte e com o país. Ao longo dos três momentos de análise, verificou-se uma quebra assinalável deste fenómeno - no Douro, entre 1991 e 2011, registou-se uma quebra de cerca de dezasseis pontos percentuais. À escala concelhia importa destacar a quebra expressiva registada nos concelhos de Tarouca (26 p.p.), São João da Pesqueira (23 p.p.) e Mesão Frio (21 p.p.).

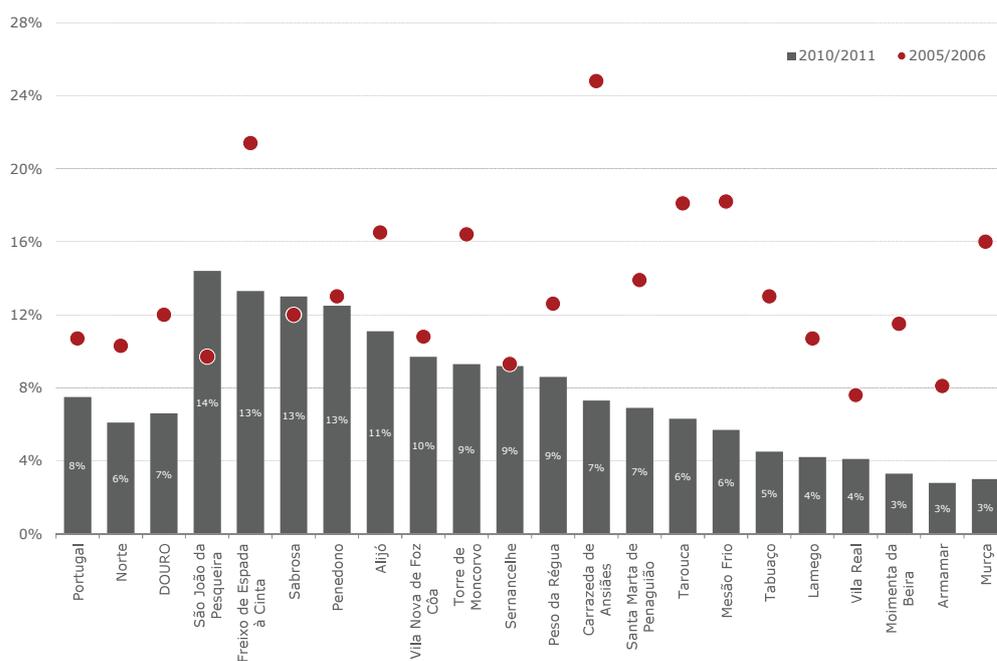
Gráfico 38. Taxa de abandono escolar | 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Igualmente no que se reporta à taxa de insucesso escolar constata-se uma quebra do fenómeno - se nos anos de 2005/2006 a taxa de insucesso, no Douro, encontrava-se nos 12%, nos anos de 2010/2011 a taxa era de 7%, valor acima do referencial da região Norte (6%) e abaixo do país (8%). Do ponto de vista concelhio, importa destacar a situação de São João da Pesqueira em que o fenómeno do insucesso escolar cresceu quatro pontos percentuais, entre 2005/2006 e 2010/2011.

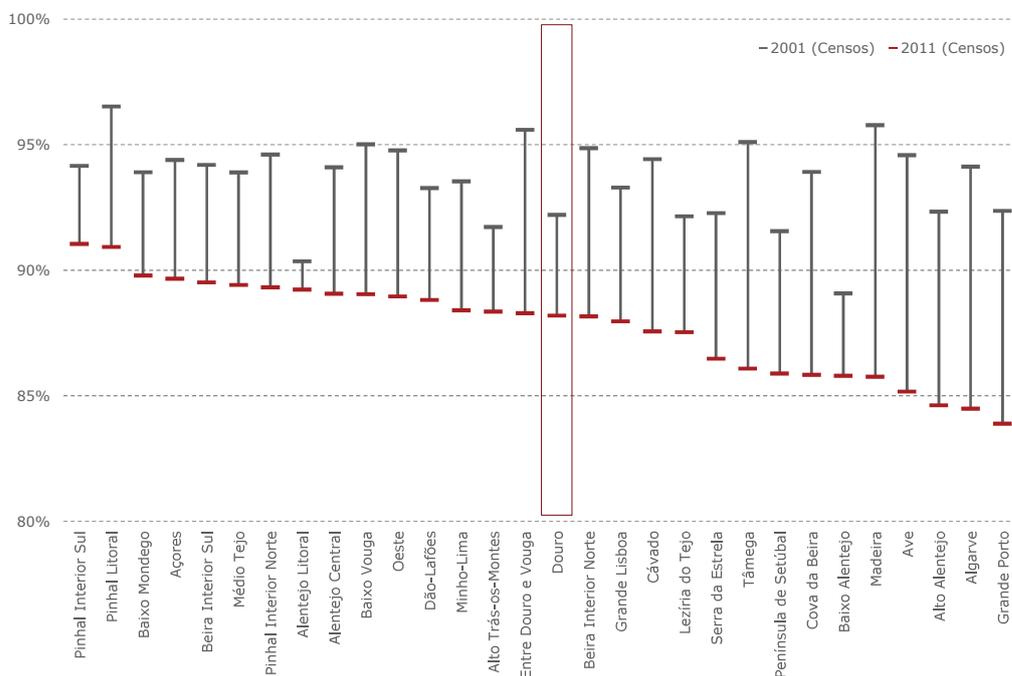
Gráfico 39. Taxa de insucesso escolar | 2005-2011



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

O Douro ocupa a décima sexta posição no ranking do indicador taxa de emprego da população com idade entre 20 e 64 anos (87%), valor alinhado com o país (88%) e com a região Norte (86%).

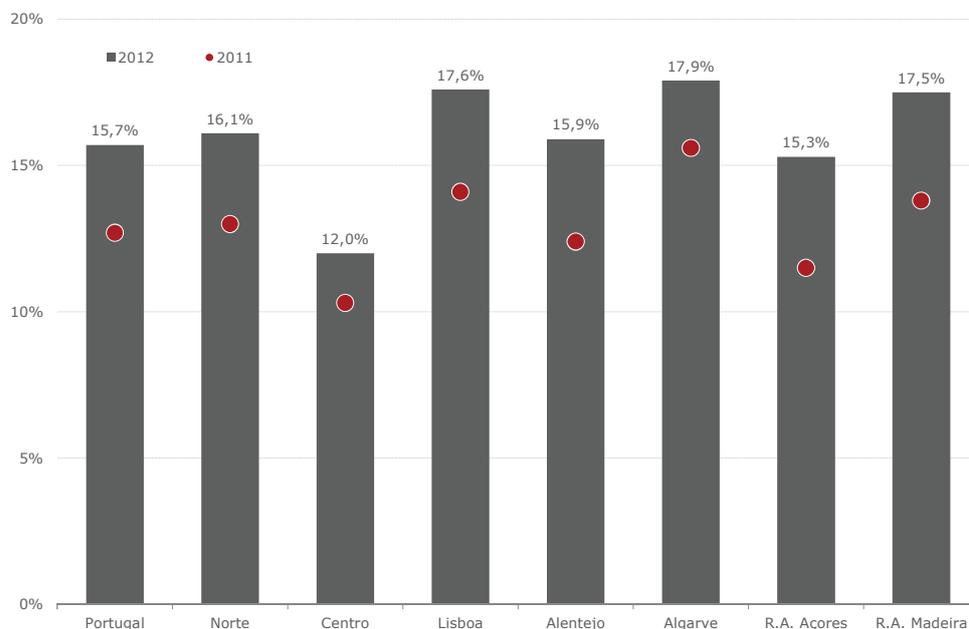
Gráfico 40. Taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos | 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2011

O Norte regista, em 2012, uma taxa de desemprego ligeiramente superior ao país. Comparativamente com as restantes regiões, o Norte regista uma taxa inferior à R.A. da Madeira, Lisboa e ao Algarve.

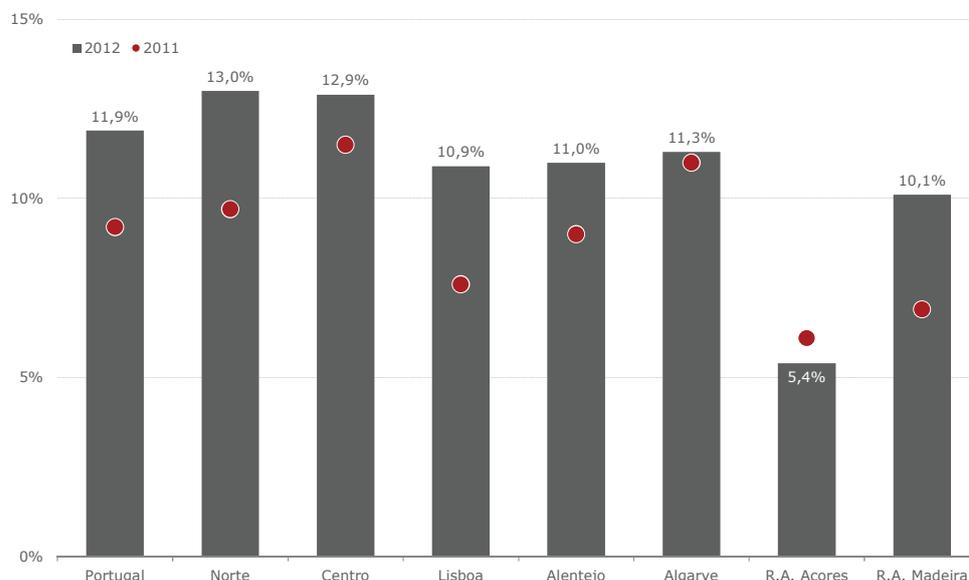
Gráfico 41. Taxa de desemprego total | 2011-2012



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

As regiões do Norte e do Centro revelam as taxas mais elevadas de desemprego ao nível da população ativa com ensino superior no contexto nacional (cerca de 13%).

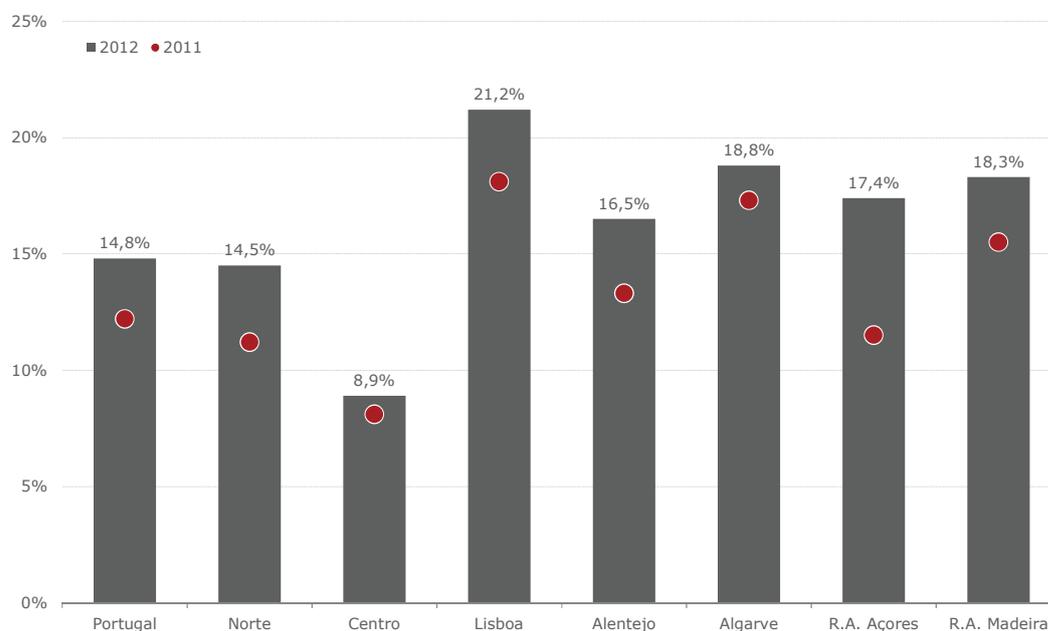
Gráfico 42. Taxa de desemprego da população ativa com ensino superior | 2011-2012



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

O Norte (14,5%) revela uma taxa de desemprego da população ativa sem escolaridade obrigatória ligeiramente inferior ao país (14,8%). Lisboa, por força da qualificação dos postos de trabalho, surge como a região onde este indicador é mais expressivo (21,2%).

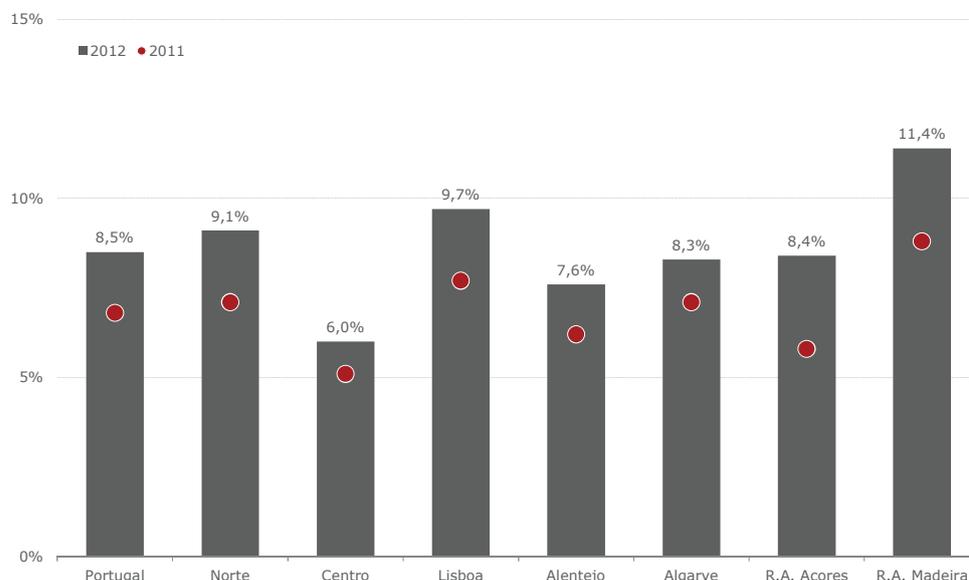
Gráfico 43. Taxa de desemprego da população ativa sem escolaridade obrigatória | 2011-2012



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

A taxa de desemprego de longa duração no Norte (9,1%) assume-se como uma das mais altas do país (8,5%). As regiões que detêm maior número de desempregados de longa duração são a R.A. da Madeira (11,4%) e Lisboa (9,7%).

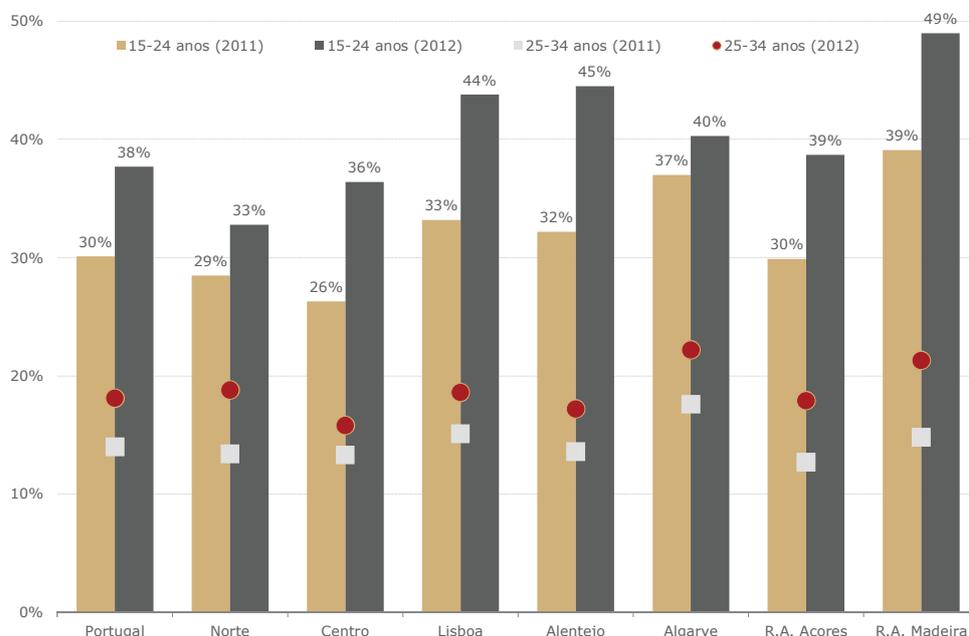
Gráfico 44. Taxa de desemprego de longa duração | 2011-2012



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

O Norte regista uma taxa de desemprego da população com idades entre os 15 e 24 anos (33%) inferior ao país (38%). No que concerne à idade entre os 25 anos e 34 anos, constata-se que a região apresenta um valor razoavelmente alinhado com o país (cerca de 18%).

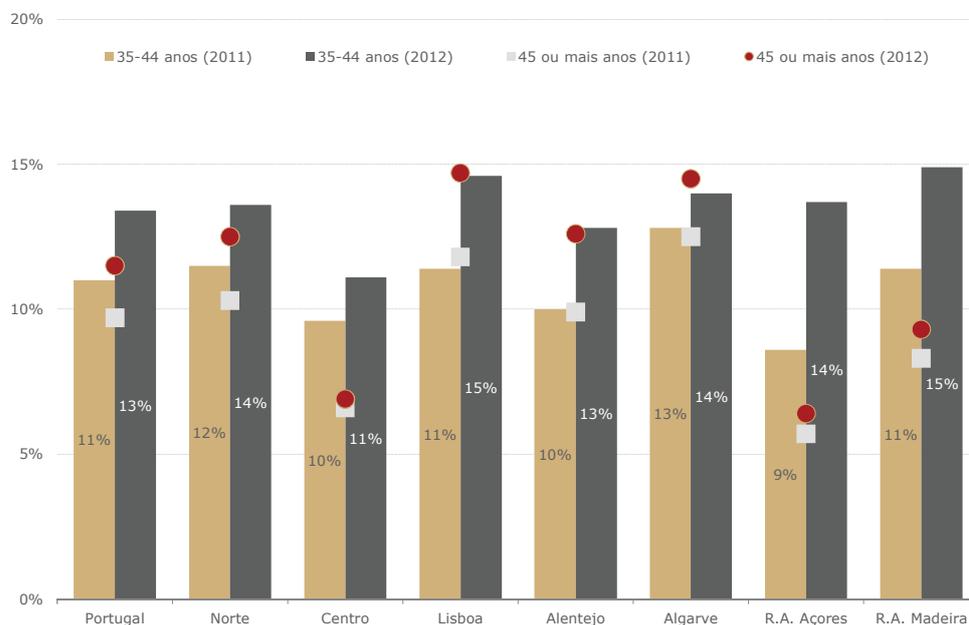
Gráfico 45. Taxa de desemprego da população com idades entre os 15-24 anos e 25-34 anos | 2011-2012



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Nos patamares etários dos 35 anos aos 44 anos e dos 45 ou mais anos, o Norte apresenta uma taxa de desemprego ligeiramente superior à verificada no país (cerca de um ponto percentual acima).

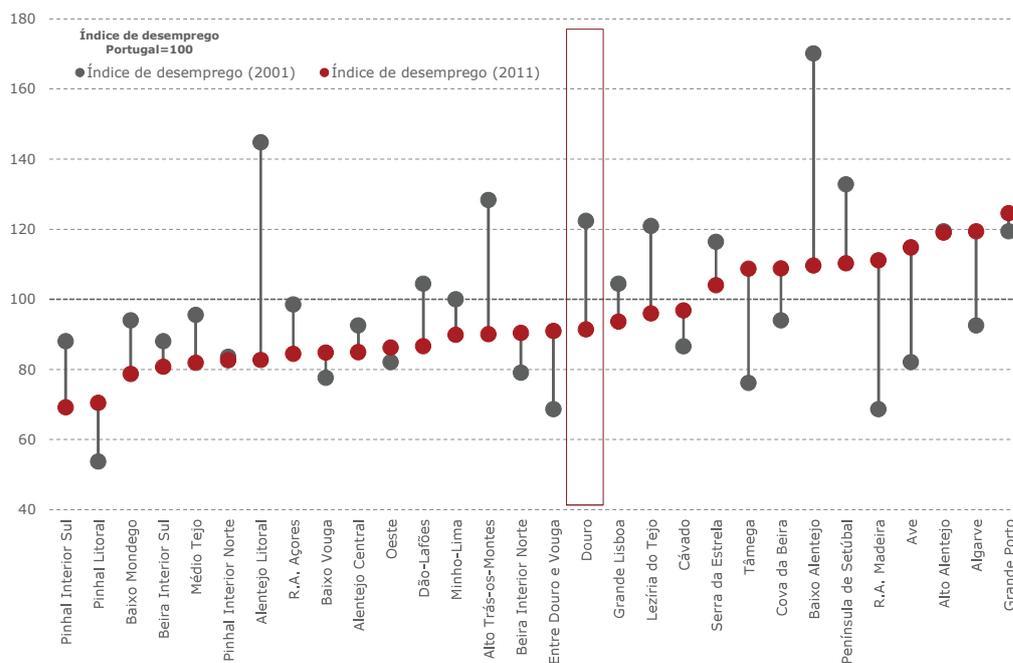
Gráfico 46. Taxa de desemprego da população entre os 35-44 anos e com mais de 45 anos | 2011-2012



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

A região do Douro regista, em 2011, um índice de desemprego inferior ao referencial do país (100), facto contrastante com a situação em 2001, em que registava um índice cerca de vinte pontos percentuais superior ao país. A dinâmica do desemprego é claramente mais preocupante nos territórios do interior do país em contraponto com as áreas metropolitanas.

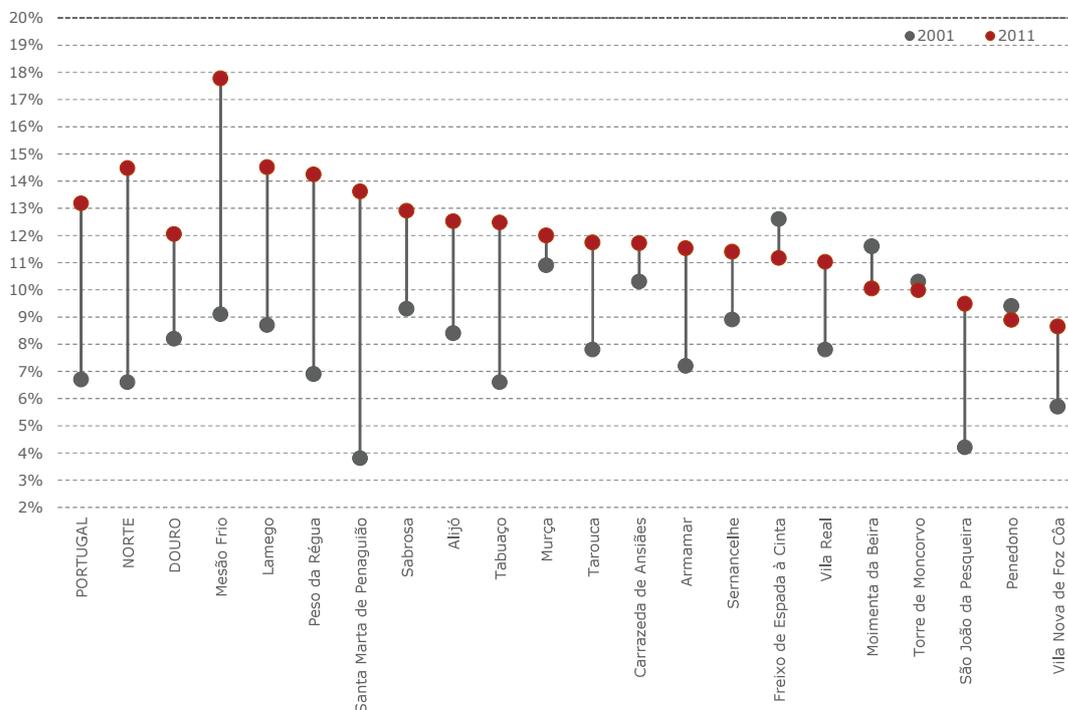
Gráfico 47. Índice de desemprego por NUTS III | 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

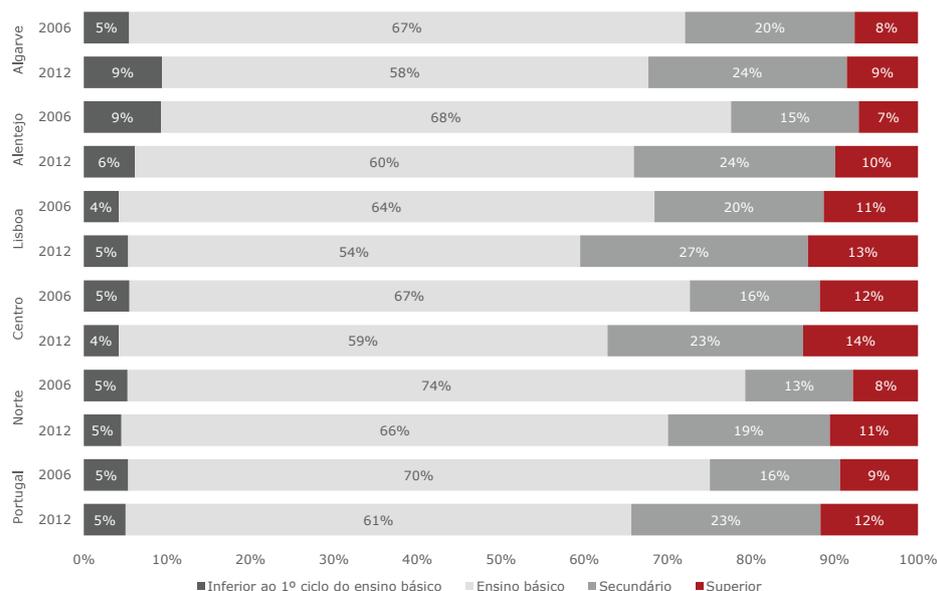
A região do Douro regista uma taxa de desemprego (12%) inferior ao referencial do Norte e país. Entre os anos de 2001 e 2011, registou-se um aumento da taxa de desemprego na ordem dos quatro pontos percentuais. Uma análise à escala concelhia permite constatar que os territórios mais afetados pela dinâmica do desemprego são: Mesão Frio, Lamego, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião. Por outro lado, existem concelhos onde se registou, neste período, uma quebra do desemprego, nomeadamente: Moimenta da Beira, Freixo de Espada à Cinta, Penedono e Torre de Moncorvo.

Gráfico 48. Desemprego registado nos centros de emprego | 2001-2011



O desemprego incide essencialmente nos indivíduos que possuem o ensino básico. Não obstante, entre 2006 e 2012 regista-se o aumento dos desempregados com o ensino secundário (6 p.p.) e superior (3 p.p.).

Gráfico 49. Desemprego registado nos centros de emprego por habilitações | País e NUTS II | 2006-2012

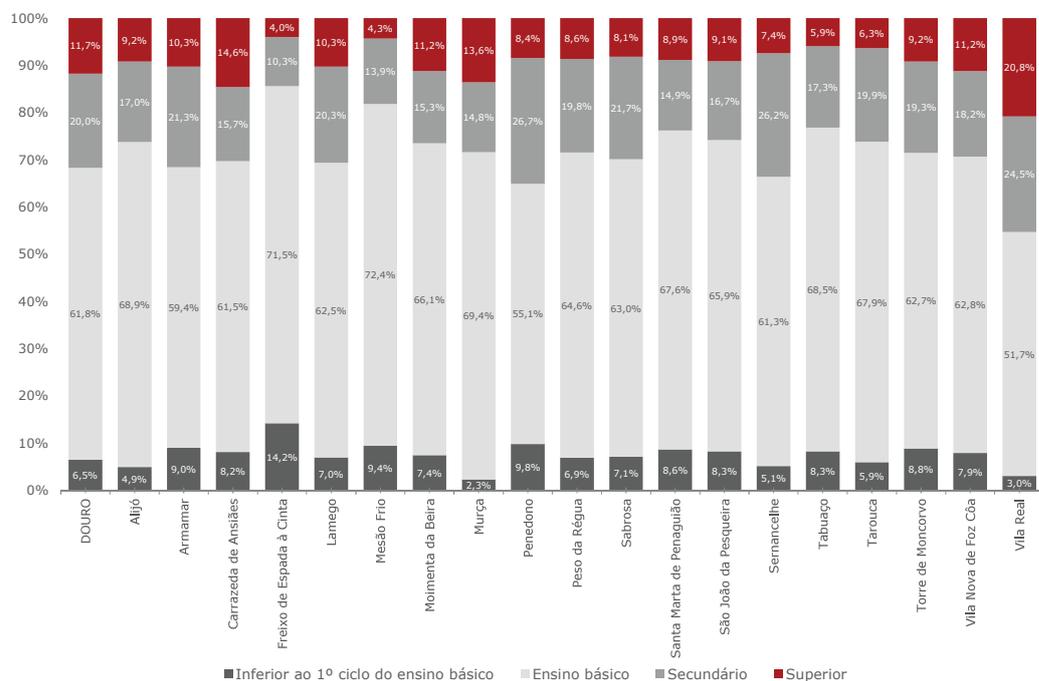


Fonte: IEFP

Nota: O índice de desemprego registado relaciona o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do IEFP de uma região com a população em idade ativa dessa região, assumindo a proporção nacional deste rácio como comparação (Índice Continente =100). Este indicador não deve ser interpretado como uma taxa de desemprego, uma vez que apenas se refere ao número de desempregados que se inscrevem voluntariamente nos Centros de Emprego do IEFP, não incorporando as restantes situações de desemprego.

Do ponto de vista concelhio a dinâmica é semelhante - a esmagadora maioria da população em situação de desemprego possui o ensino básico enquanto nível habitacional. Nos concelhos de cariz mais urbano, caso inequívoco de Vila Real, constata-se maior volume da população desempregada com o ensino superior (21%) e ensino secundário (25%).

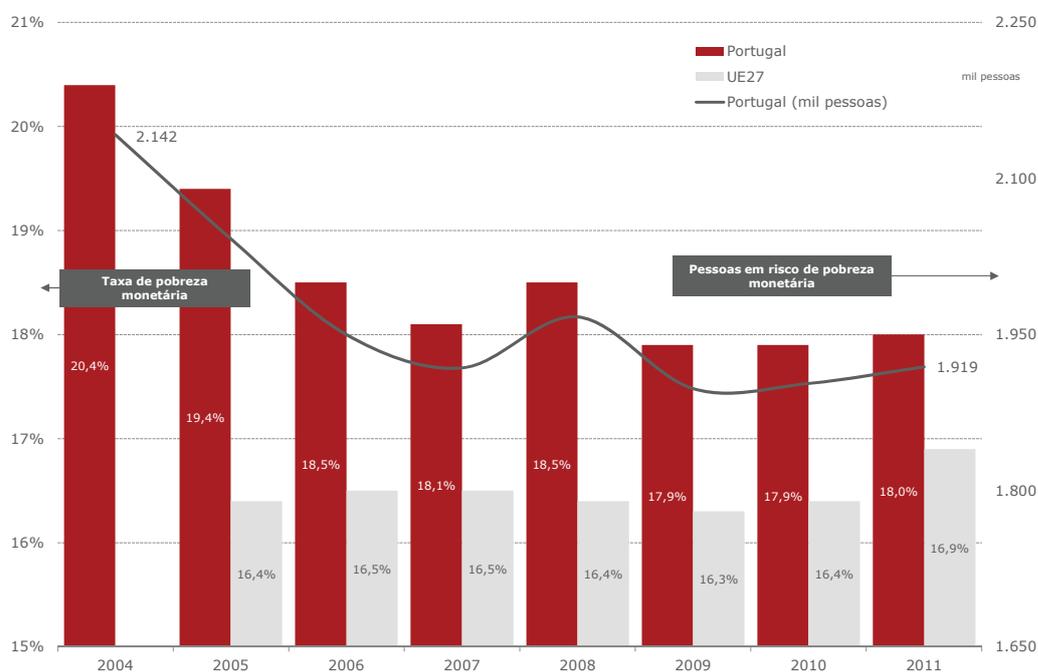
Gráfico 50. Desemprego registado nos centros de emprego por habilitações | NUTS III e concelhos | 2012



Fonte: IEFP

A taxa de pessoas em risco de pobreza monetária evoluiu favoravelmente entre 2004 e 2011. Não obstante, Portugal regista uma taxa um ponto percentual acima da média da Europa.

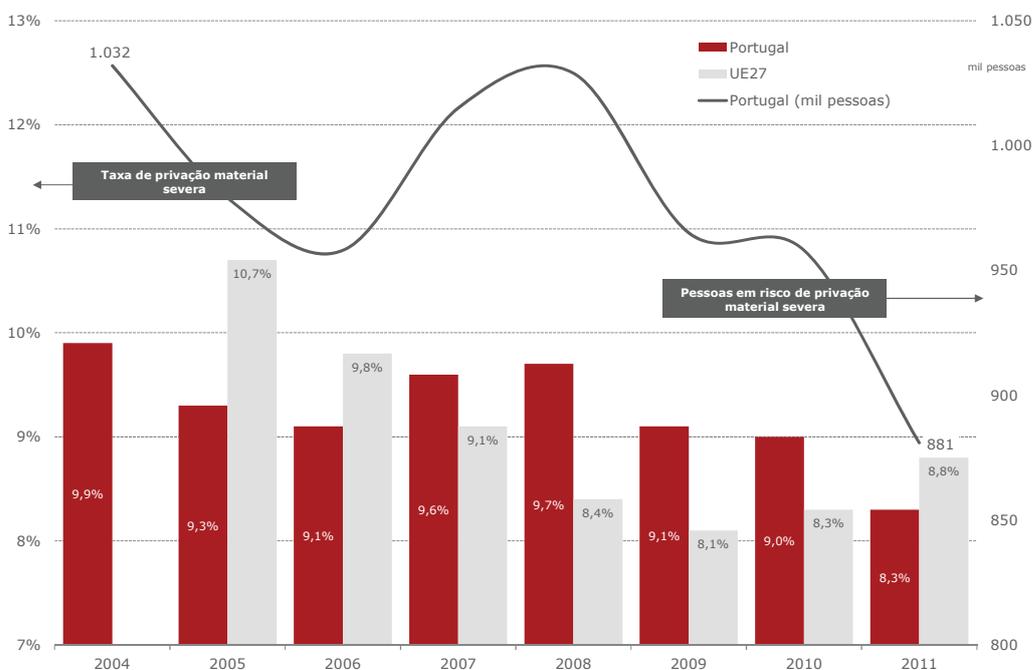
Gráfico 51. Pessoas em risco de pobreza monetária | UE27 e Portugal, 2004 a 2011



Nota: Pessoas em risco de pobreza monetária possuem rendimento inferior a 60% da mediana do rendimento nacional.

Portugal regista uma taxa de privação severa inferior à Europa (0,5 pontos percentuais). Este fenómeno afeta cerca de 881 mil pessoas no nosso país.

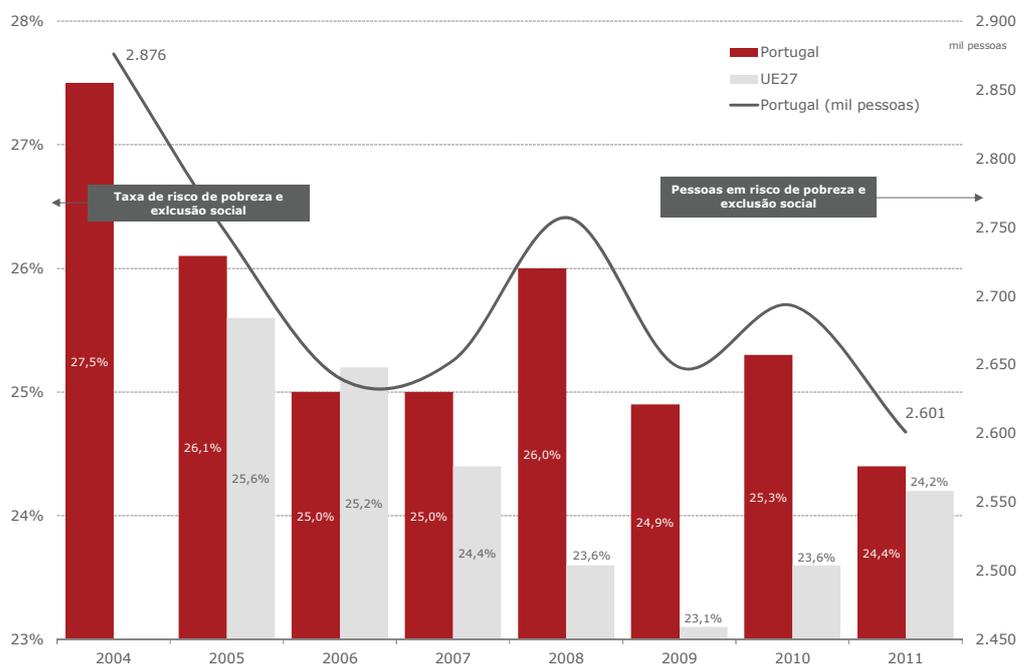
Gráfico 52. Privação material severa (pessoas com pelo menos quatro das nove situações de privação) | UE27 e Portugal, 2004 a 2011



Fonte: Eurostat

A taxa de risco de pobreza e exclusão social de Portugal encontra-se alinhada com a da Europa. Entre 2004 e 2007 registou-se uma evolução positiva deste indicador no contexto nacional.

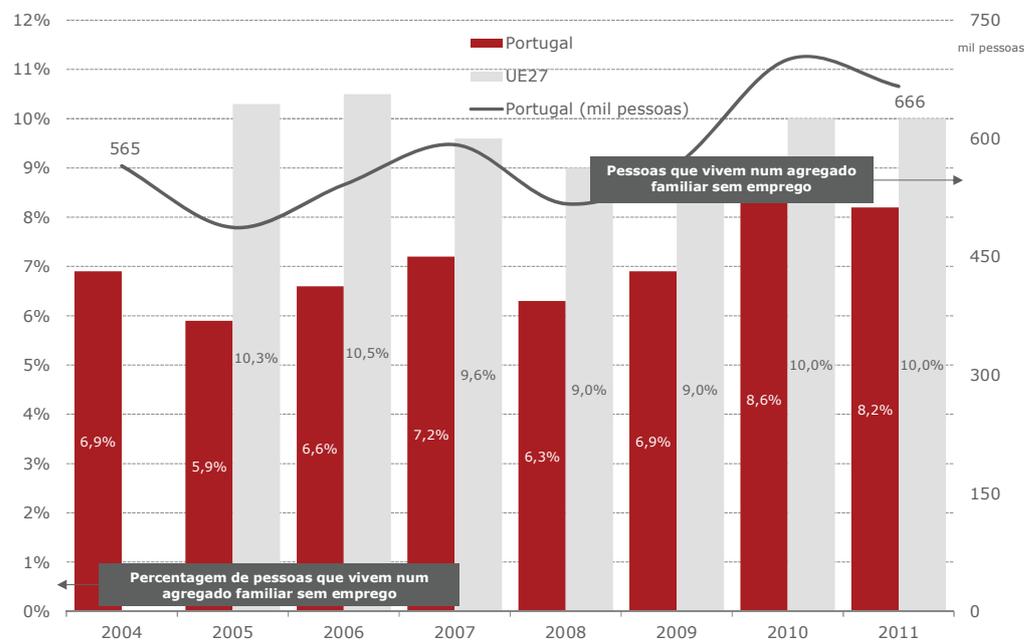
Gráfico 53. Pessoas em risco de pobreza e exclusão social | UE27 e Portugal, 2004 a 2011



Fonte: Eurostat

O número de pessoas que vivem num agregado familiar sem emprego atingiu o patamar das 666 mil em 2011.

Gráfico 54. Pessoas que vivem num agregado familiar sem emprego | UE27 e Portugal, 2004 a 2011



Fonte: Eurostat

AM&A Lisboa

Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º

1250-166 Lisboa

T. +351 21 351 14 00

F. +351 21 354 43 12

AM&A Porto

Rua Cunha Júnior, 41-A, 2.º

4250-186 Porto

T. +351 22 508 98 55

F. +351 22 508 98 57

amconsultores@amconsultores.pt

www.amconsultores.pt



Augusto Mateus & Associados
Sociedade de Consultores, Lda